



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

TATIANE DA SILVA SALES

**GRADUANDAS DA ILHA: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de
Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940-1979)**

**Belém, Pará
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

TATIANE DA SILVA SALES

**GRADUANDAS DA ILHA: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de
Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940 - 1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Doutorado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Donza Cancela.

Área de Concentração: Trabalho, Cultura e Etnicidade.

**Belém, Pará
2017**

Ficha Catalográfica

TATIANE DA SILVA SALES

GRADUANDAS DA ILHA: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940 - 1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Doutorado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutora em História.
Área de Concentração: Trabalho, Cultura e Etnicidade.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Donza Cancela (Orientadora)
Universidade Federal do Pará/PPHIST

Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda (Membro)
Universidade Federal do Pará/PPHIST

Prof. Dr. Márcio Couto Henrique (Membro)
Universidade Federal do Pará/PPHIST

Profa. Dra. Jane Felipe Beltrão (Membro)
Universidade Federal do Pará/PPGA

Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva (Membro)
Universidade Federal do Maranhão/CCSo

Às mulheres que me receberam e contaram suas histórias de vida.

À Helena, minha pequena.

AGRADECIMENTOS

Não estamos sozinhas em nenhum processo e neste não foi diferente. Para que pudesse realizar este trabalho contei com a ajuda de muitas pessoas, algumas estiveram presentes com mais intensidade e outras estiveram em momentos cruciais. A todas deixo meus sinceros agradecimentos!

À querida orientadora, Cristina Cancela, por ter sido compreensiva, flexível e companheira nesta jornada, prestando com delicadeza e rigor os encaminhamentos necessários ao trabalho;

Às cinco mulheres que concederam as entrevistas, pela gentileza de dedicarem tempo e atenção à este estudo;

Aos professores e professoras do curso, que foram incentivadores e promoveram, em nós, o desejo pelo saber;

Aos/às colegas da turma de 2013, que me acolheram tão gentilmente e se tornaram pessoas especiais, que levarei para vida;

Aos/às colegas de trabalho, pela compreensão da importância deste trabalho e apoio necessário;

À minha querida mãe, ao meu pai e aos meus dois irmãos que sempre me incentivaram, me apoiaram e foram inspiradores nos momentos difíceis;

À minha avó e familiares, pelo apoio constante nesta empreitada;

Ao meu companheiro, pela cumplicidade e apoio tão importantes;

Aos amigos queridos, por sempre me ouvirem e desejarem o sucesso no trabalho;

Às amigas “Donna Doula”, que sempre me ouviram nos momentos de angústia.

“Porque muito cedo eu compreendi o que é o valor do trabalho, e eu acho que já era aquela mulher que queria uma liberdade desde cedo, eu via que no trabalho era nossa saída” (Geusa Felipa)

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 01 – Crescimento Populacional do Maranhão | 81 |
| Quadro 02 – Produção de Amêndoas de Babaçu | 84 |
| Quadro 03 – Matrículas do Ensino Primário Estadual | 96 |
| Quadro 04 – Evolução de Distribuição da População por Nível de Educação no Brasil | 106 |
| Quadro 05 – Matrículas da Universidade Federal do Maranhão (1967-1979) | 116 |
| Quadro 06 – Comparativo de Matrículas do 2º Ano do Curso de Farmácia – São Luís | 159 |
| Quadro 07 – Matrículas de Alunos/as Oriundos/as de Outros Estados | 160 |
| Quadro 08 – Comparativo dos(as) Concluintes dos Cursos de Direito e Farmácia | 162 |
| Quadro 09 – Matrículas da Faculdade de Direito | 162 |
| Quadro 10 – Média de Notas no Vestibular para o Curso de Direito | 170 |
| Quadro 11 – Comparativo de Desempenho de Alunos e Alunas do Curso de Farmácia e Odontologia | 170 |
| Quadro 12 – Concludentes do Curso de Farmácia | 173 |
| Quadro 13 – Concludentes do Curso de Odontologia | 174 |
| Quadro 14 – Relação das mulheres entrevistadas | 197 |
| Quadro 15 - Porcentagem de Mulheres entre Alunas Matriculadas no Início do Ano – Ensino Superior - Brasil | 253 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 01 – Prédio da Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão | 112 |
| Figura 02 – Agarre seu Homem | 130 |
| Figura 03 – Propaganda da Escola Nossa Senhora de Lourdes | 134 |
| Figura 04 – Propaganda de Filtro de Água Hidraffin | 142 |
| Figura 05 – Candidata à Missa Maranhão (1952) | 143 |
| Figura 06 – Coluna Sobre Beleza Feminina | 143 |
| Figura 07 – Propaganda de Salão de Beleza | 144 |
| Figura 08 – Formanda da Faculdade de Medicina da Bahia (1945) | 147 |
| Figura 09 – Propaganda do Jornal Novidades | 153 |
| Figura 10 – Vestibular da Universidade Federal do Maranhão (1978) | 157 |
| Figura 11 – Aula de Anatomia do Curso de Medicina | 158 |
| Figura 12 – Rainha dos Calouros da Universidade Federal do Maranhão (1958) | 166 |
| Figura 13 – Capa da Revista Estudantil Farmacodonto | 167 |
| Figura 14 – Capa da Revista Estudantil Farmacodonto | 167 |
| Figura 15 – Propaganda da Revista Estudantil Farmacodonto | 168 |
| Figura 16 – Propaganda da Revista Estudantil Farmacodonto | 169 |
| Figura 17 – Propaganda da Revista Estudantil Farmacodonto (1961) | 169 |
| Figura 18 – Formandas da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão | 173 |
| Figura 19 – Formandas da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Maranhão | 174 |

SIGLAS

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite

CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ENE – Encontro Nacional de Estudantes

SOMACS – Sociedade Maranhense de Cultura Superior

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNE – União Nacional dos Estudantes

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender a organização, o processo e a inserção da mulher no ensino superior, sendo a universidade um espaço de educação, instrução e poder, com ênfase nos três primeiros cursos fundados no Maranhão - Odontologia, Farmácia e Direito. Para observar tais processos, analisamos falas de algumas mulheres acerca de suas experiências de vida, de atividades estudantis e universitárias e sobre trabalho, provocadas por meio de entrevistas. Tende a perceber a dinâmica e a importância do ensino superior para as mesmas nos âmbitos acadêmico e profissional, este último no sentido de verificar as experiências que tiveram no exercício da profissão, com as dificuldades e conquistas a repercussão social de presenças femininas em espaços considerados por excelência masculinos e observar as construções de discursos dessas mulheres, observando de que forma eles dialogam com os marcadores sociais de gênero, preferencialmente, mas também, de condição social, origem e raça. A metodologia de pesquisa consiste na utilização de duas tipologias de aportes documentais: fontes impressas e fontes orais. As fontes impressas têm sua base, principalmente, nos documentos oficiais produzidos pela própria Universidade Federal do Maranhão ou pelas Faculdades Isoladas, nas secretarias dos cursos, na pró-reitoria de ensino da universidade e no Memorial Cristo Rei, também vinculado à Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Também tem suporte nos documentos de governo e em fontes relacionadas à mídia da época, usando revistas, jornais e propagandas, encontrados no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Benedito Leite. As fontes orais baseiam-se nos fragmentos de histórias de vida de cinco mulheres que vivenciaram a experiência de um curso superior (Direito, Farmácia e Odontologia), na Universidade Federal do Maranhão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino Superior. Mulheres. São Luís.

ABSTRACT

The present research has the objective of identify and analyse the woman trajectory on the academic space in the first three university courses founded in Maranhão: Law, Pharmacy and Dentistry. To observe such trajectories we analyze the discourse that these woman formulate about themselves through interviews about their life experience relative to student activities, university and jobs. Still aims, identify the experience of the woman in the College space, as well their professional performances understanding the college as a space of educations, instruction and power. It tend to perceive the dynamic and importance of college for them in the academic field, the social repercussion of female presence in space considered by excellence male and observe the construction of this woman discourse, checking the way they talking with social markers of genders preferably, but also, of social conditions, origin and race. The research methodology consists in the use of two typologies of documentar contributions: printed sources and oral sources. The printed source has their bases mainly in the official documents produced by the Federal University of Maranhão or by isolated colleges, in courses secretaries, in the university's teaching re-office and in the 'Memorial Cristo Rei', also linked to UFMA. It also has support in government documents and media-related sources of the time, using magazines, newspapers and advertisements found in the Rare Work collection of Public Library Benedito Leite. The oral sources are based on fragments of life stories of five woman who lived the experience of a high education (Law, Pharmacy and Dentistry) between the decades 1950/70 in Federal University of Maranhão.

KEYWORDS: Education. High Education. Woman. São Luís.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 13 |
| Capítulo 01- SOBRE MULHERES: abordagem teórica e historiográfica acerca da história das mulheres, gênero e oralidades | 25 |
| 1.1 História das Mulheres e Gênero | 26 |
| 1.2 As mulheres na História: discussão e contribuições da historiografia sobre mulheres no Brasil | 42 |
| 1.2.1 Discussão Historiográfica no Brasil | 43 |
| 1.3 História Oral e Memória | 64 |
| Capítulo 02 - MARANHÃO: dinâmica urbana, política, economia e a organização do ensino superior na capital do estado | 75 |
| 2.1 A cidade de São Luís | 75 |
| 2.1.1 A situação Política no Maranhão..... | 87 |
| 2.2 História da Educação no Maranhão | 95 |
| 2.2.1 Ensino Superior no Maranhão | 109 |
| Capítulo 03 - “AS JOVENZINHAS INTELECTUALIZADAS”: análise da condição social, presença e participação de mulheres nas Faculdade de Direito, Farmácia e Odontologia em São Luís | 119 |
| 3.1 “Sua conduta deverá ser sempre correta, discreta e simples”: condição social e perfil ideal de mulher nos veículos de comunicação em São Luís | 120 |
| 3.2 “Ser mãe é o papel da mulher na sociedade”: observações sobre as funções tidas como tradicionais das mulheres e os novos requisitos sobre maternidade e casamento | 137 |
| 3.3 “As bonecas do lar – de linda aparência, mas somente o vácuo na cabeça”: educação feminina e a aparição pública das mulheres nos jornais | 146 |
| 3.4 “A mulher culta tem mais possibilidades de uma vida melhor”: presença e interação de mulheres nas Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia no Maranhão | 155 |
| Capítulo 04 - “AQUELA FOTO EM QUE APAREÇO DE DOUTORA”: trajetórias de mulheres que cursaram Direito, Farmácia e Odontologia na Universidade Federal do Maranhão | 180 |
| 4.1. “Éramos uma família grande, muito alegre e feliz” | 189 |
| 4.2 “Ela veio do interior pra estudar” | 199 |
| 4.3 “Uma coisa que me emocionou muito foi o juramento, quando eu disse: “prometo! E eu prometi e cumpri” | 211 |
| 4.3.1 “Nós, as mulheres, tínhamos as melhores notas”: análise das relações sociais e de gênero nos cursos de graduação | 212 |
| 4.4 “Não quero me casar cedo” | 225 |
| 4.5 Caminhos do exercício profissional | 231 |
| Conclusão | 249 |

| | |
|--------------------------|------------|
| Fontes..... | 257 |
| Referências | 261 |
| Anexos..... | 277 |

INTRODUÇÃO

A escolarização oficial de mulheres no Brasil faz parte de um processo ainda recente na História nacional, tendo em vista que só foram autorizadas a estudar em 1827, pela Lei Geral do Ensino de 5 de outubro, cuja premissa era restringir às jovens o ensino em escolas femininas de primeiras letras. Contava-se também com a instrução mediada por preceptoras no interior dos seus próprios lares, em famílias de condição social elevada.

As jovens de posses continuavam recebendo educação nas próprias casas através das preceptoras ou sob a orientação dos pais. Enquanto isso, as demais, ainda que houvesse a possibilidade de estudar numa escola pública, raramente o faziam; permaneciam em suas casas, em pleno meado do século XIX, condenadas à mesma sorte de suas antepassadas (DUARTE, 2008, p. 109).

Assim, a educação para as mulheres passava não só pela questão de gênero, pois, às mesmas, eram associados discursos de incapacidade intelectual sendo desnecessário o acesso a determinados conhecimentos; mas, também, atravessa a questão de classe, etnia e origem, visto que, quando a legislação, no início do século XIX, autorizou a instrução formal de mulheres, boa parte não tinha acesso às poucas escolas (públicas, privadas e confessionais) que surgiram. Outra parcela, as cativas¹ e indígenas, não tinham sequer a legalidade para estudar e seus grupos de origem, que também tinham práticas educativas, eram alvos de controle, violência e limitação pela cultura branca europeia.

Assim, o direito de instruir-se e a oportunidade de acesso a tal instrução foi, ao longo dos séculos XIX e XX, uma barreira gradativamente rompida pelas mulheres e quanto mais baixa sua condição social, mais barreiras teria que transpor.

Várias amarras à educação formal e pública das mulheres foram sendo rompidas no transcorrer desse acidentado percurso: a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua ‘missão’ de mãe; o impedimento à continuidade dos estudos secundários e superior para as jovens brasileiras (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

¹ “Para população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. As sucessivas leis, que foram lentamente afrouxando os laços do escravismo, não trouxeram, como consequência direta ou imediata, oportunidades de ensino para os negros. São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas”. LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, Editora Unesp, 2008. p. 445.

A educação feminina ganhou maior visibilidade em fins do século XIX, quando despontaram diversos discursos sobre a funcionalidade da instrução para o lar e maternidade, associado também ao debate de que a educação ganhava importância de modernizar o país.

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais e afirmação de que as ‘mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas’, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*, sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores de instrução*. [...] A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (LOURO, 2008, p. 446-447).

Dessa forma, buscou-se priorizar uma educação feminina vinculada à construção da base familiar e moral da sociedade por meio da educação dos filhos, considerada prioridade e função da mãe, associada, ainda, ao cristianismo. Ou seja, mesmo com a disseminação e ampliação da educação em todo país, defendia-se um saber limitado para a mulher e justificado por suas tradicionais funções, que viriam repaginadas, à medida que avançavam os primeiros anos do século XX, com medidas sanitaristas, higiênicas e médicas.

Na contramão da educação limitada que se acreditou ser destinada às mulheres, é possível destacar os exemplos das primeiras brasileiras que alcançaram o ensino superior: a primeira a graduar-se em ensino superior foi Maria Augusta Generosa Estrela, 1882, formando-se em Medicina, nos Estados Unidos, pois, no Brasil, apenas em 1879 que a Lei Leôncio de Carvalho, Decreto nº 7247-19/04/1879, garantiu às mulheres o direito de estudar em instituições brasileiras de ensino superior, sendo a primeira mulher a se formar numa instituição nacional Rita Lobato, em 1887, formando-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia (GUEDES, 2008).

Essa mesma lei supracitada estabeleceu o sistema de coeducação nas escolas públicas primárias, legalizando que meninos e meninas compartilhassem o mesmo ambiente escolar e ampliando as possibilidades de melhoria na instrução oferecida às mulheres nos currículos escolares.

Em fins do século XIX, o ensino superior era limitado em número de instituições e estudantes, concentrando os cursos nas áreas de Medicina, Direito, Engenharia e Agronomia e estava estabelecido em apenas sete cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas e Pelotas. Foi durante o período da Primeira República que o número de escolas superiores se multiplicou, chegando as outras cidades e, dentre elas, São

Luís, com a fundação da Faculdade de Direito, em 1918 e a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão, em 1922 e 1925, respectivamente.

Foi durante esse período que surgiram as escolas superiores livres, isto é, não dependentes do Estado, empreendidas por particulares. Seu crescimento foi bastante grande, tendo ocorrido correlativamente à facilitação do ingresso no ensino superior. Esse fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade (CUNHA, 2007, p. 133).

Mesmo com um quadro animador da expansão do ensino superior no país, o acesso de mulheres a tais cursos deu-se de forma limitada e lenta, alguns fatores ajudam a entender esse processo: a ideia de incapacidade intelectual feminina; a vinculação da mulher ao âmbito doméstico (como o já citado acima) e, portanto, a não necessidade de obter amplo conhecimento. Ainda a concepção de trabalho feminino, para as moças de classes mais baixas, associando-o ao papel de mãe no desempenho do cuidado com crianças em escolas primárias e promovendo a massificação de mulheres no magistério das primeiras letras, onde os cursos de ensino normal foram espalhados por todo país.

O magistério primário já era então claramente demarcado como um lugar de mulher e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender. As normalistas nem sempre seriam professoras, mas o curso era, de qualquer modo, valorizado (LOURO, 2008, p. 471).

A associação da educação feminina ao ensino da Escola Normal contribuiu para que muitas mulheres vissem nesse nível de ensino o seu ápice, sobretudo porque ele não possuía características do ensino clássico e científico, que, por sua vez, eram preparatórios para o ensino superior. Somente em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – nº 5692, 11/08/71, houve a equivalência entre o ensino normal e o secundário, mas, na prática, a diferença entre cursos profissionalizantes e acadêmicos permaneceu, limitando as chances de quem não fez curso de orientação mais acadêmica, mesmo que o cursinho tenha sido utilizado como uma forma de preencher as lacunas para se ter acesso ao ensino superior.

Ao longo da segunda metade do século XX, o crescimento de mulheres no ensino superior tornou-se significativo, sobretudo nos cursos de áreas consideradas femininas:

Dentro do crescimento global do ensino superior, o aumento da participação da mulher foi marcante: de 26%, em 1956, a 40%, 15 anos depois. No entanto, a expansão de matrículas não se deu de maneira uniforme, de tal modo que, na Engenharia, há ainda apenas 3% de mulheres. De fato, verifica-se até um aumento da concentração

das alunas em algumas poucas carreiras ‘femininas’ que, definidas culturalmente como mais apropriadas à mulher, têm sido tradicionalmente uma predominância de mulheres entre seus alunos (BARROSO, 1975, p. 52).

Assim, as mulheres tiveram maior concentração feminina nos cursos de preparação para o magistério secundário nas áreas de Letras, Humanas e Filosofia e menor registro nos cursos de bacharelado e ciências, tanto que o quantitativo de matrículas femininas só registrou amplo crescimento a partir do registro dos cursos nas áreas já mencionadas.²

Em São Luís, a situação educacional, ao longo dos séculos XIX e XX, se assemelhou ao quadro nacional, tendo o início do período republicano como um momento de tentativas de organização do ensino no estado. Um dos marcos deste processo foi a fundação da Escola Normal em São Luís, em 1890.

Apesar da precariedade da instrução feminina e a grande diferença no número de escolas e matrículas oferecidas aos dois sexos³, que mostrava a prioridade da instrução masculina, houve pequenos avanços na virada do século. Foram mais viáveis os progressos femininos no plano da educação quando as mulheres puderam ter acesso ao ensino público secundário, não somente nas escolas normais, mas nos cursos preparatórios para o ensino superior, que se tornou possível pela reforma educacional de 1879 (ABRANTES, 2012, p. 256).

Por contar com baixa procura e matrícula, o curso normal teve seu funcionamento atrelado ao prédio do tradicional colégio de ensino secundário Liceu Maranhense, em 1914. No entanto, essa fusão se deu apenas no âmbito de economia para o estado que aproveitaria o mesmo espaço para as duas instituições, pois, na prática, toda estrutura curricular e objetivos de ensino permaneceram separados, bem como os setores de cada escola que dividia o prédio. Dessa forma o curso normal continuou a receber número expressivo de moças e o secundário clássico continuou a ser ocupado por maioria de rapazes. Em 1916, fundou-se a primeira Escola Normal de cunho particular, Escola Rosa Castro, com internato para meninas e externato misto.

O início do século XX marca, ainda, o estabelecimento das Faculdades isoladas no Maranhão: em 1918, a Faculdade de Direito e em 1922, a Faculdade de Farmácia, contando, em 1925, com a criação do curso de Odontologia e se tornando a Faculdade de Farmácia e

² Sobre essa questão, valores percentuais e absolutos ver: BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namode. O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 15, Fundação Carlos Chagas, 1975.

³ Num total de 4.890 estabelecimentos de instrução primária existentes no Brasil no início da década de 1870, somente 1.752 pertenciam ao sexo feminino (1.339 públicos e 413 particulares), frequentados por 50.758 alunas. Na instrução secundária totalizava 358 escolas, sendo 85 de mulheres, frequentada por 2.554 alunas. Sobre isso, ver: OLIVEIRA, Antônio Almeida. **O Ensino Público**. 2. ed., Brasília: Edições Senado, 2003. p. 48.

Odontologia do Maranhão. Essas escolas de curso superior consagraram-se como espaço majoritariamente masculino, pelo menos nos primeiros anos de funcionamento, no entanto, ainda assim mulheres foram registradas no meio acadêmico e a primeira a se formar em Direito, no Maranhão, foi Zélia Campos, em 1925.

Durante o Estado Novo, as instituições de ensino superior foram fechadas e voltaram a funcionar na década de 1940, com essa reabertura definiu-se gradativamente maior presença feminina nos cursos citados, bem como a abertura de novos cursos culminando na federalização do ensino superior no Estado e criação da Universidade Federal do Maranhão, em 1966. No decorrer deste período, foi possível notar cada vez mais mulheres presentes dos cursos de graduação, seja enquanto alunas ou docentes e é neste ponto que se ancoram algumas observações deste trabalho, que busca escrever a história do ensino superior no Maranhão com ênfase na análise da presença feminina, notabilizando os espaços que ocuparam, suas atuações, conflitos envolvendo questões de gênero e disputas de poder e, ainda, histórias de vida de mulheres que foram ressignificadas por meio da educação.

A presente pesquisa tem por objetivo compreender a organização, o processo e a inserção da mulher no ensino superior, sendo a universidade um espaço de educação, instrução e poder, com ênfase nos três primeiros cursos fundados no Maranhão - Odontologia, Farmácia e Direito. Para tanto, utilizamos, dentre outros aportes documentais, os discursos que tais mulheres elaboraram sobre si mesmas e sobre suas experiências de vida, de atividades estudantis e universitárias e sobre trabalho provocadas por meio de entrevistas.

Visa, ainda, identificar as mulheres no espaço do ensino superior, bem como suas atuações profissionais, entendendo o ensino superior como espaço de educação, instrução e poder. Tende a perceber a dinâmica e a importância do ensino superior para as mesmas no âmbito acadêmico, a repercussão social de presenças femininas em espaços considerados por excelência masculinos e observar as construções de discursos de mulheres e homens que vivenciaram a experiência da escolarização superior e o exercício profissional.

Ao destacar essas relações entre homens e mulheres na sociedade maranhense e nos três cursos de nível superior no estado do Maranhão, este trabalho se insere nos estudos que abordam a perspectiva de gênero, pois:

Ao utilizar gênero, deixava de fazer-se uma história, uma psicologia ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres, e passava a analisar-se a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, por meio das relações sociais de poder (LOURO, 2000, p. 14).

Dessa forma, a proposta deste trabalho culmina numa perspectiva que visa romper com os polos opostos de homem x mulher, dominador x dominado e problematiza a constituição de cada polo, evidenciando-os enquanto plurais. A desconstrução sugere que se historicize a polaridade e a hierarquia implícita a fim de não reproduzir uma análise em que os homens são vistos sempre como agentes e as mulheres sempre sofrem a ação, busca-se nesta pesquisa as múltiplas relações das mulheres na sociedade, na instrução e exercício profissional, evidenciando a forma como elas construíram suas práticas ao dialogar, assimilar e resistindo às assimetrias de gênero, mas também de origem, de condição social e de raça, mesmo que, nem sempre, essas questões estivessem claramente colocadas para as interlocutoras desta pesquisa ou fossem por elas lidas como uma questão pertinente em suas histórias de vida.

O estudo nasceu de uma proposta a repensar a história da educação das mulheres no Maranhão levando em consideração as relações de gênero nos mais diversos espaços, com ênfase na formação nacional, desde a infância até a fase adulta e experiências profissionais ao longo do século XX, pois, muito do que se observa na historiografia maranhense é que os estudos com foco na história da educação têm maior destaque no século XIX e nos primeiros anos do século XX. A proposta desta pesquisa nasceu, então, ao notar a importância de observar um período da história mais recente que ainda não tinha sido privilegiado pela historiografia local para esta temática, bem como a ênfase na presença feminina nos cursos de ensino superior do Maranhão.

A pesquisa na área de história das mulheres e educação começou desde a graduação, quando, de 2004 a 2006, fui bolsista de iniciação científica pela Universidade Estadual do Maranhão – faculdade de História - e sob orientação da professora Elisabeth Abrantes pesquisamos sobre a educação feminina e a resignificação da prática do dote. O interesse por estudos na área levou ao mestrado, em 2008, na área de História Social na Universidade Federal da Bahia, sob orientação da professora Edilece Couto e cuja temática foi a educação secundária feminina e as formas de emancipação. Antes da entrada no doutorado a integração com a temática também se deu com a participação no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), no projeto de extensão Gênero e Diversidade na Escola (GDE) como tutora on line discutindo as relações de gênero no ambiente educacional e na especialização em Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP - Ger), também no sistema de educação à distância como docente e orientadora. Já no doutorado, em 2013, a pesquisa voltou-se para a história da educação feminina no ensino superior.

A metodologia de pesquisa consiste na utilização de duas tipologias de aportes documentais: fontes impressas e fontes orais. As fontes impressas têm sua base, principalmente,

nos documentos oficiais produzidos pela própria Universidade Federal do Maranhão ou pelas Faculdades Isoladas, nas secretarias dos cursos, na pró-reitoria de ensino da universidade e no Memorial Cristo Rei, também vinculado à UFMA. Também tem suporte nos documentos de governo e em fontes relacionadas à mídia da época, usando revistas, jornais e propagandas, encontrados no acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Benedito Leite. As fontes orais baseiam-se nas entrevistas com cinco mulheres que vivenciaram a experiência de um curso superior (Direito, Farmácia e Odontologia) entre as décadas de 1950/70 na Universidade Federal do Maranhão.

Destaca-se, neste trabalho, a importância dos registros feitos com base nos relatos orais, pois foi possível acompanhar o empoderamento que tais mulheres tiveram por meio da educação, bem como suas concepções sobre ser mulher na sociedade que estavam/estão inseridas e as relações e desafios envolvendo a experiência no ensino superior, pós-graduação e o exercício da profissão, observando ainda como encararam a questão da maternidade, casamento e relações interpessoais. Todos estes discursos, em sua maioria, chegam, até a atualidade, mediados pela fala masculina sobre as mulheres, daí uma grande importância em ouvi-las.

Como toda fonte histórica, a entrevista de História Oral deve ser vista como um ‘documento-monumento’, conforme definido pelo historiador francês Jacques Le Goff. Durante muito tempo pensou-se em ‘documento’ como resíduo imparcial e objetivo do passado, ao qual muitas vezes se atribuía valor de prova. O ‘monumento’, em contrapartida, teria como característica a intencionalidade, uma vez que é construído para perpetuar a recordação. [...] a ideia de ‘documento-monumento’ traz essa intencionalidade para o próprio documento, cuja produção resulta das relações de força que existiram e existe nas sociedades que os produziram (ALBERTI, 2008, p. 183).

Observamos, nos discursos elaborados, elementos onde predominam a autoimagem das entrevistadas, assim como as formas poéticas assumidas em cada narrativa, as omissões e a subjetividade de cada interlocutora mediante um guia de perguntas semiestruturadas, que sofreram adequações ao longo das entrevistas gravadas em áudio. Os acessos a tais pessoas deram-se, em geral, por contato de alguém conhecido em comum, o que facilitou a recepção. Por quase todas, o local escolhido para entrevista foi a própria residência e também na maioria das entrevistas foi necessário mais de um encontro para esclarecimento de alguns pontos ou mesmo para novas perguntas por conta de questões que surgiram só posteriormente.

Identifica-se, por sua vez, que o ato de recordar, realizado pelas cinco entrevistadas em ocasião de provocação nas entrevistas, faz referência a um movimento que se relaciona ao passado, mas é balizado pelo presente.

[...] a relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquele que lembra. Nada é esquecido ou lembrado no trabalho de recriação do passado que não diga respeito a uma necessidade presente daquele que registra (MALUF, 1995, p. 31).

Assim, a construção de narrativa sobre suas histórias de vida e sobre as formas como tais mulheres posicionam-se quanto ao passado é um reflexo direto da maneira como as mesmas se veem inseridas na sociedade atualmente. Destacando a importância do ato de rememorar, destacamos, a seguir, um breve memorial do percurso acadêmico desta pesquisa.

As atividades de pesquisa documental tiveram início ainda em julho de 2012 quando realizamos um levantamento documental e bibliográfico para a escrita do projeto de pesquisa. Na ocasião visitamos os principais espaços de pesquisa em São Luís (Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL e Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM), bem como alguns acervos da própria Universidade Federal do Maranhão (Palácio das Lágrimas, Palácio Cristo Rei, Secretarias das Faculdades de Farmácia e Odontologia e Pró-reitoria de Ensino). Após este levantamento inicial e registro fotográfico de algumas fontes (principalmente na BPBL e APEM), somente voltei ao desenrolar da pesquisa em julho de 2013.

A primeira preocupação quanto à fonte estava em coletar os arquivos de secretaria: disciplinas cursadas, matrículas, notas, conclusões de curso, registro de ponto, atas de reuniões de docentes, memorial de concursos, revistas e escritos diversos que ajudassem a compreender o cotidiano das faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia em São Luís. Para isso, empregamos, primeiro, atenção nesta documentação que estava (e ainda está) totalmente espalhada em diversos setores da UFMA, desorganizada e em péssimas condições de manuseio. No segundo semestre de 2013, frequentamos alguns setores de arquivo da UFMA e voltamos ao Palácio Cristo Rei, prédio-memorial da Universidade, pois o mesmo seria fechado para reforma.

No primeiro semestre de 2014, a pesquisa concentrou em outro ambiente, da Universidade Federal do Maranhão, que estava praticamente abandonado e sob os cuidados de apenas um funcionário: o Palácio das Lágrimas (antigo prédio onde funcionava as Faculdades de Farmácia e Odontologia), onde encontramos grande quantidade de documentos desorganizados em uma sala. Apesar de não ter os documentos organizados, nem mesmo por datas, foi neste ambiente que pude encontrar as principais fontes documentais para composição deste trabalho, tais como: arquivos de secretaria, disciplinas cursadas, matrículas, notas, conclusões de curso, registro de ponto, atas de reuniões de docentes, memorial de concursos,

revistas e escritos diversos sobre o cotidiano das faculdades de Farmácia e Odontologia, documentos da Universidade em Geral e algumas obras raras sobre as faculdades e federalização da instituição. Além disso, fontes, como: diplomas, fotografias diversas e etc. Posteriormente, este prédio também entrou em reforma e todos os documentos foram remanejados.

Os desafios para realização desta pesquisa foram muitos, a começar pela documentação referente à Universidade Federal do Maranhão, pois deparei-me com um realidade de desorganização do material. No Palácio Cristo Rei, dedicado ao memorial da Universidade Federal do Maranhão, encontramos apenas documentos sobre a fundação da mesma e bibliografia de livros mais recentes. Já no Palácio das Lágrimas, dedicado aos cursos de Farmácia e Odontologia, encontramos uma sala enorme, cheia de documentos, mas com ausência de qualquer forma de organização, seja por data ou por setor, o que dificultou o trabalho de pesquisa e alterou os prazos. Na secretaria do curso de Direito, deparamos com um caso de incêndio, na década de 1980, e muita burocracia para acessar a documentação.

Tais complicações referentes à documentação escrita refletem na ausência de alguns dados no corpo do texto, pois parte do material relativo aos três cursos não existe mais. Além de todo esse processo os dois primeiros prédios citados entraram em reforma e tivemos que acelerar a coleta de dados.

Durante orientação entendemos a importância de análises sobre a Faculdade de Direito e suas ex-alunas, pois também foi das primeiras faculdades a se implantar em São Luís. Iniciamos mais uma saga para a pesquisa, pois na secretaria do Departamento do curso de Direito havia documentos que estavam apenas ‘jogados’ em uma sala, que, somado a isso, estava a falta de interesse da coordenação do curso em liberar nosso acesso ao material disponível.

Ainda catalogando alguns documentos escritos, inicia-se o processo das entrevistas, onde começamos a buscar possíveis nomes para compor o quadro de pessoas entrevistadas. Em algumas conversas informais na própria UFMA e em visita ao Conselho Regional de Odontologia e Farmácia, conseguimos alguns nomes prévios para concessão de entrevistas, porém sem contato da maioria das pessoas indicadas, o que levou às novas procuras. Foi quando, na própria UFMA, tive a indicação da professora Rubenice Amaral, que prontamente aceitou participar da entrevista realizando-a em maio de 2014. Ainda realizamos entrevistas com: Suely Cantanhede, em junho de 2014 (ex-aluna do curso de Farmácia); Geusa Felipa, em setembro de 2014 (ex-aluna de Farmácia); Maria das Dores, em julho de 2015 (ex-aluna de odontologia) e, por fim, Anildes de Jesus, em novembro de 2016 (ex-aluna de Direito). Cada

entrevista foi um desafio, desde a identificação de possíveis pessoas no perfil da pesquisa, os contatos iniciais e a realização das entrevistas, uma vez que as questões não eram sanadas em apenas um encontro, tendo necessidade de outros momentos de entrevista e tendo, em parte das entrevistadas, algumas forma de resistência, pois achavam que não tinham nada a acrescentar em suas falas. Das cinco mulheres ouvidas para este trabalho, a média de realização das entrevistas para a pesquisa foi de três a quatro vezes, apenas uma delas que a entrevista foi limitada a duas vezes. Todas elas autorizaram o uso de seus nomes reais na divulgação da pesquisa e assinaram um termo de autorização que tem modelo anexo juntamente com o roteiro inicial das perguntas.

O objetivo de análise deste trabalho não está restrito apenas às experiências vividas durante o período de formação acadêmica, mas, também remonta trajetórias de vida estudantil, experiências pessoais e relações sociais sobre ser mulher na sociedade em que estavam/estão inseridas. Para isso, as fontes de pesquisa partem pelo aporte documental do acervo da própria universidade, oferecendo, num suporte quantitativo, visão mais holística do ensino superior nestes três cursos citados e também fazendo referência às entrevistas de ex-alunas, na perspectiva de história oral e uso da memória.

Assim, buscamos identificar a presença das mulheres no ensino superior mostrando que o aumento numérico da participação feminina não significou melhoria de acesso, condições de permanência nem mesmo igualdade de gênero no ambiente acadêmico. Desta feita, defendemos a tese de que as mulheres sofreram múltiplas violências de gênero e classe ao logo de suas experiências no ensino superior, pois o espaço universitário, nos três cursos estudados, ainda era quase que, absolutamente, masculino e ocupado por pessoas de classes mais abastadas. As mulheres, por ocuparem cada vez mais o espaço público, sofreram diversas formas de opressão, configurando-se como uma disputa de poder travada diariamente, em todos os aspectos de suas vidas, mas, principalmente, na experiência relativa ao ensino superior e atividade profissional.

Notificamos também que, apesar das violências sofridas, muitas vezes, as formas de opressão e violência no meio universitário não foram notabilizadas por aquelas que sofreram, no entanto, foram relatadas, mesmo que nas entrelinhas, em diversos momentos das entrevistas e também em uma variedade de fontes escritas mostrando que em várias situações esse processo era velado, silencioso e, portanto, não identificado com clareza pelas pessoas envolvidas. Pela intensidade da reprodução de comportamentos misóginos, as relações entre homens e mulheres eram travestidas de normalidade, quando na verdade eram formas de controle, vigilância e cerceamento das liberdades femininas.

Contudo, a despeito desses controles e assimetrias de gênero, classe, bem como as dificuldades vividas em função da origem (posto que a maior parte delas nasceu em cidades do interior do estado sem acesso ao ensino médio e superior), elas construíram suas trajetórias e as narram pontuando as decisões, as atitudes determinadas, os acertos nas escolhas profissionais, as dificuldades na vida familiar e conjugal, a carreira acadêmica e profissional, na maior parte das vezes, associada à imagem de bem sucedida e de superação da condição social de suas origens, demonstrando resistência quanto ao controle e limitações que os marcadores sociais trazem.

Para atender tais objetivos, a tese divide-se em quatro capítulos, identificados a seguir:

O primeiro capítulo inicia-se com uma discussão teórica destacando o caminho historiográfico da história das mulheres e gênero e fazendo um levantamento dos principais trabalhos no Brasil e Maranhão. Discute-se também o termo gênero diante da perspectiva inaugural de Joan Scott, mas também diante da problematização que Judith Butler traz para o uso deste termo. Na sequência, aborda-se discussão sobre história oral e memória, destacando os caminhos historiográficos da história oral e os aportes metodológicos, ainda se discute o conceito e uso de memória.

O capítulo dois oferece a contextualização do local da pesquisa, fazendo um levantamento da dinâmica urbana, política, social e econômica de São Luís ao longo do período estudado. Aponta também uma discussão sobre as crises e conflitos por conta de intervenções federais, greves e ditadura militar. Por conseguinte, discute-se a história da educação no Maranhão, com ênfase no ensino superior e o estabelecimento das primeiras faculdades isoladas, federalização e impasses envolvendo as instituições de ensino superior e as políticas de Estado. Por fim, o capítulo discute o processo educacional na capital maranhense com foco para a implantação dos primeiros cursos em nível superior. Desta forma, o objetivo é fornecer uma visão da história e da dinâmica do espaço onde se passa a pesquisa.

No capítulo três destacam-se algumas noções ideais sobre as mulheres na sociedade brasileira e maranhense do período estudado. Analisam-se os papéis pensados para moças e mulheres que eram evocados através da imprensa, do discurso médico e sanitário, bem como por meio da religião. Na sequência, o capítulo vai mostrar alguns dados e indícios que apontam a presença feminina nos quadros dos cursos superiores, tanto na condição de discentes, quanto docentes, discutindo sobre a importância e significado de ter mulheres no espaço acadêmico. Oferece um amplo panorama de matrículas, frequências e rendimentos de homens e mulheres no ensino superior do Maranhão.

O capítulo quatro trata diretamente das histórias de vida de cinco mulheres, destacando suas experiências no ensino superior. Observa-se sobre o processo da entrevista, os caminhos e problemas experimentados com cada entrevistada, trazendo à luz suas memórias sobre as trajetórias de suas vidas, os desafios vivenciados na academia e experiências afins, atentando-se para as construções dos discursos e processos da autoimagem que fizeram silêncios em alguns momentos ou ajustamento nas falas. Discute-se também o exercício da profissão entre mulheres, mostrando abrangências históricas da relação mulher e trabalho e destacando as experiências vivenciadas por nossas entrevistadas. Também enfoca questões sobre casamento, exercício da maternidade e paternidade na profissão e ainda os estudos de pós-graduação e as exigências com a atividade profissional.

Capítulo 01- SOBRE MULHERES: abordagem teórica e historiográfica acerca da história das mulheres, gênero e oralidades

A História escrita reflete quem fala e o local de onde fala, pois é situacional, acompanhando, dessa forma, as mudanças sociais e filosóficas que a rodeia. Desde o processo de organização ocidental da escrita da história podemos identificar que o trabalho filosófico de escrever seleciona a quem deve ceder a voz historiográfica e quem deve ser analisado como digno de nota.

Assim, por séculos a fio, diversas categorias de pessoas não foram contempladas no papel de protagonistas dos feitos históricos porque não se acreditava no potencial das suas experiências, tendo como resultado, de longo prazo, séculos de escritos históricos retratando os mesmos agentes: homens brancos e das classes sociais mais privilegiadas, com temáticas relacionadas à administração pública e aos interesses políticos e econômicos.

Gradativamente, sobretudo entre o fim do século XIX e início do XX, a escrita da história foi feita por um grupo de intelectuais que valorizava a interdisciplinaridade e promovia diversidade entre os objetos contemplados, dando início a um movimento em que tudo pode ser digno de História. Partindo de necessidades do cotidiano e conflitos vivenciados entre pessoas que detêm os meios de produção e aqueles que têm apenas a força de trabalho, o marxismo foi uma das correntes de pensamento que contribuiu para diversificar e ampliar a análise histórica sobre a sociedade. Fez isso refletindo sobre as contradições e condições de sobrevivência dentro da estrutura capitalista e, desta forma, identificou diversos grupos no processo dialético de organização econômica, contemplando, por exemplo, escravos, trabalhadores urbanos e rurais, entre outros.

O marxismo contribuiu para integrar as mulheres na produção e força de trabalho, mesmo quando estas não desenvolviam atividade remunerada, considerando o sistema de gênero importante componente do sistema capitalista. Para o marxismo, a invisibilidade das mulheres se deve ao fato de as mesmas serem vistas como, exclusivamente, do âmbito privado, negando, assim, sua capacidade de participar da vida pública. Mesmo não considerando as discussões de gênero uma questão secundária, o marxismo foi importante para dar visibilidade ao trabalho feminino.

O marxismo constituiu-se em outra corrente que assumiu posição significativa na historiografia. Majoritariamente, seus seguidores privilegiaram as contradições de classe, considerando secundárias as questões étnicas, assim como a problemática que opõe homens e mulheres. Essa se resolveria com o fim da contradição principal: a instauração da sociedade sem classes. Não se justificava, portanto, uma atenção especial do/a historiador/a para a questão feminina (PEDRO, 2007, p. 284).

Neste sentido, Heleieth Saffioti (2004) aborda a relação do patriarcado a partir das concepções marxistas, pois, para esta estudiosa, o patriarcado marca não apenas as relações do privado, como também do meio civil, público e estaria com a conotação da subjugação do contrato sexual entre homens e mulheres, não apenas na figura paterna (como o nome bem sugere), mas, sobretudo na figura do marido. O patriarcado configura-se em um tipo hierárquico de relação, que invade toda sociedade, representando uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência.

No início do século XX, um movimento que, posteriormente, vai se mostrar muito mais amplo, foi iniciado sob a gênese de um grupo de historiadores franceses em torno da publicação da Revista dos *Annales* (1929). Com caráter inédito a escrita da história ocidental, dá os primeiros passos para ampliar a noção conceitual de fontes históricas, de agentes históricos e temáticas a serem incluídas, pois seria, praticamente, impossível pensar numa história que saísse das mesmas experiências de política, economia e grupos privilegiados e que não promovesse uma revisão do ato historiográfico.

Ao longo do século XX, o que ficou conhecido como grupo dos *Annales* passou por mudanças expressivas de várias gerações, mantendo a posição de ‘nova’ História diante dos escritos do positivismo. Dentre as maiores contribuições do movimento dos *Annales* é possível destacar o caráter da multiplicidade do que é História e seus objetos de estudo. Assim:

[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. ‘Tudo tem uma história’ [...] tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante passado. Daí a expressão ‘história total’, tão cara aos historiadores dos *Annales*. A primeira metade do século testemunhou a ascensão da história das ideias. Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo [...], a feminilidade [...], a leitura [...], a fala e até mesmo o silêncio (BURKE, 1992, p. 11).

1.1 História das Mulheres e Gênero

Durante séculos, a invisibilidade das mulheres na história era uma constante, elas existiam na história, no entanto, os aportes e tipos de conteúdo que as citavam não eram considerados fontes pelos historiadores, cronistas, literatos e etc. A história foi uma das disciplinas que mais tardiamente fez uso da categoria “mulheres”, foi preciso mudar a forma de pensar e fazer história para que atores sociais, historicamente desprivilegiados, pudessem inaugurar suas participações nos escritos históricos. Esses movimentos na historiografia

destacam-se desde as mudanças, já citadas, pela escola dos Annales, no início do século XX, atravessando por propostas de outras gerações, até a História das Mentalidades, História Cultural e contribuições da interdisciplinaridade.

Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria 'homem'. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental (SOIHET, 2007, p. 284).

Como destaca Rachel Soihet, no trecho citado acima, durante séculos, a escrita/pesquisa da história foi feita utilizando uma linguagem tida como universal, as diferenças não eram pormenorizadas e uma categoria homogênea fazia crer que, de fato, se tratava de uma história universal, apenas com a revisão da historiografia é que gradativamente muitas diferenciações foram ganhando rosto e espaço nos escritos históricos. Este processo foi e é um campo de constante análise, sendo palco de constantes revisões.

Dessa maneira, a história social destacou a importância de contar as experiências dos diversos grupos como ponto de interesse para a investigação histórica, dentre eles: pessoas do campo, operários, mulheres, negros, escravos, etc.

A presença feminina no escrito histórico acaba por ser um reflexo das mudanças pelas quais a história passou, com a chamada renovação historiográfica e a inserção de novos temas, novos debates e novas abordagens, mas, também, como resultado da luta de mulheres e do movimento feminista que promoveram notoriedade social e tornaram tais temas importantes politicamente.

Seria interessante, por fim, pensar como os deslocamentos teóricos produzidos pelo feminismo têm repercutido na produção historiográfica. A emergência de novos temas, de novos objetos e questões, especialmente ao longo da década de setenta, deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, inicialmente a partir do padrão masculino da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política. Este quadro ampliou-se, posteriormente, com a explosão dos temas femininos da *Nouvelle Historie*, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, entre outros (RAGO, 1998, p. 34).

No afã da ampliação das temáticas, tem-se uma história que passa a contemplar agentes antes a-históricos, como Michelle Perrot (1988) identificou “os excluídos da história”, dentre estes os loucos, operários, as mulheres e outros, o foco do historiador já não é apenas os chefes de estado e afins, abre-se um amplo leque oportunidades outras para leituras da realidade.

Essa crise de identidade levou à procura de ‘outras histórias’, e, conseqüentemente, à ampliação do saber histórico, possibilitando uma abertura para a descoberta das mulheres e do gênero. [...] Por outro lado, a discussão dos paradigmas das ciências sociais levou, entre outros aspectos, ao questionamento das universidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história e entre eles mais de 50% da população mundial – as mulheres (MATOS, 1997, p. 74).

A compreensão sobre o saber histórico tornou-se relativo onde o historiador passou a interpretar os processos de mudanças de forma dialética. Uma das importâncias da Escola dos Annales para o desenvolvimento da história das mulheres se deu no *modos operandi* da realização historiográfica, é como define Lisly Gonçalves:

Em síntese, não há como negar a contribuição da corrente historiográfica dos Annales para a história das mulheres, com seu “alargamento progressivo do campo histórico às práticas quotidianas, aos comportamentos vulgares, às ‘mentalidades’ comuns” mesmo que “as relações entre os sexos não [tenham sido] a preocupação prioritária de uma corrente interessada sobretudo nas conjunturas econômicas e nas categorias sociais”, mas que, no entanto, lhe deu atenção favorável”, acabando por criar condições intelectuais propícias à incorporação da mulher como sujeito histórico (GONÇALVES, 2006, p. 55).

Outro aspecto historiográfico que merece destaque é que o movimento epistemológico será marcado por crises, com certo descrédito às meta-narrativas que explicavam a sociedade (tal como o marxismo e o estruturalismo). Com a emergência do pós-modernismo questões, antes consideradas marginais, passam a ter destaque.

Outra causa importante foram as transformações trazidas pelo surgimento de novos paradigmas científicos. A crítica ao racionalismo e o fim da exigência de conceitos teóricos muito rígidos, relativizou o conhecimento histórico, tanto no que diz respeito a uma determinada época quanto a uma dada situação do historiador no tempo. Ao passar a interpretar os processos de mudança por meio de um conhecimento dialético, os historiadores provocaram uma reviravolta na perspectiva de análise, permitindo mais espaço para questões antes tidas como de menor ou nenhuma importância, as mulheres entre elas (SILVA, 2008, p. 225).

O fim do século XX foi marcado por diversas possibilidades para a escrita da História, dentre elas o fim das certezas totalizantes e fim das grandes referências, proporcionando maior valorização das experiências cotidianas para a História, pluralizando as áreas de interesse das ciências humanas e ampliando os interesses.

Outrossim, a História Cultural abre referências para compreender as múltiplas linguagens de representação social, de pessoas ou instituições mediante práticas materiais e rituais, que antes “ignorados num enfoque marcado pelo caráter totalizante, tornam-se

perceptíveis numa análise que capte o significado de sutilezas, possibilitando o desvendamento de processos de outra forma invisíveis” (PEDRO, 2007, p. 285).

Atualmente as mulheres estão estabelecidas nos escritos históricos, como protagonistas, agentes e escritoras do próprio caminho historiográfico, no entanto o processo até esta conquista não foi linear e nem de despolitização, muito menos fruto de um grupo masculino que passou a ‘incluir’ as mulheres na História. Pelo contrário, para romper com as formas tradicionais de perceber o passado foi necessário enfrentamento político de mulheres na academia, como aponta Scott.

A história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história. Embora a história das mulheres esteja certamente associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia ou na sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado (SCOTT, 1992, p. 65).

Esta autora critica o caminho linear que, usualmente, a historiografia das mulheres é apontada, defende que, mesmo com a inclusão conceitual do termo gênero (e a tentativa de afastar da posição militante que o feminismo acarretaria), boa parte do que é pensado na academia ainda está relacionado a um movimento político. Define que o termo ‘política’ tem vários significados, indo desde a atividade dirigida a governos ou autoridades até a compreensão de que são relações de poder mais gerais e suas estratégias para mantê-los, ou seja, para Scott essa afirmação de que os escritos das mulheres na academia foram feitos abandonando a política, à medida em que o termo gênero ganha espaço para poder dar legitimidade e conferir maior credibilidade aos estudos, não faz total sentido, pois o espaço da ciência é cercado de política.

O destaque das mulheres nos escritos históricos atravessou alguns marcos cronológicos relativos aos interesses vigentes de cada época: inicialmente, a escrita estava influenciada pela perspectiva do movimento feminista que, em torno da década de 1960, alavancou um processo de estudos sobre a história e realidade social das mesmas, foi “quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação” (SCOTT, 1992, p. 64), havia então a necessidade de se fortalecer o papel da mulher e dar visibilidade diante do histórico silêncio.

A partir do feminismo acadêmico a presença feminina nos escritos históricos teve maior notoriedade e na articulação de tal movimento, a partir da década de 1960, assumiu-se a

necessidade de criar uma identidade coletiva para as mulheres, indivíduos do sexo feminino que tinham interesse comum pelo fim da invisibilidade, buscando a igualdade e controle sobre seus corpos. Para o pensamento feminista desta fase a subordinação feminina era pensada em função da época histórica e do lugar que se estudava, mas também era entendida como universal pois parecia ocorrer em todos os lugares e períodos históricos. O caráter destes estudos identificam a subordinação, assumem que ela existe, porém questionam o caráter natural dessa subordinação.

As feministas radicais argumentaram que a dominação masculina excluía as mulheres da história, da política, da teoria e das explicações prevalecentes da realidade. Esses argumentos tiveram consequência na produção científica. As teóricas feministas passaram a revisar as produções disciplinares perguntando-se como seriam diferentes se elas [...] tivessem considerado relevantes o *ponto de vista feminino*. As formas tradicionais de explicação das diversas disciplinas foram perscrutadas na procura de conceitos apropriados para dar conta da opressão feminina e da realidade das mulheres (PISCITELLI, 2004, p. 48).

A partir da década de 1970, estudos feitos por mulheres e acerca das mesmas, mantêm como pauta na produção acadêmica dois pontos de reflexão: primeiro, continuar apresentando que as mulheres também estão presentes na História e também denunciar as opressões e explorações sofridas pelas mulheres ao longo do tempo. Conquanto, ao almejar este caráter de compensação, a história das mulheres ainda parecia um adendo à história geral, um capítulo a mais na referência principal. Nesta década, pesquisadoras feministas estavam mais presentes nas universidades e puderam realizar pesquisas, monografias e reflexões que contemplassem as mulheres no contexto histórico e social. Como já enfatizado acima, a produção de tais pesquisadoras ainda tomava características de uma ciência complementar.

Em várias teses, historiadores chegaram a escrever um capítulo suplementar sobre as mulheres, numa espécie de generosa esmola com que se premiava o nascente movimento feminista. Agradava, desta maneira, o feminismo, mas não a história das mulheres, e embora vigorasse uma confusão arditamente alimentada entre ambas era preciso separar o feminismo e sua história sobre as mulheres, por tratar-se de dois objetos em si (PRIORE, 1998, p. 221).

A escrita da história das mulheres era vista como coisa de ‘mulherzinha’ na academia, sendo rejeitada e até mesmo ridicularizada por ser associada à ideologia feminista, porém apesar da importância do movimento para a abertura de estudos históricos, sociais, econômicos sobre as mulheres a escrita dessa história não pode ser mérito exclusivamente do feminismo, sendo também fruto de mudanças na forma de pensar a ciência em fins do século XX.

Fundada, pois, na constatação da negação e do esquecimento, a história da mulher emergiu e ganhou musculatura, a partir de 1970, atrelada à explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como às novas aquisições da história social e às pesquisas, até então inéditas, sobre a memória popular (PRIORE, 1998, p. 220).

Em torno dos anos de 1970, pesquisadoras acadêmicas tentaram ‘afastar’ a imagem da militância feminista para conferir mais seriedade aos trabalhos e, com isso, maior reconhecimento acadêmico. A escrita da história passa a ser influenciada por uma série de novas tendências com objetos e problematizações como: sexualidade, criminalidade, morte, alimentação, etc. Aqui, no Brasil, uma das instituições que mais promoveu a pesquisa a Fundação Carlos Chagas, ao incentivar a produção bibliográfica e concursos de pesquisa, com bolsas da Fundação Ford, que também serviram para disseminar pesquisas na área de história das mulheres⁴.

A história das mulheres – com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com sua insistência em que as periodizações aceitas não funcionavam, quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública, política – implicava uma insuficiência fundamental: o sujeito da história não era uma figura universal, e os historiadores, que escreviam como se ele o fosse, não podiam mais reivindicar estar contando toda a história. O projeto de integração tornou essas implicações explícitas (PRIORE, 1998, p. 86).

Em meio à ciência androcêntrica, ou seja, aquela que privilegia o ponto de vista masculino e as questões associadas à virilidade, a história das mulheres teve, e tem, alguns desafios em relação à legitimidade acadêmica. Pesquisadoras feministas denunciaram como as relações dentro da academia eram desiguais, mesmo que elas tivessem as qualificações exigidas. Como se pensava a escrita das mulheres neste contexto acima?

Parte da história das mulheres buscava demonstrar a similaridade da atuação das mulheres e dos homens, e parte enfatizava a diferença das mulheres; ambas as abordagens consideravam as ‘mulheres’ como uma categoria social fixa, uma entidade separada, um fenômeno conhecido – eram pessoas biologicamente femininas que se moviam dentro e fora de contextos e papéis diferentes, cuja experiência mudava, mas cuja essência – como mulher – não se alterava (SCOTT, 1992, p. 82).

⁴ A produção nacional, a partir da década de 1970, é fruto de pesquisas de pós-graduação nas instituições nacionais que começam a ganhar destaque onde boa parte das pesquisas se dedivam a interpretar a chamada ‘cultura brasileira’ e também buscam entender a historiografia brasileira como autêntica e que não se limitaria a ser réplica da historiografia europeia.

A história das mulheres passou a se preocupar mais em destacar a cultura feminina e seus grandes feitos do que vitimar as mulheres em diálogo com o movimento feminista da década de 1970. Dessa feita, estudos como o de Amaro Moreno (1987) e Maria Milagros Rivera (1993) chamam a atenção para a escrita de uma história centrada nas mulheres. Amparo Moreno, em seu trabalho sobre o androcentrismo na história, observa que a partir da segunda metade do século XX, e com a maior escolarização das mulheres, foi possível questionar um saber produzido por homens e o silêncio das ciências em relação às realidades femininas, ou seja, um saber androcêntrico e sexista. Denuncia ainda que, na década de 1980, a análise social da ciência era parcial e incompleta apresentando alguns problemas, como, por exemplo: visão distorcida das mulheres, marginalização tanto como produtora de conhecimento, quanto como objeto de estudo e visão parcial.

Amparo mostra como a partir da entrada de mulheres no ensino superior, sobretudo na segunda metade do século XX, ocorreu, dentre pesquisadoras, docentes e estudantes acadêmicas, uma série de questionamentos sobre o tipo de ciência que era produzido, onde os mecanismos de privilégio de um sexo sobre o outro nas diversas áreas do saber, foram as maiores denúncias que tais mulheres fizeram. Diversas vozes no meio acadêmico surgiam no sentido de combater os discursos científicos que marginalizavam as mulheres, tanto como produtoras da ciência, quanto como objetos de estudo. Já Maria Milagros Rivera faz um rebuscar histórico da metodologia da história das mulheres e destaca o ginocentrismo como necessário para superar o modelo excludente e hierárquico do androcentrismo.

Assim, pode-se dizer que um dos grandes desafios da produção historiográfica em fins do século XX, no concernente às mulheres, é estudá-las numa perspectiva emancipadora e de protagonismo. Não é de hoje que o “desregramento” feminino e as estratégias de poder são documentadas e tornam-se objetos de estudo de historiadores/as, sob o estigma de ‘inferioridade natural’ da mulher houve muito registro documental em que as mulheres eram consideradas loucas, desordeiras, bruxas e etc. O trabalho de Natalie Zemon Daves serve-nos como exemplo para perceber como os europeus, no século XVIII, encaravam as mulheres que se davam aos prazeres e desvios, estas, eram apresentadas de forma grotesca e agressiva. Ao mesmo tempo, a imagem da desordeira era aproveitada por homens que se travestiam de mulheres em diversos rituais na Europa, século XVII – XVIII, para buscar melhorias em medidas sociais, tais como: evitar aumento de impostos, comida e aluguéis. Para Daves (1990), esse simbolismo sexual de inversão se deu por conta de uma necessidade de disfarce para as reivindicações e também se deu por um certo uso do poder sexual da energia mulher desordeira para defender os interesses e padrões da comunidade.

A mulher por cima foi um recurso da vida privada e da vida pública, do modo que descrevemos, apenas enquanto dois critérios se mantiveram: primeiro, enquanto o simbolismo sexual tinha uma íntima relação com as questões da ordem e da subordinação, com o sexo feminino, inferior, sendo concebido como o sexo desordeiro e luxurioso; segundo, enquanto o estímulo à brincadeira da inversão era duplo – estruturas hierárquicas tradicionais e conflitos pelas transformações na distribuição do poder na família e na vida política (DAVES, 1990, p.127).

Interessa perceber que os estudos sobre as mulheres podem, em primeira mão, demonstrar uma vitimização imposta pelas relações sociais, no entanto, havia algumas formas de romper com a lógica da submissão sem que houvesse clara vitimização da figura feminina. Uma boa forma de realizar esta mudança de perspectiva é observando as estratégias estabelecidas por mulheres no mundo privado e público, estratégias estas que garantiram muitas vezes suas sobrevivências. Um dos exemplos de estudo que discutem a questão das estratégias femininas se refere à norma familiar discutida por Viazzo e Lynch (2002), as autoras destacam a história da família e o conceito de estratégia como relevante para as relações cotidianas. Os pesos das regras sociais sobre as mulheres têm a característica histórica de moldá-las para melhor atender aos objetivos considerados socialmente aceitáveis, ainda haviam muitos códigos de urbanidade para disciplinar os diversos corpos neste meio e estes ditavam o que uma ‘mulher decente’ deveria evitar fazer.

Para “livrar-se” (ainda que momentaneamente) das amarras sociais, muitas mulheres usavam e abusavam de estratégias para se livrarem da imposição na sociedade, muitas delas eram silenciosas e quase imperceptíveis, no entanto, eram eficazes. Assim, Maria Odila Costa Leite de Silva Dias (2005), na obra “Quotidiano e Poder”, utiliza o conceito de estratégia ao mostrar como as mulheres pobres, sós e chefes de famílias precisavam trabalhar para garantir seu sustento e já que sofriam muito no mercado de trabalho discriminador, elas buscaram serviços autônomos como: quitandeiras, vendedoras de tabuleiros, lavadeiras, artesãs, entre outras profissões consideradas do âmbito feminino e, por isso mesmo, desvalorizadas no trabalho formal.

Um discurso histórico que nega visibilidade às mulheres perpetua também sua subordinação e sua imagem de receptoras passivas. Como apresenta a discussão proposta por Margareth Rago, ao destacar a trajetória do feminismo e escrita da história das mulheres:

Portanto, as noções de objetividade e de neutralidade que garantem a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. Mais do que nunca a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta, de outro lado Michel

Foucault. Este questionara radicalmente as representações que orientavam a produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 5).

Com os limites teóricos mais fluidos, acerca do que é ciência humana e como fazê-la, alguns pontos de tensão na política feminista e trabalhos históricos passaram a ser destacados, dentre eles o uso do termo “mulheres”, que foi apontado como problemático por motivos como: fazer inferência direta ao movimento feminista; ter discurso com caráter ainda de militância política e por representar um enquadramento de categoria, homogeneizando-as.

Já na década de 1980 a proposta por analisar as mulheres na historiografia adquire uma significação mais ampla com a inclusão do aporte conceitual de gênero como categoria de análise.

Linda Nilcholson (2000) defende que as feministas da década de 1960 já se utilizavam do termo ‘gênero’, só que no sentido de marcar a diferença entre o masculino e o feminino, ou seja, de explicitar o que os códigos sociais defendiam como *coisas de homem* ou *coisas de mulher*. O uso deste termo foi feito para complementar a compreensão de sexo, pois a maioria das feministas associava a concepção de que havia marcas biológicas que diferenciavam homens e mulheres, assim ‘gênero’ passou a contribuir para a interpretação de que as diferenças associadas a homens e mulheres não eram de natureza biológica.

Como resultado da efervescência dos estudos sobre as mulheres, da afirmação da igualdade dos sexos e da maior presença feminina no meio acadêmico, as ciências humanas e sociais passaram a ter estudos sobre a condição feminina muito mais sistematizados.

Como resultado, reforça-se a ideia de separação entre o movimento feminista e a produção de uma história das mulheres, o que se evidencia, no plano dos conceitos, pela formulação da categoria *história feminista*, que, de acordo com Joan Scott, se definiria como um saber produzido com ênfase nas relações de dominação entre homens e mulheres, preocupação menos central na história das mulheres. No processo tal história consolida seu lugar na academia e compensa a perda do ardor militante com a adoção de padrões mais rigorosos de pesquisa (GONÇALVES, 2006, p. 68).

Era claramente necessário discutir sobre as mulheres e grupos sociais, até então não privilegiados nos escritos históricos, porém, diversos autores chamam atenção para o fato das mulheres desempenharem suas experiências de forma não isolada, sendo o cotidiano, a política e vivências, no modo geral, como aspectos também relacionais, isto é, aspectos relativos a homens e mulheres nos dilemas sociais experimentados diariamente. Destaca-se daí a importância contemplativa dos estudos de gênero, pois buscam envolver a dialética do cotidiano complexo envolvendo homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, sendo assim, “[...] as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas

nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder” (MATOS, 1997, p. 80).

Mas, afinal, por que ‘gênero’? Essa categoria foi tomada de empréstimo à gramática. Em seu sentido original, gênero é o fenômeno da presença em algumas línguas (por exemplo, as indo-européias) de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas. Gênero, nas ciências sociais, tomou outra conotação, e significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. O grande impacto que vem produzindo nas análises sociais funda-se em ter chamado a atenção para o fato de que uma parte da humanidade estava na invisibilidade – as mulheres –, e seu uso assinala que, tanto elas quanto os homens são produto do meio social, e, portanto, sua condição é variável (PEDRO, 2007, p. 288).

A novidade da categoria Gênero se daria por se basear em não polarizar com maior peso a questão do sexo biológico, entendendo este como importante, mas não como único fator de identidade, os estudos incorporariam a compreensão de como mulheres e homens fazem as leituras e realizam códigos com base nas inscrições biológicas dos corpos. E, ainda, que o sexo não pode ser pensado sem conexão com outros marcadores sociais como raça/etnicidade, orientação sexual, geração e classe social. Nas últimas décadas do século XX uma parte dos trabalhos começou a pensar a partir desse aporte conceitual, no entanto a historiadora Joana Pedro mostra que no caso brasileiro a disciplina história demorou para inclusão das mulheres como agentes históricos e também do uso teórico de gênero.

Além de não ter sido suficientemente digerido por historiadores, o conceito de gênero não dá conta de alguns problemas que surgiram na historiografia brasileira mais recente. Nesta, existem dois eixos que organizam, grosso modo, a produção. De um lado, trabalhos e ensaios sobre as representações da mulher (na literatura, na iconografia, nos discursos médicos, científicos, filosóficos e jurídicos) e de outro, trabalhos e ensaios sobre a história social das mulheres (família, economia, demografia, etc.). O conceito de gênero, segundo alguns autores, deveria servir para corrigir o empirismo, um pouco ingênuo, que caracterizaria a história da mulher feita até então (PRIORE, 2014, p. 233).

Carregando ainda o peso de uma escrita marcada pelas necessidades de reparação da ausência das mulheres na ciência, o surgimento do termo gênero foi usado para teorizar a questão da diferença sexual e também foi estendido para a questão da diferença dentro da diferença, promovendo a compreensão de mulheres plurais e que não tinham uma identidade fixa somente pelo fato de serem mulheres.

Gayle Rubin (1975) foi uma das primeiras teóricas a sistematizar o uso do termo gênero tendo como marco o ensaio “O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo”. Para ela, a cultura sobrepõe a natureza e é o imperativo da cultura que impõe a homens e mulheres as variadas formas de opressão, subordinação e relações sociais das mais diversas

categorias, assim, entende que é preciso desnaturalizar a subordinação das mulheres para sobrepor esta cultura da opressão feminina, vista como normal e reforçada pelo parentesco. No entanto, ao considerar as bases de parentela como importantes no sistema de opressão entre os gêneros, Rubin foi criticada por ainda manter no foco da diferenciação entre os sexos a base natural. Em 1980, as análises sobre a presença feminina na história, sociedade e cultura ganhou um reforço teórico com a perspectiva de gênero na década.

Por volta da década de 1980, Joan Scott (1994) dissemina o termo ‘gênero’ como organização social das relações entre os sexos, uma forma de não estabelecer o estudo das mulheres isoladamente, mas, oferecer uma análise que leve em consideração aspectos envolvendo a elaboração social e relações entre homens e mulheres. A palavra gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico e pautado neste diferencial, este termo pode representar um aliado na elaboração de trabalhos, passíveis de uma análise que leve em consideração os diversos sujeitos históricos, usado largamente entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, evocando também que homens e mulheres eram definidos em termos recíprocos e que nenhuma interpretação poderia existir se fossem analisados completamente separados.

A inclusão deste termo também contribuiu para mudar o estereótipo de que estudos sobre as mulheres se deteriam apenas em temas relacionados ao meio privado e que, tradicionalmente, teriam proximidade com a atuação feminina, tal como: família, crianças, educação, etc. Assim, Joan Scott posiciona a questão de gênero em duas formas: gênero, como a constituição das relações sociais baseadas na diferença dos sexos e como a primeira forma das relações de poder. Ela destaca a política como importante espaço de atuação feminina, embora tenha sido um dos campos mais complexos para transpor as fronteiras e destaca a atuação de mulheres em áreas como diplomacia, guerra, política e outros segmentos que, anteriormente, pareciam não ter relação com a presença e atuação feminina. Desta forma, a autora define atuação política em seus amplos sentidos como:

Primeiro, em sua definição mais típica, ela pode significar a atividade dirigida para/ou em governos ou outras autoridades poderosas, atividade essa que envolve um apelo à identidade coletiva, à mobilização de recursos, à avaliação estratégica e à manobra tática. Segundo, a palavra política é também utilizada para se referir às relações de poder mais gerais e às estratégias visadas para mantê-las ou contestá-las (SCOTT, 1992, p. 66).

O termo gênero ganhou maior notoriedade em diversos espaços universitários no mundo a partir da década de 90, pois o uso dessa categoria se tornou mais frequente, inclusive no Brasil,

antes os termos comumente usados em trabalhos acadêmicos eram: mulher, mulheres e condição feminina. Margareth Rago (1998), em seu artigo “Descobrimo historicamente o gênero”, narra alguns dos primeiros passos da consolidação do estudo de gênero no Brasil, como a organização de grupos e núcleos de estudo, seminários, palestras e espaços para discussões, dentre outras atividades. Assim, os estudos das “relações de gênero, no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva cultural em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina” (MORAES, 1998, p. 100).

A identificação de que as formações, antes tidas como biológicas, tornam-se expressões das práticas sociais vivenciadas, construídas e elaboradas, dão suporte para o ‘nascimento’ de uma ‘nova’ ciência aparentemente atenta não apenas à presença feminina e caracterização social, mas, sobretudo que tende a perceber relações entre os gêneros.

A fragmentação de uma ideia universal de ‘mulheres’ por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava numa possível identidade única entre mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287).

Com a tradução do texto de Scott, a definição sobre gênero ganhou notoriedade no Brasil e possibilitou uma maior articulação entre focos de pesquisa, com amplitudes antes não consideradas relevantes ou mesmo viáveis e a escrita da história das relações de gênero, oferecendo uma “ênfase ao caráter fundamental social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando as dimensões de poder” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 288).

Como demonstra Margareth Rago, a própria epistemologia feminina contribuiu para o estabelecimento da categoria ‘gênero’, quando:

Portanto, em se considerando os ‘estudos da mulher’, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade, construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que se desnatura as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais (RAGO, 2006, p. 27).

Mesmo abrangendo as análises sobre as mulheres, a partir das relações de gênero, é preciso observar algumas possíveis ‘armadilhas’ que o termo gera e uma dessas perspectivas é a própria noção de representação da categoria mulheres, pois, com objetivo de suprir históricas ausências das mulheres, cria-se uma possibilidade de representação que, muitas vezes, é tão pouco representativa quanto antes não inclusiva ou até mesmo caricata. Foi preciso recorrer a uma linguagem representativa, mas há necessidade constante de questioná-la, a fim de ampliá-la, pois o sujeito não é permanente.

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções como modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2003, p. 20).

Outro peso que o termo traz refere-se à inclusão dos homens nas análises sociais.

Assim como a simples substituição de termos, o gênero também acarretou mal-entendidos com profundas e, ao meu ver, nefastas consequências para o feminismo, as quais já se delineavam no início dos anos 90. Por ser um termo relacional (isto é, entendia que o feminino só existe enquanto em relação ao masculino), a ênfase no gênero colocou nas pesquisadoras um fardo maior. Para estudar a mulher, tinham também que estudar o homem. Assim sendo, quem quisesse entrevistar mulheres violentadas através, por exemplo, de narrativas de vida, teria também que coletar as narrativas dos homens violadores, senão o estudo estaria incompleto (COSTA, 1998, p. 131).

Gênero foi utilizado para questionar a biologia, tanto sexo remeteria às inscrições culturais trazidas pelo corpo e representadas como algo natural. O gênero é a leitura cultural construída através do físico, ou seja, seria a abordagem cultural sobre as marcas biológicas, contudo, as marcas biológicas também são culturais, afinal o sexo, assim como o gênero, é inventado. Corpo/ sexo biológico também é cultural, parte disso pode ser observada no trabalho de Thomas Laqueur (2001) quando analisa as formas de linguagem sobre os corpos, no aspecto filosófico e médico também e, como ao longo dos séculos, vários foram os discursos elaborados para qualificar diferenças entre homens e mulheres. Para Laqueur, “A linguagem marca essa visão da diferença sexual” (p. 31), partindo de um modelo de sexo/único/carne para os dois – sexos/duas carnes com discursos articulados baseados na hierarquia da representação da mulher com relação ao homem.

[...] o sexo, ou corpo, deve ser compreendido como o epifenômeno, enquanto que o gênero, que nós consideraríamos uma categoria cultural, era primário ou ‘real’. O gênero – homem e mulher – era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional, embora a terminologia moderna torne essa reordenação sem sentido. Pelo menos, o que nós chamamos de sexo e gênero existiam em um ‘modelo de sexo único’ explicitamente ligados em um círculo de significados, escapar daí para um suposto substrato biológico – a estratégia do Iluminismo - era impossível. Foi no mundo do sexo único que se falou mais diretamente sobre a biologia de dois sexos, que era mais arraigada nos conceitos do gênero, na cultura. Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUEUR, 2001, p. 19).

Assim, gênero representa os significados culturais do corpo sexuado, cuja leitura biológica já está impressa de marcas culturais.

Butler faz uma análise crítica das leituras sobre gênero defendendo que a concepção de homem e mulher não precisa, exclusivamente, se aplicar ao corpo, e o sistema de gênero não deve ser necessariamente binário⁵, pois, isso implicaria apenas na reflexão de gênero pelo sexo e, para a autora, tudo, inclusive o corpo, é linguagem. Para Butler, sexo é tão culturalmente construído quanto gênero, sendo também um meio discursivo cultural, a forma como se lê a anatomia também é cultural e temporal.

Assim, a autora define que: “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 25). Para ela, o termo gênero não pode ser entendido como um acréscimo a sexo porque este também é resultado de um meio discursivo cultural.

Butler discute a distinção sexo/gênero questionando suas raízes epistemológicas. Desenvolvendo uma discussão crítica sobre os modos de operação das relações binárias – gênero/sexo, homens/mulheres, sujeito/outro – a autora confronta as conceitualizações que pensam as identidades como fixas (PISCITELLI, 2004, p. 54).

Para Butler, a concepção de que gênero é construído socialmente sobre corpos binários é uma perspectiva determinista, pois os corpos são tidos como “recipiente passivos de uma lei cultural” (PISCITELLI, 2004, p. 26). Gênero é aplicado às pessoas como uma marca ou diferença biológica, linguística e cultural em relação ao outro que tem uma marca ou significado oposto,

⁵ Butler também questiona a heteronormatividade ao destacar que a sociedade exige uma forma de coerência entre sexo-gênero-desejo e prática sexual e, ao fazer isso, impõe a heterossexualidade enquanto norma.

dessa forma somente o gênero feminino seria marcado uma vez que o masculino seria o sujeito universal.

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor (PISCITELLI, 2004, p. 37).

Assim, para discutir gênero ou sexo ou mulher (ou mulheres) ou homem (ou homens), é necessário repensar as categorias e suas inserções, pois, é a lógica heteronormativa que tem construído os padrões de identidade entre sexo, desejo, corpo. Numa análise contínua que considera os gêneros não conformes como se fossem a exceção, o reverso.

Butler também considera um erro entender a categoria “mulheres” apenas acrescida dos componentes de raça, classe, etnia, idade, sexualidade acreditando que somente estes acréscimos bastariam para uma análise completa. Torna-se fundamental entender as categorias como incompletas por definição e, assim, seria livre de qualquer força coercitiva. Para ela, gênero é resultado de um discurso produzido pelas regulamentações e adquire uma característica performática, é o efeito daquilo que se pretende mostrar como ideal “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente construída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48).

Para a autora, performatividade deve ser entendida como uma prática reiterativa e referencial, onde o discurso produz efeitos e os nomeia, é a construção que se elabora a partir de uma materialidade, do corpo, do sexo. Portanto, a relação corpo, sexo, comportamento e desejo não é linear, ela é fluída e pode ser vivida de diversas formas, não apenas dentro das marcas da heteronormatividade.

Desta forma, o conceito de gênero e o termo mulheres, apesar de apresentar problemas, por conta do ideal de representação e unidade que, por diversas vezes, lhes é evocado, ainda são pilares importantes para os estudos das áreas de humanas e são importantes aportes.

Outro fator que merece destaque foi a busca por legitimidade e amplitude acadêmica pelos historiadores das “minorias” e uma das características dessa legitimidade foi a implementação de uma abertura na concepção teórica de gênero, destacando o aspecto relacional com classe e raça/etnia. Atualmente, essas três noções são entendidas como um tripé para uma análise substancialmente mais complexa, não podendo ser ignoradas nem balizadas,

no sentido de medi-las, embora, mesmo as utilizando, temos que ter consciência de que elas não dão conta da pluralidade das trajetórias e comportamentos das mulheres.

A paridade entre raça/etnia, classe e gênero é necessária no sentido de oferecer uma análise menos superficial e homogênea acerca das mulheres. É nesta perspectiva de articulação que as diferenças entre as mulheres se tornam mais pautáveis e permite pluralizá-las em seu contexto e tempo, como afirma Verena Stolcke “de que modo abordar a maneira como gênero, classe e raça se aproximam para criar não apenas fatores comuns, mas também diferenças na experiência das mulheres” (STOLCKE, 1991, p. 102), fatores de coesão são também de diferenciação.

Pensando nesta forma de cruzar tais abordagens de gênero, classe e raça/etnia, Kimberlé Crenshaw (2002) apresenta um modelo de experiência interseccional para percepção das mulheres e etnia, em especial ao se tratar da violência e opressão acometida às mulheres, tendo em vista que as diversas mulheres vivenciavam o sexismo de forma diferenciada por sua condição social e/ou raça/etnia. Um recorte de gênero que não invalida, pelo contrário, privilegia as diversas experiências e condições das mulheres e elabora a construção acadêmica com base nestas premissas de diferenciação.

Há um outro uso para o termo ‘mulher’, que, diferentemente dos significados que carregava na década de 1970, passa a compreender essa categoria no sentido político, não entendendo ‘mulher’ apenas numa concepção de essência feminina, mas utilizando este termo para possibilitar uma identificação de unidade política levando em consideração as variações das realidades e experiências de cada contexto.

[...] trata-se de uma ideia de mulher que, atenta à historicidade, não tem um sentido definido. Isto é, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. [...] Nessa proposta, não se trata de pensar as *mulheres como tais*, ou *mulheres nas sociedades patriarcais*, mas em *mulheres em contextos específicos* (PISCITELLI, 2004, p. 59).

Esse ‘retorno’ do uso político do termo mulheres se deu como uma alternativa à palavra gênero que carregava uma conotação mais neutra, algumas pesquisadoras acadêmicas entenderam a necessidade de politizar a teoria e, com isso, uma carga de significados no termo mulher, entendendo-o enquanto categoria heterogênea e construída historicamente por discursos e práticas variadas e de onde deve-se notar as variações regionais, sociais, culturais, econômicas, sexuais, dentre outras. Como discute Claudia Costa, “A categoria mulher torna-se, portanto, uma posição política e o campo movediço e arriscado de ação e reflexão dos estudos

feministas em contraposição ao porto seguro dos estudos de gênero (ou de masculinidades) dentro da academia” (COSTA, 1998, p. 133).

1.2 As mulheres na História: discussão e contribuições da historiografia sobre mulheres no Brasil

Falar das mulheres na História e da História das mulheres gera, ainda hoje, um desafio referente ao uso das fontes, desde a não preservação de fontes que contemplem a presença feminina (por desinteresse ou por atuações femininas estarem muito ligadas ao âmbito privado, o que, geralmente, faz com que este tipo de fonte acabe sendo esquecido) ou ainda a não observação dessa presença nas fontes documentais. Esta discussão em muito acontece por conta da percepção de que ao homem caberia o espaço público, por excelência e à mulher o recôndito privado, para aquelas que rompessem com esta lógica haveria o rigor da avaliação alheia numa concepção onde todas seriam consideradas como desertoras da redenção Mariana (Maria), sendo apontadas com imagens socialmente negativas, a exemplo de prostitutas, mulheres sem virtude e noções degenerativas ligadas à concepção de Eva – a pecadora.

De acordo com Michelle Perrot (1998) a presença de mulheres no espaço público sempre foi um problema para o mundo ocidental e a escrita de suas histórias reflete um pouco desta problemática quando descreve, ainda, em grande quantidade, seus papéis apenas privados.

Após rompimento inicial com o silêncio que atravessava a história das mulheres e com a ampliação da noção de tipologia documental, a escrita acerca do papel feminino na sociedade supera a relação opressor x vítima e outros aportes, recortes e perguntas começaram a ser lançadas aos documentos.

Ao refletir sobre o arquivo e seus “sabores”, a autora Arlette Farge (2009) foca-se sobre documentos policiais e, em seu livro, observa alguns personagens apontados pela documentação. Destacando a presença das mulheres nos arquivos, a autora chama atenção para o fato de que a escrita da História entendia a mulher como “incluída” na mesma, a partir da generalização das ações masculinas, sempre “subtendida” e, nunca (ou quase nunca) apontada, destacada em suas especificidades e processos de vivências que são únicos para este gênero. Diz: “As mulheres eram estudadas, sabia-se de sua existência, descreviam-se seus trabalhos, suas taxas de reprodução, suas doenças e seus infortúnios, mas elas nunca eram inseridas num acontecimento, qualquer que fosse” (ARLETE, 2009, p. 39). Debruçando-se sobre as fontes policiais, a autora destaca a intensa participação feminina na cidade por meio do trabalho, em

especial àquelas de classe mais baixa que ganhavam a vida em vendas, lavando roupas, sendo acompanhante das mulheres mais elitizadas, dentre diversas outras possibilidades e nas atividades urbanas ligadas a sociabilidades como idas às missas, praças, compras e etc., mesmo que acompanhadas por homens ou outras mulheres.

O processo de “aparecimento” das mulheres deu-se, em muito, a partir do momento que estas foram identificadas como atuantes nos diversos espaços, sejam públicos ou privados. Ao pensar nas diferentes classes percebe-se que as mulheres pobres já ocupavam os espaços públicos há muito tempo, embora isso também representasse um incômodo social, e mesmo um mal necessário.

A história das mulheres, que se desenvolveu muito nos últimos 25 anos, empenhou-se primeiro em descrever seus papéis privados, tomando-as ali onde elas estavam, o que pode ter como efeito encerrá-las neles, pela repetição do mesmo. Daí o desejo atual de segui-las pela cidade, pela nação, às voltas com uma cidadania social e política que lhes é proibida, que se furta, mas que elas vão progressivamente conquistando. É nesse campo que hoje se desenvolvem os trabalhos mais inovadores (PERROT, 1998, p. 11-12).

Perrot defende ainda que as aparições públicas das mulheres no Ocidente primeiramente se dão pela característica da beleza, seguindo um padrão dos bailes e das princesas, mas, ao mesmo tempo, há uma constante dialética das mulheres em tais espaços e aparições, pois existem lugares que são considerados proibidos ou inacessíveis às mulheres, já outros são considerados quase que exclusivamente reservados. “Na cidade, espaço sexuado, vão, porém se deslocando, pouco a pouco, as fronteiras entre os sexos” (PERROT, 1998, p. 37), ainda que a cidade tenha seu lugar organizado para as questões de gênero, estas barreiras ao longo da História apresentam deslocamentos resultado de alterações no contexto, imposições, lutas abertas ou veladas e etc.

Com atenção e cuidado pode-se encontrar as mulheres nos mais diversos aportes documentais, nos manuais escolares, nos censos, nos relatórios de governos e etc., uma grande questão para o exercício da escrita e pesquisa histórica é a maior sensibilidade ao documento, na leitura das entrelinhas (em muitos casos), muitas destas situações são espaços onde os homens escreveram sobre e pelas mulheres, negligenciando suas falas, mas também dizendo algo de valor sobre as mesmas, pois a forma como se nega ou não se diz, informa bastante. Mulheres que não aparecem apenas em suas tradicionais funções, mas que exercem ativamente uma vida social e política, mulheres públicas e que não são mais entendidas como um apêndice à odisseia masculina.

A história das mulheres não pode ser construída à margem da história oficial, mas em diálogo/confronto com ela. Se de um lado seu registro abandona os temas padronizados da experiência masculina e procura avivar a visibilidade das mulheres, de outro tem que considerar que a constituição do masculino e do feminino enquanto identidades de gênero é uma construção histórica que só ganha realidade se mostrada dentro de um sistema de relações que implicam dominação, tensão, resistência (MALUF, 1995, p. 20).

Ao analisar as histórias de mulheres pobres no cotidiano da cidade de São Paulo, por exemplo, Maria Odila Leite da Silva Dias dialoga com as possibilidades e dificuldades de encontrar essas mulheres na documentação. Na obra “Quotidiano e Poder” (DIAS, 2005), escrita na década de 1980, a autora busca evidências que relacionem a atuação das mulheres na cidade de São Paulo do século XIX, chama atenção para o uso de imagens fixas sobre o feminino, pois estas remontam uma mulher idealizada, abstrata e universal, pode-se dizer até a-histórica, onde a qualquer temporalidade ou circunstâncias todas parecem ter o mesmo perfil de um passado sacralizado e ausente de fatos. Afirma ainda que a memória das mulheres vai se perdendo por um esquecimento que é muito mais ideológico do que necessariamente por completa ausência de fontes, à escrita da história cabe buscar informações apresentadas algumas vezes ralas, fragmentadas e dispersas, tendo na oralidade a possibilidade de encontrar as falas, vivências e experiências dessas mulheres.

Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados nas tensões, mediações, nas relações propriamente sociais que integram as mulheres, história, processo social, e podem ser resgatados das entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos. Isso requer uma leitura paciente, um desvendar criterioso de informações omissas ou muito esparsas, casuais, esquecidas do contexto ou da intencionalidade formal do documento (DIAS, 2005, p. 50).

Para escrita de uma história mais inclusiva e democrática em relação às questões de gênero, alguns exercícios no ofício do historiador são importantes, desde treinar o olhar para encontrar as mulheres nas fontes tradicionalmente lidas e usadas, antes, apenas para a escrita da história dos homens até aproveitar-se de algumas intervenções que contribuíram para a ‘entrada’ das mulheres enquanto agentes da história, como, por exemplo, o uso do computador que facilitou a tabulação quantitativa de censos, fontes eclesiásticas sobre casamentos, nascimentos, batizados, etc.; as fontes literárias impressas tanto de autoria feminina quanto as que usavam as mulheres como temáticas; revistas escritas por mulheres ou destinadas ao público feminino e a oralidade com a possibilidade de registros auditivos a partir do gravador.

O poder do computador permitiu, então, identificar indivíduos descritos por fontes diferentes, estabelecer a lista e o encadeamento de textos, de ideias, de opiniões, de

reconstituir o campo semântico de uma palavra ou de um *corpus*. Documentos como as listas nominativas de populações, os processos e denúncias da Inquisição, os processos –crimes eclesiásticos e civis, os relatórios de polícia, as fontes impressas literárias, religiosas ou médicas, as listas de nomes de freiras, estudantes, professoras, as crianças, abandonadas, enfim, serviram para orientar a produção de sentidos oriundos das fontes, para explicações ou interpretações (PRIORE, 2014, p. 228).

Desta feita, a tecnologia teve grande relevância no processo de organização das fontes e conseqüente destaque de personagens históricos, anteriormente tão atreladas a processos de submissão e silenciamentos. Assim, além das fontes consideradas mais tradicionais e dispostas em arquivos, é possível identificar as mulheres também em acervos privados, como álbuns de fotografia, diários, cartas e também a memória, a delas e de outras pessoas. A partir das contribuições da história dos Annales e da história social, a abordagem de gênero reforça uma ampla tipologia documental, como um mosaico de diversas fontes espalhadas e fragmentadas pelos indícios de marcas deixadas pelas mulheres ao longo de suas vivências.

A expansão e o enriquecimento dos temas de investigação propostos pelos estudos de gênero foram acompanhados por renovações dos marcos temáticos e metodológicos, enfoques e modos de análise inovadores que, além de questionar os paradigmas históricos tradicionais, vêm colocando novas questões, descobrindo novas fontes, enfim, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do significado histórico (MATOS, 1998, p. 69).

Do ponto de vista das fontes, a utilização do conceito de gênero para os estudos históricos corroborou para a ampliação, uma vez que as lacunas e conteúdos velados contribuíram para esclarecer o papel de mulheres em determinados contextos. Como já tem se destacado sobre a variação de possibilidades de fontes, tem-se alguns exemplos, como: fontes relacionadas à legislação repressiva (fontes policiais, ocorrências, processos-crimes, ações de divórcios); literatura (canções, provérbios, crônicas, memorialistas e folcloristas); fontes relativas à memória e temáticas mais íntimas (correspondências, manifestos, diários, materiais iconográficos e fontes eclesiásticas), ou seja, uma série de material que, em sua maioria, está disperso ou empoeirado nos “arquivos mortos”, desorganizados e embaralhados, eis aí um dos maiores desafios para historiar levando-se em consideração a perspectiva de gênero. Buscar esta documentação tão fragmentada requer paciência e firmamento de parceria em outras áreas da história.

Ainda sobre a importância do uso de fontes produzidas no espaço privado e o muito que elas dizem sobre as mulheres.

Os diários pessoais, por sua vez, tornaram-se moda febril em vários países do mundo ocidental no século XIX. Apesar de pertencerem, conforme observado logo acima, ao

subgênero ‘literatura do íntimo’, os diários têm sua diferença marcante em relação às cartas: pelo menos em princípio, e, sobretudo conquanto registro da vida íntima, e não como anotações de reflexões literárias, filosóficas, etc., não foram escritos para serem lidos até mesmo pelo círculo mais íntimo que gravitava em torno de seus autores (GONÇALVES, 2006, p. 104).

Assim como a presença feminina abunda em documentos relativos ao mundo privado, elas também marcam presença em fontes consideradas oficiais, como as relacionadas à história da educação na produção diária de cadernos, relações de alunas e professoras, disciplinas cursadas e ministradas, realização de concursos públicos, vacância, etc. e também estão mais presentes em documentos policiais, processos-crime, autos de defloração, relatórios de juristas, cronistas e etc.

Sob o risco de uma generalização excessiva, podemos afirmar que as fontes oficiais são aquelas geradas nas esferas de poder público, seja no âmbito do Estado, seja no da Igreja. A produção historiográfica, partindo do princípio de que o campo de ação em que as mulheres atuaram se restringia ao espaço privado, doméstico, como se vem insistindo, durante algum tempo não se prestou a devida atenção às potencialidades desse tipo de registro para a reconstituição da história das mulheres nem de gênero (GONÇALVES, 2006, p. 124).

Em relação à documentação oficial e a uma leitura mais inclusiva sobre gênero, tem-se a relevância dos estudos demográficos, com a popularização da história da família e também a história social. Movimentos que mostraram a diversidade das fontes, interesses e escritos históricos:

Com as fontes, multiplicam-se as interpretações e os temas abordados dos quais são exemplos as ‘expressões culturais, modos de vida, relações pessoais, redes familiares, étnicas e de amizade entre mulheres e entre mulheres e homens, seus vínculos afetivos, ritos e sistemas simbólicos, construção de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão das tradições, formas de resistência e lutas até então marginalizadas nos estudos históricos, propiciando um maior conhecimento sobre a condição social da mulher (GONÇALVES, 2006, p. 88-89).

1.2.1 Discussão Historiográfica no Brasil

A partir do movimento historiográfico no geral, deve-se observar como se deu também este caminho na produção nacional, percebendo-a a partir do início do século XX. A historiografia brasileira, nos anos iniciais do século XX, mostra quase sempre preocupação numa escrita histórica que destacasse o ideal de nação, onde a República era apresentada como a gênese da modernidade no Estado e marcada por melhorias na sociedade.

No período dos anos trinta as produções continuam a privilegiar as áreas de política e economia tendo Getúlio Vargas grande destaque e sua imagem associada constantemente à revolução e também ao processo de transformações para a sociedade brasileira. Na historiografia desse período a maioria dos estudiosos acreditava que a nação estava atravessando um processo de remodelação. Já na década de 1940 a nova historiografia propõe privilegiar as particularidades nacionais com destaque para modernização da economia e urbanização nacional.

[...] abriu-se um período fértil em reflexões sobre a sociedade brasileira, com a produção de análises e a circulação de projetos. Em especial a partir dos anos 50, emergiu com força e se generalizou pela sociedade uma discussão sobre os rumos do capitalismo no país, sobre a questão da ‘pobreza’, do que para muitos aparecia como ‘atraso’, ‘terceiro-mundismo’, ‘subdesenvolvimento’; as propostas do desenvolvimento nacional procuravam conquistar a opinião pública, sobretudo devido ao retorno do debate político com as eleições; a industrialização apareceria como solução para o desenvolvimento econômico da nação brasileira (BORGES, 2014, p. 172).

A partir da década de 1970, a historiografia nacional passou a receber importantes influências de trabalhos europeus e dos Estados Unidos, o que promoveu diversidade nos objetos de estudos e eixos temáticos, e, com isso, a situação das mulheres na sociedade brasileira passou a ser alvo de estudos por algumas pesquisadoras. Impulsionada, inicialmente, pelos estudos marxistas, a mulher como objeto de estudo vai, gradativamente, ocupando espaço entre as produções acadêmicas. Tem-se, por exemplo, o clássico, escrito por Heleieth Saffioti (1976), “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, fruto de sua tese de pós-graduação feita na Universidade Estadual de São Paulo e publicada pela editora Vozes em 1976, onde focaliza as relações entre a posição da mulher e o capitalismo, destaca a condição da mulher no Brasil abordando o ângulo educacional e movimento feminista.

Outro trabalho que ganha destaque por seu pioneirismo é o da estadunidense June Hahner que, também em 1976, publica o trabalho “A Mulher no Brasil”, a autora realiza uma espécie de compêndio da condição social de mulheres, brancas e classes mais abastadas, no país indo do período colonial ao século XX e oferecendo visão ampla sobre um segmento das mulheres brasileiras. Nesta obra alguns estereótipos acerca da situação feminina acabam por ser reforçados, tais como: o papel da mulata sensual e o da mãe branca ideal. Sobre a situação da escrita da história das mulheres a autora destaca na introdução da obra como, em geral, havia muito trabalho por ser feito, mas especialmente na América Latina o desafio de escrever a história das mulheres era grande, tendo em vista o histórico descaso:

A história da mulher no Brasil, tal como a das mulheres em vários outros países, ainda está por ser escrita. Os estudiosos têm dado muito pouca atenção à mulher nas diversas regiões do mundo, o que inclui a América Latina. Os estudos disponíveis sobre a mulher brasileira são quase todos meros registros de impressões, mais do que de fatos, autos de fé quanto à natureza ou rápidas biografias de brasileiras notáveis, mais reveladoras sobre os preconceitos e a orientação dos autores do que sobre as mulheres propriamente ditas (HAHNER, 1976, p. 9).

Além desta constatação feita por Hahner, de que a escrita da história das mulheres ainda estava por ser feita no Brasil e no mundo, deve-se ressaltar que a realidade nacional deste período foi marcada por repressões e embates sociais promovidos pelo controle militar na esfera política e social do país, fato este que implicava diretamente nas produções e pesquisas acadêmicas. Ainda assim, a produção historiográfica nas décadas em que o país viveu a ditadura militar foi marcada pela resistência das Universidades ao golpe militar e fortalecimento da perspectiva marxista, pois também representava resistência nos estudos sociais, políticos e econômicos sobre o país e sua história.

Nos anos 1970, tempo de regime militar consolidado, tempo em que os cursos de história das universidades públicas faziam as vezes de oposição consentida ao regime e implantavam, silenciosamente, seus cursos de pós-graduação, as referências e preocupações se mesclaram a certas novidades, sem, contudo, abrirem a pesquisa às correntes que revolucionavam a historiografia europeia, sobretudo na França (VAINFAS, 2009, p. 226).

Estudos sobre as mulheres ganharam mais notoriedade em fins da década de 1970, gerando publicações importantíssimas ao longo dos anos 80, com destaque a trabalhos como: Maria Odila Leite da Silva Dias, com o livro “Quotidiano e Poder em São Paulo do século XIX” (1984), onde a categoria ‘mulher’ já estava presente, foi uma das precursoras a usar esta categoria. No livro “Quotidiano e Poder”, a autora analisa um segmento da sociedade paulista urbana do século XIX que, até então, não havia sido notada pela historiografia, observa as mulheres pobres e suas múltiplas atividades realizadas para suas subsistências.

Essas mulheres acabavam por disseminar suas atividades pela cidade, promovendo o comércio, desorganizado na urbe e ainda incomodando ao ocupar este espaço público. Ao estudá-las, em posições ativas da dinâmica da cidade, a autora contribui para romper com a percepção de alguns estereótipos sobre a mulher branca, ao apresentá-las também como em condições de baixa renda e que usavam suas escravas para aluguéis, vendas e etc., no sentido de promover renda extra, ou seja, combate o estereótipo da mulher branca rica e enclausurada, que era sustentada por homens e deveria evitar ao máximo o espaço público.

Dessa forma, a autora discute como algumas fontes sobre as mulheres acabaram por se perdendo ao longo do tempo, por conta da desvalorização das atividades desenvolvidas por

mulheres, porém, destaca que muitas das fontes que sobreviveram ajudam a compor a análise sobre as mulheres desse contexto. Tendo em vista a diversidade de mulheres que circulavam as cidades, ela aborda mulheres brancas empobrecidas, moças brancas sem dotes, mulatas agregadas, negras escravas, negras forras, brancas agregadas e suas lutas diárias para galgar espaço na disputada cidade, com isso levanta uma mostra das famílias matrilineares e como essa rede feminina estava, muitas vezes, associada à bruxaria e correlações negativas.

Ainda em 1984, Miriam Moreira Leite (1984) organizou a coletânea “A Condição Feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros”, esta obra trata de um compêndio que analisa escritas de viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro durante o século XIX, subdividindo as abordagens feitas por estes viajantes em eixos temáticos como: raça, cultura e religião. Essa obra organiza, por ordem cronológica, os autores e obras de viajantes que relatavam sobre as mulheres e sua maior contribuição foi observar, nos detalhes dos relatos, situações em que as mulheres são citadas.

Ainda com a temática acerca das mulheres e suas vivências no espaço das cidades é possível destacar a obra de Margareth Rago (1985), “Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930”, que se ambienta nos anos de 1889 a 1930 e observa, especificamente, as relações sociais entre homens e mulheres no meio fabril e as representações do trabalho fora do lar.

Como principal fonte de pesquisa, a autora utiliza-se de jornais da época que apresentam um pouco do cotidiano, dos conflitos e dos significados atribuídos ao trabalho, fábrica e disciplina dos corpos, mostrando como as regras dentro da fábrica tentavam impor formas de civilidade para além dos muros da mesma e como os/as trabalhadores/as burlavam essas manipulações. Sobre a situação da mulher, em início da República, ela levanta a tradicional concepção de mulher que deveria estar no lar e se dedicar aos filhos e, como uma forma de romper com essa visão, discute várias situações em que as mulheres urbanas e trabalhadoras tinham consciência política e social chegando a se organizarem em movimentos de paralização nos trabalhos, por exemplo. Esta obra ganhou destaque e se tornou uma importante referência, dentre outros fatores, porque Rago ao discutir o processo de disciplina dos corpos dialoga com a concepção de poder debatida por Michel Foucault, onde as relações de poder se ambientam em processos dinâmicos e prática polivalente, em que aquela pessoa ao praticar o ato de dominação também a sofre e vice-versa, ocorre também que ela observa diretamente uma instituição (a fábrica) em que a imposição do poder se faz presente.

A historiografia sobre a Família foi marcada por dois importantes momentos: o primeiro tendo o modelo de família patriarcal como civilizadora e modelo referencial, as outras formas

seriam apenas apêndices; o segundo momento se deu quando houve a compreensão de que o patriarcado não daria conta de explicar as diversas formas de organização familiar no Brasil (CORREA, 1982). Entre 1930-1950 as matrizes conceituais sobre a família brasileira partem do pressuposto que a família patriarcal rural e extensa se transforma no modelo nuclear dos centros urbanos e tem em Gilberto Freyre seu principal representante.

Eni Mesquita de Samara (1997), em seu artigo para a Revista História destaca que a família entra, oficialmente, como tema na área da história apenas em fins do século XX, ficando quase toda produção sobre família no Brasil a cargo de antropólogos e sociólogos. A partir da década de 1970, com a revisão dos documentos históricos buscou-se uma redescoberta da família culminando em trabalhos como os de Eni de Mesquita Samara (1980), com a tese de doutorado “As mulheres, o poder e a família: São Paulo, séc. XIX”, cuja proposta foi estudar a família e suas pluralidades, a fim de contribuir para a revisão da historiografia nacional.

Centrados na questão de poder e da vida familiar das mulheres, estão os trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) e Eni de Mesquita Samara (1989), que privilegiaram a sociedade paulista do século XIX, vista na perspectiva das transformações que estavam ocorrendo no Brasil dessa época. A discussão do patriarcalismo vem atrelada à ideia de mudanças, sugerindo uma maior flexibilidade e adaptação do modelo e situações locais, muitas vezes ditadas pelo próprio modo de vida dos habitantes (SAMARA, 1997, p. 11).

Percebendo as múltiplas experiências do espaço urbano e tendo as mulheres como solicitantes de processos de defloramento, tem-se a obra de Martha de Abreu Esteves (1989), com o título “Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque”, que retrata os conflitos ocasionados por meio de quebras de regras e rituais que se acreditava seguir o namoro e casamento. Assim, a autora tem como principal fonte os processos de crime de defloramento, onde as mulheres solicitam casamento após ‘honra’ e virgindade rompidas, ela analisa tanto o significado social da virgindade e casamento entre populares, como também as práticas jurídicas de delegados e juízes, onde, muito embora, os homens fossem os acusados, as principais investigadas eram as mulheres, pois acreditava-se que a depender do comportamento que uma moça tinha ela poderia ter realmente sido enganada pelo homem ou ela era uma leviana. A autora observa os discursos de persuasão emitidos pelas mulheres e constata que a cor da pele e a estrutura familiar causavam implicações diretas no ganho ou perda de causa para essas mulheres.

Já em fim da década de 1980 e início de 1990, o volume de publicações tende a aumentar contando com alguns expoentes, em trabalhos como: Rachel Soihet (1989) publicando “Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920”, que

aponta a história do cotidiano no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX; e a pesquisa de Magali Engel (1991), que publicou “Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro” retratando a cidade do Rio de Janeiro no período de 1840 a 1890, ela atenta para o papel do médico na organização social do espaço urbano e as mulheres e crianças ganham destaque na atuação médica. Um dos focos da medicina social foi a prostituição, Engels explica que isso se deu por vários fatores e um deles foi o fato de que ao se prostituir a mulher rompe com a perspectiva idealizada para ela e com a noção do sexo enquanto algo sadio dentro da família, isto é, acabava por configurar como uma doença. A autora lança observação sobre os múltiplos discursos levantados sobre a prostituição à época, onde alguns defendiam como um mal necessário por ser uma válvula de escape aos homens, antes de contraírem matrimônio com as ‘mulheres de bem’, assim como há quem defenda sua extinção completa da sociedade. As contradições dessa sociedade também se refletem quando associam a imagem da mulher que trabalha fora à da prostituta.

As obras citadas acima são resultados de um amplo movimento vivenciado a partir da década de 1970, onde conceitos tradicionais foram rediscutidos, tais como: trabalho, família, renda, poder, etc., tais obras também são parte de um processo de ampliação da noção de fontes históricas e consequente inserção de novos agentes históricos. Assim, além de falar de mulheres, falou-se da diversidade delas, pois estas pesquisas não analisavam apenas um núcleo homogêneo de brancas e ricas, mas, também, trabalhadoras, escravas, pobres, negras, empobrecidas, casadas, solteiras e amasiadas, dentre outras mulheres em configurações, além da tradicional relação de patriarcado.

Estes trabalhos inauguraram uma nova fase da historiografia brasileira e também são fruto de mudanças na própria sociedade, em que as noções de família, patriarcado, papel da mulher na sociedade, espaço público e privado foram rediscutidos na sociedade. Pesquisadoras tiveram acesso à dados de censos que mostravam um país cada vez mais urbano, taxas de analfabetismo caindo, nível demográfico do país marcado por uma população de maioria jovem e que, apesar de ter mão de obra muito diversificada, os dados, em geral, eram organizados por faixa etária, região e quase nunca pela divisão de sexo, isto é, as mulheres mantinham posição de destaque na sociedade, mas não eram computadas nas estatísticas. O país também presencia momentos de gradual reabertura política e transição para o regime democrático.

Tais experiências de uma nova realidade social também estiveram relacionadas às mudanças na visão de mundo que esse novo grupo de intelectuais passou a ter, com múltiplas perguntas ao passado, buscando respostas em fontes e falas antes não lidas ou, ainda, lidas de forma muito limitada. Junto a tudo isso, existiram os diálogos promovidos também a partir do

fomento, financiamento e incentivo de cursos de pós-graduação, uma vez que boa parte dos trabalhos resulta de pesquisas nascidas nestas condições.

Na década de 1990, um dos pontos de maior destaque para a produção historiográfica está na publicação de obras que retratassem outras regiões do país, descentralizando pesquisas e divulgações com maior intensidade. Alguns desses exemplos:

Joana Pedro (1994), com “Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe, estuda a organização social de mulheres e as múltiplas estratégias de sobrevivência no espaço urbano e a formação de elites em um bairro de Florianópolis, chamado Desterro, no período de passagem do século XIX para o XX. Sua principal contribuição foi destacar as mulheres como importantes e atuantes na formação das elites locais bem distante daquele estigma de mulher à parte de toda movimentação ideológica naquele local e, para isso, lançou mão de jornais locais, onde teve que exercitar uma leitura nas entrelinhas dos processos para observar a participação das mulheres, mesmo em meio às fontes de produção masculina.

A obra de Cristina Scheibe Wolf (1999) contribui para despolarizar a produção historiográfica ao publicar o trabalho que engloba a vida no seringal, na região do Alto Juruá, estado do Acre, com a obra “Mulheres da Floresta: uma história – Alto Juruá”. Neste trabalho, ela destaca tanto a migração nordestina para essa região, quanto o modo de vida no seringal, com ênfase para as relações do cotidiano, os conflitos, especificamente na família, etc., ressalta ainda a relação entre natureza e sustentabilidade e o papel feminino neste processo. Seu trabalho também é notório por relatar a questão do campo.

Ainda com o intuito de escrever uma história em que as mulheres estivessem cada mais representadas em suas variadas formas de viver, é possível destacar a publicação organizada por Mary Del Priore (2006), “História das Mulheres no Brasil” (primeira edição publicada em 1997), que também abriu grande leque para apresentação de trabalhos nos mais diversos âmbitos e períodos da história nacional. Buscou observar as mulheres no cotidiano, na família, no trabalho, na mídia, na literatura, contemplando desde a colônia, as mulheres indígenas, as mulheres do meio urbano e rural até o século XX, com uma história mais recente.

Ampla também foi a tipologia documental usada pelas diversas autoras na composição desta coletânea, indo desde testamentos, cartas, diários, relatórios médicos e policiais, até documentos sindicais, atas, registros de trabalho e etc. contribuindo para um movimento historiográfico em que tudo é história e as fontes também se ampliam. No momento destas produções, as questões de gênero estavam sendo discutidas a todo vapor e foram evocadas nos capítulos do livro dentro da concepção relacional de gênero e como fundamental para

compreensão da história geral. A ideia não era construir um capítulo à parte, mas integrar as mulheres à história, como sugere a apresentação do próprio livro:

[...] para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples: para fazê-las existir, viver e ser. E mais, fazer a história das mulheres brasileiras significa apresentar fatos pertinentes, ideias, perspectivas não apenas para especialistas de várias ciências – médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos, etc. –, como também para qualquer pessoa que reflita sobre o mundo contemporâneo, ou procure nele interferir. Esta é, afinal, umas das funções potenciais da história (PRIORE, 2006, p. 9).

Com uma linha de interpretação ainda voltada para as discussões que debatiam hábitos culturais e situação social da mulher, têm-se trabalhos como a obra da pesquisadora estadunidense Muriel Nazzari (1991), “O Desaparecimento do Dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo”, que mostra um panorama das mudanças da relação entre casamento e dote existentes entre as famílias abastadas de São Paulo do século XVII ao XIX, com os indícios de que a família extensa não era a única base para os negócios. Transformações efetivas são contabilizadas a partir do século XIX com aspectos como: o início de alfabetização das mulheres, mudanças na legislação civil e criminal, dentre outros fatores. Todas estas medidas contribuíram para o enfraquecimento do patriarcalismo e fortalecimento do individualismo.

Ao analisar a prática dos dotes, Muriel Nazzari (1991) indica por mudanças nas funções das famílias de elite. O que levou as famílias a mudarem seus costumes em relação ao sistema dotal? Para responder esta questão, Nazzari pesquisou os inventários *post-mortem* dos séculos XVII, XVIII e XIX dos paulistas. O objetivo era identificar quais seriam as formas de transmissão dos bens e compará-las entre si, tendo como eixo as modificações ao longo do tempo. O argumento explicativo associa-se às transformações ocorridas nas funções da família e do casamento na sociedade brasileira (SAMARA, 1997, p. 11).

Jeni Vaitsman (1994) também realiza uma macro pesquisa sobre casamento, família e as relações de gênero nas décadas de 1960/70, no trabalho “Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas”. A autora observa as transformações difundidas entre homens e mulheres urbanos que experimentam outras relações sociais e pessoais nas relações conjugais, com isso as relações de gênero nas famílias se tornaram menos arbitrárias, porém sua tese defende que a família hierárquica não se modernizou e o papel requerido da mulher continua a ser o de dona de casa e homem como chefe da família.

Destaca-se também o trabalho da historiadora estadunidense Sandra Graham (2005) que dedica pesquisa sobre mulheres escravas no Brasil e, dentre outras publicações, elaborou um livro sobre estudo de casos de mulheres na sociedade escravista brasileira e, para isso, destaca

o contexto de onde se deu sua pesquisa ao relacionar aspectos econômicos, demográficos e sociais de duas importantes regiões cafeeiras em municípios do Rio de Janeiro e São Paulo. A história que dá título à obra trata de uma mulher negra e escrava que se nega a manter relação com o marido e busca alternativas, junto ao seu proprietário, para anulação do mesmo, o que lhe é concedido. Para esta obra Graham usou fontes censitárias, cartoriais e eclesiásticas.

Ainda nesta concepção acerca das relações familiares entre escravos no Brasil, tem-se o trabalho de Robert Slenes (1999) mostrando que a família escrava se constituía em importante refúgio contra os rigores da escravidão, como um mecanismo de sobrevivência. Este autor foi na contramão da concepção de que a família dos cativos inexistia por conta da escravidão e entendia que as relações parentais introduziam uma nova sociabilidade na senzala.

As pesquisas também focalizaram muito na relação entre mulheres e educação, dentre outros fatores, isso ocorreu por esta área ter sido uma das primeiras onde foi possível observar as mulheres em ambientes externos ao lar. Destaca-se na produção nacional trabalhos como o de Jane Soares de Almeida (1998), “Mulher e Educação: a paixão pelo possível”, nesta obra retrata o forte movimento de feminização do magistério vivenciado no Brasil a partir da virada do século XIX para o XX, e aponta a característica da mulher professora para mostrar como este movimento foi ousado, mesmo que a prática docente fosse associada à maternidade e às funções ditas tradicionalmente femininas, ela aponta conquista do espaço público por meio da atividade profissional do magistério.

Um período depois Jane Soares de Almeida (2007) também publica “Ler as Letras: por que educar meninas e mulheres”, que faz um levantamento de fontes discutindo as iniciais presenças femininas no espaço escolar e acesso à escolarização. Nesta publicação, ela levanta a relação entre mulheres, educação escolarizada e informal e religião entre grupos de protestantes que vieram ao Brasil nas últimas décadas do século XIX, em São Paulo e, no processo de catequese, utilizavam a mão de obra feminina na educação, tanto na condição de professoras, quanto na posição de alunas e multiplicadoras dos ideais do cristianismo protestante. A autora escreve na introdução a necessidade de discussão no campo da história das mulheres, mesmo estando num momento historiográfico em que parece não ser mais necessário, pois a invisibilidade da mulher teria sido superada. Aponta que “[...] ainda persistem campos em que essa presença situa-se nas margens da narrativa histórica, precisamente porque a dificuldade de encontrar vestígios de sua passagem é bastante grande e demanda um aprofundamento na busca das fontes” (ALMEIDA, 2007, p. 25), sendo um desses campos a relação entre religião e mulheres.

Maria Cândida Delgado Reis (1993) estuda, na década de 1990, mulheres e educação em São Paulo, no início do século XX, analisando os discursos que envolviam as mulheres no ambiente educacional e as fontes sobre tais situações, realizando pesquisa em duas escolas normais consideradas modelo em São Paulo. Maria Cândida realizou a obra “Tessituras de Destinos” fazendo uma relação entre ser mãe e ser professora, em primeira mão, a partir dos discursos impositivos sobre as mulheres, realizados pelo Estado, pela religião, educação e médicos, onde a educação era vista como um instrumento de educação e as mulheres deveriam assumir seu papel frente a isso.

Em Belém, também relacionando o contexto de mulheres e educação, o trabalho de José Maia Bezerra Neto (1995) aborda a importância da “Casa das Educandas” destinada ao amparo de meninas carentes ao longo do século XIX, esta instituição teve tal relevância no estado do Pará que até mesmo filhas de famílias ricas da região ocupavam as poucas vagas oferecidas na casa. O autor destaca as imposições discursivas de controle social sobre a jovens na formação pedagógica formal. Ainda pode-se acrescentar a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, onde realizou trabalhos na área de história da educação, repensando e questionando instituições e processos educacionais, envolvendo, dentre outras questões, a inclusão das mulheres. Alguns exemplos nas pesquisas produzidas nestes programas está a tese de doutoramento de Joyce Otânia Seixas Ribeiro (2013), que discute as tradições reinventadas no Colégio Estadual Paes de Carvalho por seus/suas alunos(as) que começaram a questionar algumas imposições historicamente feitas na instituição. Assim, debate ainda o currículo como prática de tradição cultural, sobre uma das principais marcas da escola, que é o uniforme de normalista e a erotização do corpo feminino.

Dentre outros trabalhos, podemos destacar também a dissertação de mestrado de Anderson Carlos Elias Barbosa (2011), “O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a Morigerância dos Meninos Desvalidos na Belém da Belle Époque”, onde buscou compreender como o projeto civilizador das populações do norte do Brasil se adequaram ao Instituto de Educando Artífices entre os anos 1870 a 1889, assim o atendimento às crianças desvalidas era também resultado de uma política de ideais para civilizar índios e mestiços.

Sobre a educação de meninas desvalidas na Belém da Belle Époque, tem-se o trabalho de Elianne Barreto Sabino (2012), que por meio da história do colégio Nossa Senhora do Amparo, escola pública de Belém voltada para meninas pobres, observou a política de higienização da província do Grão-Pará evitando, assim, que as meninas desvalidas ficassem vadiando pelas ruas e chegassem à prostituição.

Destaca-se ainda o trabalho de Glaybe Antonio Souza Pimentel (2012) que discutiu os Grupos Escolares como espaço de subjetivação e cultivo do poder disciplinar, para tanto observa nas reformas educacionais promovidas pelo Estado um processo de subjetivação docente, situa sua pesquisa entre 1940-1970 e entrevista três ex-professoras do Grupo Escolar Manuel Antônio de Castro.

Outras obras que contribuíram fortemente para o fortalecimento dos estudos sobre mulheres e relações de gênero no Brasil foi o trabalho de Susan Besse (1999), “Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940”, neste trabalho, Besse observa as mudanças ocasionadas na ideologia de gênero, nos espaços urbanos, de São Paulo e Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Dedicar-se a perceber como as necessidades econômicas contribuíram para que mulheres tivessem acesso aos graus mais elevados de instrução, as de classe média ocupassem número maior de cargos remunerados e em meio a esse movimento também avançava a aprovação do voto feminino. Dessa forma, apresenta como as relações de gênero ganharam novos espaços na sociedade, sobretudo com acesso à educação e ao mercado de trabalho, porém muitas desigualdades entre os gêneros permanecem, onde a modernização do sistema de gênero desencadeou um progresso ambíguo, onde direitos às mulheres puderam ser experimentados, mas também tais direitos não poderiam interferir no adequado desempenho das tradicionais funções femininas.

Atualmente, vários são os trabalhos redirecionados ao olhar sobre a história das mulheres, repensando suas ações, percebendo-as enquanto sujeitos históricos com seus “poderes” e “saberes”. São trabalhos que transitam na fronteira entre o público e o privado, não apenas privilegiando em sua análise os espaços tidos como “femininos” ou um lugar próprio de mulher, ou ainda trabalhos que rediscutem o próprio conceito de público e privado, como o de Maria Izilda Matos (1995), em que a autora ao tratar dos espaços de sociabilidade e atividades feminina aponta sensíveis mudanças na noção de espaço público, em fins do século XIX e início do século XX, impulsionadas, principalmente, por dois discursos muito usados à época, o do médico/higienista e do engenheiro que gradativamente, influenciaram os modos de ver o espaço público e privado, onde aquele estava cada vez mais remetido à multidão, sujeira, doenças, entre outros aspectos e este à segurança e conforto.

Assim, torna-se necessário tentar recuperar a dinâmica entre o público e o privado, sabendo que esses elementos são social, cultural e historicamente redefinidos, para perceber a não polaridade entre eles. Note-se que as categorias privado e público não devem ser usadas aleatoriamente para qualquer sociedade ou época, podendo dessa forma virem a tornar-se ahistóricas. Os conceitos, sentidos e práticas do público e do privado, seja quanto a espaço, ação ou propriedade, não são universais nem estáveis.

O processo de construção e de segmentação do público/privado carrega na sua trajetória interrelações desenvolvidas através de um discurso legitimador que vem atrelado desde a origem a um ocultamento de toda uma tensão e indefinição entre esses aspectos (MATOS, 1995, p. 102).

Após 15 anos da publicação de “História das Mulheres no Brasil”, a produção historiográfica sobre as mulheres suscita nova coletânea com objetivo semelhante e trazendo olhares a temas que ainda não tinham sido contemplados. Em “Nova História das Mulheres no Brasil”, Joana Maria Pedro e Carla Bassanezzi (2012) reúnem artigos com caráter amplo e contemplativo do que vem se pensando sobre a história das mulheres e relações de gênero no Brasil. O olhar que esta produção busca é voltado para uma história mais recente, pois foca-se nos séculos XX e XXI, tendo necessidade de retomada de alguns aportes no século XIX, essa concepção também é fruto de um olhar historiográfico onde a História não é somente fruto de algo estanque e longínquo, mas é também dos dias atuais. Levanta questões sobre a velhice, educação, legislação, violência de gênero, mulheres e suas participações em guerras e as estratégias múltiplas de sobrevivência no campo e na cidade.⁶

Martha Freire (2009), em “Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista no Brasil”, discute a entrada e influência do discurso médico na família e, principalmente, no papel das mães e como esta abordagem higienista alterou os padrões de educação para as mulheres de classe média e alta.

Ao abordar o discurso maternalista do Brasil na década de 1920, a autora faz uso de revistas voltadas ao público feminino deste período discutindo como estas fontes apresentavam a imagem da mãe e da função doméstica das mulheres. Encerra o livro observando como a função sanitária transformou a maternidade.

Pesquisadoras atentam também para, a partir da década de 1990, identificar as mulheres em ambientes e temáticas que externam os temas tradicionalmente identificados às mulheres, tais como família, crianças, religião etc. Estes trabalhos também são frutos de um movimento historiográfico mais amplo que reflete sobre outros diversos realizados pelas mulheres ao longo da história, por exemplo, na década de 1990, Michele Perrot publicava a obra “Les femmes ou les silences de l’histoire”, em que discute fontes, as práticas de memórias femininas, mulheres

⁶ Essa obra se aproxima da História do tempo presente, um campo da História que ganhou destaque a partir de fins da década de 1970, com os trabalhos de François Bédarida e Michel Pollack, além das muitas possibilidades de fontes. Esta corrente está ancorada nos testemunhos diretos, na história oral e desperta atenção por relacionar a escrita do historiador a si mesmo e aos seus conceitos e preconceitos. A história do tempo presente implica uma continuidade temporal entre o período estudado e a relação do objeto. Ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

no trabalho, em movimentos grevistas, mulheres rebeldes, urbanas, dentre outras, então essa e outras obras começaram a consagrar a mulher múltiplos espaços.

Sobre a presença feminina no ensino superior, os trabalhos são ainda recentes quanto à identificação das mulheres nestes ambientes. Em Salvador, a historiadora Iole Vanin Macedo (2008) realizou um trabalho de análise das primeiras mulheres a entrarem na faculdade de Medicina de Salvador, no início do século XX, com um panorama sobre as relações de poder na academia. Ainda em Salvador, Elizete Passos (1999), por sua vez, pesquisou sobre as mulheres na Faculdade de Filosofia analisando os espaços masculinos e femininos e as relações simbólicas de poder nesta faculdade, esta pesquisa culminou no trabalho que tem por título “Palcos e Platéias: as representações de Gênero na Faculdade de Filosofia”. A obra se ambienta na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia durante as décadas de 1940 a 1970, utiliza como fontes principais: manuscritos, fotografias e depoimentos de homens e mulheres da faculdade, buscando observar as relações de gênero no interior da faculdade e perceber quais espaços eram mais ocupados por mulheres.

No Piauí, Elisângela Barbosa Cardoso (2003) também se dedica às mulheres no ensino superior, percebendo-as enquanto acadêmicas nas décadas de 1930 a 1970 e as adversidades enfrentadas por elas na condição de estudantes e profissionais, no trabalho intitulado “Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina, 1930-1970”. Em sua pesquisa faz uso de entrevistas como a principal fonte de seu trabalho, com fragmentos de histórias de vida de mulheres que foram estudantes acadêmicas em diversas faculdades na Universidade Federal do Piauí. Para compreender as trajetórias estudantis e profissionais das mulheres, a autora dialoga com as questões de relação de gênero e poder, conversando com Joan Scott e Michel Foucault.

A fonte histórica, por meio do uso de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam algum acontecimento de interesse do historiador, já é usada a bastante tempo da História, mas foi apenas na segunda metade do século XX que ela se apresentou como um potencial, por conta da divulgação dos métodos qualitativos de pesquisa e também o invento e uso do gravador. Como afirma Verena Alberti (2005, p. 19): “O recurso do gravador portátil, a partir dos anos 1960, permitia ‘congelar’ o depoimento, possibilitando sua consulta e avaliação em qualquer tempo e transformando-o em fontes para múltiplas pesquisas. As entrevistas passaram a ter estatuto de documento”.

A obra “Mulheres na USP: horizontes que se abrem” elaborada por Eva Blay e Alice Lang (2004) analisa a presença e o discursos de mulheres na Universidade de São Paulo, mulheres dos mais diversos cursos relatando suas dificuldades e permanências na universidade.

A pesquisa foi impulsionada em 1984 por ocasião do aniversário de cinquenta anos de fundação da USP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde algumas ex-alunas pioneiras foram elencadas para relato de suas experiências, um dos objetivos deste trabalho é mostrar uma educação que superasse a formação para matrimônio e maternidade, acompanhando as mudanças na estrutura social por meio das alterações estruturais que o país atravessava nos anos 1930-40.

Em Curitiba, Ana Paula Vosne (2012), na obra “Um Lar em Terra Estranha: a casa da estudante universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960”, destaca a presença de mulheres nas casas de estudantes e as alteridades enfrentadas por elas para estudarem em espaço diferente de sua terra natal em busca de um diploma acadêmico. Ao partir da observação da Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), a autora analisa o processo de desterritorialização da subjetividade feminina a partir da individualização das moradoras que eram oriundas de outras cidades do estado do Paraná.

Tem-se ainda muitos outros trabalhos que poderiam estar listados aqui, as produções regionais ganharam muita força a partir da disseminação dos programas de pós-graduação, no entanto, o objetivo é oferecer um breve panorama de algumas obras que se tornaram referências para o estudo das mulheres e o estudo das mulheres na educação, além de pesquisas mais atuais. É importante perceber que houve um movimento nos últimos anos no Brasil em que a historiografia passou a considerar escritos sobre as mulheres com validade para a História nacional, este panorama foi possível por conta de vários caminhos, dentre eles: o movimento feminista, diálogo com novos conceitos, ampliação da noção do que é história e seus objetos de estudo e, juntamente a isso, a ampliação da noção de fonte. “Fontes têm historicidade: documentos que ‘falavam’ com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir” (PINSKY, 2008, p. 07).

Como é possível observar, quase todos os trabalhos citados acima foram escritos por mulheres, existiram trabalhos de autoria masculina, mas a maioria esmagadora foi resultado de pesquisas feitas por mulheres, fato este que, como já debatido anteriormente, contribuiu para formação de guetos acadêmicos na produção sobre mulheres e relações de gênero.

Na escrita da história das mulheres no Maranhão os temas mais recorrentes voltam-se às mulheres na família e na educação, estes temas, inicialmente, parecem ressaltar visões tradicionais sobre o papel e a inserção das mulheres na sociedade maranhense, no entanto, muitos trabalhos apontam discussões sobre estas mulheres que transgrediram e romperam com alguma forma de opressão ou ditames sociais.

Na produção historiográfica local é possível destacar algumas pesquisas que discutem as mulheres integradas à sociedade de forma ativa e assumindo papéis de comando e autonomia. Um exemplo desse potencial é o trabalho da pesquisadora Marize Helena de Campos que analisa mulheres proprietárias de terra no Maranhão colonial, as ‘donas’ eram assim tratadas por concentrarem poder e exercerem comando nos negócios e na família. Para chegar a tais mulheres, Marize Helena de Campos usou testamentos e cartas de Sesmarias do século XVIII e metade do século XIX, nos testamentos pode perceber informações sobre economia, patrimônio e vida material observando o patrimônio das mulheres e modos de viver, as Sesmarias confirmam muitos pedidos de mulheres à titularidade e posse e como elas participavam do movimento referente à terra. Este é um dos exemplos de como as fontes contribuíram para perceber as mulheres como importantes para a economia local e chefes de família, contrariando a concepção da mulher branca que vivia enclausurada e ocupada apenas do papel de esposa e mãe.

Destacando a produção local, é possível identificar diversos outros trabalhos propulsores de uma historiografia contemplativa das relações de gênero, a seguir serão apresentados alguns trabalhos que se tornaram marcos referenciais na historiografia local, que teve maior publicação nos primeiros anos do século XXI.

Fruto da tese de doutorado, Maria da Glória Guimarães Correia, publica, em 2006, o livro “Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX”, este trabalho busca perceber como se dava a dinâmica da participação feminina na sociedade urbana de São Luís, tendo como foco a cidade e suas normas de civilização e controle social, bem como a fábrica como uma forma de extensão do mundo doméstico para as mulheres e onde havia reprodução do controle e violência. Tende ainda a analisar os discursos sobre ‘a mulher’ pobre e que precisava trabalhar em fontes documentais de autoridades públicas, relatórios das fábricas, periódicos e obras literárias e depoimentos de algumas das mulheres que trabalharam nas fábricas.

A obra “O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República”, da professora Elisabeth Sousa Abrantes (2012), traz um panorama de como a educação se tornou o dote moderno das moças urbanas. Analisa como, simbolicamente, a instrução formal destinada às mulheres passou a ser valorizada como um componente indispensável à educação e tornando-se um símbolo moderno de dote, o diálogo com as fontes se deu a partir de testamentos, requerimentos e insinuações de dotes do século XVIII ao início do século XX.

Abrantes organizou ainda coletâneas de pesquisas acerca das relações de gênero em diversos eixos temáticos da historiografia maranhense, na obra “Fazendo Gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero – séc. XIX e XX” (2010), o uso do termo gênero, logo na capa, sugere a perspectiva conceitual que os capítulos seguem, a maioria das pesquisas aponta mulheres enquanto protagonistas de várias ações sociais, na educação, trabalho fora do lar, no voto, na política. Tais pesquisas contribuíram para a formulação do meu trabalho ao descortinar na sociedade ludovicense as múltiplas vivências das mulheres no espaço urbano e suas estratégias de sobrevivência ao usar mecanismos de sua própria exclusão como uma forma de conquista de espaço, ao tratar da educação, por exemplo, o trabalho cita que a proposta educacional às mulheres era voltada para sua preparação para o lar (com a mulher republicana e higiênica), porém, o mesmo sistema educacional oferece instrumentos de uma instrução mais completa e que possibilitava profissionalização feminina.

A coletânea “Mulher e República no Maranhão” (ABRANTES, 2015), também retrata alguns dos perfis de mulheres de 1890 até fim da década de 1970, pontua algumas características das mulheres a partir do discurso formulado na grande mídia: as pesquisas retratam as mulheres consideradas ‘evas’, as ‘loucas’, as ‘amélias’, as ‘perdidas’ — a contribuição desta coletânea se dá justamente em dialogar e desconstruir tais estereótipos formulados sobre as mulheres.

Os trabalhos de Elisabeth Abrantes também analisam a educação das mulheres como uma nova atribuição à antiga prática dotal, ela defende que com as mudanças do sistema econômico alteram também as atribuições de dotes que uma moça levaria para o casamento, onde, no lugar de terras e bens materiais, a mulher iria cercada de educação e instrução formal, inclusive para exercício profissional. Ela destaca a origem das Faculdades no Maranhão apontando as primeiras mulheres que ganharam destaque nos jornais e os desafios da vivência nesta modalidade de ensino. Este trabalho se aproxima do citado acima quando analisa também os caminhos educacionais até o ensino superior, porém a pesquisa de Abrantes se encerra nas primeiras décadas do século XX e a abordagem temporal do meu trabalho já está pós-primeira República, quando as instituições de ensino superior se veem fortalecidas no estado e a presença feminina também é mais notável.

Dentre outros trabalhos que se destacam na historiografia local está a obra de Diomar das Graças Motta (2003), “As mulheres professoras na política educacional no Maranhão”, onde abrange a atuação de quatro professoras maranhenses no início do século XX e as adversidades enfrentadas por elas no magistério e vida social, mulheres que atuaram na política educacional do estado entre as décadas de 1910 a 1950. Diomar Motta buscou observar as

trajetórias familiar, escolar e profissional destas mulheres fazendo uso de fontes de periódicos locais, documentos pessoais, fotografias, registros profissionais e entrevistas com parentes mais próximos. Apontou, também, as mulheres como protagonistas e defensoras da educação no Maranhão e se limitou a retratar as mulheres apenas no meio profissional, muito também por conta da escassez de fontes.

A dissertação da pesquisadora Mary Angélica Tourinho também oferece importante suporte sobre a condição da mulher estudante no início do século XX, sobretudo porque ela analisa o cotidiano de alunas da Escola Normal de São Luís, no trabalho intitulado “As Normalistas nas Duas Primeiras Décadas do Século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas”, dissertação defendida em 2008, no programa de pós-graduação em Educação/UFMA.

Também a pesquisa de Maria José Lobato (2012), “Educação Feminina no Maranhão: o redefinir de uma instituição”, que retrata o discurso normalizador para as mulheres reclusas, relações de poder e sociabilidades no século XIX. Apesar de o título dar ênfase à instituição, a obra dedica muito espaço e pesquisa à condição social das mulheres no período colonial, discute o que era considerado o ideal feminino, o contexto histórico e as relações de poder no cotidiano e dentro da experiência feminina no recolhimento no Maranhão. A autora destaca que uma das maiores contribuições desta pesquisa é pensar as mulheres na história para além das funções na vida privada, muito embora o Recolhimento Nossa Senhora e Remédios representasse um espaço de reprodução dos valores sociais vigentes e colaborava para a manutenção da moral feminina.

Encerrando esta sequência que lista alguns dos relevantes trabalhos desenvolvidos no Maranhão tem-se o livro organizado por Antônio Montenegro e Regina Faria, este material aborda relatos das experiências vividas por ex-estudantes da Universidade Federal do Maranhão que se tornaram docentes também, um material rico em entrevistas realizadas em fins da década de 1990 e faz soar diversas vozes da política local, da história de educação, da história do ensino superior e das relações de gênero. O livro “Memórias de Professores: histórias da UFMA e outras histórias” foi publicado em 2005 e representa uma importante fonte, pois é fruto de seis anos de pesquisa e levam como foco principal do trabalho a história oral.

Pensadas metaforicamente, as entrevistas são painéis pintados coletivamente, através do diálogo entre entrevistador e entrevistado. No entanto, ao se tornarem públicas, não revelam o processo de construção. Trazem, sim, os contornos, as imagens, os acontecimentos, as emoções, os desafios, os sonhos, os desejos realizados ou não, as vitórias e algumas vezes as derrotas que o entrevistado (a) seletivamente organiza para

dizer do que fez e como fez da e na própria vida (FARIA; MONTENEGRO, 2005, p. 21).

Ao valorizar as memórias das pessoas entrevistadas e fazer delas o corpo do texto em toda a obra é possível manter diálogo com meu trabalho, no sentido de que as entrevistas selecionadas ligam as trajetórias de vidas de homens e mulheres ao ponto principal de experiência na Universidade Federal do Maranhão tanto na condição de alunos/as, quanto no exercício docente. Como Faria e Montenegro (2005) apontam na introdução, o trabalho deveria se restringir às memórias ligadas à Universidade, no entanto, o processo dialético de ouvir e falar ampliou os relatos às histórias de vida dentro de temporalidades. Mesmo tratando de entrevistar homens e mulheres em situações de cargos públicos e trajetórias de vida, os autores não discutiram as problemáticas sobre ser homem ou mulher nas experiências de quem ouvem.

O trabalho aqui desenvolvido, situando a educação superior e as relações de gênero, tem inspiração nos referenciais citados acima sobre o Maranhão, onde, por exemplo, discute a presença feminina como alunas numa instituição de ensino, como definem os trabalhos de Diomar das Graças Motta e Angélica Tourinho. Elas não discutem o espaço da universidade, até porque em seus períodos de pesquisa ainda não havia nenhuma instituição superior no Maranhão, no entanto, analisam a mulher na educação primária, normal e secundária como uma situação de empoderamento feminino, sobretudo por conta do acesso à profissionalização que é algo próximo de nossa perspectiva.

Os trabalhos citados acima, contribuem com a composição desta pesquisa porque, dentre outros fatores, dialogam com ampla quantidade de fontes em que as mulheres são atuantes e não marginalizadas ou vítimas. Boa parte dos trabalhos também reflete sobre a questão educacional e experiência feminina, na condição de aluna e professora, tendo como foco principal o ensino primário e secundário e tem sua atenção ligada, principalmente, ao período que compreende o final do século XIX e início do século XX. Diante destas características essas obras enriquecem o trabalho proposto, pois, discutem as mulheres maranhense de forma ativa e participante das contradições do viver em sociedade.

Diante da inspiração dos trabalhos mencionados, a presente pesquisa tem como perspectiva de análise a presença feminina no ensino superior do Maranhão, no período de 1940 a 1979, especificamente na Faculdade de Direito, Farmácia e Odontologia de São Luís. Visa, ainda, identificar as mulheres enquanto alunas do curso superior e suas atuações profissionais, entendendo o ensino superior como espaço de educação, instrução e poder. Tende a perceber a validade e importância do ensino superior para as mesmas, fora do âmbito acadêmico e repercussão social de presenças femininas em espaços considerados por excelência masculinos,

observando as construções de discursos de mulheres que vivenciaram a experiência da escolarização superior e exercício profissional.

Articulando questões relativas à maior presença feminina nos espaços públicos urbanos, esta pesquisa se dá na cidade de São Luís/MA e problematiza a característica dada às mulheres, percebendo-as para além dos locais sociais tradicionalmente considerados seus. No sentido de notar as múltiplas estratégias vivenciadas tanto no espaço privado quanto no público é que estudamos a presença de mulheres nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito.

O objetivo de análise deste trabalho não estará restrito apenas às experiências vividas durante o período de formação acadêmica, mas também remonta trajetórias de vida estudantil, experiências pessoais e relações sociais sobre ser mulher e homem na sociedade em que estavam/estão inseridos/as. Para isso as fontes de pesquisa partem pelo aporte documental da própria universidade, oferecendo um suporte quantitativo e visão mais holística do ensino superior nestes três cursos citados e também fazendo referência às entrevistas de ex-alunas e ex-alunos na perspectiva de história oral e uso da memória.

Para realizar tal análise, o marco temporal deste trabalho se deu ao longo do século XX, mais especificamente de 1940 até 1979, pois, foi justamente neste período que houve o restabelecimento do ensino superior no Maranhão, com a fundação de três faculdades contendo os cursos de Direito, Farmácia e Odontologia; foi ainda até fins da década de 1970 que tais faculdades atravessaram diversas formas de administração para que, junto com outros cursos, se concretizassem na Universidade Federal do Maranhão e representassem um marco para o ensino superior no estado contando com expressivo número de alunos(as).

Contemplar na pesquisa os três cursos citados também se justifica por seu caráter pioneiro no Maranhão, à época suas escolhas foram debates de intelectuais locais associados aos interesses econômicos para os grupos de classe média e alta do Maranhão, sobretudo o curso de Direito e também resultado de adaptações de custo mais baixo para área da saúde, como o caso do curso de Farmácia e Odontologia.

1.3 História Oral e Memória

O uso difundido da expressão ‘história oral’ é novo, tanto quanto o gravador; e tem implicações radicais para o futuro. Isto não significa que ela não tenha um passado. Na verdade, a história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a *primeira* espécie de história. E apenas muito recentemente é que a habilidade em usar a evidência oral deixou de ser uma das marcas do grande historiador (THOMPSON, 2002, p. 45).

Como bem destaca Paul Thompson, a memória na História e na qualidade de fonte não é algo recente, porém, o seu uso de forma organizada deu-se mais recentemente com a organização acadêmica da história oral e, sobretudo, com o surgimento do gravador, na década de 1950, aumentando de forma exponencial as possibilidades de manuseio de relatos orais e possibilitando, assim, a inclusão de diversos atores e atrizes sociais antes invisíveis à historiografia.

A consolidação da história e profissionalização do historiador no século XIX, reforçaram a imposição de um modelo escrito de história que foi corroborado pela ampliação da noção de fontes que a Escola dos Annales trouxe à tona.

Do ponto de vista da periodização, enquanto a história antiga e medieval recebia maior atenção e constituiu-se em objeto de reflexões mais aprofundadas, a história contemporânea era marginalizada e definida apenas como um apêndice cronológico, sem identificação teórica. A justificativa para tal posicionamento era a concepção de que uma história só nasce para uma época quando já está totalmente morta, o que implicava a crença de um passado fixo e determinado (FERREIRA, 1998, p. 2).

Calculada tradicionalmente em documentos escritos e oficiais a produção historiográfica desempenhou certa suspeita em relação à oralidade, levantando algumas críticas como, por exemplo, sobre sua subjetividade, dúvidas sobre as visões distorcidas que poderiam levantar e dificuldade em obter relatos fidedignos. Houve algum tempo para aceitação de que:

[...] a história oral é legítima como fonte porque não induz a mais erros do que outras fontes documentais históricas. O conteúdo de uma correspondência não é menos sujeito a distorções factuais do que uma entrevista gravada. A diferença básica é que, enquanto no primeiro caso a ideologia se cristaliza em um momento qualquer do passado, na história oral a versão representa a ideologia em movimento e tem a particularidade, não necessariamente negativa, de “reconstruir” e totalizar, reinterpretar o fato (CAMARGO, 2005, p. 14).

A história oral insere o(a) pesquisador(a) na construção de uma versão, assim como todo documento escrito e este tipo de fonte ganha cada vez mais espaço com confiança e fidelidade. Apesar de não ser uma metodologia nova na escrita da História (tendo em vista que o uso de entrevistas já era feito desde os gregos antigos), foi a invenção do gravador que possibilitou seu estabelecimento enquanto uma metodologia importante a partir da década de 1940 e 1950.

Hoje, tem-se a perspectiva de que não há um peso maior ou menor entre os tipos de fonte e de que o historiador, no desempenho da história oral, não assume papel de juiz, mas de mediador, sendo que três motivos seriam os principais para a prática da história oral: 1 – Escutar

a voz dos excluídos; 2 – Dar luz a realidades que antes não eram visíveis; 3 – Dar testemunhos de situações de sofrimento (MEIHY, 2006).

O uso desta fonte traz algumas especificidades aos historiadores porque envolve vários aspectos da *psique* humana, é o resultado de uma configuração particular entre o entrevistador e o entrevistado, entre sujeito e objeto e faz o(a) historiador(a) buscar caminhos alternativos para interpretação.

Um dos trabalhos que trata bem esta questão é o proposto pela historiadora Cléria Botelho Costa (1997) onde relata a história de uma nordestina que desempenhou, com intensa qualidade em sua narrativa, o uso da imaginação para chamar a atenção daquela que a ouvia, promovendo ressignificações em sua história de vida e tornando-a mais atrativa àquela pesquisadora que somente após algumas análises e outras conversas pode notar o caráter literário na formulação de seu relato. Há uma relação entre imagens, ideias e o vivido que ajudam as pessoas a continuarem a viver:

[...] todo homem dispõe de uma forma de pensar que orienta a sua ação. Ao mesmo tempo, existem nas sociedades as instituições sociais – redes simbólicas que contam com um componente funcional e um componente imaginário, e que também apontam normas para o comportamento humano (COSTA, 1997, p. 137).

Assim, Cléria Costa observou na narrativa de sua entrevistada um imaginário social que movimenta as pessoas na crença de uma sociedade também imaginária, isso pode se configurar como uma das múltiplas estratégias de sobrevivência. A autora aproxima a história de sua entrevistada com a obra literária de Graciliano Ramos, “Vidas Secas”, muito embora não tenha aprofundado esta questão. A História seria então resultado dos sujeitos sociais e seus afazeres e representações.

Outro trabalho muito interessante acerca da história oral foi apresentado por Alistair Thomson (2002), onde é feita uma aproximação com os estudos de migração, tendo em vista que o deslocamento de um lugar para outro se configura como uma experiência importantíssima durante toda a vida do migrante e sobre sua geração também. Este trabalho serve como exemplificação para discutir a história oral porque o foco da pesquisa está na memória viva das experiências de migração, diante de uma história mal documentada. O que também nos chama atenção no discurso de Thomson é como ele mostra que a história oral pode (e faz isso com certa frequência) apresentar as incoerências sustentadas pela historiografia baseada em fontes mais tradicionais. As entrevistas podem mostrar conhecimentos contrários, servindo como uma espécie de corretivo na História e, para demonstrar isso, o autor usa o próprio trabalho onde destaca que a História dos imigrantes era feita com olhares de “fora” e que, para incluir seus

agentes na sua própria escrita, deveria incluir a experiência pessoal de seus principais agentes e a forma mais categórica de fazer isso é com o uso da história oral.

Tal autor destaca que a narrativa dos imigrantes é idealizada pelos imaginários culturais pelas redes de sociabilidade (um dos principais fatores da migração). O testemunho é um relato e também uma construção da identidade. O relato oral ganhou muito quando, a partir da década de 1990, houve uma revalorização da análise qualitativa, resgatando a importância das experiências individuais, ou seja, “deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares” (FERREIRA, 1998, p. 22).

Thomson também desenvolveu uma pesquisa na década de 1980 com ex-combatentes da Primeira Guerra mundial, suas falas dialogam com as contradições presentes nas lembranças de abandono no período da guerra e a forma ilustre como são apresentados nos livros de história e na mídia. No ato de contar sobre suas experiências é que a história vai sendo montada e nisso há um diálogo com a coletividade que o autor chama de reminiscências.

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembremos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos que afetem o que julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes (THOMSON, 1997, p. 57).

Neste sentido, a fonte oral tem muito a ofertar na construção da História das Mulheres, pois (como já discutido acima), a escrita da História oficial se fazia por um olhar, em sua maioria, masculino. A elaboração deste discurso era feita de “fora para dentro” de maneira arbitrária e quase inexistente e neste “novo” contexto da ciência e da teoria da História sabe-se da necessidade de ouvir as vozes das mulheres, sobre suas experiências e sobre a construção de sua identidade.

Aliada a uma discussão sobre metodologia e inclusão de vozes, que antes não seriam ‘ouvidas’ se não fosse pelo uso da oralidade como fonte, alguns fatores contribuíram para que a história oral alcançasse maior respaldo e visibilidade acadêmica: a pesquisa histórica nos últimos anos tem se interessando sobre períodos mais recentes; a ampliação da noção de campo político, sendo compreendido como algo que estaria inserido em todo corpo social, essa

renovação da história política trouxe também renovação do sujeito na história com depoimentos, biografias e relatos pessoais.

Diante da perspectiva de desenvolvimento da História Oral, abriu-se espaço para dois campos de trabalho: o primeiro utiliza os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas das fontes escritas e o segundo analisa as representações que a memória faz sobre o passado, priorizando os usos políticos do passado.

Nesta vertente [o uso da história oral como representação do passado] a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral. Consequentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e a apresentação dos elementos que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos (FERREIRA, 1998, p. 10).

As entrevistas orais possibilitam que a memória espelhe determinadas representações, onde o que seria considerado distorção do depoimento seja encarado não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para pesquisa.

Não é de hoje que as sociedades têm necessidade de evocar a memória para fortalecimento de sua história. Os primeiros historiadores já faziam uso deste recurso no sentido de perpetuar uma imagética aos que viriam posteriormente. Assim, a memória é solicitada por ter uma função social, que, antes mesmo de ser expressa na linguagem falada e escrita, tem uma manifestação simbólica própria. É neste sentido que as culturas cultivaram o trabalho de rememorar e criaram estratégias para tal fim ainda mesmo antes da invenção da escrita.

A necessidade de lembrar em nossa sociedade ocidental atual é tão grande que se tem, constantemente, a criação de fatos e momentos considerados relevantes, destacando-se pelo calendário, rituais fúnebres, aniversários, lugares da memória, uso da fotografia, dentre outros. E assim, juntamente com os monumentos, juntam-se também as formas de manipulação dessa memória coletiva. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1994, p. 477).

No clássico trabalho de Le Goff há a divisão da memória em três campos: específica, étnica e artificial, sendo a preocupação da maioria das culturas acumularem fatos de uma memória. A escrita revoluciona a manipulação da memória, tornando-a auditiva em visual e, com isso, promovendo limitações e extensões sob novas configurações.

O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva. [...] A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o

desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável (LE GOFF, 1994, p. 477).

A memória coletiva é instrumento e objeto de poder, sobretudo na forma escrita, pois promove a dominação pela recordação. À medida que aparecem novas formas de registrar a memória, surgem também os controles, manipulações e formas de poder sobre a mesma, desde o uso da imprensa até nas celebrações e as novas formas de lembrar, ou esquecer. Talvez parte desta sedução que a memória carrega enquanto empoderamento tenha relação com seu significado em uma sociedade, é como aponta Pierre Nora definindo-a enquanto viva aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, “vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...] é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9). Desta feita, a memória brincaria como um caleidoscópio, se acomodando e se refazendo, alimentando-se de lembranças vagas, globais, flutuantes e simbólicas. Para Pierre Nora a história e memória se opõe, a memória é viva, fluida e ativa – porque está aberta à lembrança e esquecimento, é um movimento dialético, a história é sempre atual. A memória coloca a lembrança no sagrado e a história dessacraliza.

Assim, a memória é constituída de alguns elementos que correlacionam a experiência daquele(a) que lembra ou pensa que lembrou. Como afirma Michel Pollack (1992, p. 201):

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São os acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada.

Este autor defende, inspirado em Halbwachs, uma memória que interage constantemente com a relação de acontecimentos realmente vividos com a assimilação da vivência de alguns fatos, isto é, experiências vividas por outras pessoas ou em outro tempo ou lugar e que não se saberia a real diferenciação dos níveis de experiência, havendo uma confusão e aquele/a que ‘lembra’ associando todos os fatos à sua personalidade. Defende ainda que a memória é algo construído, seja de forma consciente ou não, e aquilo que se relembra ou exclui é resultado de uma organização própria da memória que combina elementos de uma identidade pessoal e coletiva.

Por conta de toda esta dinâmica a que a memória se reporta é que Maurice Halbwachs (1990, p. 26) a define como coletiva.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

Provavelmente, cada pessoa desenvolve uma projeção individual sobre si mesma a partir da imagem que foi construída coletivamente, algo semelhante aconteceu com alguns dos/as entrevistados/as, sobretudo quando diz respeito a usar a imagem a educação como forma de superação e como algo que era quase inerente a eles. É possível perceber que homens e mulheres sempre se destacam como, habitualmente, afeitos à instrução e leitura, em suas memórias estão sempre entre os(as) melhores da sua turma e disputando algum reconhecimento público de sua dedicação, esse fato pode estar relacionado ao grau de excelência que eram constantemente cobrados no ensino superior e futura profissionalização, implicando diretamente na forma de se auto identificar. “Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Mas será que não existem lembranças que reaparecem sem que, de alguma maneira, seja possível relacioná-las com um grupo, porque o evento que reproduzem foi percebido por nós enquanto estávamos sós, não em aparência, mas realmente sós, cuja imagem não se desloca no pensamento de nenhum grupo de homens, e que nós recordaremos deslocando-nos para um ponto de vista que não pode ser senão nosso? Mesmo que fatos desse gênero fossem bastante raros, e mesmo excepcionais, bastaria que pudéssemos atestar alguns deles para mostrar que a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças e, talvez, que ela não explica por si mesmo a evocação de qualquer lembrança. Apesar de tudo, nada prova que todas as noções e imagens tomadas dos meios sociais de que fazemos parte, e que intervêm na memória, não cubram, como uma tela de cinema, uma lembrança individual, mesmo no caso em que não a percebemos (HALBWACHS, 1990, p. 37).

A sucessão de lembranças se relaciona, assim, com posturas mais atuais e com as mudanças que a pessoa sofreu nos diversos meios. Há um processo que se assemelha com uma negociação entre o que é individual e o coletivo e fazer a escolha entre aquilo que deve ser marginalizado ou o que deve ser favorável à memória, é uma das certezas que este ‘passado’ a ser lembrado está em constante diálogo com o presente. É neste sentido que, Pollak (1989, p. 13) destaca o enquadramento da memória, que em grupo se dá de forma a atender as satisfações

e justificações, mas não o pode fazer de maneira arbitrária. “Assim como uma ‘memória enquadrada’, uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada”.

Para Halbwachs, lembrar é uma experiência social, mas a memória individual não é rejeitada, pois cada indivíduo se insere de forma particular nas múltiplas redes. A memória da pessoa está enlaçada à do grupo. Pollak concorda que a âncora da memória é o grupo social, mas, além da ligação entre memória social e coletiva, existe uma tensão na forma como as duas coisas são feitas, pois para ele há inúmeros exemplos em que a memória coletiva oficial se opõe à pessoal.

Para Maluf a memória evocada se configura na elaboração de imagens sobre o passado.

A memória não é uma tábula rasa capaz de sozinha, com suas próprias forças, perceber traços e contornos que trariam de volta as imagens do passado. A reconstituição individual não é um ato isolado e fechado em si mesmo, uma vez que para se atingir uma lembrança não basta reconstituí-la em suas infinitas partes (MALUF, 1995, p. 33).

Ao utilizar a memória como aporte de fontes no trabalho histórico, Pollak (1992, p. 209) chama atenção para o fato da impossibilidade ou dificuldade para controlar todos os fatos de uma entrevista, “o que devemos fazer é levantar meios de controlar as distorções ou a gestão da memória. Quanto menos uma história de vida for pré-construída, mais isso funcionará. A História de ‘grandes homens’ políticos em seus ‘grandes feitos’ transforma-se cada vez mais em histórias, histórias parciais e plurais, até mesmo sob aspecto da cronologia”.

Apesar da mutação na memória, existem nela pontos considerados invariáveis e esta deve ser uma das atenções a se dispensar para o tipo de documento que manuseia a memória e oralidade. Ao destacar alguns usos da história oral enquanto fonte histórica Alessandro Portelli (1997) destaca que as fontes escritas e orais não são opostas ou excludentes, cada uma possui conotações específicas e, diminuir ou supervalorizar as fontes orais pode tanto subutilizar a fonte oral como apenas um complemento à escrita ou pode fazer com que esta seja hipervalorizada. Para ele trabalhar com este aporte documental requer ainda mais atenção no sentido que tornar escrito o que é de natureza oral incorre na perda ou mudanças de interpretações, e compara este trabalho com o de uma tradução, onde a mais fiel deve contar com uma dose de ‘invenção’.

As fontes históricas orais são fontes narrativas. [...] um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duraram longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios. Estas oscilações são significativas, embora não possamos estabelecer uma norma geral de interpretação: apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados (PORTELLI, 1997, p. 29).

A história das mulheres pode se beneficiar muito dos testemunhos orais, tendo em vista que é uma das formas de perceber o domínio da história das mulheres por elas mesmas, uma vez que, boa parte das fontes escritas que tratam as mulheres e suas relações sociais, profissionais, sexuais, econômicas e etc. são grafadas pelas mãos masculinas. Por conta da histórica invisibilidade das mulheres o trabalho de memória se faz central. No livro “Los Trabajos de la Memoria”, Elizabeth Jelin (2002) destaca alguns aportes sobre a relação entre memória e gênero, analisa os símbolos de dor e sofrimento que ficaram marcados para homens e mulheres durante a ditadura militar na Argentina destacando o esforço que parece haver para caracterizar a mulher diante desse processo como uma vítima indireta (na qualidade de mãe, de esposa, de filha, mas não como alguém que diretamente se posiciona contrário ao processo ditatorial) e ligada ao sofrimento, enquanto os militares são evocados na memória como sinônimo de dominação. Define ainda que a própria repressão assumia contornos diferenciados em relação ao sofrimento, pois aos homens estava associado o poder que gerava dor e às mulheres estavam relacionadas ameaças aos familiares e abuso sexual.

Em seu trabalho de entrevista Elizabeth Jelin analisa como homens e mulheres desenvolvem habilidades diferentes acerca da memória, possuem descrições diferenciadas sendo que o testemunho de mulheres se voltou mais para a vida cotidiana, família, bairros e as sensações; já o testemunho dos homens reportou-se mais aos espaços e instituições públicas. Para ela homens e mulheres desenvolvem habilidades diferentes no que concerne a memória, sendo que estas são mais detalhistas nas informações, fazem referência ao íntimo e a relações mais personalizadas, já os homens tiveram uma narrativa mais superficial e são mais sintéticos. Homens e mulheres teriam memórias diferentes? Isso se justificaria apenas pelas diferenciações de sexo? Ou no caso do trabalho de Elizabeth Jelin havia uma necessidade de mostrar politização nas narrativas e por isso os homens as afastavam de um discurso mais familiar. Ou ainda, por que compartilhar sentimentos e intimidades com uma mulher?

Por meio das diferentes experiências, homens e mulheres são levados a formas específicas do ato de rememorar, os homens, em geral, por seu contato histórico mais com o espaço público e com atividades de maior interação social acabam sendo estimulados a contar

suas lembranças com uma voz plural, é como se falasse por si e pelas outras pessoas ao seu redor, acaba se tornando muito mais coletivo determinado fato.

[...] essa memória não se revela unissoma e sim polifônica. Ela se mostra diferente para diferentes gerações de trabalhadores e, no particular, recortada em termos de gênero, refletindo a experiência operária distinta de homens e mulheres na fábrica, no espaço do bairro e, principalmente, nos movimentos grevistas, instância em que as mulheres tiveram apenas uma participação marginal. Assim, enquanto homens guardam uma memória ‘heroica’ dessas lutas, a memória social das mulheres nesse tocante, revela-se fragmentada, contraditória e, não raro, negativa ou mesmo ‘anti-heroica’. Para elas, o que parece ter ficado registrado são imagens da violência perpetrada contra a comunidade durante as greves, sobretudo movimentos (SADENBERG, 2000, p. 153-154).

Um exemplo disso é este trabalho de entrevista realizado com ex-trabalhadores(as) de uma fábrica, as mulheres não se definiam como ex-operárias, pois em sua memória eram apenas donas de casa que precisavam trabalhar fora, mas, sua condição era pertencer ao lar, talvez isso justifique por que a maioria das entrevistadas demonstrava afastamento com temas polêmicos como a greve, muito embora elas fossem maioria e apenas com a participação feminina é que a greve poderia ter algum sucesso. “Outra diferença importante verificada entre as lembranças de homens em contraste à memória feminina, diz respeito às atitudes demonstradas em relação às greves. Os homens tendem a lembra-las como ações ‘positivas’, que levaram a conquistas para os trabalhadores, ao passo que as mulheres guardam delas uma memória negativa” (SARDENBERG, 2000, p. 157).

Não se trata de fazer uma história das mulheres à parte. Trata-se de repensar a história a partir de uma perspectiva de gênero, engendradas pelas experiências distintas de homens e mulheres, cujas raízes se forjam nas práticas socioculturais prevalentes.

O volume a natureza das fontes das mulheres e sobre as mulheres variam conseqüentemente ao longo do tempo. Eles são por si mesmos índices de sua presença e sinal de uma tomada de palavra que se amplia e faz recuar o silêncio, às vezes tão intenso que chegamos a nos perguntar: “Uma história das mulheres seria possível?” O que implica em um outro uso das fontes que se deve buscar, ler diferentemente, suscitar até mesmo para os períodos recentes, como a história chamada de oral tentou fazer (PERROT, 2005, p. 13-14).

História oral que vem sendo utilizada como maneira de ‘ouvir’ as vozes femininas.

O trabalho de rememoração é um ato de intervenção no caos das imagens guardadas. E é também uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido do passado, e finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar – ou de um fragmento

que tem a força de iluminar e reunir outros conteúdos conexos, ‘fingindo’ abarcar toda uma vida (MALUF, 1995, p. 29).

Para o desenvolvimento deste trabalho daremos atenção à memória relacionada com a imagem-lembrança, onde traz à tona os momentos únicos vividos por determinada pessoa, entendendo que tal memória é permeada por todas as experiências que a pessoa sofreu ao longo da vida e que o seu momento atual influencia significativamente o ato de rememorar. A memória depende da convivência que pessoa possui, das referências peculiares a ela e, por isso, se torna importante, porque mostra muito do caminho traçado por este alguém, suas influências e os discursos que elabora sobre si mesmo(a).

A perspectiva de memória abordada, aqui, aproxima-se da perspectiva de Halbwachs ao destacar que ela é um elemento vivo, refeito, reconstruído e revivido com imagens do hoje sobre o passado. Desta forma, usaremos fragmentos de histórias de vida de homens e mulheres que vivenciaram a experiência de um curso superior (Direito, Farmácia e Odontologia) entre as décadas de 1950/79 na Universidade Federal do Maranhão, identificando narrativas desde sua infância, família, percurso estudantil até experiências profissionais. Observamos os discursos elaborados da autoimagem, os elementos poéticos de cada narrativa, as omissões e a subjetividade de cada expositor(a) mediante um guia de perguntas semiestruturadas, que sofreram adequações ao longo das entrevistas gravadas em áudio. Os acessos a tais pessoas se deram, em geral, por meio de alguém conhecido em comum, o que facilitou a recepção, por quase todas as pessoas, do local escolhido para entrevista que era a própria residência e também, na maioria das entrevistas, foi necessário mais de um encontro para esclarecimento de alguns pontos ou mesmo para novas perguntas por conta de questões que surgiram posteriormente.

Capítulo 02 - MARANHÃO: dinâmica urbana, política, economia e a organização do ensino superior na capital do estado

O capítulo a seguir destina-se a retratar um pouco da situação em que estava o Maranhão no período abordado, compreendendo desde aspectos econômicos e políticos, até a situação em que estava organizada a capital do estado, com foco para a organização e caracterização do ensino superior no estado. Ressaltando que o período abordado é diverso e foi palco de importantes transições e estabelecimento de novas realidades, tentamos abordar um apanhado geral acerca de alguns aspectos do estado do Maranhão. Como apresentam as subseções a seguir:

2.1 A cidade de São Luís

Entre as décadas de 1940 e 1970 significativas mudanças ocorreram no Maranhão em diversos setores, dentre as quais, podemos destacar: múltiplos sistemas de governos, crescimento urbano promovido, principalmente, pelo êxodo rural, propostas de modernização na capital do estado, crises de ordem econômica e política, aumento no custo de vida e ampliação do sistema de educação. Esse conjunto de fatores foi, cada vez mais, modelando as formas de vida na capital e influenciando direta ou indiretamente a organização do ensino superior no estado, tanto na sua instalação quanto na ampliação e organização da universidade, por isso, entender as dinâmicas da cidade refere-se também à compreensão de processos sobre a gestão do ensino superior no estado.

A seguir, buscaremos analisar alguns dados acerca desse período da história do Maranhão como forma também de compreender melhor como se constituíram os caminhos da história da educação e do ensino superior no estado.

No período deste trabalho, o estado do Maranhão, assim como todos da federação, foi governado por um tipo de interveniência do Governo Central, a partir do estabelecimento do Estado Novo, contando com dois interventores federais, Major Humberto Mendonça e Paulo Ramos, nomeados em conformidade com os interesses do governo de Getúlio Vargas, posteriormente, o estado esteve sob controle do então senador Vitorino Freire que fez coligação com uma oligarquia representada por proprietários de terra e coronéis. O primeiro governador do Maranhão eleito no período da ditadura militar, José Sarney, foi eleito como oposição regional pelo partido UDN, cujo principal representante era Vitorino Freire, governando em harmonia com a ditadura.

Para Caldeira (1978), o sistema de poder político do Estado ainda estava sob domínio de pequenos grupos familiares/políticos sendo esta situação responsável pela instabilidade da sociedade civil do Maranhão e contribuiu para a exclusão do processo de modernização pelo qual passou a sociedade nacional. Para este estudioso, os fatores abaixo contribuíram para que o Maranhão não alcançasse o desenvolvimento econômico adequado, foram eles:

(1) os elementos constitutivos da formação histórica da sociedade do Maranhão condicionaram-na a estruturar-se sob o regime de classes, atrelada ao exemplo da sociedade brasileira; (2) os padrões culturais desenvolvidos e mantidos pela sociedade do Maranhão, assim como as suas formas de estruturação social e de organização da economia contingenciaram a regulação do poder político do Estado por parte de uma única classe; (3) a grande distância geográfica dos centros política e economicamente hegemônicos do País manteve a sociedade do Maranhão isolada dos processos de transformação que deram nova configuração à sociedade civil nacional, a partir de 1930, e permitiu, por outro lado, que o poder político do Estado desenvolvesse formas peculiares de relacionamento com a sua sociedade civil, com o Poder Central do País e deste para consigo; (4) a diversificação intra-regional do Estado, assim como a dificuldade de intercomunicação entre as regiões - inclusive com a Capital, São Luís -, favoreceu a constituição de oligarquias locais que puderam impor a tarefa de dominação política do meio, de conformidade com o pacto firmado com a classe controladora do Poder Central do Estado (CALDEIRA, 1978, p.3).

Associado aos problemas de ordem geográfica e administrativa de grupos dominantes no estado, durante as décadas de 1930-40, o Maranhão ainda enfrentava um quadro de calamidade por atravessar epidemias (de hanseníase e malária), ter pouco pessoal de saúde e pouquíssimas unidades para atendimento, além disso possuía poucas escolas e era deficiente na oferta de serviços públicos em geral.

Assim, no sentido de buscar iniciativas para alterar o quadro de desolação da cidade alguns governantes iniciaram um processo de mudanças físicas na capital São Luís, porém, não houve um projeto realmente consolidado para realização das obras na cidade, fato este que contribuiu para que as obras não atendessem as reais necessidades da população e fossem ainda muito insuficientes diante das mesmas. Muitas foram as abordagens dos jornais e periódicos criticando as péssimas condições urbanas, abaixo um exemplo da abordagem feita pelo jornal Diário do Norte da estrutura física da cidade e das condições de acesso à locomoção e lazer para a população mais pobre:

S. Luís, como as demais capitais brasileiras, não tem senão poucas praças. Daí a dificuldade de se proporcionarem às crianças de nossa terra diversões ao ar livre. O problema de um grande parque situado em lugar agradável, saudável e destinado aos folguedos da criança de nossa capital é árduo.

[...] um operário para levar três filhos no domingo, ao parque, terá de pagar Cr\$ 3,20 de passagens, no 'caradura'. E isto não será um passeio ao alcance do pobre.

Dispondo de pontos muito pitorescos, encantadores mesmos, no interior da ilha, a população da capital dificilmente os procura, aos domingos, porque o transporte é caro. Praias deliciosas, sítios onde há riachos de água límpida e fria, tudo isto muito além da realidade que um dinheiro disponível para um passeio dominical (DIÁRIO DO NORTE, p. 02, 07 fev. 1941).

Apesar de, constantemente, os periódicos locais denunciarem a ausência de estrutura na cidade, o que ocorria era que o discurso político estava muito voltado para campanhas de modernização e, principalmente, na capital foi possível perceber algumas ações fruto destes discursos, como em 1939.

O então prefeito Neiva de Santana promoveu diversas reformas em igrejas da região central da cidade, demoliu casarões que eram considerados de arquitetura obsoleta e que atrapalhariam o crescimento urbano e demoliu alguns prédios para que ruas e avenidas fossem alargadas ou criadas e possibilitassem maior circulação de veículos e transeuntes. Tais projetos foram também alimentados pelo interventor Paulo Ramos que, na década de 1940, continuou mexendo na estrutura do centro de São Luís e promoveu com mais intensidade uma política higienista na cidade atentando-se para controle sobre enfermos, loucos, prostitutas, etc.

Dentre as obras efetuadas por Paulo Ramos destacou-se: Palácio do Comércio, Avenida Getúlio Vargas, Avenida Magalhães de Almeida, Palácio da Justiça, Colônia de Psicopata, Pronto Socorro Getúlio Vargas.

Foram suas medidas primeiras, nesse sentido, a instituição de um Centro de Saúde Doutor Paulo Ramos, onde funcionaria a Diretoria Geral de Saúde Pública, a construção de um Pronto-Socorro e a reforma do Hospital de Moléstias Rurais, que passou a ser o Hospital Geral do Estado e, mais, a construção de uma colônia para psicopatas – o Hospital Nina Rodrigues, no subúrbio do Areal; de um sanatório para tuberculosos – Hospital Getúlio Vargas, no subúrbio da Jordoa; e o Leprosário do Bonfim, na ponta desse nome e defronte da cidade, na foz do Ibacanga, e depois denominado Achilles Lisboa, órgãos, estes três últimos, que desonerariam a Irmandade da Misericórdia da responsabilidade, que sempre tivera, de cuidar dos doentes mentais, dos doentes do peito e dos leprosos. E também ficou ela desobrigada do isolamento em que tinha que preservar os pestosos a cada surto epidêmico, pois que até então denominado Hospital Nina Rodrigues, no sítio do Lira, passaria igualmente ao Estado, transformando-se no Isolamento São Roque (MEIRELES, 1994, p. 247).

Como é possível perceber, no enunciado acima, esse momento foi de atenção ao sistema de saúde no estado que era muito deficiente, sobretudo quando se tratava de pessoas consideradas com distúrbios psiquiátricos, pois qualquer forma de tratamento ou mesmo de isolamento social se dava com base numa estrutura improvisada na Santa Casa de Misericórdia, que se via sustentada com dificuldade também. Somente a partir da intensificação do debate sobre a limpeza da sociedade e higienização da cidade é que as autoridades pensaram mais

intensamente na retirada dessas pessoas do convívio social, por uma questão de higienizar o espaço urbano e evitar qualquer manifestação fora da norma.

Porém a retirada das ruas dos indivíduos considerados loucos não era aplicada somente nesses casos considerados, digamos, mais graves – em que são relatados riscos iminentes à vida e à segurança, e que por isso justificariam, até mesmo aos olhos de hoje, uma ação pelo menos inicial empreendida pelas forças policiais. [...] Para além do fato de o dito louco ser flagrado ou não no cometimento de uma falta grave, daquilo que seria considerado juridicamente um crime, se o acontecimento dissesse respeito a um indivíduo visto como mentalmente são, estava a constatação de que o mesmo louco encontrava-se naquele momento transitando pelos espaços públicos da cidade. O erro não estava limitado ao fato de que ele invadia casas, ou portava uma arma e com ela ameaçava as outras pessoas. O principal a ser evitado era a própria presença daquele tipo de indivíduo nas ruas, ainda que em grande parte o discurso da insegurança fosse o fator preponderante nessa proibição. Pois, mesmo que não tenha feito nada contra alguém, que não tenha ameaçado a segurança de um transeunte, por exemplo, considerava-se quase sempre a possibilidade de vir fazê-lo (SOUSA, 2015, p. 155).

Como destacou acima o pesquisador Fábio Henrique, a representação de ameaça à ordem social já era uma condição para o isolamento, no entanto a cidade de São Luís, até 1940, só contava com espaços pouco ou nada adequados como a Santa Casa de Misericórdia ou prisões públicas. A inauguração da Colônia de Psicopatas Nina Rodrigues em São Luís ocorreu em 16 de março de 1941, no período de atuação de interventoria de Paulo Ramos no estado, e este foi laureado pela mídia oficial.

O Sr. Interventor Dr. Paulo Ramos compreendeu e sentiu a gravidade do problema, procurando agir dentro do mais nobre e elevado altruísmo; iluminado pela chama interior de seus sentimentos cristãos, projetou de acordo com a orientação técnica da Divisão de Assistência a Psicopatas, este Hospital [...]. O Departamento Nacional de Saúde por intermédio da Divisão de Assistência a Psicopatas tem entrado em contato com quase todos os Governos Estaduais, no propósito de estimular-lhes a iniciativa no setor psiquiátrico (DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO, 16 mar. 1941).

O Maranhão estava aderindo, com a inauguração da Colônia de Psicopatas, a uma organização e discussão de cunho nacional, uma vez que algumas regras de organização para este setor da saúde pública estavam sendo discutidas e elencadas por um departamento nacional.

No contexto histórico no qual surgiu a Colônia de Psicopatas Nina Rodrigues, a psiquiatria oferecia um saber que se apresentava como útil a uma série de pretensões. Útil à solução do problema da presença do chamado louco solto nas ruas e ao desconforto (para os recolhidos, mas também para quem recolhia) recurso da sua detenção nas cadeias. Útil no combate aos fracos de espírito e na promoção de indivíduo aptos ao trabalho, que não fossem um peso à sociedade. Útil também às famílias que não queriam (ou não tinham como) prover ao sustento de um doente

mental. A psiquiatria aparecia desse modo como um poder em constante processo de trocas, reconhecimentos e negociações (SOUSA, 2015, p. 225).

O autor acima destaca a questão da utilidade das questões discutidas na psiquiatria para uma organização social e urbana, inclusive de como era importante manter longe dos olhos qualquer fator que levasse a uma ideia de desorganização social, pois, dentre os discursos promovidos pelo Estado Novo estava o reforço do lema de ‘ordem e progresso’. Dessa forma, constantes eram os discursos para modernizar a cidade, tanto nos jornais, quanto nas falas, mensagens e relatórios de governos e as reformas urbanísticas e preocupação com a higiene e embelezamento da cidade era uma forma de expressar a cidade como um núcleo organizado.

Com discurso muito semelhante ao da criação da colônia de Nina Rodrigues, foi levantada certa preocupação para oferecer confinamento adequado às pessoas portadoras de hanseníase, que também já vinha se mostrando ameaçadora desde fins do século XIX, pois eram consideradas a antítese do ideal de cidade limpa e bela e ficavam em uma área isolada de um hospital público, nas proximidades de um cemitério, que ainda assim era considerado inadequado e muito próximo da cidade. Neris (2014, p. 85) destaca:

Entretanto, para a realização de um projeto modernizador muitos obstáculos deveriam ser superados. Estando entre as preocupações das autoridades ludovicenses, a lepra foi assumindo, paulatinamente, uma posição de grande importância, exigindo tomadas de posição mais imediatas. A preocupação com o saneamento da cidade criou as condições para a definição da Ponta do Bonfim como um espaço destinado a abrigar os portadores daquela doença.

A referida Colônia do Bonfim foi inaugurada em 17 de outubro de 1937 sendo fechada somente em 1980, após o decreto federal para pôr fim no isolamento compulsório de doentes. Desde 1962, algumas medidas estavam sendo tomadas para que as famílias tirassem seus parentes do isolamento, para isso o governo fez uso de medidas oferecendo pensão vitalícia para quem deixasse a instituição.

Mas, desde o final da década de 1960, mais precisamente em 1969, o governo do estado do Maranhão adotou duas medidas que visavam por em prática a desativação do leprosário: a primeira foi a concessão de uma pensão para os internos que pedissem alta e a segunda foi a doação a estes de terrenos na área situada aos fundos da colônia, para ali construírem suas casas e viver com suas famílias (NERIS, 2014, p. 141).

Desta forma, juntamente com a necessidade de regulação das pessoas consideradas desviantes, houve também medidas para organização da estrutura urbana de São Luís, conquanto as ações modernizadoras sobre a cidade aconteciam quase que, absolutamente, em

áreas nobres do centro da capital maranhense, deixando alguns bairros populares longe do projeto modernizador, o que resultava em sujeira e abandono em algumas regiões da cidade, como, por exemplo, o bairro João Paulo, Anil e regiões ocupadas nos processos de invasões à terrenos baldios. Dessa forma, a situação da urbanização da capital era problemática, uma vez que se denunciava ausência de parques para atividades ao ar livre, a criação de animais soltos pelas ruas, dentre outras situações consideradas não higiênicas.

Durante o período pesquisado, a capital do estado vivenciou um crescimento populacional considerável, muito por conta das fábricas que se instalaram⁷ promovendo aumento demográfico e suburbanização de bairros proletários. Em 1940, a população do Maranhão era de 1.235.169, sendo que 85% se concentrava na zona rural e, até a década de 1960, parte significativa do crescimento populacional da cidade se deu por meio dos fluxos migratórios, onde a capital acolhia pessoas vindas do interior que, muitas vezes, acabavam como uma massa de trabalhadores excluídos, vivendo sem terra e às margens das condições adequadas para sobrevivência, proporcionando crescimento de bairros mais distantes do centro, como: Liberdade, Apeadouro, Monte Castelo, Fátima, Alemanha, João Paulo, Jordoa e Sacavém.

Apesar de uma urbanização ascendente no estado, na década de 1980, de acordo com o Censo/IBGE, a população rural ainda era 68,59% em relação à urbana de 31,41%, sendo maioria feminina nos centros urbanos.

O processo de urbanização vem se intensificando no estado com um crescimento relativo no decênio 70/80 de 67,07%, o que resultou na duplicação do número de cidades com mais de 10.000 habitantes que eram doze em 1970 e passaram para vinte e seis em 1980. Estas cidades juntamente com a vila do Anil que é como se fosse um bairro de São Luís, concentram 68,82% da população urbana estadual (BRASIL, 1981, p. 16).

As pessoas que migravam para as cidades eram impulsionadas pela expropriação de suas terras ou buscavam melhores condições de vida no espaço urbano, porém, ao chegar ao

⁷ O período de 1930 a 1970 é marcado pela industrialização da economia brasileira. No nordeste, este processo de integração e crescimento do setor industrial ficou concentrado na região metropolitana de Salvador e Recife, o Maranhão estava na ‘periferia da periferia’ deste processo. A primeira onda de industrialização no estado se deu na virada do século XIX para o XX, sobretudo com a fundação de fábricas têxteis, um projeto embarcado após abolição e instauração da República e que atendia às transformações econômicas articuladas ao sistema capitalista. O segundo momento do processo de industrialização ocorreu por política do governo Sarney que levantava um discurso de desenvolvimento do Maranhão projetando, em fins dos anos 1960, o primeiro distrito industrial em São Luís, atendendo ao Programa de Integração Nacional (PIN) recebendo incentivos fiscais do Governo Federal via Sudene e Sudam. Em 1971, o Maranhão possuía 316 indústrias com cerca de sete mil trabalhadores. Ver: GOMES, Antonio Marcos. Notas sobre o Processo de Formação do Mercado de Trabalho no Maranhão: da grande lavoura aos grandes empreendimentos. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al. (Org.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma, Jundiá, Paco, 2015.

novo ambiente, enfrentavam vários problemas, dentre eles a falta de qualificação necessária para assumir alguma vaga no mercado de trabalho nas cidades, que, em geral, exigiam maior instrução. Isso gerou grande quantidade de pessoas realizando atividades econômicas de forma autônoma ou submetendo-se à trabalhos de baixo rendimento.

A maioria, especialmente os jovens, permanece no subemprego ou no trabalho informal, como vendedores ambulantes, lavadores de carro, biscateiros, que prestam pequenos serviços, eletricitas, encanadores ou jardineiros, entre outros. Para as mulheres, o destino é serem empregadas domésticas mal remuneradas, atividade que absorve a maioria das jovens que saem das áreas rurais em busca da suporta comodidade da vida urbana. As condições econômicas dessas famílias são extremamente baixas. Por causa da falta de oportunidade no espaço urbano, uma vez que já não têm condições de retornar ao seu local de origem, acabam instalando-se em áreas periféricas, determinando a construção de grandes aglomerados populacionais formados pela ocupação de terrenos, com construções desordenadas e precárias, o que geralmente provoca outro tipo de conflito, tanto com proprietários particulares como com o Estado. Essas áreas, se por um lado são definidas como marginais, exigindo a vigilância constante da polícia e da sociedade, por outro lado são também grandes reservatórios de mão de obra barata, cujos moradores vão suprir a cidade com seus serviços domésticos, ou com o abastecimento de frutas ou hortaliças, produzidas em pequenas roças, ou ainda com o comércio de peixes, uma das atividades mais comuns nos bairros de São Luís (SILVA, 2015, p. 149).

Assim, durante a década de 1980, as principais atividades econômicas na capital, após o intenso fluxo migratório, estiveram relacionadas aos setores terciários e secundários, onde uma das principais matérias-primas era o babaçu e também a produção de hortigranjeiros e a avicultura.

E, apesar de ter destacado com ênfase o ciclo migratório da década de 1980, ao longo da história do Maranhão foram vários os fluxos de pessoas vindas de outros estados para terras maranhenses e mesmo se deslocando do interior para a capital. Durante a década de 1960, o Maranhão foi receptor de grande quantidade de nordestinos que fugiam da situação de seca e buscavam instalar-se, sobretudo, no interior do estado. Essa chegada de número expressivo de pessoas promoveu uma ampliação do espaço economicamente ativo do estado. Ainda na década de 1950, esse movimento se iniciava com pessoas vindas, principalmente, do Ceará e Piauí, em fuga da seca de suas regiões e do declínio da produção da borracha, conforme Bonfim (1985, p. 3) “o alargamento desta fronteira aconteceu em decorrência, principalmente, da intensificação do fluxo migratório que se dá na década de 1950/1960, como consequência das grandes secas que flagelam a população nordestina”. Com isso, houve um crescimento de áreas agrícolas no estado, porém esse aumento não representou correlação na produtividade, pois a produção era baseada em técnicas rudimentares e girava em torno da subsistência.

[...] aumento maciço da migração nordestina precipitada pela devastadora seca de 1958/59. Embora historicamente o Maranhão tenha sido sempre receptor permanente de grande massa da população, os fluxos migratórios nordestinos se intensificaram significativamente nas décadas de 60 e 70, provenientes sobretudo do Piauí e Ceará, em busca de oportunidades produtivas e de sobrevivência. Expulsos dos seus locais de origem não só por condições adversas de clima e solo, como principalmente pelas mudanças ocorridas na organização da produção primária nordestina com a penetração de relações capitalistas no campo e pela escala anti-econômica de suas antigas propriedades (BRASIL, 1981, p. 13).

O quadro abaixo apresenta, em números absolutos, a expansão da população no estado, reafirmando o crescimento acelerado advindo não apenas da taxa de natalidade, como também do processo de migração.

Quadro 01 – Crescimento populacional do Maranhão

| ANO | POPULAÇÃO |
|------|-----------|
| 1920 | 874 337 |
| 1940 | 1 231 955 |
| 1950 | 1 557 838 |
| 1960 | 2 469 447 |
| 1970 | 2 997 576 |
| 1980 | 4 002 599 |

Fonte: BRASIL. IBGE. Censo do Maranhão, 1980.

Assim, esse movimento populacional também ocorreu na capital, quando, durante a década de 1970-1980, a microrregião de São Luís teve um crescimento de 62,40%, devido basicamente ao componente migratório, sendo os emigrantes provenientes, em sua maior parte, do próprio Estado.

Ao passo que a população da capital aumentava consideravelmente nos anos de 1970 e 1980, tem-se o registro da ação de grileiros que, por ações coercitivas e de intimidação, expulsaram muitas pessoas do campo.

Grileiros baianos continuam humilhando e tomando terras de camponeses na Belém-Brasília. [...] grileiros exigem terça produção do arroz colhido nas plantações situadas na BR-14 com alegação de que todas as terras à margem da rodovia até o limite do Pará pertencerem aos mesmos por consequente venda (fictícia) efetuada pelo governo do Estado. Prepotência dos grileiros atinge o ponto de proibirem a construção de casas e lavoura (JORNAL DO POVO, 23 abr. 1963, p. 5).

Como é possível perceber na denúncia realizada pelo Jornal do Povo, em 1963, parcela da população era expulsa por conta das disputas de terra em regiões conflituosas no estado, tal como a região dos babaquais na altura do Mearim, regiões de pecuária de corte e leite. Com o crescimento da importância do babaçu para a economia estadual, expandiram também as especulações e tentativas de controlar essa riqueza, onde governadores e proprietários de

latifúndios buscavam isolar do mercado do babaçu as comunidades, principalmente, femininas, que já praticavam a extração tradicionalmente e foram categoricamente expulsas da região.

Entretanto, como o avesso e o direito de um mesmo movimento, o processo de valorização econômica e social do babaçu – guiado por economistas, empresários e governantes quase sempre empenhados na busca de uma eficiente máquina para quebrar o coco e capaz de substituir os ditos nômades e atrasados camponeses, e a construção poética do Maranhão como a terra das palmeiras foram acompanhados pela obliteração simbólica ou pela tentativa de exclusão efetiva dos sujeitos sociais diretamente envolvidos com a coleta e quebra do babaçu, notadamente as quebradeiras de coco (BARBOSA, 2008, p. 258).

Outro espaço que agregou tensão acerca da disputa por terra foi o ambiente conhecido como ‘Bico do Papagaio’, que se localiza na fronteira entre Pará, Maranhão e Tocantins. Essa região era porta da Amazônia Legal e envolveu confrontos entre posseiros, grileiros e fazendeiros por ter vasta extensão de terra apropriada para agricultura e pecuária. Os conflitos foram explosivos causando emboscadas e mortes, promovendo a expulsão de muitos posseiros que foram fragilizados.

Desta feita, com a intensificação dos conflitos agrários no Maranhão houve uma parcela significativa de migração para a capital e, juntamente com isso, um crescimento das regiões periféricas na cidade, levando à expansão e ocupação territorial fora dos padrões normatizadores e modernizadores que os governos almejavam. No entanto, antes do crescimento acelerado e notório das décadas de 1960-70, a cidade de São Luís já era pontada por ter diversos problemas estruturais, como, por exemplo, o notabilizado no Jornal Diário do Norte, ainda em 1940.

O saneamento da zona suburbana de S. Luís é medida que se impõe à bem do desenvolvimento da nossa capital e amparo à sua população. Os nossos subúrbios crescem dia a dia, assim como se multiplicam em pouco tempo. Sem olhar para o problema das suas habitações, na maioria semelhantes ao tipo indesejável do ‘mocambo’ pernambucano, basta um passeio a qualquer deles para se conhecerem os seus arruados de largura escassa, tortuosos, cheios de socavões. E há subúrbios situados nas vizinhanças de pântanos. A falta de estradas de acesso a esses núcleos de população é evidente. [...] os efeitos que se observam nos subúrbios sanluisenses vêm do passado. Não se ligou importância, não se prestou atenção à formação desses núcleos. E estes foram nascendo e crescendo ao Deus dará. Tratemos de corrigir, na medida do possível, as conseqüências de um descaso que foi extremamente prejudicial a S. Luís (DIÁRIO DO NORTE, 4 jul. 1940, p. 02).

A situação da cidade, ao longo da década de 1940, era de uma gama de ofertas de serviços muito limitada tendo pequena rede de esgoto, distribuição elétrica e de água. De acordo com o levantamento do IBGE do ano de 1943, apenas 118 ruas, de um total de 285 da cidade, contavam com iluminação elétrica. A situação da cidade foi ainda mais agravada quando, em

fins da década de 1930 e ao longo da década de 1940, houve uma crise econômica que resultou nas altas de todos os preços, sobretudo dos itens básicos de sobrevivência e alimentação da população mais pobre, que, por sua vez, reagiu protestando contra os aumentos dos preços de gêneros alimentícios e foi duramente reprimida por forças policiais a mandato do então interventor Paulo Ramos.

O aumento do custo de vida em São Luís fez com que os salários encurtassem com mais rapidez que o processo da inflação, um dos primeiros impactos se deu nos preços dos alugueis tendo em vista a pouca oferta.

Estamos seguramente informados que o Sindicato dos Empregados no Comércio de S. Luís promovem um dissídio coletivo contra o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de São Luís, pleiteando aumento de salário dos seus componentes, dado o alto custo de vida atualmente (O COMBATE, 04 out. 1948, p.1).

Esse processo de alta nos preços foi acelerado com a Segunda Guerra Mundial, não apenas no Maranhão, mas em todo país, por conta de oferta insuficiente de mercadorias circulantes, em resultado à queda na importação e alta da exportação, sem um equilíbrio que compensasse a economia nacional.

Os preços de alguns gêneros atingiram preços exorbitantes no período da segunda guerra. Diante desta realidade e tentando manter o controle da situação, o governo estadual criou a Comissão de Abastecimento do Estado, pelo decreto lei nº 536, de 12/12/1941. Tal comissão tinha objetivo de controlar os preços dos gêneros alimentícios por meio de tabelamento e ainda restringir a procura de alguns produtos com a utilização de cupons de consumo. Os produtos que mais faltavam no mercado, e que por isso mesmo tiveram seu consumo controlado, foram: gasolina, querosene, álcool, café, manteiga, farinha de trigo e carne (CORDEIRO, 2012, p. 191).

Somado aos desarranjos econômicos na cidade, a população ainda enfrentava problemas de locomoção e infraestrutura, uma vez que os bondes existentes não atendiam os bairros mais distantes do centro e com a crise, limitação do consumo de combustível (entre as décadas de 1940 e 1950) e energia elétrica as paradas dos bondes também foram reduzidas, o que forçava a população a andar mais para ter acesso ao transporte, piorando a situação da classe trabalhadora. Assim, boa parte do transporte mais amplo na cidade (ligando regiões mais longínquas da ilha) era feito com tração animal e demorava muito tempo. Na década de 1950:

São Luís era uma cidade com uma pequena oferta de serviços públicos, haja vista que no setor de transporte em 31.12.1950 havia apenas 18 km de linhas de ferro-carris de uso público que transportavam 6.699 passageiros naquele ano. (...) O oferecimento de serviços de telefonia se resumia à capital, que detinha em 1950, 1.004 linhas (...) o sistema de iluminação pública foi inaugurado em 1924, era mantido pelo Estado e

servia a 170 logradouros públicos e 242 domicílios (...). Quanto às instalações sanitárias e rede de esgotos, estas existiam apenas na capital, através do sistema de separador, que servia a 129 logradouros públicos. O abastecimento d'água era canalizado, em apenas 4 cidades possuíam tal sistema com domiciliar, sendo que na capital haviam 226 logradouros públicos (RIBEIRO apud MORAIS, 2012, p. 15).

Todo esse quadro contribuiu para que as localidades mais distantes permanecessem ainda isoladas dos processos de modernização, tão aclamado por jovens intelectuais e mesmo por governantes. Juntamente a este quadro urbano apresentado tem-se uma agricultura pouco estimulada e que ainda utilizava técnicas rudimentares, sem conhecimentos nem equipamentos necessários para melhor produção, somado ainda à falta de infraestrutura nas rodovias estaduais tem-se um agravamento do quadro de crise econômica e de abastecimento. A Produção agrícola maranhense era ainda muito pequena contando com aumento quase insignificante ano após ano, a exemplo do algodão e babaçu que, em 1939, obtiveram rendimentos de pouco mais C\$ 61 mil e, em 1944, obtiveram um montante de apenas C\$62 mil. Governantes e Associação Comercial do Maranhão culpavam os próprios produtores pelo baixo crescimento associando à falta de interesse em melhor produzir e mesmo desinteresse na melhoria da qualidade de vida que levavam. Dentre os produtos de maior expressão, destaca-se o babaçu.

Com o declínio do algodão por volta de 1950, o babaçu seguido pelo arroz, se desenvolveu de tal forma que se tornou até hoje, uma das vigas mestras da nossa economia. [...] Nota-se constante crescimento da produção de babaçu. Supomos que teve grande influência nisto, a instalação de indústria da extração de óleo no interior, como também em São Luís (CALDEIRA, 1978, p. 22-23).

A importância do babaçu para a economia local se reflete em crescimento exponencial, como apresenta os dados da produção ao longo dos anos:

Quadro 02 - Produção de Amêndoas de Babaçu

| Ano | Quantidade |
|------|------------|
| 1947 | 45.750 |
| 1948 | 62.803 |
| 1954 | 60.054 |
| 1966 | 147.666 |
| 1969 | 149.900 |
| 1972 | 150.199 |
| 1974 | 171.973 |

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômico-sociais e Informática. São Luís, 1978.

Ainda entre o fim da década de 1930 e início de 1940, a produção que teve maior crescimento foi da rizicultura (aumentando de C\$ 3mil em 1939 para C\$ 22 mil em 1944), pois

tiveram acesso à assistência técnica oferecida pela Secção de Fomento Agrícola, um órgão do Ministério da Agricultura, e aos ensinamentos práticos dados pelo Departamento Técnico da Associação Comercial do Maranhão. Dentre outras questões, o arroz teve muita importância desde o começo do século XX, porque:

[...] durante a primeira metade do Século XX, começava a ganhar proeminência dentro do sistema produtivo maranhense, a exploração do arroz, facilitada pela disponibilidade de terras e do braço nordestino que fixou nos vales úmidos. Deve-se acrescentar a estes fatores a crescente expansão da malha rodoviária, que foi facilitando a penetração e, em certas áreas do Estado – notadamente as regiões do Pindaré e Mearim – foi quebrando a rigidez da estrutura fundiária (CALDEIRA, 1978, p. 25).

As rodovias no interior do estado e as péssimas condições de acesso à capital também representavam um entrave para o crescimento econômico, a ilha de São Luís só foi ligada ao continente depois de aterrado o Campo dos Perizes, obra concluída em agosto de 1943, a débil malha viária do Estado provocava pontos de estrangulamento na economia regional. Em 1946, construção de estradas de penetração que permitiam o transporte de mercadorias e produtos da indústria extrativa vegetal em época de safra, mas ainda assim havia grande problema para escoamento, principalmente nos primeiros seis meses do ano em que a chuva ocasionava interrupção de algumas vias e retardava a saída da produção. Os rios Mearim e Pindaré eram vias muito usadas para escoamento de produtos agrícolas e transporte de pessoas, mas, em época de estiagem o nível das águas baixava e os bancos de areia dificultavam a navegação, ademais a chegada ao porto também representava um problema, pois:

O porto de São Luís era inviável para receber navios de grande calado e os de porte médio, para atracar, dependiam da desobstrução e alargamento dos canais de acesso ao porto. Quanto mais distantes ficavam, mais difícil se processava o embarque e desembarque das mercadorias e mais oneroso saía o serviço de estiva (LACROIX, 2004, p. 118).

A exemplo da ineficiência do porto de São Luís, em correlação com a importância que ele teria para a cidade, foi possível discutir, ao longo deste item, como esta região atravessou diversas situações em que medidas políticas foram tomadas com o intuito de a inserir num roteiro de modernidade, porém boa parte delas acabou tendo cunho elitista e favorecendo bem pouco a parcela da população que mais carecia.

2.1.1 Situação Política no Maranhão

Após o Estado Novo e o período de redemocratização, pós-45, Paulo Ramos, que era o interventor de Getúlio Vargas no Maranhão, não conseguiu articulação e saiu da cena política no estado. Quem fortaleceu seu nome, desde articulação na capital do Brasil, foi Vitorino Freire, um pernambucano que já exercia cargos públicos no Maranhão desde 1933 e com a intervenção do Estado Novo tinha se mudado para o Rio de Janeiro, onde conseguiu importante apoio político. Vitorino estabeleceu hegemonia no Maranhão ao eleger Sebastião Archer como governador a ele mesmo como senador no período de 1947-1950.

Inúmeros partidos de oposição se aproximaram com o intuito de preparar uma frente oposicionista à Vitorino, formando a chamada Oposições Coligadas, fazendo frente em todas as eleições de 1950 a 1965. Em 1951, Vitorino enfrentou forte resistência do grupo das Oposições Coligadas e de certa parcela da população que associava o apoio a ele ao atraso econômico do estado, principalmente, em São Luís, onde parte da população almejava vitória do oposicionista, Saturnino Belo. Com a derrota de Satú Belo e diversas acusações de fraudes no processo eleitoral, um grupo na capital reagiu violentamente à posse do candidato apoiado por Vitorino, Eugênio Barros, organizando passeatas, piquetes e discursos inflamados em praças, contando ainda com a depredação de alguns órgãos públicos e teve como desfecho o fechamento do porto de São Luís diminuindo a oferta de alimentos que chegavam ao Estado e resultando em uma greve geral nos meses de fevereiro e março de 1951 e depois setembro e outubro do mesmo ano.

Esses eventos acima fizeram a capital ser nomeada como a ‘ilha rebelde’ num processo que ficou conhecido como a ‘Greve de 51’. De acordo com o historiador Wagner Cabral, “a greve foi um movimento articulado pelas oposições contra a posse do governador Eugênio de Barros (PST), ligado à Victorino Freire, ‘vitorioso’ em eleições marcadas por denúncias de fraude” (COSTA, 2004, p. 268).

Em um dos comícios organizados pela oposição à Freire, em 1950, a cavalaria foi orientada a impedir e bloquear a passeata o que gerou insatisfação da população em enfrentamento à polícia. Esses enfrentamentos ocorreram, sobretudo, porque o TRE anulou 16 mil votos da capital em apenas uma noite.

Ainda durante todo processo Saturnino Belo faleceu, em 16 de janeiro de 1951 e sua morte foi muito usada para mobilização emocional das pessoas sendo associada à anulação dos votos pelo TRE. Diante da morte de Saturnino Belo a decisão do Tribunal Eleitoral foi de não realizar as eleições suplementares e assegurar a vitória de Eugênio Barros, candidato apoiado por Victorino Freire.

Nos jornais, muito se falava sobre a situação política instável. Em um periódico de oposição ao governo, o deputado Neiva Moreira escreveu uma espécie de desabafo:

Ganhamos as eleições de maneira insofismável. Elegemos Saturnino Belo, apesar de toda a espécie de fraude e coação. Em São Luís obtivemos quase noventa por cento dos votos e vencemos nas principais cidades, conquistando cerca de vinte prefeituras, as maiores do Estado. Com a morte de Satu Belo, os juízes aproveitaram a ocasião para doar ao sr. Eugênio Barros um diploma, retendo cerca de duzentos recursos que o invalidaram em definitivo (DECLARAÇÕES do Deputado Neiva Moreira, 16 abr. 1951, p. 38).

Eugênio de Barros foi empossado pelo Tribunal Superior Eleitoral causando grande revolta entre setores da oposição que buscaram tão logo a mobilização popular, sob lideranças de alguns deputados como Maurício Jansen, Fernando Viana e do líder político Edison Brandão e uma chamada popular com significativa adesão foi vivenciada:

Os acontecimentos daquele dia culminaram quando, à noite, após o comício, o povo decidiu sair em passeata pelas ruas da cidade. O clima de excitação acentuou-se de tal forma que a passeata terminou em depredação às residências dos desembargadores Henrique Costa Fernandes, presidente do Tribunal de Justiça, e Costa Fernandes Sobrinho e Rui Moraes, juiz do TER (BUZAR, 1983, p. 27).

Com instabilidade a cidade foi palco de momentos de tensão, com greve geral, barricadas em alguns bairros da região mais central e problemas no abastecimento - por conta das poucas vias disponíveis para escoamento e abastecimento de produtos. Houve uma associação da instabilidade política a uma série de problemas de ordem econômica.

Em dois momentos, a capital ficou completamente paralisada numa greve geral, nos meses de fevereiro/março (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). A greve de 1951 assumiu tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de, no mínimo, 3-4 mil pessoas na chamada 'Praça da Liberdade' (praça João Lisboa ou Largo do Carmo, o centro político ludovicense) (COSTA, 2004, p. 270).

A greve provocou desabastecimento na cidade devido à escassez de oferta de alimentos, problemas no fornecimento de água e luz elétrica, no entanto, os seguimentos da situação enfatizavam nos meios políticos que detinham o fato de que a greve não existiria.

Em São Luís não existe greve. O que existe é uma coação ordenada pelas Oposições contra o governo do Estado. Os opositoristas estão extorquindo dinheiro do comércio para manutenção do movimento. As fábricas estão paradas porque os operários não podem comparecer ao trabalho devido a coação (NÃO..., 14 abr. 1951, p. 39).

Para resolver, temporariamente, o problema, Eugenio Barros pediu licença do cargo que foi assumido por um político que tinha livre trânsito entre os dois grupos divergentes, César About montou um governo de coalisão até que o julgamento do Tribunal Superior Eleitoral fosse terminado.

Os ânimos continuavam de tal modo exaltados que, tanto oposicionistas como governistas, começaram a se preocupar com os rumos pelos quais o movimento estava enveredando. Em razão disso, os governistas passaram a admitir o afastamento temporário de Eugênio de Barros do poder, desde que não implicasse na perda de seu mandato ou significasse a sua capitulação. Por sua vez, os oposicionistas, receosos de que o extremado calor da luta fizesse com que o movimento fugisse do controle de suas mãos, o que já se vislumbrava, começaram a admitir a hipótese de ser encontrada uma maneira de acabar a crise política, que ameaçava se transformar em colapso econômico, em face da paralização total das atividades produtivas da capital (BUZAR, 1983, p. 40).

Em setembro de 1951, o TSE reconheceu a legitimidade do governo de Eugenio de Barros levando à uma segunda onda de protestos, violência e mesmo morte. Após vários conflitos, incêndios e população assustada, montando até barricadas nas entradas dos bairros, Victorino Freire e Eugenio Barros firmaram acordo com o governo de Getúlio Vargas e conseguiram dar cabo à greve geral, que já vinha muito fragilizada por conta da escassez de produtos e alimentos e também por conta do medo, da instabilidade política e violência, que a população enfrentava. O governo federal não fez a intervenção que a oposição tanto desejava, mas, deu bases para a permanência do vitorinismo.

Nesse momento era intensa participação política dos estudantes que se inflamavam entre ser vitorinista ou oposicionista, isso se intensificou com a criação da União Maranhense de Estudantes (UME), órgão de representação do corpo discente das Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, na década de 1950. Essa organização deu bases para formação de grupos acadêmicos para reivindicação de direitos estudantis relativos aos cursos, exemplo da “União Democrática Universitária” (UDU), houve uma intensa mobilização dos acadêmicos na discussão do cenário da educação brasileira, para tal exercício da mobilização o movimento estudantil fazia uso tanto da mídia especializada e organizada pelos próprios estudantes, quanto pelo uso da mídia geral. As discussões acabaram por culminar no I Congresso dos Universitários (1957).

A partir dos anos de 1960 o Maranhão experimenta uma nova gestão política com José Sarney na condição de governador, sobretudo por ter assumido uma posição de frente ao vitorinismo. O golpe militar de 1964 é apontado como o grande trampolim político para Sarney, pois, o governo ditatorial utilizou de força, recursos e manobras políticas para derrubar os

governos estaduais que eram situação durante o período democrático, sobre a promessa de que o novo governo seria apenas uma solução passageira para ‘limpar’ o país da subversão, corrupção e retomar o crescimento econômico.

No caso do Maranhão, o já dividido PSD vitorinista foi duramente atingido. O governo militar adotou várias medidas, tais como, a ‘intervenção branca’ na Justiça Eleitoral, a convocação de tropas do Exército para garantir as eleições em todos os municípios, o envio de observadores militares para fiscalizar o pleito, além do apoio da máquina federal. Contudo, a mais significativa de todas, por seu valor prático e simbólico, foi a revisão do eleitorado determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, visando combater a ‘Universidade do Fraude’ no Maranhão (COSTA, 2004, p. 249).

Sarney, após eleito, reassumiu o discurso de modernização para o estado e, em especial, para a capital, que de tempo em tempo ganha novas roupagens entre os governantes, intitulado de “Maranhão Novo”, tornando José Sarney o principal idealizador e empreendedor neste processo.

[...] para que o projeto ideológico ‘Maranhão Novo’ prosperasse e fossem percebidas as transformações da urbe, era necessária a construção de símbolos que configurassem a esperança no progresso, transformando o abstrato em concreto. A cidade foi transformada em um canteiro de obras, dando a ela tratamento urbano, com a construção de novos bairros [...] e utilizando construções faraônicas para promover o seu governo, com grande poder propagandístico da sua imagem de moderno e progressista (MORAIS, 2012, p. 223).

A ideia do projeto reformador para a capital era que esta fosse a grande vitrine do estado com obras relevantes de infraestrutura, a exemplo da ponte sobre o rio Anil, idealizada desde a década de 1950, mas só implantada a partir de 1968. A ponte do São Francisco ou ponte José Sarney, como foi batizada, ligava dois lados importantes da cidade, o centro ao bairro de pescadores do São Francisco, que praticamente eram privados de muitos acessos a bens e serviços por conta da ausência da ponte. A mesma foi um marco de que o progresso estava, finalmente, chegando ao Maranhão, por conta disso essa obra foi recebida com muita festa.

Assim, a festividade procurava ser a representação da materialização dos sonhos. A ‘Ponte da Esperança’, era apresentada como a magnitude dos anseios do projeto do ‘Maranhão Novo’. São Luís agora estava dotada de um ‘cartão postal’ que poderia ser visto como símbolo de desenvolvimento, como a concretude do projeto de modernização na capital do Estado (MORAIS, 2012, p. 230).

Com a instalação da ponte, o processo de especulação imobiliária alavancou na região do bairro São Francisco e parcela significativa da população, que tradicionalmente morava lá, foi expulsa do bairro formando um novo espaço periférico às margens das largas avenidas que

se abriram por lá. Dessa forma uma nova classe média e um grande centro comercial passam a habitar essa região que tão logo alcança características de área nobre da cidade. Essa população que lá vivia também sofreu com a baixa na arrecadação financeira, pois, serviços de barcos para travessia de pessoas e bens já não eram mais requisitados e até mesmo a pesca foi afetada. Tem-se um quadro em que o discurso de modernidade foi avassalador para a parcela mais carente daquela região.

Outra mudança significativa aconteceu nos arredores das localidades onde foram implantadas as fábricas em São Luís, no fim do século XIX e início do XX. Estes espaços e bairros das redondezas experimentaram um processo de inchaço como atrativos às pessoas expulsas do campo, principalmente por grileiros, que ao disputarem terras com índios e posseiros utilizavam da força e violência (muitas vezes de policiais) para intimidar moradores de regiões próximas à rodovia Belém-Brasília, por exemplo. Boa parte da população expulsa de suas terras não aceitou pacificamente que este processo se concluísse, “no campo, com destaque para o vale do Pindaré, os trabalhadores rurais organizavam-se pela permanência na terra, contra a invasão das lavouras de gado, pela reforma agrária. Já se esboçava também no interior da Igreja Católica um setor voltado para os problemas sociais, considerado precursor da Teoria da Libertação” (COSTA, 2015, p. 194). No entanto, o que aconteceu com a maioria dessas pessoas foi a expulsão de seus territórios para espaços urbanos.

Já em São Luís, nas décadas de 1970-80, diversos conflitos por posse de terra continuaram entre moradores de bairros da capital e industriais ou donos de imobiliárias, essas disputas eram motivadas por novos projetos de modernização para a cidade que se baseavam na elaboração de infraestrutura para o recebimento de indústrias, programas de habitação, infraestrutura viária e instalação de imobiliárias sobre os terrenos da cidade, em bairros como Vila Padre Xavier, Sá Viana, São Bernardo, Ilhinha, João de Deus, Floresta, Coroadinho, Anjo da Guarda, Vera Cruz e Liberdade.

Em suma, na década de 1970 a ocupação de terrenos ocorreu nos moldes das necessidades de grande número de migrantes atraídos por oportunidades de emprego nas indústrias e/ou expropriados de suas terras nas áreas interioranas do estado, ou seja, quase sempre se tratavam de ocupações sem infraestrutura conhecidas também como ocupações espontâneas. De modo geral, essas ocupações podem ser pensadas através de duas perspectivas de ação, que seriam a *legalista* ou a *formal*, quando as pessoas buscavam amparo junto a órgãos e instituições responsáveis pela distribuição regular de terras, ou seja, procuravam títulos de posse na própria prefeitura, e outras que podemos denominar como de ocupação direta (ou informal), que ocorriam em meios às relações estabelecidas entre os próprios ocupantes, ou seja, por meio de parentes que chamavam os outros para a capital, por meio dos próprios migrantes que construíram os barracos através de um sistema de mutirão (PEREIRA, 2015, p. 355).

No entanto, muitos dos que se deslocaram para capital viam nas fábricas instaladas na capital um possível meio de vida e, por não conseguirem tal feito, superpovoaram áreas periféricas ao espaço compreendido entre os rios Bacanga e Anil, por sua proximidade com os empreendimentos que surgiam⁸.

A implantação do Projeto Carajás e a instalação de grandes fábricas em São Luís e redondezas, como ALUMAR e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), funcionaram como foco atrativo para muitas pessoas seduzidas pela perspectiva de emprego, vindas não apenas de outros municípios do Estado, mas de outros Estados como Piauí e Ceará (MELO, 2015, p. 203).

A partir de 1964, houve uma tentativa de superação da estagnação econômica e para promoção da diversidade econômica se estabeleceu a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Juntamente à isso o governo Federal iniciou a construção da malha rodoviária do Maranhão – antiga reivindicação, o que facilitou a comunicação com outras regiões do próprio estado e do país. Durante a década de 1970 duas outras grandes fábricas se instalaram no Maranhão: a Moinho de Trigo Itapecuru (cimento) e a Sudenveste (roupas).

Como já foi destacado acima, a cidade de São Luís sofreu um crescimento descontrolado nas décadas de 1960-70, com um salto populacional de 158.292 habitantes, em 1960, para 426.193, em 1979. Para abrigar essa população, a cidade cresceu em duas frentes: com a ponte do São Francisco, na direção das praias e com a construção da barragem do Bacanga, possibilitando a expansão para o sudoeste, uma área de ocupação periférica e que estava também mais próxima dos dois grandes núcleos industriais da cidade – Vale do Rio Doce e Alumar. Além da expansão ocasionada pela ocupação de territórios baldios, alguns conjuntos habitacionais foram construídos em localidades de ampliação das margens da cidade.

E São Luís assistiu, no período, ao nascimento de inúmeros conjuntos habitacionais, como Bequimão (1.190 casas), Vinhais (1.627 casas), Cohab Anil (1.415 casas) e Cohatrac (875 casas), além de conjuntos residenciais e loteamentos, para os ricos e classe média, e as invasões, inúmeras invasões descontroladas nas margens dos rios, nas áreas acidentadas e alagadas e nas bordas dos mangues, os espaços dos despossuídos, sendo que 41,3% da população, cerca de 37.000 famílias, estão entre os que moram em condições precárias, em palafitas e outras submoradias (MATIAS, 2004, p. 62).

⁸ A população de São Luís que, em 1950, era de cerca de 119.785 habitantes passa para 270.651 em apenas dez anos e, em 1980, já conta com 444.877 pessoas, um aumento que colaborou para a elevação das taxas de desempregos e subempregos, aumento da criminalidade e piora na qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Com a implantação de algumas das fábricas já citadas acima, cerca de 20 mil pessoas foram deslocadas dos seus locais de moradia e trabalho. Assim, a crise econômica, em fins da década de 1970, só ampliou os problemas de movimentação financeira, onde a cidade atravessou outro ciclo de carestia nos preços de diversos itens de primeira necessidade, dentre eles a energia elétrica e novo aumento do preço da gasolina e, conseqüente, aumento das passagens de transporte coletivo e valor das corridas de táxi que, nesse momento, era uma alternativa muito comum diante da deficiência de transporte coletivo na cidade.

É neste contexto que no dia 11.09.79 o prefeito de São Luís, Mauro Fecury, assina o decreto que determina o terceiro aumento das passagens de ônibus do ano, sendo dois apenas no último mês, em um percentual de aumento total estimado em 80% (MATIAS, 2004, p. 63).

Diante da situação, de arrocho no custo de vida e altas constantes no preço das passagens de ônibus, alguns grupos estudantis, ensino secundário e superior, iniciaram uma organização, em 1975. Esse grupo iniciou uma movimentação tímida, que foi incorporado rapidamente por uma população estudantil de São Luís de cerca de 10 mil alunos, dentro de um universo de 35 mil alunos matriculados na capital (MATIAS, 2004, p. 25). Com essa mobilização entrou em pauta também a reivindicação de estudantes pelo acesso à meia passagem que, desde 1963, vinha sendo combatida por proprietários de transportes coletivos, ao buscar limitar o acesso para apenas duas passagens estudantis com abatimento por dia. Assim, cada aluno receberia apenas 60 passagens com desconto ao mês (JORNAL DO POVO, 23 abr. 1963, p. 05).

O Diretório Central Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão, sob liderança deste processo, ganhou força e realizou encontros fora do ambiente acadêmico, onde buscou debater política e melhorias no acesso à educação, cultura e lazer, dentre eles estava a questão da passagem de ônibus para campus universitário e para circulação estudantil em toda a cidade.⁹ Esse grupo, que se organizava em São Luís, estava também muito motivado por uma retomada de fôlego na organização estudantil e buscava articulação para seu retorno em meio à ditadura militar.

⁹ Em 1952, um líder estudantil, Carlos Alberto Pinto, conseguiu pleitear os primeiros serviços com desconto de 50% para estudantes, estendendo o benefício para serviços de barbeiro e engraxates, médicos, dentistas, fotógrafos, salões de beleza. Em 1957, a União Maranhense dos Estudantes Secundaristas buscou organizar uma carteira de identificação estudantil e, após a conquista da carteira, inicia o processo de pedido de meia passagem no transporte coletivo da capital. No período de ditadura militar, o movimento estudantil no Maranhão perde força, é silenciado e o projeto que visava a meia passagem acaba por não ser levado adiante.

Aproveitando a situação de retomada do ativismo político, as lideranças estudantis articularam o retorno das entidades banidas pelos militares, como as UEEs (União Estadual dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). Para reorganizar a UNE, foi planejado o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), em maio de 1977, na Faculdade de Medicina da UFMG. No comando do governo falava-se em distensão, mas o aparato repressivo não estava disposto a aceitar a reorganização de entidades consideradas ‘ninhos da subversão’. Foi montado um verdadeiro aparato de guerra em Belo Horizonte, e, cercados por tropas, os estudantes não conseguiram realizar o evento (MOTTA, 2014, p. 331).

A UNE foi reorganizada em 1979, em Salvador, após diversas ações de resistência protagonizadas pelos estudantes, com isso o movimento estudantil em todo país retornava ao cenário político. No Maranhão, essa mobilização não foi diferente e o Diretório Estudantil elegeu a questão da meia passagem como a grande bandeira de luta já em 1978, com medidas como coletas de assinaturas e entrega de todas num ato público, com cerca de 500 pessoas, a um representante do governo municipal e ampla discussão de implementação de projeto de lei de assegurasse a meia passagem, todavia tais medidas não representaram qualquer aparato legal para implantação da meia passagem.

Após o segundo aumento de passagem no mesmo mês (setembro de 1979), um pequeno grupo de estudantes universitários da UFMA, do curso de engenharia, aproveitou a indignação geral e começou a mobilizar outros colegas na universidade, resultando numa greve estudantil. Tal como na esfera federal, estudantes da Universidade Estadual do Maranhão deliberaram a favor da greve geral e interditaram a ponte que dava acesso à cidade universitária, promovendo, no mesmo dia, uma assembleia estudantil que decidiu, por unanimidade, deliberar greve contra o aumento das passagens e campanha pela meia passagem estudantil, envolvendo secundaristas e sociedade geral.

A partir desta iniciativa foi constituído o “Comitê Central de Luta pela Meia Passagem” e, com isso, a deliberação de vigília em frente à residência oficial do governador, Palácio dos Leões, até que o mesmo garantisse o solicitado. O dia 17 de setembro de 1979 foi marcado por grande mobilização estudantil para composição de uma Assembleia Geral envolvendo estudantes universitários e secundaristas de escolas, públicas e particulares, no entanto, sob comando do então governador, João Castelo, a polícia estava armada com jatos d’água, bombas de gás, balas de borracha, cassetetes e armas. Após diversos dias de confronto, muita visibilidade na mídia e denúncias de autoritarismo do governador, a meia passagem estudantil foi garantida de forma legal aos estudantes no Maranhão.

Destarte, uma das principais características do Maranhão, no período estudado, relaciona-se aos discursos ainda muitos vagos de autoridades acerca da necessidade de

modernização da economia e estrutura urbana e, juntamente a isso, uma série de medidas que se mostraram, em sua maioria, avassaladoras para a parcela mais pobre da população. Uma vez que o estado esteve muito monopolizado por grupos políticos que tomavam medidas onde, grande parte, visava agradar aos latifundiários, empreendedores e comerciantes ricos da região, promovendo a ampliação de quadros desoladores ao invés da tão falada modernidade. Ainda assim, pôde-se notabilizar diversas formas de resistência e também adaptações no que tange à busca pela sobrevivência e qualidade de vida.

2.2 História da Educação no Maranhão

A história da educação no Maranhão passou por importantes transformações em fins do século XIX, especialmente pós a proclamação da República e todo processo de mudanças ocorridas neste período. Houve, pelo menos no âmbito dos discursos e das leis, maior atenção para estrutura do ensino e mesmo sua ampliação, ainda que muita coisa não tenha saído do papel, transformações e melhorias marcaram o contexto educacional em todo Brasil, também no Maranhão, influenciando a educação básica, profissional e superior.

Sobre essa situação tem-se duas vertentes muito fortes na história da educação: a ênfase de que o início do século XX foi mobilizado por meio do entusiasmo pela educação e também a concepção de que o investimento na educação se reportaria à estruturar mecanismos de controle das populações pobres nos centros urbanos.

A imagem de uma cidade invadida por populações de costumes [tidos como] bárbaros que ameaçariam as rotinas cidadinas mais sedimentadas passa a ser referência constante nos discursos de uma elite urbana letrada. Moralizar esses costumes era o núcleo do programa modernizador acionado nas campanhas cívicas da década de 20. [...] Levar a escola aos sertões brasileiros, banindo a ameaça representada pelo êxodo migratório e enraizar extensivamente os serviços escolares nos grandes centros urbanos são as metas do programa modernizador que as reformas educacionais dos anos 20 põe em cena (CARVALHO, 2010, p. 232-233).

No Maranhão de início da República, por decreto, o governo de José Thomaz da Porciúncula, visava-se organizar a educação dividindo-a em primário, secundário e técnico. “Esse decreto, além de proibir o castigo corporal nas Escolas, mantinha o Liceu com a introdução de algumas reformas em sua organização, cria a Escola Normal, um Conselho Superior de Instrução Pública e um Instituto Técnico” (ANDRADE, 1984, p. 30). Essa mudança organizacional no Maranhão seguiu uma linha nacional, pois, mesmo que o sistema estivesse descentralizado, havia algumas diretrizes nacionais norteadoras para os projetos educacionais,

tendo em vista que para a pretensa urbanização e industrialização requerida no país a educação primária e profissional massificada era uma necessidade. Todavia, a euforia diante das reformas educacionais teve limites bem delineados. É como afirma Francisco Filho:

Com a proclamação da República em 1889 não houve grandes mudanças na estrutura do ensino primário e secundário, na prática. O ensino superior continuou recebendo os principais cuidados, formando a elite e as demais lideranças do país (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 71).

Na prática, a educação pouco mudou, houve muita propaganda acerca do papel educacional, no entanto, as melhorias no ‘chão da escola’ se fizeram ainda timidamente. Uma das características conferidas ao regime republicano que deu maior visibilidade à educação foi a implementação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, sendo que esta instituição foi responsável pelo estabelecimento de novas concepções em ensinar, ao organizar várias Conferências Nacionais de Educação e divulgar, dentre outras medidas, a situação dos estados brasileiros em seus relatórios, buscando introduzir os pressupostos teóricos da Escola Nova, que visava o aluno com maior autonomia no seu processo de aprendizagem e o docente enquanto agente facilitador. Posteriormente, esta associação estabeleceu as bases do “Plano Nacional de Educação” e de diretrizes nacionais para o ensino popular.

Apesar de as reformas educacionais terem pontuado com mais relevância a realidade do eixo sul-sudeste, diversas regiões do país colocaram a educação na pauta das discussões. Abaixo, alguns exemplos das reformas educacionais que foram discutidas nos estados do nordeste: em 1922, Lourenço Filho foi de São Paulo para o Ceará a fim de empreender uma reforma no sistema de ensino, primeiramente este promoveu um censo educacional com cadastramento de recursos naturais e humanos disponíveis. Buscou então organizar o suporte ao professorado, oferecendo cursos de férias e assumindo as cátedras de pedagogia e psicologia na Escola Normal. Em 1920, Pernambuco também passou uma ampla discussão na educação, ao longo de toda a década, onde a meta era superar o analfabetismo e fortalecer a instrução com um currículo tradicional e formal, dando ênfase para uma discussão mais ampla acerca da sociedade, ordem e disciplina; e como reflexo disso teve a introdução da disciplina Sociologia Educacional nas Escola Normal, que seria responsável por levantar tais questões na formação docente.

Da Bahia veio o maior movimento de reforma educacional no nordeste, quando, em 1926, Anísio Teixeira, filho de uma importante família oligarca baiana, foi convidado para a reforma da Instrução Pública. Inspirado no modelo educacional dos Estados Unidos, ele

promoveu curso de férias para docentes, onde a base seria o livro de Omer Buyse, com o lema de “educar pela ação” e, com isso, incluiu disciplinas como Geometria, Desenho e Trabalhos Manuais.

Sua [Anísio Teixeira] crítica à ‘noção de educação como ajustamento estático a um ambiente fixo’ e sua concepção de educação como processo de contínua transformação, reconstrução e reajustamento do homem ao seu ambiente social móvel progressivo marcavam distância relativamente às concepções da escola dominantes no movimento educacional (CARVALHO, 2010, p. 245).

Desta feita, a proposta levantada por Anísio Teixeira criticava o fetichismo da alfabetização intensiva e buscava uma educação mais prática e que tivesse proximidade com a realidade da criança.

Juntamente com as discussões advindas de propostas de reformas a educação formal também passou a ser contabilizada pela expansão numérica que obteve em todo país. No caso do Maranhão houve ampliação em número de escolas, na capital e interior, na formação de professores e também dos horários de aula nos turnos matutino, vespertino e noturno. O quadro abaixo apresenta a quantidade de matrículas em crescimento no início do século XX.

Quadro 03- Matrículas do Ensino Primário Estadual

| Ano | Matrículas |
|------------|-------------------|
| 1914 | 3.850 |
| 1915 | 7.039 |
| 1916 | 8.441 |
| 1917 | 9.971 |

Fonte: Fala e Mensagem do Governo Estadual do Maranhão à Assembleia Legislativa. 1918, p. 27.

Estas mudanças foram muito registradas em documentos oficiais como falas e mensagens de governantes e autoridades, entretanto, estes documentos/discursos se referiam à educação pública e faziam parte da divulgação dos respectivos governos, fato que torna a informação mais propícia a maquiagem a atuação dos governos diante do público maranhense, uma vez que se configuravam como uma prestação de contas.

Para além da discussão sobre educação, nos aspectos da lei e medidas de ampliação quantitativa de escolas, professores e alunos, deve-se observar em todo este contexto que a presença e participação das meninas e mulheres na educação ainda eram tímidas:

De modo geral, durante todo o século XIX, a sociedade maranhense apresentou-se bastante preconceituosa e conservadora, sobretudo em relação à mulher, que até a Proclamação da República não conseguia sequer garantir o direito de dar continuidade a seus estudos. O Liceu, como as demais escolas secundárias particularmente existentes no Estado, destinava seu ensino exclusivamente aos rapazes que pretendiam ingressar nos cursos superiores. Por esse motivo, as moças de família abastadas, em geral as únicas que tinham acesso a uma boa escolaridade – recorriam a professores particulares que lhes ensinavam algumas disciplinas oferecidas no Liceu (francês, por exemplo, e outras como a música, o canto, a declamação etc.) (SALDANHA, 2008, p. 62).

Com as heranças de uma instrução não valorizada nem privilegiada ao longo do processo histórico às mulheres, os preconceitos e conservadorismos permaneciam constantes nesta ‘nova’ etapa. Mesmo após a República, as dificuldades para que as mulheres estudassem além do ensino primário tinham seus entraves, pois “a despeito de as instituições de ensino superior do país terem sido abertas às mulheres em 1879, apenas poucas mulheres estavam aptas a obter o preparo acadêmico necessário para serem aprovadas nos exames de ingresso” (BESSE, 1999, p. 125). O Liceu manteve por muito tempo sua exclusividade masculina e, mesmo após a Escola Normal dividirem as mesmas progressões pedagógicas e didáticas, esta ainda era vista como uma instituição apêndice, anexo e sem expressão própria.

As jovens que buscavam educação formal no início do século XX encontravam, por sua vez, um quadro constituído de aulas particulares primárias e por algumas escolas públicas e privadas, polarizadas pelas propostas pedagógicas que marcam o panorama educacional: educação leiga x educação religiosa (CARDOSO, 2003, p. 50).

Outro aspecto que merece destaque em relação à formalização da educação feminina pública foi a promoção da aproximação educacional entre meninas e meninos inclusive com permanência no mesmo espaço físico e de saber pedagógico, sendo uma das possibilidades visíveis à educação e possíveis aos recursos financeiros do Estado. Este sistema foi conhecido no Brasil como educação mista e sistema de coeducação e contou com a criação de grupos escolares a partir do final do século XIX. Nos primeiros anos do século XX, o número de grupos escolares já superaria o de escolas isoladas.

NA CAPITAL – Lyceu Maranhense (Equiparado com Collegio Pedro II e com um curso profissional destinado ao preparo de professoras normalistas).

Escola Modelo Benedito Leite.

9 Grupos Escolares

4 Escolas Izoladas na cidade

Aprendizado Agrícola Cluistino Cruz, no lugar Mayobinha, destinado ao preparo de feitores agrícolas (Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Maranhão pelo Exc. Sr. Dr. Urbano Santos. Maranhão, Imprensa Oficial, 05 de fevereiro de 1920, p. 21).

Em relação às características pedagógicas a instrução mista, por consequência, submetia os(as) alunos(as) aos mesmos aspectos pedagógicos de ensino, como, por exemplo, o estudo de um currículo comum, representando certa condição de paridade na educação entre os sexos.

Do ponto de vista psicológico, a co-educação é uma forma de educar conjuntamente, isto é, as diferentes maneiras de educar [...] Na terminologia pedagogia co-educar refere-se ao ato educativo no qual ambos os sexos se educam em comum na mesma escola, na mesma classe, nas mesmas horas e utilizando-se os mesmos métodos, as mesmas disciplinas e com os mesmos professores, todos sob uma direção comum (ALMEIDA, 2007, p. 166).

A educação que agregava no mesmo espaço pessoas de sexos diferenciados pode ser analisada como uma medida capaz de exercer forte influência na ação educacional revelando, mesmo que de maneira incipiente, a noção de igualdade no processo educacional, pois meninas e meninos passaram a ser atendidos por um sistema escolar que se lançava mais igualitariamente, chegando aos discentes sob bases próximas e, talvez, até com discursos sexistas menos apurados. Nos registros da instrução pública em São Luís, o que se observa é o aumento de turmas com sistema de educação mista, porém diferenciando meninos e meninas em algumas atividades como, por exemplo, as aulas de educação física.

Observa-se abaixo uma predominância, já em 1918, de escolas isoladas mistas:

O Estado manteve, no ano passado, 172 escolas isoladas, sendo 16 no município e 156 nos demais municípios. Destas escolas, 48 são do sexo masculino e 124 mistas; 71 regidas por normalistas e 101 por professores vitalícios ou interinos (MARANHÃO, 1918, p. 27).

Partindo do pressuposto explicativo de coeducação, já apontada por Jane Soares de Almeida, podemos repensar o que esta proposta educacional trouxe de reflexos à instrução pública, neste sentido destacamos as vantagens deste processo para a educação feminina, pois foi uma das maiores expressões que deu garantias de aproximação com a instrução pensada aos homens também.

Conquanto, em sentido estrito, a coeducação não foi plenamente adquirida¹⁰ no Brasil, sendo que o próprio discurso republicano não era o de promover a igualdade plena entre os

¹⁰ Jane Soares divide a instrução pelo sistema de co-educação em três formas, a saber: “1º) Co-educação total: todo o tempo e todas as atividades escolares organizam-se em regime co-educativo. Indo mais além pode atingir a vida familiar e social, incorporando atributos de igualdade de educação e de oportunidade para os dois sexos sem distinção, plasmados por uma escola comprometida com as aspirações democráticas de uma nação. [...] 2º) Co-instrução: as atividades organizam-se apenas de maneira informativa, isto é, dizem respeito mais propriamente aos conteúdos desenvolvidos, assemelhando-se mais à escola mista. [...] 3º) Co-educação parcial: nesta, o regime co-

sexos. Se a instrução deveria atender aos objetivos de oferecer às crianças e jovens orientações acerca de suas atribuições sociais, a diferenciação na educação se configurava como necessária e era mantida, desta feita, algumas atividades ainda permaneciam separadas, sobretudo as que ensinavam meninas a serem mães e donas de casa.

Na co-educação, meninos e meninas devem ser educados de forma a desenvolverem suas capacidades de maneira coerente com suas peculiaridades sexuais e opções individuais sem a opressão exercida pela diversidade sexual. Finalmente, caberia a escola co-educativa a finalidades propícias para um bom relacionamento na vida adulta (ALMEIDA, 2007, p. 167).

Para atender também aos objetivos de uma vida pública mais frequente e da necessidade de profissionalização das mulheres era também importante que houvesse a propagação, desde a infância, de um contato considerado sadio entre os sexos.

Além do ensino articulado em sistema misto, um diferencial educacional também foi o ensino por meio dos grupos escolares, em detrimento da educação processada em disciplinas isoladas. As disciplinas isoladas congregavam diversos alunos de etapas educacionais diferenciadas em um mesmo espaço e sendo atendidos pelo mesmo professor, independentemente do nível que eles estivessem, este fato foi fruto da ação de Marquês de Pombal ao expulsar os jesuítas do Brasil e, juntamente com eles, todo o sistema de organização educacional existente.

Nesse sentido, as pesquisas sobre a gênese e a história dos grupos escolares no Brasil vêm mostrando como a reunião de escolas isoladas foi aclamada como uma fórmula mágica para resolver os problemas do ensino primário. [...] No início do Brasil republicano, as escolas isoladas deveriam ceder lugar, tanto na memória como na realidade espacial, para os grupos escolares, mais racionais e abrangentes [...]. Nessa ótica, o papel dos docentes ganharia especial relevo na constituição moral, na formação das novas gerações (GATTI JÚNIOR; PESSANHA, 2005, p. 84).

Para um sistema de ensino que se pretendia moderno, os grupos escolares e escolas mistas representavam um aspecto mais racional dos gastos públicos e possibilitaria incluir mais alunos. No lugar das cadeiras e classes isoladas, muitas vezes funcionando nas residências dos docentes e agregando alunos de diversos níveis e faixas etárias num mesmo espaço, nasceram os grupos escolares organizados em séries anuais e a reunião de grupos de alunos no mesmo nível de ensino e a agregação de várias escolas isoladas em um prédio comum.

educativo concentra-se em algumas atividades escolares, nas quais o contato entre os sexos é sistemático, porém periódico. Sistemático porque faz parte de um mesmo plano de ensino e periódico, pois a relação entre os sexos limita-se a algumas horas e a determinadas atividades, não englobando todo tempo de permanência na escola” (ALMEIDA, 2007, p. 168).

No entanto, apesar de a abordagem com a educação ter sido cada vez mais destacada, não era tratada como prioridade dos governos, é como discute Maurilane Biccas e Marcos Freitas:

Um pouco antes da década de 1940, a maioria esmagadora das unidades escolares se mantinham em escolas isoladas. O processo de (re)formação da escola estatal e de reorganização do ensino profissional conduziu-se num cenário contraditório, dentro do qual o estado que a quase tudo prescrevia ou delimitava, ao mesmo tempo se desincumbia da educação pública. Ou seja, estamos diante de um período no qual é notória a expansão do Estado e, mesmo sendo uma expansão inegável, seus dispositivos legais não têm na educação pública uma obrigação primordial (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 117).

Seguindo a tendência nacional de pensar/discutir a educação, a instrução em nível superior passou a ser entendida como importante para o desenvolvimento econômico do país e, por conta disso, também ganhou destaque quando se debatia as formulações legais do ensino, o que conferiu a expansão desta modalidade de ensino em forma das faculdades isoladas, algo que já representava uma guinada diante da tardia implantação de cursos superiores no Brasil, tendo início apenas com a vinda da família portuguesa e a criação da Faculdade de Medicina da Bahia. “A única real mutação operada no ensino superior no século XIX foi à introdução da ciência experimental na universidade. O atraso do ensino superior no Brasil foi fruto da política da coroa portuguesa, queria concentrar a formação da elite dirigente, especialmente, em Coimbra para homogeneizar as referidas elites. A promoção e estímulo ao ensino superior no Brasil se deu então apenas com a chegada da família portuguesa, no início do século XIX e todo aparato estatal e de instituições que entendiam como necessários ao funcionamento da nação.

Durante todo período imperial (1822 - 1889), o ensino superior ganhou mais densidade. Cátedras se juntaram em cursos que, por sua vez, viraram academias, mas o panorama não se alterou substancialmente. Toda a prosperidade da economia cafeeira não foi capaz de modificar os padrões do ensino superior, a não ser parcial e indiretamente, pela construção de estradas de ferro, que demandavam engenheiros. As modificações mais notáveis daí decorrentes foram a criação da Escola Politécnica, em 1874, no Rio de Janeiro, e da Escola de Minas, em Ouro Preto, um ano depois (CUNHA, 2010, p. 255-256).

É possível fazer uma divisão para compreensão do desenvolvimento do ensino superior no Brasil em duas grandes épocas: a primeira vai de 1808 a 1889 e contempla escolas isoladas com foco na formação de profissionais liberais e qualificação para aqueles que ocupariam os cargos públicos.

Todo processo de ampliação e diferenciação das burocracias pública e privada determinou o aumento da procura de educação secundária e superior, pelas quais se processava o ensino profissional necessário ao desempenho das funções que lhes eram próprias. Os latifundiários queriam filhos bacharéis ou ‘doutores’, não só como meio de lhes dar a formação desejável para o bom desempenho das atividades políticas e o aumento do prestígio familiar, como, também, estratégia preventiva para atenuar possíveis situações de destituição social e econômica. Os trabalhadores urbanos e os colonos estrangeiros, por sua vez, viam na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances destes alcançarem melhores condições de vida (CUNHA, 2010, p. 157).

A segunda se inicia com a fase republicana e as diversas tentativas de ampliação e organização do ensino com institucionalização do sistema de universidade.

De fato, com a Proclamação da República, a nova Constituição descentralizou o ensino superior e permitiu a criação de novas instituições tanto pelas demais instâncias do poder público (estaduais e municipais), como pela iniciativa privada, o que, pela primeira vez, permitiu a criação dos estabelecimentos confessionais no país. Entre 1889 e 1918, foram criadas 56 novas escolas superiores, na sua maioria privadas. Havia, de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público e, de outro, iniciativas de elites locais que buscavam dotar os seus estados de estabelecimentos de ensino superior (DURHAM, 2003, p. 05).

Seguindo um ritmo muito lento de desenvolvimento e expansão do grau superior o surgimento de universidades no Brasil também se deu muito tardiamente, para Anísio Teixeira isso representou ausência de espaço propício para o debate científico:

Uma das funções primaciais da universidade é cultivar e transmitir a cultura comum nacional: não havendo o Brasil criado a universidade, mas apenas escolas profissionais superiores, deixou de ter o órgão matriz da cultura nacional, a qual se elabora pelo cultivo da língua, da literatura e das ciências naturais e sociais na universidade, ou nas respectivas escolas superiores do país. [...] a República continua a tradição da resistência... Como aceitar que se tenha perdido o século XIX e cerca de um terço do século XX, para somente ser possível em 1934 e 35 as primeiras universidades brasileiras, com a universidade do Distrito Federal e a Universidade de São Paulo (TEIXEIRA, 1989, p. 67-68).

A partir do governo Vargas, houve uma ampliação de propostas para a educação superior, esta fora embalada pelo discurso de capacitação profissional como algo necessário para o crescimento econômico do país, concepção esta que se estendeu aos anos seguintes e também possibilitou destaque para escolarização em grau técnico, onde o tempo de capacitação seria mais curto e atenderia ao preenchimento de cargos em grau mais baixo nas indústrias que estavam a se fomentar no país.

Na década de 1950, no Brasil, alguns diagnósticos políticos chegavam a colocar em dúvida a possibilidade de o país industrializar-se com os níveis educacionais que

apresentava. Admitia-se, sem muita resistência, que o crescimento econômico e a elevação nas taxas de emprego ‘necessariamente’ exigiriam ampliação da taxa de diplomação escolar e, principalmente, cobrariam qualificação junto aos sistemas públicos de ensino (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 139).

No entanto, ao mesmo tempo que se desejava atender uma lógica de mercado com mão de obra qualificada, o crescimento quantitativo do ensino superior estava muito limitado à sua própria lógica de funcionamento, sobretudo pelo sistema de cátedras que mantinha, dificultando o aumento significativo do número de vagas, pois os docentes tinham um atendimento muito limitado aos alunos, funcionando como Anísio Teixeira descreve abaixo:

A real concepção da escola superior no Brasil parece ter sido, desde o princípio, a de um organismo composto de cátedras de certas matérias, que constituíam o currículo do curso único oferecido pela escola. Vemos isto muito nitidamente nos cursos médicos, jurídicos, ou de engenharia, das escolas tradicionais. Como cada cátedra só podia ter um catedrático, a matrícula ou o crescimento da escola estava adstrito à quantidade de alunos de que poderia se ocupar o catedrático. O *numerus clausus* não era tanto o da capacidade da escola pelo seu espaço e equipamento, quanto o do número de alunos de que podia se ocupar o professor. Criados o catedrático e o currículo único do curso, cada escola não podia crescer além da capacidade individual do catedrático. Multiplicar os alunos seria imediatamente deteriorar o ensino, pelo aumento da relação professor-aluno. A ampliação só se podia fazer com a criação de uma nova escola (TEIXEIRA, 1989, p. 90).

Em 1920, já eram cerca de 150 escolas isoladas de ensino superior, mas, a organização destas no sistema de universidade teria um processo bem mais lento, mesmo porque envolvia muita questão política e, além disso, era preciso elaboração de alguns elementos reguladores para o fomento dos cursos isolados em universidades. Assim, em 28 de novembro de 1928 foi promulgado o Decreto 5.616 que versava sobre algumas condições de estabelecimento de regras para as universidades, como listamos algumas das considerações estabelecidas em lei.

Estabeleciam-se marcos limitadores para a multiplicação das universidades. Ao solicitar o reconhecimento, a instituição deveria contar não só com elevado patrimônio como, também, ter no mínimo três faculdades funcionando ininterruptamente há pelo menos 15 anos. Somente se fossem satisfeitas tais condições é que uma instituição receberia do governo federal o status de universidade, podendo usufruir da autonomia que lhes era atribuída, mantida a exigência de equiparação aos estabelecimentos federais de ensino superior (CUNHA, 2010, p. 165).

Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, alguns outros elementos foram regulamentados inclusive limitando o pagamento de anuidades. “O modelo de universidade proposto consistia, em grande parte, numa confederação de escolas que preservavam muito de sua autonomia anterior. De fato, muitas universidades foram criadas simplesmente reunindo

estabelecimentos preexistentes” (DUHAM, 2003, p. 7). Em 15 anos, foram criadas apenas três universidades, todas públicas e, no pós-primeira guerra até a década de 1960, a expansão de matrículas e criação de universidades continuou lenta, ainda que se reportasse a um período de ajustamento para as mudanças urbanas e industriais que o país atravessava, o volume de matrículas em nível nacional pouco mais que dobrou. Nesta mesma época, várias instituições estaduais e municipais começaram a sofrer o processo de federalização, sendo que a criação de universidades públicas era resultado de acordos políticos, por meio da intervenção de senadores ou deputados federais que tivessem influência junto ao governo central; as elites abriam as escolas superiores e ficava a cargo das personalidades públicas, de maior prestígio, buscar parcerias para a federalização.

O corpo docente era improvisado a partir de profissionais liberais locais, sem nenhuma prática nem interesse pela pesquisa, e desinformados sobre as universidades de outros países. Não é de se estranhar, portanto, que estas novas universidades fossem apenas federações de escolas, presas a um ensino tradicional e rotineiro, alimentado, quando muito, por uma erudição livresca e provinciana. Apesar disto, estas instituições representaram uma efetiva ampliação e diversificação dos cursos oferecidos, abrangendo novos ramos do conhecimento, especialmente pela obrigatoriedade, estabelecida por lei, de incluir, na organização das universidades, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (DUHAM, 2003, p. 10).

Como mais uma forma de organizar ensino superior em 1951, o Decreto n. 29741 criou a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pensada como “órgão de inteligência estatal voltado para a qualificação em termos de pesquisa e atenção aos setores com déficits científicos e intelectuais” (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 144). Com o passar dos anos este órgão adquiriu grande importância nas formas de operacionalizar a formação superior.

Nos anos 1950, o país viveu uma explosão de crescimento visível na urbanização, na expansão industrial e no aumento demográfico. Nesse contexto, muitos começaram a sonhar com um país diferente, melhor, mais desenvolvido, e a percepção da existência de instituições arcaicas tornou-se mais aguda. As universidades viviam situação peculiar, pois recebiam jovens influenciados pelas novas tendências, mas eram instituições atrasadas, planejadas para outra época, quando a demanda era por pequenos magotes de bacharéis. Em tempo de desenvolvimento acelerado, começou-se a questionar porque elas não faziam pesquisa e não produziam mais mão de obra qualificada, e, da perspectiva de esquerda, por que atendiam apenas a elite (MOTTA, 2014, p. 66).

Não obstante, foi durante o governo militar que a expansão e reforma da universidade se deu em larga escala no país, promovendo uma relação bem dual, onde, de um lado, se

experimentou a expansão e, por outro, o retrocesso do extremo controle no meio acadêmico. Como Rodrigo Patto bem discute tal ambiguidade em seu trabalho.

O aumento de matrículas durante o regime militar foi significativo, embora na primeira metade dos anos 1960 também tenha ocorrido grande crescimento no país. No momento do golpe, esse número tinha ascendido a 140 mil, aumento de 50% em apenas quatro anos, graças sobretudo ao crescimento de vagas nas universidades públicas. Depois de 1964 esse ritmo iria se acelerar ainda mais, e nos primeiros quatro anos houve aumento de quase 100% nas vagas, mas com uma alteração de perfil: no período militar, ao contrário do anterior, a maior expansão aconteceu no setor privado (MOTTA, 2014, p. 248-249).

No entanto, a partir de meados da década de 1960, o movimento estudantil sofreu severo golpe pela ditadura, iniciando o processo ainda em 1964 quando a União Nacional dos Estudantes foi arbitrariamente fechada. A ditadura militar iniciou sua intervenção nas universidades com um projeto que ficou conhecido como “Operação Limpeza”, onde professores, reitores de algumas universidades e, principalmente, a organização estudantil estavam na mira, assim como alguns livros considerados de esquerda foram retirados de livrarias e editoras, sobretudo na Universidade de Brasília.

Como parte do projeto, desse então novo sistema de governo, de modernizar e “limpar” as universidades, algumas modificações no sistema de ensino foram aplicadas e dentre elas uma das questões mais criticadas nas universidades, na década de 1960, que era a estrutura baseada em cátedras. Este sistema mantinha um grupo limitado de professores no poder sobre as respectivas áreas do saber, com cargos vitalícios e contratação de parentes para serem auxiliares da cátedra, tal estrutura era considerada ultrapassada e impedia a circulação de ideias. Outro problema criticado era a falta de coordenação entre as faculdades que funcionavam ainda com sistema isolado.

No governo civil-militar, algumas mudanças já reivindicadas há algum tempo, foram adotadas e uma delas foi justamente a abolição do sistema de cátedras e adoção do regime de departamentos. Nesse momento, também houve interesse na qualificação de pesquisadores no país, o que levou a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) a organizar um programa de bolsas e financiamentos de pós-graduação no país com objetivo de formar mestres e doutores.

Aí está mais uma característica distinta na história da universidade brasileira quando comparada com a maioria dos demais países latino-americanos. Sem considerar as danosas consequências que a ditadura militar (1964-82) teve na vida acadêmica, não é possível deixar de levar em conta o fato de que foi nesse período que o processo tardio de formação da universidade brasileira recebeu o maior impulso. Para tanto, é preciso considerar os efeitos contraditórios que o regime autoritário provocou nas

instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica (CUNHA, 2010, p. 178).

O movimento estudantil, antes da clandestinidade por meio da ação ditatorial, já vinha discutindo a reforma universitária desde o governo João Goulart, que incluiu tal debate na pauta nacional, quando houve o golpe militar e a reforma se processou em outras circunstâncias. Ao realizar seminários nacionais, a UNE discutia maior autonomia para as universidades na gestão de seu orçamento, funcionamento interno e currículo também.

A reforma universitária do ensino superior se inspirou no modelo universitário norte-americano, estruturando o ensino em básico e profissional; em dois níveis de pós-graduação, o mestrado e o doutorado; adotando o sistema de créditos, introduzindo a matrícula por matérias, como também já ocorria na universidade de Brasília. Adotou também a estrutura de departamentos, mantendo a unidade de ensino e pesquisa e introduzindo a obrigatoriedade de frequência do ensino para alunos e professores (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 270-271).

Essa reforma foi estruturada no sentido de viabilizar uma expansão ordenada para a Universidade e também como uma forma de buscar maior autonomia administrativa para o ensino superior, como aponta Luiz Antônio Cunha:

A reforma universitária era definida como necessária para neutralizar o poder das 'cúpulas dirigentes da universidade', pois elas estariam comprometidas com a 'estrutura colonial e alienada em fase de superação'. O primeiro passo da reforma seria, então, a conquista da autonomia da universidade diante do governo, de modo que a instituição tivesse liberdade para elaborar seus orçamentos, recebendo recursos sem destinação específica; eleger internamente os dirigentes, cabendo ao governo apenas a nomeação dos eleitos; competência para elaborar e alterar seus estatutos, dentro dos princípios gerais fixados pelo governo; liberdade para criar e suprimir matérias, mantendo as 'definidoras do curso'; liberdade para modificar currículos e programas, podendo experimentar novos métodos de ensino, modificar sistemas de ingresso e aprovação (CUNHA, 2010, p. 176).

Uma das implicações da Reforma Universitária de 1968 foi a criação do 1º ciclo nas universidades, onde caracterizaria uma formação básica comum a todos alunos de quaisquer cursos e só depois viriam as disciplinas especializadas. Dentre as outras mudanças, contava também com um exame de vestibular idêntico para todos os cursos ou áreas do conhecimento, visando fortalecer um poder central.

art. 45 – O Concurso Vestibular será uniforme em seu conteúdo para todos os cursos ou área de conhecimentos afins e centralizado em sua execução, abrangendo os conhecimentos comuns à diversas formas de educação do segundo grau, sem ultrapassar este nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1970).

No entanto, ao que tudo indica, o maior objetivo dessa reforma no ensino superior foi a formação de capital humano, como mão de obra de excelência à indústria e ao cenário econômico de expansão que o país vivenciava. Estudantes e professores ansiavam pela reforma num sentido de superar a universidade acrítica, a-científica e elitista, porém, na prática, estas questões não foram levantadas e a Lei n. 5540, de 1968, pode ser considerada tanto por sua tentativa de unificação das escolas superiores, quanto por alguns pontos considerados importantes até mesmo entre os setores mais contrários à ditadura, pois envolveu questões como: tempo integral, criação de departamentos e o tão desejado fim das cátedras.

A promoção da reforma universitária também pode ser notada como uma forma de amenizar conflitos com um setor que era considerado perigoso para o governo civil-militar, ou seja, a universidades, seus alunos e professores com teorias comunistas e marxistas, e ainda:

Para além de seu papel nos planos de desenvolvimento, as universidades tornaram-se áreas sensíveis para a 'segurança nacional' por outra razão. Elas eram o foco importante de atuação dos inimigos ideológicos, pois ali circulavam ideias marxistas e radicais de todos os matizes, formulavam-se críticas ao governo e vicejavam várias atividades de 'contestação'. Além disso, os militares viam as universidades como focos de comportamentos desviantes (drogas, sexo) inaceitáveis, que, para os mais imaginosos entre eles, significava o prelúdio do comunismo, pelo 'desfibramento' da juventude (MOTTA, 2014, p. 101).

Como parte da proposta de reforma no ensino superior, houve novo incentivo para criação de universidades federais, nos anos de 1970-80, completando um quadro onde o período de controle militar foi de expansão para o ensino superior no país.

O ensino superior universitário e não universitário se ampliou de maneira extraordinária, desde o início do regime, em 1965 até o final da década de 70. Em cerca de quinze anos, o número de matrículas no ensino superior passou de 95.691 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram as maiores taxas de crescimento (DURHAM, 2003, p. 17).

No entanto, apesar dessa alavancada quantitativa nos cursos de nível superior no Brasil, é possível notar quanto a maior parcela da população ainda estava às margens dos diversos níveis de instrução e quanto o número de pessoas analfabetas ainda era alarmante, apesar de redução na taxa.

Quadro 04 - Evolução da Distribuição da População por Nível de Educação no Brasil

| Nível de Instrução | 1960 | 1970 | 1980 |
|---------------------|------|------|------|
| Analfabetos | 46% | 43% | 33% |
| Fundamental 1º fase | 41% | 40% | 40% |
| Fundamental 2º fase | 10% | 12% | 14% |
| Médio | 2% | 4% | 7% |
| Superior | 1% | 2% | 5% |

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento humano (1996 apud BICCAS; FREITAS, 2009, p. 189).

Na tabela acima, observa-se um modelo de funil, onde os maiores níveis de ensino abrangiam uma parcela mínima da população, a exemplo do médio e superior, quando, por outro lado, o índice de analfabetismo ainda era muito elevado. Apesar de notabilizar tímido crescimento da expansão da educação como um todo, as entrelinhas desses dados mostram que a educação formal no Brasil ainda era algo para poucos. Desta feita, o que dizer sobre a participação feminina no ensino superior? Pouco se fala da presença das primeiras mulheres que frequentaram e concluíram um curso em terceiro nível, desde fins do século XIX. Vale lembrar que ainda era um período em que a instrução feminina era pouco ou nada estimulada, as mulheres ainda se restringiam a estudar em casa mesmo, com auxílio de preceptoras, tudo pensado a fim de resguardá-las de supostos riscos à exposição intensa nos ambientes públicos e vistos como masculinos.

Tantas atribuições e restrições permitem entender por que a primeira brasileira a dispor de diploma de ensino superior, Maria Augusta Generosa Estrela, graduou-se, em 1882, em Medicina, nos Estados Unidos e não no Brasil: foi apenas em 1879 que a Lei Leônicio de Carvalho garantiu às mulheres o direito de estudar em instituições brasileiras de ensino superior. Setenta e nove anos após a fundação da primeira instituição de ensino superior no país, a branca Rita Lobato graduou-se na Faculdade de Medicina da Bahia (1887). Quase trinta anos depois (1926), a negra Maria Rita de Andrade obteve o título de bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia (ROSEMBERG, 2012, p. 337).

Com a expansão dos cursos de graduação e desenvolvimento urbano, algumas profissões passaram a ser entendidas como viáveis às mulheres, por terem alguma relação com atribuições que também acreditava-se estar próxima das funções sociais femininas, conforme já discutido mais acima. O curso de Odontologia foi uma destas alternativas, pois possibilitaria que outras mulheres e crianças fossem atendidas também sem os riscos de submeter-se à exposição de um homem.

O curso de Odontologia foi institucionalizado no Brasil em 1884 e, com o tempo, passou a ser visto como uma possibilidade para as mulheres, especialmente as solteiras e as que pretendiam voltar-se ao atendimento de uma clientela feminina e

infantil – na qual encontrariam maior receptividade. As dentistas eram consideradas mais cuidadosas e pacientes que os profissionais homens no trato com as crianças. Além disso, eram tidas como moralmente mais adequadas para cuidar de pacientes do sexo feminino (MATOS, 2012, p. 139).

Após o desafio de ter as primeiras mulheres como acadêmicas em cursos de graduação, a expansão da presença feminina nas universidades do Brasil vai se estendendo de forma tímida a todos os estabelecimentos do país, no século XX já se notabiliza maior presença das mulheres, porém, apenas na segunda metade, é que se pode demonstrar como numericamente as mulheres cresceram no ensino superior em todo o território nacional, é como apresenta Maria Izilda Matos:

A expansão do ensino médio e universitário possibilitou a ampliação da escolaridade feminina em diferentes níveis e áreas do conhecimento. Entre 1970-75, por exemplo, o número de mulheres nas universidades aumentou em cinco vezes, enquanto o de homens dobrou. O avanço da escolaridade entre mulheres se ampliou nas décadas seguintes e gerou impacto no mercado de trabalho, tornando-as economicamente mais competitivas e capazes de enfrentar resistências e preconceitos e aumentar sua presença em setores até então impermeáveis ao feminino (MATOS, 2012, p. 145).

Gradativamente, as mulheres ganharam destaque ao ocupar as cadeiras de discentes, docentes, participação de pesquisa, projetos e etc.

2.2.1 Ensino Superior no Maranhão

Acompanhando as mudanças educacionais do início do século XX, o Maranhão também inaugurou suas primeiras faculdades com os cursos de Direito (1918), Farmácia (1922) e Odontologia (1925), obrigando aqueles que não desejavam essas formações profissionais a buscarem instituições localizadas em outras unidades da federação (como São Paulo, Recife e Salvador) e países da Europa (Portugal, Inglaterra e França) (MEIRELES, 1981, p. 12) ou a se submeterem a estas mesmas formações ainda que não tivessem real interesse em as seguir. Estas faculdades ‘nasceram’ com a proposta de iniciativa privada de um grupo de intelectuais que há muito já tentavam a organização desse sistema de ensino no estado.

A inauguração da Faculdade de Direito foi recebida com grande destaque na mídia local, como aponta Sálvio Dino¹¹ ao abordar que ela funcionava como formação de profissionais liberais e também como formação para setores administrativos do governo:

¹¹ Sálvio Dino Jesus Castro e Costa nasceu na cidade de Grajaú/MA, em 1932, mudou-se para São Luís onde concluiu o secundário e fez o curso de Direito, envolveu-se com movimentos literários e estudantis, tornou-se jornalista, vereador na capital, deputado estadual e prefeito na cidade de João Lisboa, na década de 1990, ao fim desta década assume a cadeira 32 da Academia Maranhense de Letras. O referido autor era uma figura pública na capital, em fins da década de 1990 e usou desta influência para escrever uma história poética sobre a fundação da

A velha escola jurídica tornou possível o ensino de Direito no Maranhão; deu autonomia aos quadros judiciários do Estado no concernente à seleção dos seus valores; formou profissionais da advocacia, administradores e parlamentares de alto relevo na vida pública maranhense; estimulou e facilitou a disseminação de conhecimentos técnicos-jurídicos (DINO, 1996, p. 25).

Esta faculdade estava sendo muito almejada no estado, pois além de questões relacionadas à sua funcionalidade prática, ela promovia um status social de relevância para os grupos envolvidos e para o estado. Neste afã, foi estabelecida uma lei estadual que regeria o processo de legitimação da faculdade, antes mesmo que esse reconhecimento viesse pela esfera federal.

A Lei estadual n. 834, de 21/03/1919, reconheceria a Faculdade como instituição de utilidade pública e a de n. 963, de 04/04/1921, declararia válidos, em todo território do Estado, os diplomas por ela conferidos antecipando-se, assim, à manifestação do então Ministério do Interior e Justiça a que, cabia o controle dos negócios da Educação e Cultura e que só a declararia equiparada em 1924. E fez mais o Estado, pois, além de subvencioná-la, a Lei n. 1 356, de 12/04/1929 autorizou os alunos dos dois últimos anos, os quatro e quintanistas do curso, a exercerem as funções de solicitador e advogado, respectivamente (MEIRELES, 1981, p. 18).

Esta medida do Estado em tentar fortalecer essa Faculdade de Direito estava muito relacionada também à relação que essa formação teria com a ocupação de cargos públicos. Sálvio Dino foi um dos intelectuais da época que defendeu o caráter de formação de pessoal administrativo e político do estado na Faculdade de Direito, Dino (1996) apontou que o topo da administração pública deveria ser ocupado por alguém que tivesse essa formação. Usa de uma linguagem muito sedutora e laudatória para destacar a importância da Faculdade de Direito sobre as demais.

Em todo este episódio merece ser destacada a participação do empresariado local na sustentação da educação jurídica maranhense, conjugando esforços do poder público estadual. Este dado bem demonstra a relevância da Faculdade de Direito no período, em especial por formar não só os operadores da máquina jurisdicional, mas também a elite do poder legislativo e da administração pública (DINO, 1996, p. 43).

Para sua fomentação, a primeira faculdade do estado contava com apoio de empresários locais que emprestavam prédios¹² e materiais básicos a seu funcionamento, a situação física era precária e muitos docentes davam aula gratuitamente, buscando apenas um status elevado em meio à sociedade e intelectuais do estado.

Após a Faculdade de Direito abriu-se a discussão para implementação de um curso na área da saúde, houve tentativa de estabelecer o curso de Medicina, em 1929, mas não obteve êxito por conta do volume de despesas que um investimento deste porte representava, não tendo apoio dos mais altos comerciantes e políticos. Como medida compensatória em ter um curso na área da saúde, um grupo de intelectuais e médicos fundaram o curso de Farmácia, curso de custo mais barato e que atendia certa expectativa na região.

Começou ele [O estudo sistemático da farmácia no Maranhão], embora ainda não em nível superior, no Curso de Enfermagem mantido pelo Instituto de Assistência à Infância, inaugurado em São Luís a 07/09/1919 e que era no mesmo prédio, na rua dos Remédios (Rio Branco), onde se sediaria depois a Faculdade de Enfermagem ‘São Francisco de Assis’; e seu ensino foi primeiro ministrado pelo Dr. Alarico Nunes Pacheco, médico, como professor da cadeira de Noções Práticas de Farmácia, incluída no currículo. A farmácia do Instituto, por sua vez, e que sem dúvida serviria para as aulas práticas dessas noções, estava a cargo da Senhorita Elisabeth Vale Porto da Mota que, queremos crer, terá sido a primeira farmacêutica ou, para enfatizar, o primeiro farmacêutico mulher, da terra. Ainda que fosse simplesmente prática, como supomos (MEIRELES, 1981, p. 56).

Em 1925, o curso de Odontologia também é anexado, diante de mais uma tentativa fracassada para implantação do superior em Medicina.

No campo de atividades das ciências da saúde havia porém outro grande problema, qual fosse o da carência da cirurgiões-dentistas formados, mesmo porque, ao tempo, não eram muitos os cursos dessa especialidade no Brasil. O Estado já procurara, se não resolvê-lo, pelo menos minimizá-lo através da Lei n. 764, de 23/04/1917, que autorizara os diplomados pela Escola Livre de Odontologia do Pará a exercerem a profissão no Maranhão, como, todavia, essa providência não terá, por certo, sido satisfatoriamente bastante para solucionar definitivamente o problema, a direção da Escola de Farmácia decidiu, em 1925, acrescentar-lhe um Curso de Odontologia. Consequentemente, passou ela à designação da Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão (MEIRELES, 1981, p. 18).

Estes três primeiros cursos abriram precedência para que outras escolas de nível superior fossem organizadas no Maranhão, dentre elas: Escola de Enfermagem do Instituto de Assistência à Infância (inaugurada em 01 de setembro de 1919); Escola de Belas Artes, de 1922,

¹² “Com efeito, a Escola de Direito começou a sua vida utilizando-se de casas praticamente emprestadas” (DINO, 1996, p. 37). Os jornais também citam diversos itens de doação feitos por pessoas físicas, tal como relógios, cadeiras, etc. (JORNAL A PACOTILHA, 6 mar. 1923).

que não teve êxito; a Escola de Farmácia do Maranhão, também em 3 de maio de 1922 e o Curso de Odontologia que foi acrescentado à Escola de Farmácia, em 1925, passando a designar Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão. Ainda no mesmo ano, houve a criação da Escola Superior de Comércio do Centro Caixeiral, com cursos de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Em 1929 houve mais uma tentativa malograda. Foi a da criação de uma Faculdade de Medicina, ideia levantada, através da imprensa, pelo Contador Paulo Kruger de Oliveira. A 11 de agosto desse ano constituiu-se uma comissão para tentar concretizá-la e que foi confiada à presidência do farmacêutico Silveira Teixeira, que sete anos antes fora um dos fundadores da Escola de Farmácia. Chegou-se, mesmo, a dar por fundada esta outra escola, no dia 08/09/1930 [...]. Não foi adiante, porém, devido à carência de recursos, embora se chegasse a cogitar de uma loteria para custear-lhe o funcionamento (MEIRELES, 1981, p. 19).

Outras faculdades obtiveram êxito a partir da década de 1950, Faculdade de Ciências Médicas e a Faculdade de Ciências Econômicas e, após a chegada de José Sarney ao poder, mais quatro faculdades foram criadas, uma delas, saindo pela primeira vez do eixo da capital, na cidade de Caxias, a primeira foi a Escola de Administração do Maranhão, em 1966; a segunda foi a de Engenharia do Maranhão, [...] a terceira foi a Escola de Agronomia do Maranhão; a quarta escola a ser criada, com caráter isolado, foi a Faculdade de Educação de Caxias.

Durante a administração do Governador José Sarney Costa (1966/1970), o Estado decidiu investir no campo do ensino superior, criando neste período quatro novas escolas deste nível, três em São Luís e uma delas localizada na cidade de Caxias. A primeira foi a Escola de Administração do Maranhão, em 1966; a segunda foi a de Engenharia do Maranhão, [...] a terceira foi a Escola de Agronomia do Maranhão; a quarta escola a ser criada, com caráter isolado, foi a Faculdade de Educação de Caxias (SANTOS, 2012, p. 252).

Estabelecidas as primeiras faculdades e, posteriormente, com a Fundação Universidade do Maranhão, é que jovens de classe média do Maranhão e de estados próximos, como Piauí, Pará e Ceará, vislumbraram com maior solidez a oportunidade de cursarem o ensino superior. As faculdades e, depois a Universidade, representavam possibilidades de profissionalização com abertura de novos caminhos, no entanto, como já destacado acerca do curso de Direito, as dificuldades financeiras para manutenção das faculdades nos primeiros anos era preocupante, estas contaram com diversos períodos de dificuldades financeiras, sobretudo por conta da estrutura física precária e emprestada. Sobre o curso de Farmácia é possível observar:

Algumas aulas funcionavam no antigo prédio do Gabinete Português de Leitura, já extinto e pertencente à Faculdade de Direito; outras, na filial do Instituto Osvaldo

Cruz afim de utilizar-se de algumas de suas instalações; outras mais, na sede do serviço de saneamento rural para melhor facilitar os trabalhos dos médicos dalli, porque todos eram professores gratuitos da Escola de Pharmácia (MARANHÃO, 1931, p. 8).

Neste mesmo relatório o então diretor das Faculdades, Cesário Vêras, apresenta a estrutura predial de novo funcionamento dos cursos em 1931.

Figura 01: Prédio da Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão



Fonte: Memorial apresentado ao sr. Interventor Federal Pe. Astolfo Serra pelo Dr. Cesário Vêras, diretor em 1931. (MARANHÃO, 1931).

Ainda, este relatório tende a não fazer acusações sobre as ausências do Estado no auxílio à manutenção desta instituição no Maranhão e aponta alguns dados de crescimento na infraestrutura de laboratório, biblioteca e trata ainda da movimentação financeira da instituição desde sua fundação. O referido documento tenta muito mais mostrar que os problemas iniciais estavam superados e os louros deste processo estariam à cargo da direção da instituição.

Foi precisamente a partir da crise de 1929 que a visão sobre o ensino superior modificou-se mais significativamente. Ou seja, no espaço social de uma economia agroexportadora própria dos decênios anteriores, o ensino superior era apenas a confirmação de status pela obtenção do título de doutor. A partir de 30, a industrialização promoveu o surgimento de uma classe média; com isso, o ensino superior passou a ser o principal modo de ascensão social, condição primeira para a postulação de postos funcionais na nova organização. Em suma, nesse processo de mudança há um primeiro momento em que a propriedade foi a condição de ascensão e a escolaridade apenas confirmava a posição social, e um segundo em que a escolaridade passou a ser condição para o acesso a posições sociais legitimadas (BLAY, 2004, p. 36).

Em 1941, após uma vistoria do Departamento Nacional de Ensino, houve o trancamento das únicas faculdades existentes, a justificativa se deu em torno do que foi genericamente chamado de ‘acusações de irregularidades’.

Como se não bastasse o fechamento da Escola de Agronomia, pela Diretoria do Ensino Agrícola, logo em 1941 o então Departamento Nacional de Ensino cessaria a equiparação daquelas nossas duas únicas escolas superiores, isso por motivo de graves e lamentáveis irregularidades apuradas pela fiscalização a que submetidas. Em consequência, foram ambas forçadas a fechar definitivamente suas portas, sendo seus arquivos recolhidos também ao Ministério, e garantindo, igualmente, a seus alunos que se transferissem para escolas similares em outros Estados (MEIRELES, 1981, p. 20-21).

Com muita obscuridade sobre tais irregularidades que teriam provocado o fechamento das faculdades, Jerônimo Viveiros em entrevista cedida à Regina Faria define que:

O Curso de Odontologia, como os de Farmácia e Direito, foi fechado pelo Governo Federal em 1939, sob a alegação de mazelas administrativas. As conversas que mantive com ex-professores desses extintos cursos, via de regra oposicionistas ao regime então dominante, e, em particular, ao interventor Paulo Ramos, levam-me a acreditar em forte componente político nessa extinção. As faculdades foram reabertas em 1944, sob outra denominação e mantidas pela recém-criada Fundação Paulo Ramos. Inicialmente o Curso de Odontologia pouco interesse despertou nos maranhenses. Seus alunos eram principalmente piauienses, que utilizavam as modestas instalações do prédio situado na Praça Santo Antônio. Esse curso foi reconhecido em 1947, graças ao apoio do senador Vitorino Freire. Nesses cursos – Direito, Farmácia e Odontologia – a maior reivindicação era a federalização, face às limitações financeiras da Fundação Paulo Ramos. Todavia, no processo de federalização, o político que desfrutava de maior prestígio junto ao Governo Federal era o senador Vitorino Freire, que protelou bastante a apresentação do projeto. Desse modo, um grupo de professores, com ativa participação de meu pai, conseguiu uma cópia desse projeto, à revelia de seus redatores, professores João Matos, Fernando Perdigão e Clodoaldo Cardoso, e o ofereceram ao deputado Lino Machado, que imediatamente o apresentou na Câmara Federal. Vitorino, percebeu que iria perder a paternidade da federalização, apresentou o projeto no Senado, logrando rápida aprovação (FARIA; MONTENEGRO, 2005, p. 155).¹³

O pesquisador Mário Meireles associa os fechamentos das faculdades ao que chama de “deficiências funcionais e dificuldades financeiras, agravadas circunstancialmente pela superveniência de problemas de natureza política” (MEIRELES, 1981, p. 58), no entanto, também não oferece maiores esclarecimentos. Ainda de acordo com ele:

¹³ Sobre esta questão, relacionada à memória de Vitorino deste episódio específico, ver as considerações de Michael Pollack, quando destaca: “Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadradores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar” (POLLAK, 1989, p. 12).

[...] não obstante fosse concedida aos alunos, de uma e outra, a possibilidade de transferência para estabelecimento congêneres, oficiais ou reconhecidos, de outros estados, ao mesmo tempo em que se concedia a alguns dos já graduados que do mesmo modo fizeram a revalidação dos seus diplomas (MEIRELES, 1981, p. 58).

Essa situação do fechamento de universidades não atingiu só o Maranhão, mas houve arbitrariedade no fechamento da Universidade do Distrito Federal (RJ) também:

A forma de conduzir a interlocução com vários protagonistas do campo educacional evidencia, desde o início, a predisposição do ministro e de seu ministério no sentido de conduzir ao centralismo político e, depois, com centralismo político conduzir. A ditadura que seria implantada com golpe do Estado Novo em 10/11/1937 já estava em processo de fermentação desde 1935. Tomemos por exemplo a universidade do Distrito Federal, nascida por obra de Anísio Teixeira naquele ano e que teria vida curtíssima em razão do cenário que se configurou. Extinta em 1939, teve seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil que fora instalada pela lei nº 452, de 5/7/1937 (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 10).

Após três anos de inatividade das faculdades a Fundação ‘Paulo Ramos’, estabelecida pelo então interventor no estado do Maranhão - Paulo de Sousa Ramos, reorganizou as Faculdades de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís. Para Sálvio Dino a cassação das Faculdades estava ligada diretamente ao controle que o Estado Novo queria ter sobre as instituições de ensino superior no país, tanto que a instituição que reorganizou a abertura das ‘novas’ faculdades era de propriedade privada do referido interventor.

Hoje, olhando-se à distância, bem longe dos palcos dos acontecimentos, fica-se a perguntar: por que tanta ‘ingenuidade’? Será que nossos doutos catedráticos nem ao menos desconfiavam de alguma trama contra o funcionamento da velha academia? Não tinham um diálogo aberto, franco e sincero com o inspetor federal Soares de Quadros, que fora nomeado por expressa recomendação Paulo Martins de Souza Ramos? Não sentiam o menor cheiro de maquiavelismo na história da repentina cassação do reconhecimento da nossa Salamanca (DINO, 1996, p. 76).

Ao escrever em tom crítico, mas também poético Sálvio Dino¹⁴ observa que o fechamento das Faculdades se deu de forma autoritária e também aponta que, após a retomada das atividades em julho de 1944, as Faculdades continuavam a funcionar com certa penúria e dependendo de auxílio financeiro privado, pois a Fundação que as manteria não tinha verbas

¹⁴ Ao longo da obra, o autor se coloca na posição de saudosista e interessado no pleno desenvolvimento da Faculdade de Direito. Sálvio Dino Jesus Castro e Costa nasceu na cidade de Grajaú/MA, em 1932, mudou-se para São Luís onde concluiu o secundário e fez o curso de Direito, envolveu-se com movimentos literários e estudantis, tornou-se jornalista, vereador na capital, deputado estadual e prefeito na cidade de João Lisboa, na década de 1990. Ao fim desta década assume a cadeira 32 da Academia Maranhense de Letras, em boa parte de suas atividades ele era aliado à base governista de Sarney.

que garantissem com plenitude. Antes do fechamento, em 1940, algumas turmas se formaram e as que estavam em andamento tiveram autorização para finalizar em outros estados.

As Faculdades de Farmácia, Odontologia e Direito foram novamente juntamente com as faculdades de Ciências Médicas e de Filosofia, sob a organização da Universidade Católica¹⁵ que imbuída de dificuldades financeiras entrou em decadência cedendo espaço para a Fundação Universidade do Maranhão, apenas em 1966 (MEIRELES, 1981). É possível perceber que o ritmo para estabelecimento de cursos em nível superior no Maranhão se deu a passos lentos e baseados em pequenas mudanças quando em 1944 o grupo ligado ao interventor Paulo Ramos fez uma alteração simbólica, no nome da instituição de Farmácia e Odontologia, retirando o título ‘Escola do Maranhão’ para ‘Faculdade de São Luís’ afim de inaugurar um novo período da instrução superior no estado.

Em 1950 as Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia foram federalizadas, e esse ato foi largamente associado pela mídia como um algo político de influência de Vitorino Freire, então senador que mantinha certo controle administrativo no estado e almejava reeleição do candidato que apoiava para prefeito da capital. A partir de então o quadro de professores e administrativo passaram a integrar o funcionalismo público da união.

Três anos decorridos, pela Lei federal n. 1.254, de 04/12/1950, e devido, em grande parte, ao prestígio do então Senador Vitorino de Brito Freire junto ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, seriam as duas faculdades federalizadas, com o que deixaram de ser escolas superiores de natureza particular e apenas reconhecidas e equiparadas, para se transformarem em órgãos da Administração Pública. Seus corpos docente e administrativo passaram a integrar os quadros de pessoal do funcionalismo público civil da União e seus diretores passaram a ser nomeados, em comissão, pelo Presidente da República (MEIRELES, 1981, p. 21).

Mesmo após o processo de federalização, a Universidade não conseguiu autonomia financeira para sair completamente da crise em que se encontrava, manteve base de cunho religioso e sob liderança de D. Delgado, continuou a enfrentar sérias dificuldades financeiras. José de Medeiros Delgado era paraibano e foi arcebispo no Maranhão entre 1950 e 1960. Por desenvolver trabalhos com ação social significativos, o arcebispo foi procurado pela Academia Maranhense de Letras para fundar a Faculdade de Filosofia, que se deu em 1952, uma vez instituída, a direção da faculdade coube ao Cônego Ribamar Carvalho.

Com o interesse de organizar a Universidade Católica, Dom Delgado continuou sua parceria com a Academia Maranhense de Letras e buscou concentrar todos os cursos existentes

¹⁵ Caráter confessional pressupõe um credo, uma confissão é um conjunto de conceitos e valores que declaramos ser a expressão da verdade. Uma universidade confessional é aquela que adota uma confissão explícita no desempenho de suas atividades.

sob uma única administração, para isso instituiu, em 1955, a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), cujo presidente era o próprio religioso.

Foi de iniciativa do Arcebispo D. José Delgado a criação, a 29/01/1955, da Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS, sigla por que mais conhecida a que estatutariamente teria o objetivo de estimular o desenvolvimento da cultura no Estado, propondo-se, com esse fim, a criar uma biblioteca, um museu, um teatro e, principalmente, uma universidade (MEIRELES, 1981, p. 29).

Após algum período de crise na Universidade do Maranhão, buscou-se alternativas mais viáveis para a manutenção do ensino superior no estado, foi então que se deu a federalização aproveitando a doação dos bens desta universidade para a criação da Universidade Federal no Maranhão, em 1966, como já citado anteriormente.

[...] criou a Fundação Universidade do Maranhão – FUM, entidade de direito público, com a finalidade de implantar progressivamente a nova Universidade do Maranhão e que declararia extinta, com sua implantação, a Universidade Católica. De princípio integrariam a nova instituição de ensino as seguintes unidades: Faculdade de Direito de São Luís, Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, Escola de Enfermagem ‘São Francisco de Assis’, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Luís, Faculdade de Serviço Social do Maranhão e Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão (MEIRELES, 1981, p. 31).

Criação da Universidade Federal (FUM), em 21 de outubro de 1966, lei nº 5152, com as seguintes faculdades: Faculdade de Direito de São Luís, Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Luís, Faculdade de Serviço Social e Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão. O documento de construção da Universidade do Maranhão mostra um crescimento exponencial de pessoas interessadas no ingresso ao ensino superior neste estado e aponta alguns dados, como os destacados: em 1967, somaram um total de 763 inscritos no exame de seleção envolvendo todos os cursos e, em 1968, inscreveram-se 864 pessoas também somando todos os cursos, um aumento em torno de 20% (BRASIL, 1993).

Quadro 05 – Matrículas da Universidade Federal do Maranhão (1967-1979)

| Quadro de matrículas na Universidade Federal para todas as Faculdades | |
|--|------------------|
| Exercício | Matrícula |
| 1967 | 1.132 |
| 1968 | 1.500 |
| 1969 | 1.892 |
| 1970 | 2. 872 |
| 1971 | 3.829 |
| 1973 | 4.235 |

| | |
|------|-------|
| 1974 | 4.674 |
| 1975 | 4.971 |
| 1976 | 5.344 |
| 1977 | 5.647 |
| 1978 | 5.901 |
| 1979 | 6.227 |

Fonte: BRASIL. Universidade Federal do Maranhão. SEPLAN, Divisão de Informações Básicas, 1981.

Com o aumento substancial de alunos(as) e de cursos oferecidos, a Universidade se torna palco de destaque na cidade, gerando novos empregos e novas dinâmicas. Como destaca Eva Blay:

A dinamização socioeconômica provocada pela industrialização, o comércio, as atividades financeiras, a importação e exportação e o fluxo de crescimento das cidades alteraram as possibilidades de inserção na estrutura das posições sociais. Novos produtos e novas profissões são requeridos no novo modo de vida urbano pelo sistema produtivo. Cresce a classe média e o operariado. As antigas profissões proporcionadas pelo ensino superior profissionalizante (Direito, Engenharia, Medicina), que eram mais facilmente atingidas por filhos das camadas mais elevadas, vão sendo, progressivamente, frequentadas por jovens provenientes de outras camadas. O ensino superior torna-se um canal de ascensão socioeconômica (BLAY; LANG, 2004, P. 45).

Apesar de a experiência de ensino superior no Brasil ter acontecido mais tardiamente, em comparação com outras regiões também colonizadas na América do Sul, por exemplo, a história do desenvolvimento econômico e social, ao longo do século XX, está associada diretamente ao crescimento do ensino superior no país. Desta forma, a história de expansão e concretização de faculdades isoladas e universidades está diretamente relacionada à dinâmica econômica e de circulação de ideias em um centro urbano. Assim, para o Maranhão, mesmo que os projetos tenham surgido de iniciativas privadas e muito limitadas, o fortalecimento dos cursos de nível superior e estruturação da Universidade promoveram pesquisa, debate político, conquistas no mercado de trabalho, migração de pessoas para realização dos cursos, geração de renda e múltiplas outras possibilidades de interação social e intelectual.

Capítulo 03 - “AS JOVENZINHAS INTELECTUALIZADAS”: análise da condição social, presença e participação de mulheres nas Faculdade de Direito, Farmácia e Odontologia em São Luís

O capítulo a seguir trata de análises acerca das expressões de jornais, propagandas e periódicos de São Luís sobre as mulheres e sua relação com estudo, trabalho, família, namoro, casamento e outros aspectos. Pelo volume de matérias sobre os papéis femininos e pelas formas consideradas adequadas para o comportamentos serem expressivos neste período, optei por nomear o título e subtítulos com trechos considerados relevantes dos periódicos pesquisados na composição deste trabalho. Sendo assim, as frases não refletem a análise deste trabalho sobre as mulheres ludovicenses, porém dialogam com o que era falado sobre tais mulheres.

O capítulo também analise, compara e relaciona dados acerca de mulheres e homens nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito, em São Luís.

[...] a profissão da mulher não pode prescindir dos caracteres inconfundíveis com que o criador quis marcar sua fisionomia; a igualdade de direitos, justamente proclamada entre o homem e a mulher, de nenhum modo implica igualdade de funções; não distinguir bem a diversidade das respectivas funções do homem e da mulher, antes, sua necessária complementaridade, seria por-se contra a natureza (A MULHER..., 1962, p. 3).

Entre os anos de 1940 e 1979 é possível observar situações de ascendência das mulheres no desempenho de atividades que, anteriormente, estavam ligadas apenas aos homens, tanto no crescimento significativo de alunas e professoras no ambiente universitário, quanto em atividades profissionais, artísticas, escrita de jornais e participação política.

Porém, ao mesmo tempo em que as mulheres conquistavam mais espaços e se tornavam cada vez mais presentes nos espaços públicos, existia também uma série de rigores sociais que tentavam lembrar, constantemente, que as funções sociais de homens e mulheres na sociedade eram distintas e, com isso, por mais que alguns papéis se aproximassem, às mulheres ainda caberiam as exigências do mundo privado.

Essa concepção da inferioridade feminina marcou as práticas e as representações das pessoas da segunda metade do século XX, período que estamos tratando, influenciando as formas como a imagem das mulheres eram veiculadas nos meios de comunicação e contribuindo para a formação de opinião de jovens leitoras e leitores, no sentido de naturalizar as diferenças entre homens e mulheres e dirimir questionamentos, uma vez que as mulheres estavam muito mais presentes nos espaços públicos e ocupando as mais diversas funções estudantis, profissionais e cidadãs.

3.1 “Sua conduta deverá ser sempre correta, discreta e simples”: condição social e perfil ideal de mulher nos veículos de comunicação em São Luís

A vida na cidade possibilitou maiores contatos entre homens e mulheres nos espaços coletivos, sobretudo a partir do fim do século XIX onde, em geral, as cidades no Brasil passaram a ter um crescimento no número de habitantes e, gradativamente, nos serviços oferecidos, promovendo ampla circulação de pessoas. No Maranhão, em especial São Luís, não foi diferente, pois as atividades no meio urbano promoveram maior dinâmica entre homens e mulheres, seja no sistema educacional ou mesmo em eventos culturais, grêmios estudantis e atividades profissionais.

Assim, as condições de vida urbana (como estudar, trabalhar e diversas formas de lazer e consumo) contribuíram para que as distâncias entre homens e mulheres fossem diminuídas e também para que algumas relações tivessem sua rigidez minimizada. Na verdade as mulheres sempre ocuparam os espaços públicos, estiveram presentes na dinâmica das cidades, particularmente as mulheres pobres e trabalhadoras, porém, uma das mudanças, desde o início do século XX, foi de uma ocupação dos espaços públicos cada vez mais realizada por mulheres de camadas médias, uma presença reivindicada, mas também consentida e estimulada, o que acabava por gerar também certas cobranças às mulheres para circulação de tais ambientes, reforçando algumas imagens sobre o que seria uma mulher ideal e digna de comportamento adequado.

Muitas revistas e periódicos, criados ao longo do século XX, destinaram sessões exclusivas ao público feminino reforçando uma política de bons comportamentos para as mulheres, com regras de etiqueta e formas de, mesmo no ambiente público, mantê-las num patamar recatado.

Nos jornais que circulavam em São Luís, entre os períodos de 1940 a 1979, é possível perceber uma ampla diversidade de situações em que os padrões de comportamento da mulher no espaço público eram ditados, sobretudo balizados pelo fator religioso.

Dentre os jornais de São Luís, o que mais se destaca é o jornal *Novidades*¹⁶ por ter mantido, ao longo da década de 1950, duas colunas cujos conteúdos eram voltados para o

¹⁶ Jornal de edição diária que circulou durante quase toda a década de 1950, iniciando sua produção em 1951, seu subtítulo é: “o jornal da nova geração – diário independente e noticioso”. Oferece informações de cunho geral acerca de funcionamentos sobre meios de transporte, comércio, vagas de emprego na cidades do estado, não se limitando apenas à capital. Tem espaço para literatura e temas relevantes de cunho internacional, em sua maioria, voltados para curiosidades e descobertas, levanta, também, abordagens em diversos eixos temáticos e sobretudo acerca de questões do cotidiano, incluindo política, porém apenas questões políticas de maior relevância. Assume posição de combate ao comunismo e noticia como os países no mundo impediam que o comunismo avançasse. Apresenta uma divisão com temas: política, acontecimentos do cotidiano, notas sociais diversas, literatura e arte e uma “Secção Feminina” assinada por Isnaia Poliana, porém, essa última sessão tinha espaço apenas uma vez por

público feminino: a primeira, almejava o público masculino e feminino no espaço intitulado “Boas Maneiras ou Etiquetas Sociais”, assinada por Rosarine Marques e a segunda era exclusivamente para o público feminino, “Secção Feminina” assinada por Isnaia Poliana. Rosarine Marques, por sua vez, oferecia conselhos para situações do cotidiano reforçando o olhar da religião católica sobre o comportamento ideal para homens e mulheres, tais como:

Não pare na rua, para longas palestras. Se alguém insistir, evite risadas, gestos que chamem atenção ou qualquer modo exagerado. Esta regra serve para qualquer lugar público. Sua conduta deverá ser sempre correta, discreta e simples, para que você possa ser distinta (MARQUES, 1952, p. 3).

Tais orientações, como é possível perceber acima, estavam voltadas para manutenção do controle sobre o feminino e a alegação de preservação das mulheres. Observe-se também que a condição de prestígio social do homem sobre a mulher se mostrava em, praticamente, todas as regras de sociabilidade como, por exemplo, numa simples apresentação, na forma descrita abaixo:

P – Qual é a maneira correta de apresentar um homem a uma mulher?

R – O homem é sempre apresentado à mulher. [...] Quando estiver a fazer uma apresentação de um amigo a várias pessoas, proceda assim: ‘Senhora Ana... Sr. Almeida... e Senhora Alda... (Sua voz deve elevar-se mais nos nomes masculinos, voltar ao normal nos nomes femininos e fazer uma ligeira pausa entre os nomes).

[...]

P – Devo apertar as mãos da pessoa que me é apresentada?

R – Quando um homem lhe for apresentado, não estenda a sua mão. Apenas incline um pouco a cabeça e sorria dizendo: ‘Como está o Senhor?’ Sem dúvida se ele lhe estender a mão, como alguns homens fazem, então lhe dará a mão. Não fazê-lo nesse caso seria grosseria. Embora reconheça que ele não é correto, estende-se a mão (MARQUES, 1952, p. 3).

Com tais ditames, almejava-se demonstrar que as mulheres deveriam ser dignas de confiança para as diversas relações sociais, mas, a fim de não serem confundidas com as levianas ou mal-educadas deveriam buscar códigos de comportamentos adequados. E observar se seguiam as mais diversas orientações para frequentarem cinemas, teatros, praças, etc.

A coluna assinada por Isnaia Poliana descrevia situações supostamente reais e se utiliza delas para elaborar um discurso sobre o tipo ideal de comportamento que a mulher deveria manter. O padrão de escrita desta colunista seguia quase sempre a mesma linha: ela encontra com alguma amiga, genericamente chamada de Lúcia em todos os textos, em espaços públicos diversos da capital, sempre confrontando o posicionamento da amiga com o seu e usando tais

mês no jornal. Possuía um discurso claramente cristão aos debates com diversos temas, dentre eles família, divórcio, etc.

situações para criticar aquelas que não prezavam por um modelo de comportamento que a autora julgava correto.

Estava sempre a relatar contatos com outras mulheres, demonstrando, com lamentação, como essas mulheres, que embalavam suas histórias, viviam a chamada modernidade e desprezavam os valores tradicionais e religiosos que Isnaia considerava primordiais às mulheres. Seu tom era sempre acompanhado de ironia e de superioridade, como se ela tivesse pena daquelas que viviam de forma diferente da sua. No caso relatado abaixo ela encontra uma amiga que iria à praia enquanto Isnaia saía da missa dominical, as duas trocaram desentendimentos porque uma criticou a atividade da outra e o modo de ver a vida. Segue, abaixo, uma parte do diálogo entre elas, por ocasião em que as duas se encontraram e o missal de Isnaia cai, sendo recuperado por Lúcia:

Lúcia: Também, teu livro mais parece um livro de Padre. Será que rezas todas as orações dele?

Isnaia: Não, apenas acompanho nele as missas que assisto.

Lúcia: Muita paciência, a tua...

Isnaia: É a única virtude que não entra em jogo aqui. [...] ficará encantada por descobrir as maravilhas do seu valor [missa].

Lúcia: Desconfio dessa Maravilha (disse ela enquanto revirava meu missal, olhando-o admirada)

[...]

Lúcia: Tenho a impressão de que vocês – católicas, não vivem... (POLIANA, 11 fev. 1952, p. 1).

Usando uma linguagem bem apoiada no discurso religioso católico, a autora concluiu sua fala destacando como as mulheres estavam desvalorizando seus corpos ao expô-los aos olhares masculinos, qualificados como maliciosos e pecaminosos. De um lado, a religiosa e recatada e, de outro, aquela que estaria mais preocupada em lazer e satisfação de suas necessidades sociais, e diante dessa oposição de comportamentos é válido destacar que a história apresenta duas jovens andando sozinhas numa manhã de domingo e defendendo seus interesses. De acordo com a autora da coluna, foi a partir desse encontro que nasceu a primeira “Lúcia” sendo esta uma forma de discutir sobre outros modelos de ser mulher.

Em mais um artigo, Isnaia relatou outra situação da dinâmica feminina no meio urbano de São Luís quando narrou outro encontro com Lúcia, dessa vez na parada do bonde, em frente à Igreja de São João, região central e muito movimentada da cidade, bem em frente ao futuro prédio onde funcionaria por décadas as Faculdades de Farmácia e Odontologia na capital:

Isnaia: Estás folgada, hoje, não?

Lúcia: Então, e que folga! Fomos à repartição apenas tomar guaraná e comer algumas empadas. Pena que meu chefe não comemore seu aniversário duas vezes no ano.

Isnaia: Que vais fazer agora?

Lúcia: Bem, vou procurar um cinema pra matar um tempo [...]

Isnaia: Que me contas mais de novo além do aniversário do teu chefe?

Lúcia: Não. Tudo poderei dizer-te como novidade, menos o aniversário dele. Saber lá o que é completar 69 radiosas primaveras!

Isnaia: Hum! Tudo isso! Deixa, pois no rol das velhas. Conta-me as novas então.

Lúcia: Novas, novas não há nenhuma, isto é, das que me interessam, mas naturalmente há de haver as novidades de jornais que detesto: casos policiais, política, Coréia, etc.

Isnaia: Ah! Quer dizer que não lê jornais? (Ela me disse um não! Categórico, depois ficou olhando-me admirada) (POLIANA, 01 jan. 1952, p. 7).

É possível observar várias situações no diálogo acima: primeiro, o trabalho feminino fora de casa em uma ocupação que não era o magistério, também como um exemplo de que as mulheres estavam desempenhando atividades profissionais diversas ao tradicional cuidado com crianças. Outra observação está relacionada a atividade de lazer que algumas mulheres já buscavam sozinhas, neste caso, a ida ao cinema era uma forma de ocupar o tempo, já que tinha sido dispensada do trabalho mais cedo e foi justamente isso que mais chamou a atenção da colunista, ao admirar o fato de uma mulher “matar o tempo” com uma atividade fútil e, sobretudo, sozinha. Aí então tem-se a última observação, a de que Lúcia detestava jornais e leituras, mostrando, indiretamente, que apenas uma mulher não interessada em ler e conhecer a realidade de seu país, e mesmo do mundo, estaria a matar o tempo, sendo uma ignorante. Nesse momento, a importância da instrução para as mulheres já era uma ideia bem mais consolidada e não ter o hábito da leitura foi apresentado por Isnaia como um ponto negativo, sobretudo porque o caráter de mulher ideal estava ligado àquelas que tinham instrução suficiente para exercer o papel de primeira educadora dos filhos, para tanto, precisava de instrução e formação adequadas.

Isnaia Poliana ainda alertava jovens sobre formas de comportamento relacionadas ao vestir-se em público. Para tratar de tal tema, ela utilizou um exemplo sobre o encontro com uma jovem de cerca de 17 anos na fila dos correios. A autora observou que a moça estava vestida com uma blusa tomara que caia por baixo e outra mais fina por cima, ao sair dos correios o vento fez com que a alça da blusa mais fina caísse, destacando o ombro ‘nu’ da jovem. O que mais a colunista admirou foi a atenção masculina para o detalhe do corpo e consequente falta de vergonha, pois ela pareceu não ter se importado com o ocorrido.

No sentido de mostrar às leitoras que a atitude da jovem não era respeitosa, escreveu a comparação da mulher virtuosa, modelo ideal, com uma violeta:

Bem faz a Violeta que está sempre escondidinha. [ilegível]. Mas que quando a olharem, vejam na brancura da sua corola e no perfume recatado das suas pétalas, a pureza da sua vida, como sua mais irresistível atração. Nem por isso o sol a deixa de beijar [...] Se nós, mulheres fossêmos outras violetas, não precisaríamos os poetas de

alegorias para derramar nas belíssimas estrofes de seus poemas as virtudes femininas (POLIANA, 7 jan. 1952, p. 3).

Conclui que a verdadeira atração da mulher estaria na pureza de sua alma, um discurso que não era novidade dentre os escritos destinados às mulheres, mas que muitos acreditavam que se fazia necessária uma repetição, a fim de confrontar com os auspícios de modernidade e novos hábitos.

Não há artifícios por mais prodigiosos que pareçam, nem beleza física por mais perfeita que seja que possa competir com a graça divina – maravilhosamente bela – de um coração puro de mulher. É este seu verdadeiro encanto. Tudo mais são cousas que cançam e com as quais nos acostumamos. A beleza física desaparece com os anos. A beleza moral é eterna (POLIANA, 7 jan. 1952, p. 3).

Assim, muitos dos modelos idealizadores de perfis masculinos e femininos ainda eram sustentados, pois a mulher ideal deveria ser definida a partir do exercício de suas atividades domésticas, matrimoniais e maternas, sempre apresentando as características, tão já alardeadas, como femininas, são elas: pureza, sensibilidade, recato, paciência, doçura, instinto materno, entre outras.

No entanto, com as multiplicidades de relações dentro da sociedade urbana, esses padrões de beleza, de sonho feminino e comportamentos sofrem diversas influências, é como mostra, por exemplo, Cristina Donza Cancela (2008), que expõe como os significados de casamento mudavam para as mulheres a partir da condição social das mesmas. Para mulheres de classes altas o casamento representava felicidade de uma nova etapa, mas também era a ruptura de um processo de vivências e amizades, marca o fim da mocidade e o seguimento da linhagem e dos projetos profissionais do marido. Os meios de comunicação destacavam a relevância social das cerimônias de casamento e como elas evocavam a tradição econômica dos participantes. Mesmo entre as classes altas, não havia um padrão de casamento seguido por todas as pessoas, havia casos de arranjos de casamentos que não davam certo, separações não oficiais, concubinato e filhos ilegítimos. Entre as camadas mais pobres tem-se de forma assumida maior diversidade e informalidade de relacionamentos conjugais e estas vivências podem ser encontradas nos autos criminais.

Casais dos segmentos populares poderiam começar e terminar uma nova união envolvendo relação sexual e coabitação com maior facilidade, uma vez que suas relações não eram institucionalizadas. Mas, o que a autora destaca é que, mesmo entre as pessoas de classes mais baixas, havia certa imposição do casamento formal, inclusive com algumas estratégias das famílias para conseguir efetivar o casamento sem os custos que implicavam o mesmo, como

por exemplo, a alegação de relação sexual efetivada e falta de condições financeiras, o que, a depender do caso, levava à igreja a oferecer dispensa das despesas. O pároco agia como um juiz que avaliaria se o casal tinha copulado ou não, com a intenção de conseguir a dispensa das obrigações financeiras do matrimônio e, avaliar, se o caso traria prejuízos à mulher.

Para além de uma regra e uma prática tida como legítima, múltiplos foram os modelos e comportamentos atualizados pelas pessoas de distintos segmentos sociais na vivência de seus relacionamentos. Se o noivado e o casamento eram “cor-de-rosa” para muitas mulheres, como queria crer *Miss felicidade*¹⁷, para tantas outras resultaram em tensão e conflito, mas tampouco pareciam ser feitos apenas de espinhos, ou mesmo, no caso do casamento, uma experiência distante da vida de mulheres pobres (CANCELA, 2008, p. 326).

De qualquer forma, as relações físicas e emocionais entre homens e mulheres aconteciam em todas as classes sociais e, juntamente com esses relacionamentos, existiam uma série de representações e exigências comportamentais que recaíam sobre o patamar de comportamento para as jovens. Os atos de namorar, noivar e casar configuravam-se como parte de um ritual tão importante onde as mulheres deveriam se preparar e se preservar para vivenciá-los.

Assim, as moças eram classificadas praticamente em dois grandes grupos: as moças de família e moças levianas. Às primeiras, a moral dominante garantia o respeito social, a possibilidade de um casamento-modelo e de uma vida de *rainha do lar* – algo considerado inapropriado para as consideradas levianas, uma vez que estas estariam associadas à permitirem ter intimidades físicas com homens antes do casamento e, por isso, não seriam dignas de matrimônio (BASSANEZI, 2008).

Como os casamentos arranjados já eram considerados anti-higiênicos e fora de moda, os jovens tinham autorização para se conhecerem até chegar ao namoro e o namoro era defendido como uma importante etapa para o casamento, no entanto, havia muito cuidado com essas experiências, pois, mesmo com certa liberdade, a moça era constantemente vigiada, fosse ainda por alguma amiga, parente ou irmão (os seguradores de vela) ou ainda por toda a vigilância pública, uma vez que frequentar mais ambientes externos davam maior liberdade, mas também aumentavam os olhares e as possibilidades de controle sobre as pessoas, em especial as mulheres.

Quando o namoro já estava estabelecido deveria seguir alguns padrões como, por exemplo, não ser muito longo, pois, caso contrário, poderia indicar que aquele jovem não tinha

¹⁷ Codinome de Eneida de Costa em narrativa autobiográfica para a revista “A Semana”, publicada no Pará.

intenções reais de casamento, nos meios de comunicação, no decorrer de todo o século XX, as moças eram desestimuladas a namorar sem terem objetivos de casar e ‘ficar para titia’ ainda representava uma condição vergonhosa para a maioria.

O grande medo da maioria das moças era ficar solteira. O problema não era apenas a solidão, às mulheres *de família* não era permitido amenizá-la com aventuras amorosas ocasionais, teriam de se preocupar também com seu sustento já que, sem marido, iriam se tornar um peso à família e sofreriam com o estigma de não terem cumprido com o destino feminino (BASSANEZI, 2008, p. 619).

As considerações sobre o namoro priorizavam a máxima de que ele deveria ter a única função de promover o casamento, dessa forma, na “Página Feminina” do *Jornal do Maranhão*¹⁸, a conselheira, denominada pelo pseudônimo de Myra, recebia cartas de leitoras que solicitavam orientação nos mais variados assuntos, dentre eles estavam as relações de namoro, de casamento, como no caso citado abaixo em que uma leitora identificada por Dorinha escreveu uma carta pedindo conselhos sobre qual dos dois namorados que teve ela deveria se casar. O conselho foi o seguinte:

Dorinha, minha amiguinha, primeiramente ninguém deve namorar pelo simples fato de querer passar o tempo, porque o namoro é uma ponte para o campo de compromissos mais sérios pelo menos assim deveria ser para a moça que está ciente de sua dignidade e missão de mulher. Se todas as mulheres soubessem o quanto podem dar de ternura e paz, do mundo maravilhoso que podem proporcionar (por que ser mulher é refúgio, luz, tranquilidade) haveria menos pessoas tristes e sós. [...] O namoro deve ser fruto da reflexão e não de ‘paixonite-aguda’. Agir em contrário, é afirmar sua própria futilidade e egoísmo (JORNAL DO MARANHÃO, 13 mar. 1960, p. 4).

E depois de fazer muitas considerações apontando os defeitos de cada um dos pretendentes que Dorinha tinha dúvida em namorar, a autora conclui dizendo:

[...] procure educar-se, amiguinha... a vida apresenta-nos tantas lições e nós não a aproveitamos... Seja menos frívola, tenha mais espiritualidade e lembre-se que nenhuma vida terá sentido se não for vivida por uma existência espiritual (JORNAL DO MARANHÃO, 13 mar. 1960, p. 4).

Claramente Dorinha foi repreendida por ter tido dois namoros e por estar em dúvida sobre qual melhor pretendente para casar. O fato de ter mais de uma opção era algo que

¹⁸ Jornal semanário de orientação católica que, sob o lema verdade e justiça, funcionou de 1928 até 1961, trazia claramente informações sobre a igreja no Brasil e no mundo. Redatores, diretor e gerente eram padres e cônego da Igreja Católica de São Luís. Destacava a opinião católica acerca de assuntos mais polêmicos, informava horários das missas, levantava campanhas de cunho humanitário. A partir de 1957, passou a ter uma coluna dedicada a debater assuntos voltados para as mulheres na sessão intitulada *Página Feminina – da mulher para a mulher*, assinada apenas por Cláudia onde buscava mostrar um padrão de comportamento de mulher à luz da Bíblia.

corromperia a dignidade da mulher, uma vez que sua missão seria representar refúgio e tranquilidade ao seu namorado/marido e não a falta de compromisso por meio da dúvida.

Os jornais observavam como alguns rituais, experimentados anteriormente apenas por casados, tinham se tornado hábito entre namorados, denunciando uma aproximação das relações físicas. A exemplo:

Tanto assim, que os cônjuges se abraçavam no interior do santuário doméstico, evitando-se o testemunho da prole e do pessoal da copa, da vassoura e da cozinha. Hoje, nada mais natural do que a noiva apoiar-se nos braços do noivo, o que, na minha meninice era sinal inequívoco de união conjugal. Não houvesse o quê de transbordamentos de carinhos, ternuras e provas de afeto concedidos por antecipação, e outros galos cantariam aos ouvidos dos moços e das moças que aspiram à instituição de um lar (CRUZ, 1960, p. 4).

A responsabilidade de manter a distância considerada adequada no namoro era da mulher, neste caso a reportagem foi endereçada às senhoritas e, assim, muitas eram as considerações acerca dos riscos de namoros mais íntimos ou mesmo da falta de seriedade nos relacionamentos.

Como forma de enfatizar o namoro como uma etapa séria de comprometimento de um jovem casal, o Jornal do Maranhão abriu espaço para entrevistas com casais de namorados a fim de relatarem sobre os significados dessa fase. O primeiro casal a dar entrevista foi Fábio e Mara que confirmaram a máxima de que o namoro é uma preparação para o casamento, dentre outras perguntas que foram feitas ao casal, a que mais chamou atenção foi sobre saírem sozinhos.

Êle: Devemos ter confiança no ser que amamos. Necessário se faz que seja eu avisado do local e da companhia. Esta companhia deve ser pessoa responsável.

Ela: Acho que o caráter primeiro de uma amizade é a confiança. Sem ela não pode falar em vida a dois (CONVERSANDO..., 14 mai. 1967, p. 5).

Quando questionados sobre dançarem com outras pessoas:

Êle: Se vivemos em sociedade temos a obrigação de estar sempre em contato com outras pessoas. Quanto a dançar, depende de quem seja o solicitante.

Ela: Acho que a vida é também comunicação e convivência com os outros (CONVERSANDO..., 14 mai. 1967, p. 5).

Percebe-se que a resposta dada pelos dois buscou uma fala conciliadora, mas, a do rapaz acabou sendo muito mais impositiva e com medidas restritivas, ela até poderia experimentar a sociabilidade com outras pessoas, no entanto, ele deveria ter algum controle sobre a situação e

um dos pontos destacados é saber quem seriam as pessoas que estariam com ela. O posicionamento da jovem enamorada é mais vago, não fazendo exigências fixas para o namorado e assumindo discurso mais brando.

Na sutileza da fala do rapaz sobre a necessidade de sua namorada estar constantemente acompanhada por alguém de sua confiança reflete-se um antigo hábito de vigilância sobre as mulheres. Desta feita, os ditos e não ditos das páginas de jornais e revistas atualizam práticas disciplinadoras do comportamento feminino, um exemplo disso é da história fictícia de Maria dos Prazeres que mantinha relacionamento com três rapazes ao mesmo tempo e, por uma situação que saiu ao seu controle, teve encontro marcado com os três no mesmo local, data e horário. Dois deles chegaram mais cedo e perceberem que estavam sendo enganados pela jovem e brigaram, o que garantia a posição máscula que deveriam ter diante da situação. Maria dos Prazeres percebeu na briga uma brecha para a fuga e se encontrou com o terceiro namorado que não percebeu que a briga se dava pela disputa de sua namorada. Os dois saíram de braços dados quando a polícia chegou.

Alguns pontos chamam a atenção nesta história, a referida jovem foi nomeada na matéria de Maria dos Prazeres, como o próprio nome sugere, uma moça dada às relações prazerosas, tanto que mantinha relacionamento com três rapazes ao mesmo tempo. Ela não morava com os pais, mas dividia a casa com um grupo de amigas, o que também sugere que uma das causas de sua ousadia era não ser uma típica moça de família e acabava por circular sozinha à noite com liberdade (LIMA FILHO, 08 de dez, 1968, p. 7).

Todas as pessoas da convivência das jovens se sentiam aptas a fazerem julgamentos acerca de seus comportamentos, assim, quando estas usavam roupas mais ousadas ou ainda eram vistas com muitos rapazes diferentes, eram apontadas como perigosas e recebiam apelidos que dificultariam futuros relacionamentos com rapazes ‘bem intencionados’, a exemplo de maçaneta, vassourinha, garota fácil e etc. Mesmo com tantas restrições e “mesmo com todos os cuidados e recomendações, muitas mulheres não foram tão passivas em suas conquistas amorosas; sabendo as ‘regras do jogo’, utilizaram-se delas a seu favor. Outras foram além e tomaram iniciativas mais explícitas para conseguir, ou dispensar um pretendente” (BASSANEZI, 2008, p. 614-615).

Falando sobre mulheres que não se enquadravam dentro de padrões morais que se acreditava legítimos é que os jornais tentavam doutrinar a moderação de comportamento entre

o sexo feminino, inclusive sobre a intelectualidade da mulher pois esta representava uma ameaça à manutenção do casamento. O Jornal “Resistência”¹⁹, aponta:

E se, o ‘tipo intelectual’ resolve casar-se **adeus dona de casa!** Surgem os **choques de liberdades, as diferenças de ideias que se impõe ao lado de um lar descuidado**, repleto de discórdias e lamentações. **Evitem, pois, jovencinhas de hoje esse perigo do excesso.** [...] Estudem, estudem muito, escrevam, pintem, sejam artistas, mas não esqueçam que acima de tudo, todas vocês têm uma sublime tarefa a executar. Se tiverem o bom senso para associar talento e doçura, já podem contar com um trunfo seguro para triunfar, pois ao lado do conhecimento da ciência, vocês terão a intuição da maternidade. Podem estar certas, vocês serão boas esposas e ótimas mães, se conseguirem ser a um só tempo: INTELLECTUAL E MULHER (O INTELLECTUAL..., 6 out. 1957, p. 3).

Assim, o desejo por conhecimento e capacitação profissional deveria ser moderado a ponto de não atrapalhar as responsabilidades associadas ao universo feminino e não representar abandono do lar e competição com os homens nos empregos e também na posição de domínio da casa. As jovens poderiam estudar, até porque a instrução feminina já era uma conquista que vinha sendo alcançada desde o século XIX, mas, desde que as atividades relacionadas aos cuidados com casa, marido e filhos não ficassem em segundo plano, uma vez que, além de todas as responsabilidades maternas que recaíam sobre a mulher, deveriam instruir suas filhas acerca de comportamento e leituras consideradas, dentro do padrão do cristianismo e do Estado, adequados às moças. As orientações de como deveriam se comportar para serem ideais vinham de várias fontes desde as mães, tias, avós, da igreja e também dos jornais (como já demonstrado neste capítulo).

O início do século XX trouxe à tona muito da discussão sobre ideal de mulher e os perigos que a modernidade poderiam trazer a este modelo pretendido sobre o feminino, promovendo uma avalanche de ditames sobre as formas de comportamento que as mulheres deveriam exercer, sobretudo em público. Marina Maluf e Maria Lúcia Mott destacaram um pouco desta discussão que envolvia com frequência a mídia no Rio de Janeiro e em São Paulo, por volta de 1900 a 1930.

¹⁹ Jornal **Resistência – hoje e sempre a serviço do povo** teve liderança estudantil e funcionou durante toda a década de 1950, foi marcado por priorizar assuntos da política local e sobretudo questões que relacionavam as reivindicações estudantis. Fazia clara oposição ao governo estadual e denuncia crimes e ações policiais/governamentais contra estudantes. Mantinha produção de duas vezes por semana e mantinha uma sessão intitulada *Tudo Azul* onde fotos de jovens mulheres maranhenses e também de artistas, nacionais e internacionais, eram divulgadas com destaque para a beleza.

As mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século, incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas. Afinal, era muito recente a presença das moças das camadas médias e altas, as chamadas ‘de boa família’, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo que se fizesse necessário (MOTT; MALUF, 1998, p. 368).

Circulava entre os meios de comunicação a noção de que a mudança e ampliação do espaço urbano estavam diretamente relacionadas com a mudança também dos comportamentos de homens, e sobretudo, mulheres.

Era nas cidades, as quais trocavam sua aparência paroquial por uma atmosfera cosmopolita e metropolitana, que se desenrolavam as mudanças mais visíveis. Através de um processo diagnosticado por vários críticos temerosos como imperfeito e desorganizado, a nova paisagem urbana, embora ainda guardasse muito da tradição, era povoada por uma população nova e heterogênea, composta de imigrantes, de egressos da escravidão e de representantes das elites que se mudavam do campo para as cidades (MOTT; MALUF, 1998, p. 371).

Ao mesmo tempo havia o estímulo às leituras triviais que indicariam formas de comportamento, romances, beleza e etc., também estimuladas pelo ideário republicano que via nas mulheres um importante instrumento moralizador e educacional da nação.

A leitura de romances denominados ‘água com açúcar’ e de revistas femininas constituía-se em um dos principais passatempos dessas meninas que haviam se tornado estudantes. Muitas publicações literárias e periódicas, conjuntamente com informações obtidas na escola, difundiram regras de etiqueta e noções de elegância que seriam provavelmente colocadas em prática na vida adulta ao lado do futuro esposo. Tais escritos contribuíram também no processo de construção da subjetividade das meninas, ou seja, na forma como elas expressariam as suas emoções (AREND, 2012, p. 72).

Inclusive, tais leituras enfatizavam que o grande evento da vida de uma mulher estaria centrado na realização de seu matrimônio. Em São Luís, era constante o reforço, nos jornais, da ideia de que as mulheres deveriam ser devotadas ao casamento e que a melhor possibilidade de futuro seria ao lado de um homem, apresentando máximas como: “Ninguém (elas) deseja ficar titia e passear com os sobrinhos pelas avenidas, em constante atrito com os papás dos garotos” (BIDO, 3 out. 1950, p. 5), onde a figura da mulher que não se casa era destacada enquanto vergonhosa.

Diante da lógica de que a juventude deveria manter uma expressa relação com a sexualidade apenas por meio do casamento, é que a figura da mulher solteira era vista como frustrada ou anormal. Em um estudo sobre a relação da mulher e matrimônio, Cláudia Fonseca analisa mulheres solteiras na França nascidas no início do século XX, na ocasião a justificativa

social mais propagada para o alto índice de celibatárias era referente à ausência de homens por conta da guerra. No início do século XX, na França, apesar da ideia de casamento por interesse ser sinônimo de algo antiquado, o dote ainda era muito registrado mesmo sendo considerado algo fora de moda. As mulheres solteiras entrevistadas por Cláudia Fonseca acusavam a ausência de dote como uma das causas de sua solteirice, assumindo dificuldade para contrair matrimônio com homens que não tinham ‘cultura’ ou não eram de ‘boa família’.

Já que o casamento religioso (único vigente antes de 1891) era dificultado pelas exigências financeiras e administrativas, muitas pessoas humildes dispensavam o rito vivendo, simplesmente, em união consensual. Para essas pessoas, as vantagens de se conformar à lei eram poucas e as sanções (advindas das visitas pastorais etc.) sem grande eficácia. Pais podiam tentar exercer um controle sobre a escolha de cônjuge ou sobre a idade de casamento de seus filhos, mas sem mecanismos materiais de persuasão (herança ou ajuda econômica), sua influência era limitada. As mulheres muitas vezes ficavam sozinhas ou montavam algum arranjo doméstico entre elas, mas não foi por isso que deixaram de ter filhos. Isto é, neste caso, a sexualidade e a reprodução não eram fatalmente ligadas ao casamento (FONSECA, 1989, p. 105).

Cláudia Fonseca destaca que a ‘solteirona’ era entendida como algo antinatural e a sua aparição na sociedade estaria condicionada à explicação de um desajuste social. Tal postulado vem sendo reforçado desde o início do século XX, como mostra Mott e Maluf (1998, p. 386-387):

Se o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, se foi proclamado ‘garantidor da saúde da humanidade’, o melhor remédio para o corpo e para a alma, e se constituía uma das maiores fontes de ‘estabilidade social’, era preciso, então, divulgá-lo e transformá-lo numa necessidade de todos. Os celibatários, vistos como ameaça ao edifício e à pureza do casamento, eram motivo de discursos que não poupavam os homens tampouco as mulheres.

O *Jornal Satélite*,²⁰ ao divulgar que a quantidade de mulheres era superior à de homens no mundo e no Brasil, promoveu uma análise do como essa diferença quantitativa era negativa para as mulheres, pois provocava uma verdadeira corrida para o casamento, reforçando a imagem da mulher desesperada para casar e do homem assustado tentando fugir, como na imagem que ilustra uma das reportagens.

²⁰ Folha noticiosa de periodicidade mensal com início de publicação em 1950. Dirigido por Edgard Pantoja e trazia notícias nacionais e locais tratando de esportes, literatura, eventos sociais e assuntos de interesse geral.

Figura 02 - Agarre seu Homem

Fonte: Jornal **Satélite**, São Luís, 3 out.1950, ano III, n. 7, p. 5.

O autor do artigo, referente à imagem do jornal *Satélite*, ainda usa um discurso em tom irônico e religioso com relação ao casamento e falta de homens suficientes para atender a demanda de todas as mulheres que deveriam casar.

Daí a grande celeuma que Eva criou em torno do seu problema principal que seria muito bem resolvido se o Criador, num golpe mais astuto colocasse no mundo para cada homem uma mulher, ou vice-versa ao contrário. (Que bom descuido para nós Adãos, esse do Pai Eterno). Mas, para a mulher foi um verdadeiro castigo que, à semelhança de um flagelo vem criando-lhe complicações, dôres de cabeça e o que mais escondem quando ainda não conseguiram alcançar o seu ‘Bonitão’ – cabelos brancos...Aparecem então, medrando o campo social os espúrios remédios hodiernos para tais males – o Divórcio, a Bigamia, a Poligamia, a Senvergonhice e etc.etc.etc. (MOTT, 1998, p. 386-387).

Demonstra que o comportamento lascivo de alguns homens se daria por conta do déficit numérico entre os sexos, ocasionando o divórcio, constantemente associado a algo que destruiria a sociedade, uma vez que abalava uma instituição que era vista como muito engessada, a família. Abaixo, o trecho de uma série de reportagens denunciando o divórcio como algo negativo e discutindo o projeto de lei que previa a legalização do mesmo, projeto Nelson Carneiro, do Rio de Janeiro:

De fato, a lei não estabelecendo um limite para o número de vezes que o homem divorciado pode se casar com virgens, ele o fará quantas vezes queira, até durante a vida. E, como aludimos é mais para esse lado que a balança dos divorciados pende. Como se vê, é o sexo feminino que mais sofre com o regime divorcista, e dêle, as virgens quais mansos cordeirinhos, são atraídas por homens maus que as sacrificam no altar da luxúria (SÉRIA..., 1951, p. 1).

Neste trecho do jornal “*Novidades*” os homens são considerados os maiores culpados pelo divórcio, no entanto, as implicações sociais recaíam, sobremaneira, nas mulheres que seriam as enganadas e abandonadas, podendo um mesmo homem passar por várias relações sem sofrer coerção. Com a instauração da secularização de casamento e desquite, no início da República, os valores católicos sobre ideal de família permaneceram e os vínculos do casamento

continuavam indissolúveis e sem chances para um segundo matrimônio. Mesmo separada do Estado, a Igreja mantinha força e influência na sociedade, participava dos jogos políticos e usava de influência nos jornais para debater o Código Civil Brasileiro. Por que não legalizar o divórcio? A aliança entre um homem e uma mulher foi pensada como forma de servir de base para outras formas de relação, reforçando a ideia de que um lar perene e indissolúvel era o espaço adequado para formar o verdadeiro cidadão para o país.

Em outras palavras, a secularização realizada pelo Estado conseguiu apenas retirar das mãos da Igreja o poder exclusivo sobre a união e o desligamento ou não dos vínculos conjugais. Então o Código Civil guardou a tradição da lei anterior impossibilitando ainda o divórcio e conseqüentemente as segundas núpcias (CAMPOS, 2009, p. 40).

A Igreja Católica também condenava o divórcio porque defendia que era ruim para a mulher, pois, ela já teria servido aos desejos carnavais de um homem e corria o risco de ser abandonada, isso comprometeria o ideal de relação sexual que a mulher deveria manter apenas dentro do matrimônio, isto é, reforçando que a mulher deveria ter apenas um parceiro sexual durante a vida, cobrança essa que não era estendida aos homens. O que não se levava em conta neste tipo de discurso é que as mulheres também poderiam desejar o divórcio e que, mesmo sem o aporte legal da dissolução do casamento, muitos chegavam efetivamente ao fim. Se, por um lado, o divórcio representava, para a Igreja Católica, algo negativo para a mulher, o desquite já não era tão mal visto, pois garantia a preservação da ‘honra, dignidade e vergonha’, uma vez que essa mulher não poderia contrair novo matrimônio, pelo menos não oficialmente.

O divórcio foi instituído legalmente com a Lei 6515, de 26 de dezembro de 1977, a linha divorcista considerava que a inserção do Brasil na aceitação legal do divórcio traria modernidade para o país, pois o mesmo não poderia ser baseado no conservadorismo clerical.

A realidade da mulher divorciada é o terreno a partir de onde germina uma visão negativa de sua nova condição social, acompanhadas por afirmações de que essa mulher seria portadora de valores negativos, não passando de uma espécie de ser sem dignidade, sem honra, sem grandeza, instrumento de prazer, desventurada, odalisca repelida, prostituta (ALMEIDA, 2010, p. 86).

Uma vez casada, a mulher teria que buscar formas de agradar seu marido, mesmo que para isso acumulasse muitas funções dentro e fora do lar, daí as diversas indicações nos jornais de como cuidar da família de forma adequada, sugerindo receitas novas, cuidados com roupas e sapatos, dentre outras. O “Jornal do Maranhão” que elaborou uma coluna intitulada “Para a Dona de Casa”, destaca:

Bem sabemos amiga, como é difícil hoje em dia, preparar-se bons quitutes para o marido que chega faminto do escritório ou para a criança. Há muita dificuldade em conseguir gêneros alimentícios e também não os há em grande variedade. É muito comum ver-se em grande variedade. É muito comum ver-se donas de casa aflitas pelas reclamações da ‘turma’ que já não quer se conformar com os mesmos pratos todos os dias. Para ajudá-la a solucionar este problema vamos oferecer-lhes várias sugestões de quitutes bem gostosos e práticos como você poderá variar o seu cardápio. (JORNAL DO MARANHÃO, 13 mar. 1960, p. 3).

Ao longo da década de 1960, os jornais mantinham as páginas femininas e as orientações variavam desde beleza, cuidados com a saúde até cuidados com o marido, com orientações para que as práticas femininas colaborassem para manutenção do matrimônio. Assim: “As revistas femininas, de grande penetração nesse universo leitor, como potencial espaço de ‘doutrinação’ e debate, bem como por sua identificação com uma imagem de modernidade” (FREIRE, 2009, p. 127). Divulgava-se uma série de regras para manter o homem alinhado e bem para os compromissos sociais e de trabalho, como, por exemplo: “UM HOMEM BEM TRATADO – Conservar um marido impecável é trabalho que requer atenção e cuidado. Os pontos mais importantes são: os ternos, as camisas, os sapatos e também todos os pequenos detalhes como botões e manchas, etc.” (COLUNA FEMININA, 30 set. 1966, p. 7).

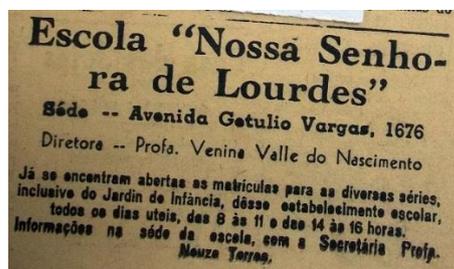
Apesar de existir uma verdadeira campanha nos jornais que enfatizasse as características das mulheres no ambiente doméstico, é possível destacar que as mulheres estavam cada vez mais envolvidas em atividades do meio público, realizando cursos de nível médio, normal e capacitação para preenchimento de vagas em trabalhos de baixos salários, como, por exemplo, os cursos de datilografia. Nota-se ainda que também estavam fazendo crescente entrada nos cursos universitários e, conseqüentemente, ocupando cargos com melhores remunerações.

Houve notável presença feminina nos espaços de educação e profissão que passaram por uma série de mudanças ocorridas no país: “Com o aprofundamento da modernização, da industrialização e da urbanização, as mulheres redefiniram sua posição na sociedade e com isto abalou-se a dicotomia entre público e privado atribuída segundo gênero” (VAITSMAN, 1994, p. 17).

Assim, a instrução formalizada era também uma maneira de mulheres frequentarem e conquistarem o espaço público ainda que por meio de diversas formas de controle e repressão nestes ambientes e por uma dinâmica que possuía vias em diversas mãos, pois, com a feminização do magistério muitas mulheres tiveram a possibilidade de desenvolver cargos não apenas em sala de aula, como também nas administrações escolares, inspeções e diretorias, as destacando não apenas pelo exercício da atividade que remetia à maternidade, mas também à

cargos de liderança e administração. Como mostra um dos diversos exemplos de escolas fundadas e administradas por mulheres na capital.

Figura 03 – Propaganda da Escola Nossa Senhora de Lourdes



Fonte: Jornal **Novidades**, 4 fev. 1952, p.1.

Mulheres que possuíam escolas, muitas vezes, voltadas só para o público feminino, que, ao mesmo tempo, em que segregavam as meninas de compartilharem o mesmo espaço dos garotos e até o mesmo currículo, cumpriam uma importante função social a escolarização das moças.

Tendo em vista que o discurso republicano notabilizava a mulher no papel de educadora e organizadora do lar, no sentido moral e cívico, diversas vozes, desde meados do século XIX, enfatizavam que a mulher deveria estar adequadamente instruída para exercer a missão que lhe era imposta, com isso as escolas voltadas para meninas floresceram em todo país, tanto de iniciativa privada, quanto de iniciativa religiosa e também como frutos de políticas de Estado. Bezerra Neto (1997) estudou o Recolhimento de Educandas no Pará, onde durante todo oitocentos foi uma das mais importantes instituições de ensino para as mulheres, inicialmente com o objetivo de atender moças pobres e órfãs, logo se tornou um atrativo também para as filhas de famílias abastadas.

No Maranhão, ainda no século XIX, o colégio N. Sra. da Glória, fundado em 1844, foi a única instituição particular para meninas durante vinte anos, depois algumas mulheres começaram a fundar outras escolas particulares para a elite feminina maranhense, como: Nossa Senhora da Soledade, de Maria Emília Carmini; Nossa Senhora de Santana, de Raimunda da Silva Miranda; Colégio Nossa Senhora do Amparo, de Filomena Pedreira e Aula Santa Bárbara, de Isabel Ignês dos Santos. Para as moças pobres, a possibilidade de instrução no Maranhão veio com o Asilo Santa Tereza, fundado em 14 de março de 1854, organizada no governo de Eduardo Olímpio Machado. Já a Igreja Católica oferecia educação para as mulheres por meio do Recolhimento Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.

O Asilo Santa Tereza, nesse contexto, foi criado pelo governo para atender o objetivo de inserir as mulheres das classes subalternas no projeto de melhoramento material e moral defendido pela Liga. Todavia, em função dos consideráveis gastos dispensados à manutenção de uma instituição com características de internato, a Assembleia Provincial determinou em seu Regulamento as regras para o ingresso e tempo de permanência de suas internas (RODRIGUES, 2012, p. 111).

O discurso republicano instaurou um paradigma próprio, relacionando cidadania e modernização à instrução, para isso algumas políticas de Estado foram pensadas no quesito educacional e o público feminino também foi incluído nesse pela importância atribuída às mulheres para o núcleo familiar e para a sociedade.

As mulheres devido ao convívio cotidiano mais estreito com as crianças, constituíam-se em elementos primordiais do intento de transformar o país, a partir do lar. Sociólogos, psicólogos e principalmente médicos que se constituíam nos novos sacerdotes contemporâneos, aludiam para a importância da mãe na formação de crianças inteligentes e saudáveis, incentivando-as a buscarem novos conhecimentos, adequados e necessários às mesmas (TOURINHO, 2008, p. 41).

A Escola Normal foi pensada, inicialmente, como uma forma de fornecer uma padronização do ensino, na França e destinar conhecimento e experiência educacional adequadas para quem seriam os educadores. Esse modelo chega ao Brasil no início do século XIX e, no Maranhão, a Escola Normal é implantada em 1890, apesar de não ser uma escola que impedisse matrículas de rapazes, a cultura geral era que o magistério primário se afinava com as funções maternas da mulher e, assim, ao longo dos anos, essa instituição se tornou cada vez mais ocupada por mulheres.

No Maranhão, a fundação de uma Escola Normal coincidiu com a instauração da República, e de um contexto onde o imperialismo das grandes potências exportava, dentre outras coisas, as novas metodologias educacionais que deveriam ser aplicadas nas escolas. A instrução tomava a qualidade do indispensável para a formação das crianças, nos discursos oficiais do novo modelo cívico. Logo, cursos normais eram vistos como componentes primordiais para a superação do analfabetismo e para formação de um quadro de profissionais qualificados para o ensino (TOURINHO, 2008 p. 56).

As instituições de ensino primário e secundário, voltadas para o público feminino, tiveram grande importância na composição da instrução feminina no Brasil. Mesmo que os currículos tenham sido diferenciados por conta do sexo, não podemos deixar de destacar a relevância dessas instituições.

3.2 “Ser mãe é o papel da mulher na sociedade”: observações sobre as funções tidas como tradicionais das mulheres e os novos requisitos sobre maternidade e casamento

Diversas foram as representações sobre o masculino e o feminino nas décadas de 1940-1970, onde muitas questões acerca da desigualdade dos papéis entre os sexos sofreram novas roupagens, no entanto, mantiveram as discrepâncias ainda sob a justificativa de que as funções sociais eram diferenciadas.

No entanto, ao mesmo tempo em que as discriminações de gênero se manifestam com intensidade – divisões rígidas de papéis e atribuições, valorização da virgindade, manutenção da dupla moral sexual, autoridade do marido sobre a mulher – certas distâncias entre homens e mulheres se reduzem como, por exemplo, a modificação de regras sociais, que vão do namoro à intimidade do relacionamento familiar, onde a voz feminina passa a ser mais respeitada. O trabalho da mulher, especialmente a de classe média – pois as mulheres pobres tiveram sempre como vivência o trabalho fora do casamento – ainda que cada vez mais comum, continua cercados de preconceitos e encarado como subsidiário ao trabalho do ‘chefe de família’, o homem (CUNHA, 2002, p. 121).

Atributos da mulher considerada ideal para o casamento: virtudes domésticas, a mãe, simplicidade, humor, etc. “Entretanto, todos esses atributos ficariam reduzidos a nada se um requisito fundamental não se apresentasse: a virgindade, condição exigida por 83% dos brasileiros. Afinal, a ‘minha senhora’ tinha que ser uma ‘moça de respeito’, o que significava não deixar ‘avançar o sinal’ durante o namoro e o noivado” (CUNHA, 2002, p. 128).²¹

Ao mesmo tempo que existiam os pré-requisitos sociais sobre o moral da moça ideal e ‘de família’ para o casamento, notava-se uma busca cada vez maior de mulheres pela qualificação intelectual e profissional. Tal intensidade na participação feminina acabava refletindo numa espécie de alerta sobre a mulher intelectual.

A mulher culta tem muito mais possibilidades de uma vida melhor, do que a que possui apenas educação primária ou ginásial. [...] Essa atitude, contudo, implica num sério risco para o qual devemos abrir os olhos de todas as mocinhas inteligentes e responsáveis que trabalham ou estudam pela realização dos seus ideias, fora do lar. O que mais caracteriza a mulher é sem dúvida alguma a feminilidade, essa qualidade sublime que é um misto de recato, obediência, compreensão, ingenuidade, sutileza e tato que a diferenciam especificamente do sexo oposto (CLÁUDIA, 6 out. 1957, p. 3).

²¹ O dado da pesquisa apontada na tese citada foi retirado da Revista Cláudia, publicada em 1963, na seção ‘A arte de ser mulher’.

É importante pensar, a partir de matérias como essas, nas relações de poder que ocorriam em meio ao espaço rígido da academia onde a disciplina dos corpos, sobretudo sexuados, era constantemente aplicada, o corpo interpretado como objeto e alvo de poder e assim sendo deveria ser manipulado, modelado e treinado para a obediência. Esta normatização dos corpos nos espaços públicos e, sobretudo nos ambientes às regulamentações e vigilâncias, compõe ainda um ensinamento para o uso comum dos ambientes urbanos cada vez mais compartilhados. O corpo feminino já sofria com as diversas formas de controle impostas, o vestir, como comportar-se na igreja e, por conta disso, a educação feminina, principalmente, às de classe média e alta, era mais literária, palaciana e voltada para garantir que as moças pudessem desempenhar bem suas funções de esposa e mãe.

Com a circulação cada vez maior de mulheres nos espaços públicos, e isso se deu em muito com o processo de urbanização, as vigilâncias também foram ampliadas aos novos ambientes frequentados por mulheres e homens, a escola era apenas um destes locais de grande circulação e controle. Michel Foucault destaca que diversas instituições foram palcos perfeitos para disciplinamentos, dentre estas estão as prisões, manicômios e escolas, define:

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder', está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Dessa forma, as instituições de ensino também são inseridas enquanto espaços que acionam dispositivos discursivos disciplinares, contudo, ter a expressiva presença de mulheres em um curso de nível superior deve indicar uma mudança de comportamento e visão de ensino, trabalho e relações de gênero nesta sociedade, a despeito de também indicar que houve a tentativa de manutenção de controles sobre aquelas(es) que circulam em novos espaços. Afinal, as relações de poder ocorrem de forma capilar e as diferentes práticas e visões estão em constante diálogo e tensão. As relações de poder estão sempre em jogos de assimilação e resistência.

Essa intervenção através do 'saber' específico, não só organiza, mas também executa, polícia e pune os indivíduos através das instituições normatizadoras disciplinares, como hospitais, prisões, quartéis, escolas, fábricas e bordéis que, enquanto reguladoras da sociedade, prendiam-se a normas e regras rígidas e punições severas (SOUSA, 1991, p. 18).

As relações e exercícios de poder nas mais diversas esferas da sociedade são entendidas por Foucault como algo que não se detém, mas que se exerce, é “essa coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda a parte” (FOUCAULT, 1979, p. 75). E as dinâmicas que o envolvem são múltiplas, como é possível perceber:

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. [...] Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder [...]. E se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito [...] é uma primeira inversão de poder, é o primeiro passo para outras lutas contra o poder (FOUCAULT, 1979, p. 75-76).

Dentro das instituições, os entraves acerca do poder e saber também são tratados de forma assimétrica, sobretudo porque os enfoques das relações de gênero contribuem para a compreensão de que todo saber é político e tem sua origem em relações de poder. Estas mesmas relações normatizam e disciplinam corpos para inseri-los no sistema, com técnicas, às vezes, sutis e íntimas que refletem a microfísica do poder.

Sobre a presença de mulheres em cursos de nível superior, pode-se ter no interior das instituições de ensino, diversos entraves envolvendo as mulheres em espaços antes apenas ocupados por homens. Ainda que o discurso caminhasse cada vez mais para a necessidade de inserí-las como economicamente ativas, as mesmas (ao estudarem) eram constantemente vistas como ameaças à manutenção da família, dos bons costumes e eram ainda encaradas como concorrentes dos homens nas vagas dos exames e no mercado de trabalho. Ainda que as mulheres fossem “aceitas” na academia, as micro relações de poder eram comumente articuladas, no sentido de minimizar essa prática.

Ainda numa perspectiva que correlaciona as redes de poderes vivenciadas numa sociedade, emerge o debate sobre a força e estratégia dos discursos veiculados na mesma, uma vez que eles podem ser encarados sobre duas frentes: tanto como algo perigoso, e, portanto, precisaria de controle, quanto no sentido de dominar e conjurar poderes. Em duas grandes áreas os processos de interdição são claramente visualizados: a sexualidade e política, pois estão diretamente relacionadas ao desejo e poder e fomenta-se de forma cada vez mais articulada o discurso preservado e circundante por entre determinados espaços.

O discurso é uma importante arma no exercício dos diversos poderes e suas articulações, são organizados em forma de argumentos “religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos, [e] não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”

(FOUCAULT, 2012, p. 37). Isto é, sobre a nova circulação feminina na sociedade brasileira gestou-se uma série de discursos no sentido de controlar tal movimentação.

Para Foucault o discurso assume alguns princípios, dentre eles estão a inversão e especificidade. Enquanto inversão, o discurso pode ter aparentemente uma característica positiva, no entanto, seu interesse é para a dominação; enquanto especificidade o discurso deve ser encarado como uma violência, uma prática recorrente e excludente. Muitos discursos são levantados na sociedade com um efeito de verdade e pouco, ou nada, se questionam sobre eles, quanto mais institucionalizado o discurso for, mas complexo é o desmonte de suas estruturas. Dessa forma, o discurso é um jogo de escritura, de leitura e de troca, todos estes jogos se configuram em signos, e os discursos vinculados à educação não estão ausentes desta configuração, pois para Foucault “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2012, p. 41).

Assim, neste trabalho, analisam-se os discursos sobre como deveria ser a educação feminina mais adequada para cada temporalidade, economia nacional e compreensão do papel social da mulher. Para tanto, utilizamos jornais, manuais, relatórios e entrevistas. Percebendo, ainda, como as mulheres entrevistadas organizam seus discursos em torno dos fatos relevantes de suas vidas e da educação/instrução vivenciadas.

Um dos exemplos dos usos de discursos e suas relações de força e poder sobre as mulheres, em especial as de classe média e alta, configurou-se a partir do momento em que o olhar médico adentrou o espaço das relações familiares, ditando novas “formas saudáveis” de comportamento entre os sexos, sobretudo em relação à atuação feminina. Desde fins do século XIX, a prática e o saber da medicina nos lares se deram de maneira mais efetiva, avaliando e organizando as atividades femininas relativas à higiene, saúde, maternidade, disciplina, etc. uma maternidade científica explorada por higienistas, educadores, intelectuais, etc.

As escolas não seriam as únicas responsáveis pela formação das mulheres com vistas ao exercício de seu papel de mães. Entre as múltiplas vozes que se uniram nas páginas das revistas femininas em defesa do discurso maternalista, as dos médicos higienistas tornaram-se crescentemente audíveis na década de 1920. Preservando o ideário e o modelo pedagógico proposto por Moncorvo Filho no início do século, ancoravam-se nos pressupostos da higiene e na concepção de saúde como responsabilidade individual e alvo de processo educativo próprio. Assim, informados pelos conhecimentos da eugenia e embebidos da atmosfera nacionalista que enxergava a viabilidade brasileira através de suas crianças, tais médicos justificariam uma necessidade urgente e imperiosa de preparar as mulheres para ser mães (FREIRE, 2009, p. 126).

Funções da mãe na puericultura: primeira educadora, fornecer a noção de moral aos filhos, amamentação, elaboração e supervisão de alimentos, higiene, vacinação, administrar problemas de ordem física e emocional.

[...] o processo de construção da maternidade científica, assim como o de outros campos do conhecimento, não se deu de maneira impositiva ou acrítica, mas envolveu negociações conforme os interesses tanto dos médicos quanto das mulheres, e revelou-se ainda permeável à influências das outras forças sociais, como o discurso da Igreja Católica e a pressão da indústria de consumo. Assim, às tentativas de normatização do exercício da maternidade por parte dos médicos, as respostas das mulheres envolveram simultaneamente incorporações e rejeições dos conceitos científicos, adaptando-os aos próprios saberes e atualizando um repertório particular quanto à criação dos seus filhos (FREIRE, 2009, p. 131).

Ao longo de todo o século XX, esta intervenção continuou e até mesmo aumentou por que ganhou força nos meios de comunicação e nos produtos agregados ao discurso médico.

No início do período republicano brasileiro, os médicos foram os primeiros a criticar os matrimônios cuja única finalidade era a perpetuação dos bens das famílias. Além disso, preocupavam-se com a alta taxa de mortalidade materna, especialmente na primeira gestação, e a elevada taxa de mortalidade infantil que marcavam a população da época. Passou-se a divulgar que a idade ideal para as núpcias deveria ser postergada para a faixa dos 20 anos, pois nessa época o corpo, especialmente o feminino, estaria 'maduro' para produzir bebês mais saudáveis. Tendo em vista esse quadro, o processo de socialização das meninas das famílias das elites e dos setores médios sofreria mudanças (AREND, 2012, p. 70).

Os discursos médicos na década de 1960 eram muito próximos aos discursos veiculados no século XIX, enfatizavam qual seria o papel da mulher na sociedade moderna e qual comportamento a adotar ao circular em espaços públicos. Cada vez mais legitimado pela ciência, a medicina exerceu ainda um papel de divisão sexual do bem-estar social, ou seja, as medidas que deveriam ser adotadas pelos diferentes sexos, a fim de alcançar o equilíbrio da moral e dos bons costumes na sociedade brasileira, algumas destas influências chegaram até mesmo a direcionar as profissões que homens e mulheres estariam, supostamente, mais aptos a desempenhar.

Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro, a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à 'mulher de alcova' (COSTA, 2004, p. 255).

Com o processo mais dinâmico incorrido pela própria urbanização acelerada que o país vivenciava, médicos aconselhavam cada vez mais a presença feminina fora dos lares. A imagem

da mulher rica, pálida e fraca já não traduzia o ideal republicano de uma nação forte que deveria trabalhar com objetivos de desenvolvimento, a mulher, sob a figura materna, deveria encabeçar este projeto de nação.

Para médicos e higienistas, mulher que se preze precisa ser saudável, sair de casa e fazer exercícios físicos adequados a sua ‘natureza’, como uma ginástica leve, um joguinho de tênis, natação sem excessos, passeios a pé ou de bicicleta. Tais hábitos combatem o ócio e os excessos mundanos da juventude, assim como a tendência ao adultério das esposas entediadas – defendiam os doutores diante dos antiquados que ainda criticavam o acesso das mulheres a essas atividades e a outras que, na esteira, ganhavam popularidade no Brasil, como frequentar praias, clubes de campo e sociedades recreativas dançantes (PINSKY, 2012, p. 476).

A maior participação de médicos, sanitaristas e higienistas nas cidades ocorreu devido o crescimento das cidades e transformação nos modos de vida, decorrente da chegada de enormes contingentes populacionais, chamando a atenção dos observadores da cena urbana. Saneamento ligado ao progresso no país, pois a ausência dele destinaria o crescimento desordenado. Dentre as iniciativas para atuar nas mazelas sociais estava a intervenção de diversos profissionais da saúde ávidos por fazer da cidade um espaço civilizado, procurando produzir um novo modo de vida, cuja legitimação contava com a desqualificação dos hábitos e costumes assumidos pela maioria da população.

Um dos exemplos dessa influência estava no projeto do deputado Paulo de Abreu/SP, em 1951, para realização de exames pré-nupciais em homens e mulheres com o objetivo controlar doenças sexualmente transmissíveis e higienizar as relações sexuais e matrimoniais:

O exame pre-nupcial não pretende proibir casamentos, mas ao contrário o que se deverá notificar no caso é a transferência do casamento, quando sobrevierem melhores condições de saúde dos nubentes, em vista do bem próprio deles, da prole e da sociedade (NOVIDADES (Jornal), 24 dez. 1951, p. 2).

A propaganda sanitaria para educar o povo e ensinar bons hábitos de higiene buscou o controle da educação e saúde, para alcançar tais objetivos era defendido uma parceria com as mulheres, tanto na condição de mães, quanto nas condições de profissionais.

Realizaram-se capacitação nas Escolas Normais, como mostra Heloísa Helena Pimenta Rocha, que destacou a fundação do Instituto de Hygiene de São Paulo, cursos para formação de professoras e professores normalistas e elaboração de cartilhas sobre hábitos diários de higiene pessoal, cuidados com a casa e alimentação.

[...] princípios e práticas escolares mesclam-se na configuração de uma proposta de educação integral que possibilitasse a *formação do homem brasileiro*, em todas as

suas dimensões. Dentre vários elementos que compõe esses programas de renovação da escola, figura a preocupação com a ‘difusão dos preceitos de higiene e, principalmente, dos ensinamentos de puericultura’ que, se articulando aos demais, deveria possibilitar a formação do *brasileiro, orgulhoso da sua terra e da sua gente* (ROCHA, 2003, p. 161).

A questão da higiene e saúde pública assumiram, assim, importância no projeto de renovação educacional. As professoras eram protagonistas no papel de alguns rituais da saúde na escola realizando tarefas como pesar, medir, registrar e observar o asseio das crianças. A importância das mulheres nestas medidas, consideradas importantes para o crescimento urbano, se dava pelo papel de professoras e mães como agentes divulgadoras da higiene nas classes populares – as normalistas cumpriram essa dupla função.

Desta forma, como as mulheres eram sinônimos de cuidados com a casa, saúde e higiene, a sua imagem era associada às propagandas para vender produtos.

Figura 04 - Propaganda do Filtro de Água Hidraffin



Fonte: Propaganda do filtro de água Hidraffin. Jornal Satélite, 4 de novembro de 1950, ano III, nº8, p.2.

A mulher idealizada nas propagandas e campanhas sobre a saúde e higiene deveria ser também bela, com isso muitos jornais destinavam, em meio aos temas políticos e econômicos, diversas orientações de beleza, desde que fossem de forma singela, reforçando muito o uso de palavras como: ‘pureza’, ‘elegância’, ‘beleza natural’, dentre outras. Também orientações de atividades físicas, a serem feitas em casa, para deixar o corpo mais belo e saudável, inclusive, para gerar filhos saudáveis.

Uma das formas de divulgar a mulher pelo aspecto da beleza eram os concursos promovidos pelos próprios jornais, por escolas e mesmo a escolha da miss estadual. Neles eram

reforçados não apenas o aspecto físico das moças envolvidas, mas também sua educação e comportamento.

Figura 05 – Candidata à Miss Maranhão (1952)



Fonte: Candidata à miss Maranhão de 1952, concurso proposto e organizado pela Revista ‘O Panorama’. (NOVIDADES (Jornal), 15 out. 1952, p.4)

A partir de meados da década de 1950, o corpo feminino começou a ser mais explorado nos jornais, mulheres de biquíni ou maiôs e em situações de festividades, desfiles, lazer e férias, configuravam exemplos de vitalidade que também eram estendidos às mulheres. Como mostra o caso do jornal **Resistência**, que apresentava mulheres jovens de classes altas em viagens pelo mundo e muitas vezes exibindo seus corpos, numa coluna social intitulada “Só para Ver”.

Figura 06 – Coluna Sobre Beleza Feminina



Fonte: Resistência (Jornal), 30 mai. 1952, p. 5.

Propaganda de salão de beleza na década de 1970, usava a imagem de mulher bela e moderna, que para aquele momento significava também o exercício de alguns hábitos já experimentados pelos homens, como o ato de fumar – que, até então, era associado a um aspecto de liberdade e modernidade.

Figura 07 – Propaganda de Salão de Beleza



Fonte: O JORNAL, 2 jan. 1977, p. 7.

Assim, o que se percebe é uma ressignificação da projeção da imagem feminina, a divisão sexual continuava estendendo suas raízes ainda por décadas do século XX, no entanto, assumia novas conotações nos discursos ora suavizados, ora endurecidos sobre os compromissos das mulheres em sociedade. Desta feita “[...] o discurso médico do século XIX veio contribuir com um fundamento ‘científico’ à razão do Estado patriarcal, definindo as naturezas feminina e masculina não somente como diferentes, mas, sobretudo como desiguais, a partir de seus papéis nos mundos público e privado” (VAITSMAN, 1994, p. 30).

Martha Freire, num estudo sobre a influência da medicina no exercício da maternidade, aponta, como a partir de 1920, que o feminismo, a puericultura e a medicina passaram a ter discurso fortalecido nas propagandas, consultas, revistas, jornais e mesmo instrução escolarizada. Para esta autora, o discurso maternalista permitia o aumento de poder para as mulheres tanto no espaço público quanto no privado, pois as munuiu de conhecimento que tinha valor social tornando-as sujeitos ativos e objetos de políticas públicas de proteção à infância e, conseqüentemente, aos futuros cidadãos.

Essa maternidade científica foi assumida por médicos higienistas, educadores, mulheres feministas, intelectuais, políticos e etc., tornando mulheres de classes médias e altas urbanas como modelo exemplar da “nova mãe”.

[...] a puericultura oferecia amplo e diversificado estoque de ensinamentos técnicos para guiar a conduta das mulheres na criação de seus filhos, em substituição aos ‘antigos’ dogmas religiosos ou palpites de curiosas, vizinhas ou avós, considerados perniciosos e ‘arcaicos’. Munidas de tal arsenal científico, as mulheres estariam supostamente aptas a desenvolver sua ‘nobre missão’ sem os riscos oferecidos pelas paixões ou impulsos e sem precisar recorrer a expedientes do domínio das crenças. Usar e fazer ciência: este seria o novo papel social da mãe moderna (FREIRE, 2009, p. 127).

A mídia usava o discurso de que a mulher subordinada ao lar tinha grande importância para a sociedade e galgava dignidade no ‘grande’ papel de responsabilidade da esposa e mãe. Aliados ainda a discursos médicos defendiam que a feminilidade da mulher só se concretizava com a maternidade, a maior missão feminina.

Os médicos e educadores influenciados pelas ideias eugênicas, [...] defendiam que as mulheres precisavam compreender racional e cientificamente o desenvolvimento infantil e os princípios higiênicos para desenvolver plenamente a maternidade, cumprindo assim, com a função social de gerar e formar cidadãos saudáveis moral e fisicamente (BARBOSA, 2015, p. 177).

Os jornais também incentivavam a participação política da mulher mediante ações de protagonismo feminino dentro do lar, sobretudo nas relações de educação dos filhos homens, “era especialmente do lar e das escolas que a mulher deveria fazer seu campo de batalha, e nele pôr em atividade todas as suas energias” (BARBOSA, 2015, p. 177), no entanto, para realizar tais feitos era necessário que a mulher se instruisse e se habilitasse a praticar o bem.

Apesar de haver grande número de medidas disciplinares, seja na escola, na igreja, na medicina, nos espaços públicos em geral e, sobretudo, enclausurados pelos veículos de informação, é possível destacar que o papel das mulheres no século XX, no Brasil, não pode ser entendido como algo meramente passivo às disciplinas e controles. Jeni Vaitsman defende que houve diversas transformações sociais nas relações públicas entre homens e mulheres que culminaram na constituição da família e casamento, uma destas transformações se relaciona com o processo de instrução, sobretudo o acesso ao ensino superior.

[...] ao romper com a dicotomia entre público e privado atribuída segundo o gênero, as mulheres desafiaram a metanarrativa patriarcal legitimadora de um dos pilares de hierarquia sexual na sociedade moderna. [...] A incredulidade da metanarrativa também atingiu as relações no casamento e na família, quando as mulheres colocaram em xeque a concepção de uma natureza feminina cujo lugar social era exclusivamente o mundo privado (VAISTMAN, 1994, p. 21-22).

3.3 “As bonecas do lar – de linda aparência, mas somente o vácuo na cabeça”: educação feminina e a aparição pública das mulheres nos jornais

Em um trabalho sobre educação e trabalho de mulheres no Brasil, entre as décadas de 1914 a 1940, Susan Besse (1999) destaca que houve um processo de maior presença e frequência feminina a espaços considerados tipicamente masculinos, mas, que esta notabilidade feminina não significou, necessariamente, uma emancipação ou mesmo busca por uma vida

mais igual e justa entre os sexos. A autora refere-se a este período como um momento em que as configurações de desigualdades de gênero ganharam apenas novas roupagens, ela considera como uma modernização das desigualdades. O que se percebe são ações que ainda tentavam confirmar práticas patriarcais²² e misóginas diante de processos de buscas ativas de mulheres por melhores condições de vida pública e privada.

A partir da década de 1920, a educação foi discutida para (e também pelas) mulheres como algo que deveria contemplar a ‘missão’ feminina na terra, isto é, voltava-se para que a mesma fosse plenamente capaz de desempenhar os papéis de esposa, mãe e filha, porém, não visando somente estes tradicionais papéis, discutia-se muito nos veículos de informação a necessidade de propagar a maternidade mais consciente e regrada de conhecimentos médicos, como já citado acima. No entanto, para além deste discurso, que já vinha se arrastando desde fins do século XIX, acrescentou-se ainda uma discussão em torno das novas configurações econômicas que forçariam muitas mulheres de classe média a buscarem alternativas ‘descendentes’ para auxiliarem também no sustento do lar.

Nas classes médias urbanas, as famílias começaram a encarar a educação feminina (pelo menos até a escola secundária) como essencial para o preparo das filhas para enfrentar as novas contingências econômicas da vida. [...] Numa época em que as mulheres (mesmo de famílias mais abastadas) já não podiam contar com os parentes (nem mesmo com os maridos) para o sustento econômico por toda a vida, a educação que recebessem não só as preparava para o casamento e a maternidade, mas também as provia das habilidades básicas indispensáveis para ganhar a vida decentemente, em caso de necessidade financeira (BESSE, 1999, p. 123).

A partir de necessidades de inserção das mulheres de classe média no mercado de trabalho, como resultado de maior dinâmica na economia e também como fruto da compreensão de que o espaço social da mulher também era o público é que a educação feminina gradativamente passou a ter destaque nacional.

Assim, as mulheres apareciam nas colunas dedicadas ao carnê social, onde eram registrados eventos da alta sociedade e, principalmente, aniversários, casamentos e formaturas. Nessas colunas eram apresentados breves resumos das moças, muitas vezes registrando quem eram seus pais e maridos, oferecendo uma referência social masculina, é comum aparecerem nessas colunas alunas universitárias ou profissionais.

²² “Pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no ambiente familiar, permeando toda a organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Neste sentido o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência” (BARRETO, 2004, p.64).

Transcorreu a 19 de julho, o aniversário natalício da jovem Maria Júlia Rego, estudante de engenharia em São Paulo, onde cursa o 1º ano daquela autorizada universidade brasileira do Instituto Mackenzie, filha do nosso estimado prof. Diretor Luiz de Moraes Rêgo e de sua exma. espôsa, d. Iná Araújo Rêgo (AVANTE (Jornal), ago. 1950, n. 01, ano V, p. 4).

Como é possível perceber, a moça identificada acima, no jornal Avante²³, era aluna de curso superior fora do Maranhão e realizando uma formação profissional que era, comumente, muito atribuída ao sexo masculino.

Segue, abaixo, outro exemplo de mulher maranhense que obteve titulação de médica em instituição de ensino superior fora do estado: Hilda Rodrigues Gago que se formou em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1945, sendo ovacionada pela mídia local.

Figura 08 – Formanda da Faculdade de Medicina da Bahia (1945)



Fonte: O COMBATE²⁴, 16 dez. 1945, p. 4.

Dessa forma, cabia também às mulheres a participação mais ativa em ambientes públicos e a inteirar-se das questões estudantis, políticas, econômicas, profissionais e, enfim, fazer parte de um componente ativo da sociedade. Diante desta maior exposição feminina, os discursos sobre a maior vigilância e controle sobre o trabalho, consumo e circulação também

²³ O periódico **Avante! Órgão evolucionista** funcionou desde o início do século XX (1902) sendo interrompido durante os anos 30-40 e voltando ao final da década de 1940. Mantinha, inicialmente, publicação semanal e era de propriedade de um professor que assumia a administração e redação do mesmo e ao retornar foi assumido por um grupo de quatro jovens estudantes e ligados a um grêmio estudantil e recreativo sob liderança de Luiz Rego. Abordagem voltada aos assuntos do cotidiano, com enfoque para questões de educação e saúde, mantinha também um setor que abordava questões sociais diversas como pessoas diplomadas nas escolas e nível superior, acontecimentos beneficentes e diversos movimentos sociais de pessoas das classes mais altas.

²⁴ Apresentava fortes ligações ideológico-partidárias, por isso, seu conteúdo era essencialmente político. Fazia oposição e crítica aos governos estaduais. Com periodicidade diária, desde 1925, tinha grande número de propaganda, mas, após implantação do Estado Novo, teve interrupção em 1938, com retorno apenas em 1945.

ganharam novas lentes. Assim, os diversos usos do poder promovem uma espécie de ‘adestramento’ das multidões, dos corpos e forças individuais e, na cidade, sistemas de controle e vigilância são amplamente divulgados por meio dos hospitais, asilos, prisões, escolas, dentre outros. O poder se exerce, então, no ato de vigiar, o edifício das instituições de ensino (por exemplo) são organizados de forma a facilitar a vigilância e o próprio exame ou prova funcionam como aparelho de controle, no entanto, sua operacionalização ocorre de forma mais silenciosa:

O exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder: tradicionalmente, o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta e, de maneira paradoxal, encontra o princípio de sua força no movimento com o qual a exhibe. [...] O poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-o invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles (FOUCAULT, 2013, p. 179).

É diante de toda esta circunstância, de controle e vigilância, que o século XX vai tomando formas de experiências mais públicas às mulheres, mesmo ainda sendo alvo de uma série de intervenções de ordem médica, sanitarista, pedagógica e religiosa. Enfim, é possível perceber que tais mulheres urbanas do Brasil, sobretudo a partir dos anos dourados, estavam mais plurais e buscavam na cidade, em seus múltiplos meios, maior dinâmica. Este processo de pluralidade feminina se deu como uma forma ativa na conquista do direito à educação, ao trabalho, ao voto e estava permeado por uma ideologia de manutenção dos patamares de desigualdade entre os sexos.

A mensagem veiculada para facilitação do acesso de mulheres a outros níveis de ensino e cargos públicos remunerados ocorreu pela nova configuração da economia urbana, imposta no século XX, pela representação de mão de obra mais barata e pelo discurso buscando minimizar a ociosidade de mulheres de classe média (que já não era bem vista por intelectuais do século XX).

Para médicos e higienistas, mulher que se preze precisa ser saudável, sair de casa e fazer exercícios físicos adequados a sua ‘natureza’, como uma ginástica leve, um joguinho de tênis, natação sem excessos, passeios a pé ou de bicicleta. Tais hábitos combatem o ócio e os excessos mundanos da juventude, assim como a tendência ao adultério das esposas entediadas – defendiam os doutores diante dos antiquados que ainda criticavam o acesso das mulheres a essas atividades e a outras que, na esteira, ganhavam popularidade no Brasil, como frequentar praias, clubes de campo e sociedades recreativas dançantes (PINSKY, 2012, p. 476).

Usufruir de novos hábitos urbanos com o evocado ‘*american way of life*’²⁵ também provocava a necessidade de maiores entradas no orçamento doméstico. Para tanto, a instrução formal destas mulheres deveria ser compatível com as funções que iriam adquirir na cidade, é então que entram outros processos limitadores, como, por exemplo, a seguinte questão: pode a mulher se dedicar a qualquer área já que deseja e necessita do exercício profissional?

[...] a busca honesta de um meio de vida pelas mulheres não precisa e não deve exigir que elas abandonem suas qualidades femininas peculiares: pureza, doçura, abnegação, espírito maternal e assim por diante. [...] somente uma estreita gama de funções era compatível com a natureza feminina e não representava risco de tornar as mulheres menos aptas, física ou psicologicamente, para a maternidade. Eram elas as de professora, assistente social, enfermeira, médica, dentista, farmacêutica, técnica de laboratório, assistente administrativa, secretária, vendedora, decoradora de interiores, funcionária de hotel, operária de fábrica (nas áreas têxteis, confecção, decorações, indústria de alimentos, chapelaria, e acabamento de diversos produtos), empregada doméstica e pequena produtora de produtos agrícolas (BESSE, 1999, p. 153).

Sobre a lógica de que apenas algumas áreas profissionais eram compatíveis com a feminilidade, a educação acabou seguindo alguns padrões disciplinadores àquelas que se aventuravam em amplas experiências como alunas e profissionais. Deve-se notar que o movimento de maior abertura à educação feminina não pode se explicar apenas nas expectativas da segunda metade do século XX, mas, se deu num processo contínuo desde fins do XIX. Diversos movimentos em relação à educação foram debatidos com a virada do século, acompanhando muitas das mudanças sociais que o país atravessava.

Cresceu na década de cinquenta a participação feminina no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos. Surgiram então mais oportunidades de emprego em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora etc. que exigiam das mulheres uma certa qualificação e, em contrapartida, tornavam-nas profissionais remuneradas. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou, sem dúvida, mudanças no status social das mulheres (BASSANEZI, 2008 p. 624).

A imagem da mulher que trabalhava era cada vez mais propagada nos veículos de informação da época, inclusive para normatizar as formas de vestir e comportar-se. Como mostra o jornal **O Imparcial**²⁶:

²⁵ É uma referência ao suposto estilo de vida de habitantes dos Estados Unidos desenvolvido nos inícios dos anos 1920 e estava ligado à prosperidade econômica e conhecimento técnico, resultando em consumismo exagerado e crescimento industrial.

²⁶ Jornal “O Imparcial – Diário matutino e independente” - jornal noticioso, fundado em 1926, com grande circulação no estado, periodicidade diária e notícias variadas, sua produção se mantém até a atualidade.

A sair para o trabalho a mulher não deve, de forma alguma, dar a impressão de que vai a uma festa, recepção ou desfile de modas. Seu vestuário deve caracterizar-se pela singeleza e discricção, sem que tais qualidades restrinjam o bom gosto da escolha (COMO SE..., 12 fev. 1950, p. 6).

No trecho a seguir tem-se uma orientação às mulheres para que não possuam muitos vestidos, apenas o suficiente para as atividades mais importantes de seus dias, a matéria destaca: “A mulher, em geral, precisa de três tipos de vestidos: para o trabalho, para esportes e vestidos de festas. [...] Não é preciso que possua muitos vestidos. O suficiente é que sejam bem limpos e engomados. Não é quase notado um vestido novo, ma - um sujo sempre o é” (SECÇÃO..., 07 nov. 1952, p. 2). Observa-se que a condição de vestimenta já estava voltada para o espaço público, tendo o trabalho e o lazer como duas referências do cotidiano feminino, não sendo citado nessa matéria, situações em ambientes familiares ou religiosos.

Em 1943, a legislação²⁷ permitiu que mulheres casadas pudessem trabalhar fora de casa sem a expressa autorização do marido, apenas com o Estatuto Civil da Mulher Casada (1962) é que se retirou do Código Civil o direito do marido de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio. Visto como atividade transitória, o trabalho fora de casa passou a ser tolerado apenas como a fatalidade da pobreza. Abaixo alguns fatores que contribuíram para que as mulheres de classe média se dedicassem ao trabalho:

a passagem gradativa da produção doméstica para o mercado e consequente declínio do valor econômico do trabalho doméstico; a situação econômica precária da crescente classe média urbana, devido às altas taxas de inflação e à pressão para consumir produtos e serviços do mercado em expansão; a adoção pelas mulheres do valor burguês do trabalho²⁸, devido a uma vontade maior de autorrealização profissional e econômica (BARBOSA, 2015, p. 184).

A divisão sexual no trabalho foi também uma forma de impedir que houvesse competições entre homens e mulheres, àqueles os trabalhos que exigiam maior formação acadêmica, período integral e maiores salários, a estas os subempregos, em geral, em meio expediente (para poder conciliar com atividades domésticas) e com salários menores, como mostra o caso do magistério primário, que, por ter baixos salários, deixou de ser atrativo aos

²⁷ Lei 4.121/62 que ameniza algumas discriminações entre os gêneros no matrimônio, apontando as responsabilidades mútuas para manutenção do mesmo, destinando que os deveres de sustento, assistência e guarda dos filhos eram responsabilidades dos dois envolvidos no casamento. Apesar de esta lei ter apresentado este caráter de paridade nos direitos e deveres, deve-se lembrar que na prática ainda pesava sobre mulheres e homens fardos sociais diferenciados.

²⁸ Valor burguês do trabalho refere-se às atividades desempenhadas por proletários com sua força de trabalho, atendendo à lógica comercial/ industrial da burguesia, ou seja, produzindo a mais-valia para o grupo detentor dos meios de produção. Sobre esta questão ler: **Manual de Economia Política**: academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.

homens. Esta também foi uma forma de garantir ganhos econômicos às mulheres da classe média sem ter associações às formas consideradas não honestas de ganho de dinheiro.

[...] os cargos femininos não colocavam as mulheres em competição direta com os homens e nem proporcionava a elas progresso social e realização intelectual. Com a segmentação por sexo no mercado de trabalho, os homens asseguravam suas posições privilegiadas e a economia dispunha de uma reserva de mão de obra feminina barata sem destruir a ideologia de gênero, preservando a ordem política e a hierarquia social (BARBOSA, 2015, p. 186).

Tanto com o objetivo de não causar competição entre homens e mulheres por mercado de trabalho e também garantir que aos homens caberiam os cargos com salários maiores (pois a ideia era ainda de um homem como provedor principal do lar), os meios de comunicação também reforçavam que a mulher excessivamente voltada ao mundo do trabalho implicaria em algumas perdas da ‘feminilidade’ e dos ‘privilégios’ próprios do sexo feminino tais como respeito, proteção e sustento garantidos pelos homens.

A educação com vistas a um futuro profissional e, conseqüentemente, o investimento em uma carreira eram bem menos valorizados para as mulheres que para os homens devido à distinção social feita entre feminino e masculino no que dizia respeito a papéis e capacidades. Ao menos o acesso das mulheres à educação formal e às áreas de conhecimento antes reservadas aos homens diminuiu distâncias entre homens e mulheres. Para manter as hierarquias entre masculino e feminino, as possíveis ameaças da ‘mulher culta’ às relações tradicionais teriam de ser neutralizadas por idéias como: um certo nível cultural é necessário à jovem para que ‘saiba conversar’ e agradar os rapazes assim como é útil para o governo de uma casa e a educação dos filhos (BASSANEZI, 2008, p. 626).

Ainda que o pretexto educacional para as mulheres tenha permanecido com bases tradicionais sobre a compreensão do casamento e papel da mulher na sociedade, vale observar que esse período também é marcado por transformações na própria prática do casamento, como demonstra o exemplo a seguir: foi possível encontrar em um jornal de São Luís uma forma atípica de realização do mesmo, envolvendo noivos que viviam em estados diferentes. A noiva, filha de pais residentes em São Luís, vivia e trabalhava na cidade de Belém/PA, no ‘Instituto de Defeza Sanitária Animal’ desta cidade, por ocasião do seu trabalho conheceu o diretor deste mesmo Instituto, que por sua vez residia e trabalhava na cidade de Fortaleza/CE, eles se casaram na capital maranhense por meio de uma procuração encaminhada ao pai da noiva, tendo apenas o contrato no cartório e um jantar na casa dos pais da noiva. No dia seguinte à assinatura de casamento, a noiva, já então casada, se mudou para a cidade de Fortaleza, onde já se encontrava o marido (NOVIDADES (Jornal), 26 ago.1952, p. 4).

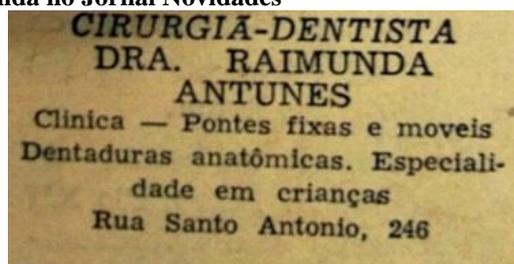
Neste exemplo tem-se o caso de uma mulher que mesmo solteira já trabalhava em outra cidade. Também leva-nos a questionar o que teria provocado um casamento tão urgente que nem ao noivo poderia esperar? Como a notícia do jornal não oferece qualquer indício, pode-se apenas supor que o matrimônio via procuração ocorreu para evitar uma possível vergonha de gravidez ou mesmo a relação sexual antes do casamento. Mesmo que represente um caso singular, o exemplo acima sinaliza a possibilidade de práticas não tradicionais relativas ao ritual de casamento, que nos permitem inferir sobre as mudanças de comportamento encontradas na sociedade.

O casamento e a família tipicamente modernos, com o homem provedor financeiro e a mulher dona-de-casa, onde as individualidades são delimitadas pelo desempenho de papéis atribuídos segundo gênero, foi perdendo espaço nas práticas e no imaginário desta geração, uma vez que, mesmo havendo o reforço da mulher com os cuidados do lar, se percebe a imagem da mulher pública cada vez mais destacada. O desenvolvimento da individualidade feminina desafiou micropoderes nas relações privadas e públicas, gerando novas discussões sobre quais seriam as possibilidades para as mulheres cada vez mais imersas no mundo do trabalho, da instrução, da política.

No Maranhão, esta dinâmica realidade também não foi diferente, os jornais apresentavam constantemente as mulheres em posição de maior destaque no ramo profissional, como ocupando cargos em ramos diferenciados daqueles que tradicionalmente estavam associadas. Exemplo: a senhorita Custódia Moraes Rego, funcionária da delegacia fiscal do Estado (NOVIDADES (Jornal), 17 dez. 1951, p.1), Raquel Leda Mecenas, advogada e funcionaria da Delegacia Fiscal, Heloísa Araújo, aluna do 2º ano de contabilidade do Centro Caixeiral (NOVIDADES (Jornal), 6 nov.1951, p. 3). Aparecem também diversas enfermeiras e professoras normalistas, profissões mais tradicionalmente ocupadas por mulheres por estarem associadas à função de cuidar.

Também mostram mulheres solteiras viajando à trabalho, como a senhorita Aurea Beleza que veio ao Maranhão por conta do emprego no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e ainda se hospedou na casa de um homem que aparentemente não tinha qualquer parentesco (NOVIDADES (Jornal), 14 nov. 1951, p. 4).

Figura 09: Propaganda no Jornal Novidades



Fonte: NOVIDADES (Jornal), 21 abr. 1952, p. 2.

Também percebe-se as mulheres se aperfeiçoando para melhorar a performance profissional, inclusive realizando cursos fora do estado.

A data de 27 do corrente assinala o transcurso da data genitílica da nossa distinta colaboradora, Prof. Ruth Campos Martins Limeira, culta educadora conterrânea com inestimáveis serviços prestados à causa do ensino na Capital e no interior no estado. Espírito sempre devotado às grandes causas, e à ampliação dos seus conhecimentos, a Profa. Ruth se encontra, há vários meses no Rio, fazendo importante curso para Assistente de Ensino e também a aniversariante figura de destaque no setor feminino do PRP neste Estado, fazendo parte do respectivo conselho estadual (NOVIDADES (Jornal), 28 jan. 1952, p. 2).

Ao mesmo tempo em que os jornais registravam a dinâmica movimentação das mulheres, se percebia, por algumas vezes, a forma discursiva em tom de sinal de alerta para algumas reivindicações e conquistas. Um exemplo disso foi quando se discutiu sobre as possibilidades das mulheres se habilitarem para realização de concurso público para a área bancária, o jornal “O Brazil Novo”²⁹ mostrou essa luta com cautela e chamou atenção para o ‘avanço’ das mulheres sobre os homens de bem.

As mulheres são, embora desconheçam os motivos, elementos atemorizantes de grande parte dos homens pacatos, que cobrem, ainda, a superfície da terra. [...] Isto nos ocorre em virtude de haver chegado até nós, a notícia de que o elemento feminino futuramente poderá inscrever-se nos concursos abertos pelo Branco do Brasil, S.A. (LOPES, 6 set. 1950, p. 1).

Boa parte das propostas da mídia ao público feminino se reportava ao reforço das atribuições tradicionalmente ligadas à função da mulher na sociedade, no entanto, a ideia de que as atividades das mulheres poderiam não se limitar apenas as atividades do lar também eram cada vez mais apontadas. A visão daquela mulher devota somente ao lar parecia então não figurar mais um único ideal, pois:

²⁹ Folha noticiosa que tinha a epígrafe: “escrevendo o homem, prolonga-se a si próprio e aperfeiçoa-se”. Dirigido por Edgard Pantoja, trazia, mensalmente, notícias nacionais e locais, tratava de esporte, literatura, eventos sociais e assuntos de interesse geral.

A mulher do século XX tão emancipada mas ainda tão feminina como nos primeiros tempos, precisa meditar um pouco na responsabilidade da sua missão quase divina e, encarando os problemas existentes em si, precisa penetrá-los, não para comenta-los ou censura-los, mas compreendê-los e solucioná-los valentemente, sem fechar os olhos maquiados como fazem as covardes, as omissas, as que apenas vivem e gozam sem deveres ou preocupações, as bonecas do lar, de linda aparência, mas somente o vácuo na cabeça, no coração... (CLÁUDIA..., 29 set. 1957, p. 5).

Mesmo que o trecho dessa reportagem se refira a mulher não ser omissa às suas responsabilidades no lar, requereu uma posição feminina mais atuante e não apenas de atividades exclusivas no ambiente privado, naquilo que chamou de “bonecas do lar”.

Uma forma interessante de ver a dinâmica das mulheres na sociedade é também percebendo como se dava a escrita feminina e como elas se noticiavam. No caso do Maranhão, é possível identificar tanto mulheres autoras de sessões destinadas às mulheres, quanto aquelas que escreviam reportagens de temas variados, assim como aparecem descritas em temas mais tradicionalmente relacionados às mulheres e similarmente em temas de cunho geral; a seguir, alguns exemplos das múltiplas formas em que as mulheres escreviam e eram escritas.

Um modelo de apresentação de mulheres demonstrando certa atuação política foi quando pleitearam aumento salarial, em 1948 e se organizaram para fazer a solicitação junto ao Governador do Estado, Archer da Silva, realizando grande mobilização na frente do Palácio dos Leões, residência oficial do governo e localizada no centro da cidade. Por terem sido impedidas de entrar em contato com o governador, os meios de comunicação de oposição ao governo acabaram dando visibilidade para a mobilização das docentes de ensino primário. A situação veio a público quando uma leitora do jornal *O Combate*³⁰, possivelmente professora primária também (carta foi assinada apenas com a frase – ‘uma leitora assídua’), resolveu escrever uma carta expondo a falta de acordo do governador e lançando aos leitores uma avaliação do governo estadual (*O ‘CASO’...*, 12 nov. 1948, p. 4).

As mulheres, como colaboradoras dos jornais, também estavam cada vez mais escrevendo sobre temáticas bem variadas e não se limitando a abordagens ditas mais relacionadas ao mundo feminino como moda, comportamento e família. Um exemplo disso está no jornal *Novidade*, onde a professora Hildené Gusmão contribuía com uma coluna falando de assuntos diversos do cotidiano na cidade de São Luís, desde incêndios, assaltos, crimes e outras

³⁰ Jornal que iniciou sua produção em 1906, tinha produção semanal com cerca de 500 tiragens por mês e funcionou ininterruptamente até 1958. Já na década de 1940, assume caráter diário com quatro páginas de jornal, sendo que a última era quase que totalmente preenchida com propagandas. Trazia informações internacionais sobre cotidiano e novidades, dedicava um bom espaço para arte e poesia, também divulgando atividades musicais e cinematográficas na cidade. Oferecia notas de cunho educacional sobre matrículas, exames finais e concursos no meio estudantil.

abordagens. Em sua escrita ela destaca sempre as mulheres participantes da história narrada, como no caso a seguir:

Foi esta a comissão que esteve em Caratatiua ontem à tarde, logo após o incêndio: vereadora Maria de Lourdes Machado, sra. Jurandir Brauna, líder trabalhista José Maria Cardoso, estudante Lia Milhomem e além de outros elementos femininos (NOVIDADES (Jornal), 26 set. 1951, p. 1).

Assim, observa-se mulheres atuantes em movimento social e político da cidade. A figura feminina também estava presente nas páginas policiais onde apareciam como vítimas de crimes, fruto da violência doméstica, crimes passionais, roubos e homicídio e também como suicidas ou por tentarem o suicídio, estas acabavam quase sempre descritas como loucas. Assim ocorreu com um caso de grande repercussão na cidade onde a esposa de um renomado advogado tentou suicídio após várias queixas contra ele na delegacia, as causas das queixas não foram esclarecidas, mas a mulher era sempre acusada de debilidade mental e o marido apresentado como alguém de respeito na sociedade e, portanto, acima de suspeitas (O JORNAL, 3 jan. 1978, p. 2).

Dessa forma, pode-se observar quão ampla foi a aparição das mulheres nos jornais ludovicenses e quão diversa também foi a escrita das mulheres nesses jornais, configurando a diversidade da atuação pública do feminino desde educação e casamento até relações de conflitos do cotidiano.

Pode-se perceber que houve certa insistência em mostrar as mulheres em posição de formatura, trabalho, aprovações em concursos e etc., tais dados apontam que além de demonstrar que o período passava por mudanças, ao apresentar as mulheres em posições antes ocupadas por homens, também demonstra que os casos noticiados ainda chamavam atenção por se tratar de algo que não era corriqueiro naquela sociedade e merecendo, portanto, atenção.

3.4 “A mulher culta tem mais possibilidades de uma vida melhor”: presença e interação de mulheres nas Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia no Maranhão

As mulheres acessaram a educação superior mais tardiamente e durante séculos usou-se o discurso das funções sociais para restringir tal acesso. A partir do século XX, viu-se despontar algumas mulheres com formação superior e a partir daí um leque se abriria onde cada vez mais o sexo feminino ganharia visibilidade e espaço na academia. A inauguração de faculdades da área de humanas e filosofia em várias regiões do país buscou oferecer formação

em ensino superior para exercício do magistério e isso se deu como um atrativo para as mulheres cursarem uma graduação. Jane Soares de Almeida e Marisa Soares mostram que:

O mundo estava mudando e o acesso à educação superior, com o almejado diploma para exercer uma profissão, se configurava aos espaços demarcados pelas Ciências Humanas e o número de professoras formadas pelas universidades nunca foi tão alto. Na educação superior, o acesso das mulheres a esse nível de ensino se consolidou, mesmo com o ingresso ainda restrito para a maioria (ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 562).

Na USP, da década de 1940, Blay também destaca como o estabelecimento da Faculdade de Filosofia representou um espaço na Universidade que vai ser muito aproveitado pelas mulheres, até porque a ideia era de que a área de humanas é voltada à docência, que era um campo mais tradicionalmente ocupado pelo público feminino.

A Faculdade de Filosofia significou para as mulheres uma ampla possibilidade de ingresso no ensino superior. Abria-se um espaço e uma oportunidade para trilhar novos caminhos em meio a uma sociedade que preconizava um modelo tradicional e conservador para a mulher: casamento, lar, filhos. Para a burguesia, apenas atividades profissionais ligadas ao ensino, visto como uma continuação da educação dada no lar, eram vistas como condizentes com a imagem feminina aceita. Institucionalmente, o destino educacional permitido às mulheres praticamente restringia-se ao ensino primário e normal. Quando se abre às mulheres a oportunidade concreta de frequentar o ensino superior da USP e da FFCL, elas literalmente agarram a oportunidade (BLAY; LANG, 2004, p. 56).

Apesar de o Maranhão só ter registro da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia em fins da década de 1950, é importante notar como tal faculdade possibilitou a instrução feminina em nível superior em escalas mais significativas. No Maranhão, homens e mulheres puderam contar, inicialmente, somente com três Faculdades: Direito, Farmácia e Odontologia e, posteriormente, a Faculdade de Enfermagem. A partir de 1950, outras faculdades foram estabelecidas no estado: a Faculdade de Ciências Médicas e a Faculdade de Ciências Econômicas; a primeira Escola de Administração do Maranhão; em 1966, a Faculdade de Engenharia do Maranhão; a Escola de Agronomia do Maranhão e a Faculdade de Educação de Caxias.

À medida em que a oferta de cursos superiores no Maranhão aumentava, era proporcional também o aumento de interesse de jovens sobre os mesmos, gerando assim significativa concorrência nos exames vestibulares.

[...] nada como investir na obtenção de um diploma. Ao longo dos anos 1960 e 1970, as diferenças curriculares entre alunos e alunas se dissolveriam, proporcionando melhores oportunidades às mulheres de concorrer a uma vaga na universidade e, claro,

uma mudança de atitude com relação à educação superior da mulher. A escolaridade feminina seria vista como mais um passo na direção da independência financeira para as mulheres, além de uma forma de equiparar homens e mulheres na vida profissional (PINSKY, 2012, p. 514).

Outrossim, não seria mais possível ignorar a presença de mulheres nas diversas instituições de ensino e em todos os níveis educacionais, de forma que em fins da década de 1970 ganhou destaque o fato que o vestibular da Universidade Federal ter sido marcado com maioria feminina.

Tudo pronto, tanto na Universidade do Maranhão e na Federação das Escolas Superiores para o início da guerra do vestibular, que tem o seu ponto de partida às 8 horas de domingo. 7.318 candidatos vão se empenhar durante quatro dias na esperança da conquista de uma das 835 vagas oferecidas para os mais diversos cursos. O sexo feminino predomina em 16,66% a mais do masculino para a Universidade, enquanto os homens ultrapassam as mulheres na FESM. Os cursos mais procurados pela Universidade são Medicina e Odontologia (MULHERES..., 6 jan.1978, p. 1).

Figura 10: Vestibular da Universidade Federal do Maranhão (1978)



Fonte: Mulheres formam a maioria. **O Jornal**³¹, São Luís, 6 jan. 1978, p.1

No entanto, apesar de inúmeros registros da presença feminina nos cursos de graduação e do interesse cada vez maior, a linguagem sobre a ciência, educação superior e profissionalização ainda era masculinizada, por exemplo, numa propaganda, no Jornal do Maranhão, sobre a Faculdade de Medicina no estado, destaca que esta escola é um: “Laboratório onde se preparam **homens** para combater o problema sanitário no Maranhão” (JORNAL DO MARANHÃO, 27 jul. 1961, p. 6) (grifo do jornal), mas as imagens da própria reportagem

³¹ Jornal diário produzido ao longo da década de 1970, tinha cerca de 8 páginas e dividia os assuntos entre política, cotidiano, página policial e coluna social. Nas páginas policiais abordava muitos crimes ocorridos na cidade e dentre estes, vários envolvendo mulheres como autoras ou vítimas. Na coluna social foi muito marcada pelo uso de fotografias em festas, exposição artísticas e também pela divulgação dos eventos de beleza em que as mulheres eram peça principal.

apresentam uma contestação da chamada da reportagem, onde é possível identificar a presença de mulheres na aula de anatomia.

Figura 11: Aula de Anatomia do Curso de Medicina



Fonte: JORNAL DO MARANHÃO, 27 jul. 1961, p. 6.

Apesar de as décadas de 1960-70 terem registro de mulheres no ensino superior mais significativo, foi durante os anos de 1940-50 que as primeiras mulheres se fizeram notar no ensino superior do estado. Na primeira turma de formandos de Direito (1949), após a reabertura da universidade em 1944, contou com 23 pessoas, destas duas eram mulheres: Iêda de Medeiros Campos e Consuelo Wanick Ribeiro. Primeira turma de formandos em Farmácia, 1947, da nova composição do curso com a Fundação Paulo Ramos, contou com 09 pessoas, sendo uma mulher: Benedita Silva Atta. Primeira turma de formandos em Odontologia, 1947, da nova composição do curso com a Fundação Paulo Ramos, contou com 13 pessoas, dentre estas quatro mulheres: Antônia do Carmo Miranda, Dulcinéa Soares Nunes, Helena Viana Koblitz e Rosa Gomes Bogéa.

Esta nova etapa dos cursos superiores em São Luís aponta já o interesse e a participação feminina, isto pode ocorrer pelo fato de que, ao longo da década de 1940-50, moças de classe média urbanas se despertam sobremaneira para possibilidades várias de profissionalização. Alguns trabalhos indicam, sobre seus espaços de pesquisa, que esse movimento no período citado ainda se tratava mais de uma preparação para o matrimônio, pois era em espaços como estes que as mulheres tinham acesso aos rapazes com melhores condições para futuros maridos. O trabalho de Elizeth Passos (1999) sobre as mulheres nas faculdades de filosofia em Salvador, defende que, até fins dos anos 60, as mulheres colocavam o casamento como prioridade e que

a sociedade, bem como muitas das próprias mulheres, recebia a faculdade como uma ocupação enquanto esperavam o noivo. Não temos indícios de que as mulheres no Maranhão faziam do ensino superior como um curso “espera marido”, mas ao contrário disso tem-se vários exemplos de mulheres que entraram no mercado de trabalho³² e isto nos indica que a graduação não representava um passatempo.

Voltando para a indicação da presença feminina no meio universitário, abaixo apontamos um breve balancete das matrículas do segundo ano na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís que mostram um crescimento no interesse feminino ao ensino superior e formação profissional. Quantos desafios tais mulheres enfrentaram desde a ideia de submeter-se ao exame vestibular até a conclusão de seus estudos?³³

Quadro 06 – Comparativo de Matrículas do 2º ano no curso de Farmácia – São Luís

| ANO | MULHERES | HOMENS | TOTAL |
|--------------|-----------------|---------------|--------------|
| 1950 | 12 | 03 | 15 |
| 1951 | 08 | 03 | 11 |
| 1952 | 07 | 08 | 15 |
| 1953 | 09 | 03 | 12 |
| 1954 | 03 | 01 | 04 |
| 1955 | 03 | 08 | 11 |
| 1956 | 12 | 04 | 16 |
| 1957 | 05 | 02 | 07 |
| 1958 | 11 | 06 | 17 |
| 1959 | 07 | 06 | 13 |
| 1960 | 08 | 07 | 15 |
| 1961 | 07 | 05 | 12 |
| 1962 | 07 | 07 | 14 |
| 1965 | 11 | 04 | 15 |
| 1966 | 09 | 08 | 17 |
| 1967 | 05 | 06 | 11 |
| 1968 | 24 | 16 | 40 |
| 1969 | 12 | 07 | 19 |
| TOTAL | | | |

³² Como constam exemplos nas páginas 153 e 158 deste capítulo.

³³ Destaca-se aqui as dificuldades para realização desta pesquisa, sobretudo no que diz respeito aos dados relativos aos cursos de graduação em Direito, Farmácia e Odontologia, pois tais documentos foram perdidos, submetidos a descuidos das gestões e secretarias, abandonados em salas de arquivo morto e sofreram até incêndios, resultando em uma coleta demorada e com dados espaçados.

Fonte: Fichário de Matrícula do curso de Farmácia da Faculdade de Odontologia e Farmácia de São Luís (1950 - 1969).³⁴

Os números citados acima são muito expressivos quando relacionam valores da entrada de homens e mulheres no curso de Farmácia. Ao longo de quase duas décadas, é possível perceber que foram matriculadas no segundo ano do curso de Farmácia 160 mulheres para 104 matrículas de homens e, apenas nos anos de 1952, 1955 e 1967, a presença masculina foi timidamente superior à feminina. Há uma certa regularidade numérica da presença feminina no curso de Farmácia, com uma média que varia entre 3 a 12 mulheres ao longo dos 19 anos que a tabela cobre. Só havendo um acento considerável no ano de 1968, para logo decrescer para 12 matrículas de mulheres novamente.

Embora não seja um número expressivo, essa presença é importante pois se trata de dados de um curso num estado periférico do país. Assim, temos jovens de outros estados como do Pará, Ceará e, principalmente, do Piauí realizando o curso no Maranhão. Aparecem ainda jovens de outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia.

Quadro 07 – Matrículas de alunos/as oriundos/as de outros estados – curso de Farmácia

| Ano | Total | Outros estados | Homens/outros estados | Mulheres /outros estados | Não informado |
|------|-------|----------------|-----------------------|--------------------------|---------------|
| 1950 | 15 | 01 | - | 01 | 02 |
| 1951 | 11 | 02 | 01 | 01 | - |
| 1952 | 15 | 04 | 02 | 02 | - |
| 1953 | 12 | 03 | - | 03 | 03 |
| 1954 | 04 | 01 | 01 | - | - |
| 1955 | 11 | - | - | - | - |
| 1956 | 16 | 03 | 01 | 02 | - |
| 1957 | 07 | 02 | 02 | - | - |
| 1958 | 17 | - | - | - | - |
| 1960 | 15 | 02 | 01 | 01 | 01 |
| 1961 | 12 | 04 | 02 | 02 | |
| 1964 | 13 | 01 | 01 | - | 01 |
| 1966 | 17 | - | - | - | - |

Fonte: Livros de Registro de Matrículas da Faculdade de Farmácia/MA.

A despeito dessas matrículas, a regularidade e a presença desses jovens de outros estados não se mantinha. De acordo com as entrevistas realizadas nesta pesquisa, o levantamento realizado nos diários de frequência, notas e as fichas de matrículas dos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito, vimos que a maioria dos alunos(as) de outros estados eram

³⁴ Disponível em: Documentação do curso de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão – acervo de obras raras.

transferidos(as) logo no segundo semestre das aulas. Acima tem-se um quadro como forma de exemplificar essa vinda de alunos(as) de outros estados, como a documentação é muito dispersa foi possível apenas dados das décadas de 1950 e 1960 nas matrículas realizadas para o 1º ano do curso de Farmácia.

Entretanto, a despeito da não regularidade da presença desses(as) alunos(as) de outros estados, nos cursos após o primeiro semestre de matrícula, pelo menos a presença deles(as) no primeiro semestre é constante. Como é possível perceber, na maioria dos anos apresentados na tabela acima, tem-se o registro de alunos e alunas vindos(as) de outros estados e, apenas em três dos anos citados, não se tem indícios de pessoas vindas de fora. Na composição entre homens e mulheres, a maioria das matrículas é feminina e quando nos reportamos a quem não é maranhense o número fica bem equilibrado, neste período 11 homens vindos de outros locais se matricularam e 12 senhoritas nas mesmas condições também se matricularam, destaque, aqui, o título de senhoritas porque durante este período as matrículas das mulheres vinham com acréscimo deste pronome de tratamento. Quanto aos estados que tais alunos(as) eram provenientes, apesar de haver certa diversidade, boa parte vinha do Piauí.

Em 1924, forma-se a primeira turma de bacharéis em Direito, com seis homens e sem a presença feminina entre os formandos. Apenas em 1925, tem-se o registro da formatura com presença de uma mulher, “em 22 de março de 1925, [...] ocorreu a colação de grau dos quatro acadêmicos que então terminaram o curso da Faculdade de Direito. Foram os seguintes os novos bacharéis: Américo Nunes, Silvio Rebello, Zélia Campos e Edison Brandão (orador)” (DINO, 1996, p. 53). O que nos sugere a presença de uma mulher entre formandos de direito, no Maranhão, ainda na década de 1920?

As mulheres que conseguiam prosseguir os estudos além do primário geralmente encerravam sua trajetória estudantil nos cursos profissionalizantes. O mais comum deles era o normal, que preparava para o magistério primário, e em seguida os que formavam para as funções auxiliares na indústria e comércio e que, segundo a legislação, não equivaliam ao curso secundário, única via de acesso ao ensino superior. Deste modo, quanto mais se subia na escala educacional, menos as mulheres estavam representadas, tornando a presença masculina predominante nas ocupações mais prestigiadas socialmente (VAITSMAN, 1994, p. 56).

No entanto, se reportando ao início das atividades de ensino de terceiro grau no Maranhão, deve-se observar que as mulheres ainda eram minoria em alguns cursos, e uma das questões que impossibilitava este acesso era o próprio esquema educacional voltado para o gênero feminino.

Quadro 08 - Comparativo dos(as) Concluintes dos Cursos de Direito e Farmácia

| Ano | Homens - Direito | Mulheres – Direito | Total – Direito | Homens – Farmácia | Mulheres - Farmácia | Total – Farmácia |
|------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------------------|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| 1950 | 13 | 02 | 15 | 03 | 12 | 15 |
| 1951 | 04 | 02 | 06 | 03 | 08 | 11 |
| 1952 | 16 | 02 | 18 | 04 | 08 | 12 |
| 1953 | 26 | 07 | 33 | 03 | 12 | 15 |
| 1954 | 14 | 05 | 19 | 03 | 08 | 11 |
| 1956 | 24 | 11 | 35 | 03 | 09 | 12 |
| 1957 | 32 | 05 | 37 | 01 | 03 | 04 |
| 1958 | 19 | 05 | 24 | 02 | 05 | 07 |
| 1959 | 25 | 07 | 32 | 05 | 09 | 14 |
| 1960 | 23 | 04 | 27 | 02 | 05 | 07 |
| 1961 | 25 | 12 | 37 | 04 | 07 | 11 |
| 1964 | 21 | 08 | 29 | 03 | 10 | 13 |
| 1966 | 17 | 05 | 22 | 03 | 10 | 13 |

Fonte: Secretaria do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão. Secretaria do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão. 1950/60.

Acima, apresentamos um quadro comparativo entre concluintes do curso de Farmácia e Direito, ao longo dos anos 1950-60, onde pode-se observar que, para o curso de Farmácia, havia uma maioria significativa de mulheres e para o curso de Direito a presença mais expressiva era masculina.

Quadro 09 – Matrículas da Faculdade de Direito

| ANO | PERÍODO | MULHERES | HOMENS | TOTAL |
|------------|----------------|-----------------|---------------|--------------|
| 1972 | | 33 | 51 | 84 |
| 1974 | | 34 | 53 | 87 |
| 1975 | 1º semestre | 12 | 28 | 40 |
| 1975 | 2º semestre | 19 | 26 | 45 |
| 1976 | 1º semestre | 18 | 38 | 56 |
| 1976 | 2º semestre | 13 | 29 | 42 |
| 1977 | 1º semestre | 17 | 23 | 40 |
| 1977 | 2º semestre | 20 | 36 | 56 |
| 1978 | 1º semestre | 10 | 40 | 50 |
| 1979 | 1º semestre | 20 | 47 | 67 |
| 1979 | 2º semestre | 16 | 26 | 42 |

Fonte: Secretaria do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão.

Vera Puga Sousa aponta como, em geral, as mulheres não tinham as mesmas oportunidades de preparo para concorrer aos cursos mais requisitados, como a Faculdade de Direito, por exemplo.

[...] essas mesmas mulheres não eram preparadas, na escola secundária, para concorrerem com os homens nos concursos vestibulares para Medicina, Odontologia, Engenharia, Advocacia e Economia, considerados os melhores cursos da época e os quais davam retorno, em termos financeiros e status social (SOUSA, 1991, p. 101).

Um dos fatores que não promovia o preparo de tais mulheres para a educação superior está baseado no fato de que, no ano de 1940, cerca de 48% das pessoas diplomadas eram mulheres, mas, destas, mais de um terço tinham formação secundária no magistério, isto é, a formação preparatória para o ensino superior ficava em sua maioria com os homens, este fator dificultava em muito a disputa pelas poucas vagas nos exames de acesso ao ensino superior (BESSE, 1999).

A progressiva integração das mulheres num sistema educacional universal, de segundo e terceiro graus em expansão, foi elemento decisivo para a redefinição da estratificação de gênero, principalmente entre segmentos sociais com maior acesso a ocupações com melhor renda e status; e também para permitir que pagassem alguma outra mulher para realizar pelo menos parte das tarefas domésticas. Devido ao crescimento do ensino secundário no país, muitas mulheres voltaram-se inicialmente para as faculdades, qualificando-se para o magistério neste nível – função para a qual pareciam naturalmente inclinadas, pois não conflitava com os papéis de mães e esposas na família (VAITSMAN, 1994, p. 62).

Dessa forma, as diferenças educacionais entre rapazes e moças se dava desde a escolha entre cursar o ensino secundário clássico ou o curso normal. Carmen Lúcia Barroso aponta que, de 1955 para 1970, o número de mulheres que se matricularam no colegial aumentou 4,9 vezes e, a partir de 1965, elas já eram mais numerosas entre os(as) formandos(as), porém a crescente participação da mulher nesse grau de ensino não produziu mudanças no padrão de distribuição dos dois sexos e as moças predominavam ainda no curso normal. Afirma que: “Uma formação mais semelhante de moças e rapazes provavelmente faria com que, no ensino superior, a participação das moças pudesse se realizar em condições de maior igualdade” (BARROSO, 1975, p. 49). No entanto, apesar das limitações existentes no componente curricular da escola Normal, no sentido de contemplar o exame vestibular, as entrevistadas para este trabalho cursaram, em sua maioria, o ensino de preparação para o magistério das séries iniciais e buscaram superar as dificuldades de formação para entrar no ensino superior.

Sobre o ensino superior e a presença feminina em Teresina, por exemplo, a estudiosa Elizangela Barbosa Cardoso define que o movimento das mulheres para o ensino superior também se deu de forma lenta e gradual, pois fez parte de toda uma mudança de concepção acerca de inserção da mulher na sociedade. Destaca:

Parece-nos válido afirmar que o ingresso das mulheres piauienses nas instituições de ensino de terceiro grau só ocorreu no início do século XX, visto que nas últimas décadas do século XIX, a despeito da preocupação com a educação feminina, os níveis de escolaridade feminina e masculina e o sentido atribuído à educação tornavam interdito o ensino superior às mulheres (CARDOSO, 2003, p. 56).

No ensino superior, a Faculdade de Direito foi a primeira a se estabelecer em 1918, e, como já referimos, a primeira mulher concluiu o curso em 1925, posteriormente, foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia e, ainda com o objetivo de fortalecer a educação, foi criada a escola de Enfermagem São Francisco de Assis e escola do Comércio. Estas instituições destacaram-se como a grande possibilidade de uma profissionalização mais aperfeiçoada e, como o estado estava experimentando um crescimento significativo da educação básica, inclusive com a participação feminina em crescimento exponencial, havia um público urbano e de classe média interessado nas oportunidades educacionais para ensino superior e profissionalizante, sobretudo as mulheres (ABRANTES, 2012).

Sobre a participação e acesso de mulheres ao ensino superior no início do século XX, Susan Besse (1999, p. 128) destaca que: “No final da década de 1920, as mulheres ainda haviam caminhado muito pouco no ingresso em instituições de ensino superior, a não ser nas áreas de Farmácia e Odontologia, que eram as profissões médicas de menor prestígio”.

Ainda pensando nas carreiras inicialmente escolhidas pelas mulheres ao trilharem os caminhos da Universidade.

As estudantes, que em sua grande maioria seguiam o normal, passaram a ter, concretamente, maiores oportunidades para prosseguir os estudos após se formarem como professoras primárias. Ao mesmo tempo, porém, continuaram procurando, mesmo nas universidades, cursos que levassem à carreiras tipicamente femininas, como magistério de nível médio, pedagogia e enfermagem (VAITSMAN, 1994, p. 62-63).

Alguns obstáculos existiam tanto para a expansão da presença da mulher no meio universitário quanto no que se refere à escolha dos cursos, estes “constituem-se dos valores ou estereótipos relativos ao papel social da mulher, veiculados pela família, por outros grupos de referência e pelos meios de comunicação de massa, e reforçados pelo sistema escolar” (BARROSO, 1975, p. 50) de que havia cursos mais apropriados para um ou outro sexo.

A presença, inicialmente, de mulheres nos cursos de Direito, Farmácia e Odontologia foi tímida, ainda que em maior escala, nos dois últimos cursos. Somente a partir de década de 1940-50 é que as mulheres passaram a compor o meio acadêmico em São Luís com maior visibilidade, mesmo porque “muito poucas mulheres frequentaram as escolas secundárias preparatórias para a universidade. As que provinham de classe social mais alta do que as que em geral frequentavam as escolas de artes e ofícios, frequentavam escolas comerciais e técnicas para aprender datilografia e estenografia ou escolas normais para formar-se para o magistério” (BESSE, 1999, p. 136).

Paulatinamente o saber escolar deixou de ser um privilégio dos meninos. Porém, enquanto vários desses meninos continuavam seus estudos até galgarem o diploma universitário, um número significativo de jovens mulheres até os anos de 1950 mal conseguia concluir o curso secundário. As que seguiam em frente nos estudos quase sempre optavam pelas carreiras profissionais consideradas femininas, ou seja, o magistério e a enfermagem. A rígida disciplina em relação ao corpo, o uso dos uniformes impecáveis, os castigos, as orações, as lições de canto e solfejo, as posturas vigiadas nas aulas de Educação Física e no refeitório, entre outras práticas, caracterizavam o cotidiano escolar dessas estudantes (AREND, 2012, p. 72).

As mulheres que fizeram parte do ensino superior no Maranhão eram pertencentes à classe média urbana, muitas nascidas em São Luís, embora também houvesse aquelas que saíam de sua cidade natal, normalmente o interior do estado, para estudar em São Luís, pela impossibilidade de continuidade aos estudos. Os altos custos para a manutenção no ensino superior, com livros, material de laboratório, equipamentos individuais e as taxações que foram cobradas até fins da década de 1970 são alguns dos indícios de que o público do ensino superior no estado compunha classe social mais favorecida³⁵. No caso das entrevistadas para este trabalho se configura na contramão do que as pesquisas sobre outras localidades e bibliografias apontam, pois a maioria são oriundas do interior, suas famílias se deslocaram para a capital buscando oportunizar melhor educação às gerações mais novas, sendo que todas são pertencentes às classes médias e baixas e tiveram na efetivação da escolarização formal um significativo desafio financeiro.

Sob a perspectiva de que a renda do trabalho feminino seria apenas uma ajuda financeira na manutenção da família, as oportunidades de acesso ao ensino profissionalizante dentro do universo feminino também foram se ampliando. O termo “ajuda” é preconceituoso pois é visto sempre como complementar, menos importante que o masculino.

A participação das mulheres na educação e em atividades remuneradas fora de casa, fosse como operárias, fosse como profissionais de nível médio e superior, aparecia como um primeiro desafio a um sistema de hierarquia sexual que, de fato, seria transformado, à medida que se deixasse tocar pelos conflitos entre igualdade e hierarquia trazidos pelos ares da modernização (VAITSMAN, 1994, p. 57).

Esta prática reflete o alvorecer de algumas mudanças importantes na concepção de família e na forma como as mulheres, destes segmentos médios, se entendem nestas sociedades,

³⁵ Apesar de a documentação oficial disponível não abordar diretamente sobre estes custos para a inserção e permanência no ensino superior, os relatos orais frutos desta pesquisa e também os depoimentos colhidos no trabalho da professora Doutora Regina Faria e professor Doutor Montenegro para composição do livro de memórias sobre professores da Universidade Federal do Maranhão, mostram o pagamento de taxações de matrícula semestral, em alguns períodos de funcionamento das faculdades também as cobranças mensais e a deficiência dos laboratórios e bibliotecas resultando na necessidade de materiais adquiridos individualmente. (FARIA; MONTENEGRO, 2005).

contrariando a hierarquia sexual vigente. A tese defendida por Vaitsman aponta que tais mulheres estavam cientes dos processos de mudança que protagonizaram neste período e como isso refletiu para profundas alterações sociais no mundo público e privado também.

Até a década de 1940, as faculdades de Direito e Farmácia e Odontologia foram as únicas instituições de ensino superior no Estado. A diferença na matrícula de mulheres nas duas faculdades pode ser explicada pela característica desses cursos, sendo o curso de direito destinado a formar não somente os magistrados, mas a própria elite dirigente, tanto do poder legislativo como da administração pública, e os cursos de farmácia e odontologia para prepararem profissionais para atuarem na área da saúde, considerada mais adequada para as mulheres (ABRANTES, 2012, p. 280).

É interessante perceber, pelas fontes, que as mulheres estavam presentes no universo acadêmico, não apenas na condição de alunas passivas ao movimento acadêmico, mas também na composição de grupos e desempenhos de atividades de diretoria, docência e editorial de revistas, o que mostra maior participação na dinâmica do ensino superior e reflete que as mesmas viveram intensamente a experiência universitária. Vale ressaltar, ainda, que o fato de estarem num curso universitário já desconfigura a noção de passividade dessas mulheres.

Tem-se o exemplo do jornal “Voz Universitária”³⁶, que apesar de ter em sua diretoria exclusivamente homens, contava com a participação de Myrtes Fonseca na redação. Assim, como Terezinha de Jesus Rego, única mulher a compor o quadro do Centro Acadêmico Clodomir Cardozo, do curso de Direito, em 1957, essa mesma desempenhou papel de Rainha dos Calouros da Universidade do Maranhão, onde deveria recepcionar os calouros apresentando a universidade, ou seja, a mulher era vista pelo prisma da simpatia, responsável pelo acolhimento.

³⁶ Jornal estudantil com artigos científicos, teatro, cinema, esporte e entrevistas. Sua publicação se deu a partir de 1954, com periodicidade indeterminada. Direção de Sálvio Dino e redação de Mário Leal, acadêmicos de Direito.

Figura 12: Rainha dos Calouros da Universidade do Maranhão (1958)



Fonte: UNIVERSITÁRIO EM MARCHA (Jornal), 24 mar. 1958, p.1.

Cita-se outros exemplos: em 1954, a diretoria do Diretório Acadêmico “Oswaldo Cruz”, da Faculdade de Farmácia e Odontologia era composta por oito pessoas, sendo três mulheres (Magnólia Frazão, Clotilde Oliveira e Cleaner Balata). Outro exemplo vem da composição editorial da “Revista Farmacodonto” (estudantes da Faculdade de Farmácia e Odontologia), que, em 1956, era formada por quatro pessoas, sendo uma mulher (Afoncina Nogueira) (MARANHÃO, 1954, p. 13-17). Elizeth Passos, em sua pesquisa sobre as relações de gênero na Faculdade de Filosofia da Bahia mostra a importância das mulheres ao assumirem cargos nas direções de Revistas acadêmicas.

Ter nas mãos esse veículo de divulgação dava-lhes grande poder, à medida em que podiam tornar públicas suas ideias e controlar a expressão dos outros, no caso, das mulheres, uma vez que seriam elas a escolher os artigos que seriam publicados. Essa lógica de distribuição do poder repetia a mesma seguida pelo modelo patriarcal, no qual as mulheres vêm falando quando e sobre o que são autorizadas (PASSOS, 1999, p. 55).

No entanto, refletindo ainda sobre as tradicionais atribuições femininas nota-se que, nos cargos de Diretoria do Diretório Acadêmico Oswaldo Cruz, a presença feminina era mais frequente no cargo de tesoureira, pois, as outras funções como Diretoria, Secretariado e Redação estavam a cargo dos homens. Na Revista Acadêmica, as mulheres ainda ocupavam o cargo de secretária, reproduzindo no meio universitário as funções profissionais mais tradicionalmente associadas às mulheres e que se reportavam a trabalhos que, supostamente, exigiam mais delicadeza e atenção, pensadas como próprias do feminino. Abaixo imagens de

dois exemplares desta revista acadêmica que foi inaugurada com tantas expectativas, sofreu um período de inatividade e depois foi retomada.

Figuras 13 e 14: Capas da Revista Estudantil Farmacodonto



Capas da Revista 'Farmacodonto' do Diretório Acadêmico das Faculdades de Farmácia e Odontologia – à esquerda, a capa de 1958 e à direita, a capa de 1961.

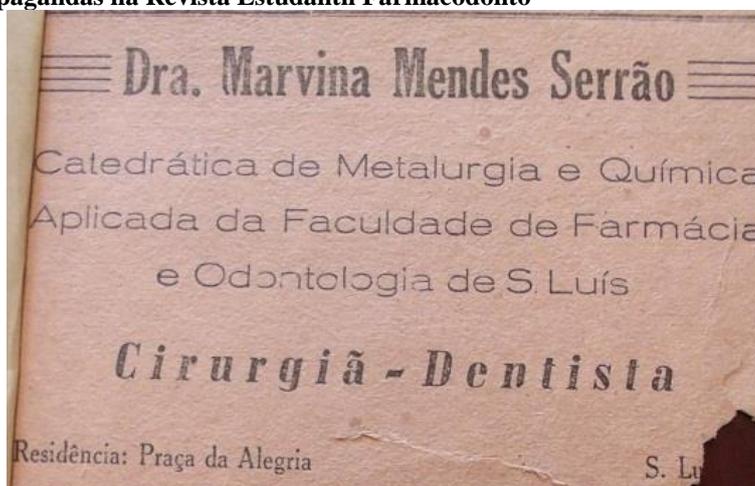
A revista surgiu com o intuito de promover a circulação das produções científicas na área de Farmácia e Odontologia, contava especialmente com as pesquisas e escritas de acadêmicos/as destes dois cursos da capital, mas também com o apoio e prestígio da escrita de professores. Na edição de 1958 o acadêmico de odontologia Artur Rêgo relata no editorial alguns dos objetivos desta iniciativa estudantil.

Faço portanto um apelo a todos os colegas para que se interessem mais por esta revista. Apresentem trabalhos, trabalhos estes que trarão sem dúvida benefícios recíprocos. Pois em nossa opinião, quem ler aprende, mas quem escreve aprende melhor. Mais do que nossos professores há razões para apresentarmos trabalhos: 1- Porque nosso interesse por publicação desta revista deve ser maior do que o daqueles; 2 – Esta é a única oportunidade que temos como estudantes, para apresentar nossas ideias com respeito a nossas profissões (REGO, 1958, p.03).

Com expedientes regulares, a revista estudantil sofreu alguns momentos de muita dificuldade para se manter, tanto por conta dos custos da produção e também por conta de não ter material científico inédito suficiente para publicação, foi então que iniciaram parcerias com outras instituições do país trocando artigos acadêmicos. Para a manutenção da revista contavam também com a publicidade de serviços da área da saúde em São Luís de laboratórios, farmácias e clínicas odontológicas.

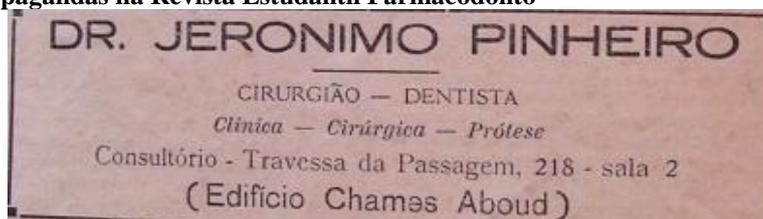
Nas propagandas veiculadas na revista Farmacodonto é possível observar que quase não há registro de atividades profissionais de mulheres e quando há são, em sua maioria, de docentes do quadro da universidade que também desenvolvem outras atividades em suas áreas profissionais, sobretudo dentista. Os endereços que estas poucas mulheres visíveis nas propagandas atendem é o residencial, mostrando dentre outros fatores que o exercício profissional feminino era mantido o mais próximo possível da família, possibilitando tanto maior permanência desta mulher no lar, como também promovendo o exercício do controle sobre as mesmas. Na publicidade masculina, os atendimentos eram, em maioria, feitos em consultórios e prédios comerciais.

Figura 15: Propagandas na Revista Estudantil Farmacodonto



Fonte: REVISTA FARMACODONTO, jul.-set. 1961, p. 11.

Figura 16: Propagandas na Revista Estudantil Farmacodonto



Fonte: REVISTA FARMACODONTO, jul.-set. 1961, p. 13.

Havia, ainda, nas edições desta revista a veiculação de informações de outros estados, congressos, concursos e publicações de acadêmicos(as) e docentes de outras universidades do país, assim como foi possível encontrar trabalhos de maranhenses (até onde tem-se registro, todos homens) em outras revistas de estudantes do país, tais como: “Revista Odontólogo”, de Belo Horizonte, “Revista Gaúcha de Odontologia” e “Ensino Odontológico no Brasil”, do Rio

de Janeiro, todas com correspondentes homens do Maranhão que escreviam nas colunas estudantis.

Nas poucas imagens que começaram a aparecer nas publicações da década de 1960, as mulheres sempre eram apresentadas como consumidoras e pacientes, a função profissional ainda era representação associada ao masculino. Como ilustra um exemplo abaixo:

Figura 17: Propaganda da Revista Estudantil Farmacodonto (1961)



Fonte: REVISTA FARMACODONTO, 1961.

Reportando-se ainda à interação de homens e mulheres nos três primeiros cursos superiores na capital, pode-se fazer um paralelo entre os rendimentos de alunos e alunas no exame vestibular do curso de Direito, onde identificam-se melhores resultados nas médias de notas das mulheres, muito embora o número de candidatas ter sido sempre bem inferior.

Quadro 10 – Média de Notas no Vestibular para o Curso de Direito

| Ano | Mulheres | Homens | Média de notas mulheres | Média de notas homens |
|------|----------|--------|-------------------------|-----------------------|
| 1946 | 2 | 11 | 8,49 | 7,39 |
| 1947 | 2 | 4 | 7,7 | 6,11 |
| 1948 | 2 | 16 | 8,85 | 6,79 |
| 1949 | 6 | 25 | 8,6 | 7,96 |
| 1950 | 4 | 15 | 6,6 | 6,05 |
| 1951 | 6 | 42 | 8,053 | 7,06 |
| 1952 | 11 | 24 | 6,09 | 5,95 |
| 1953 | 4 | 33 | 7,41 | 7,005 |
| 1954 | 5 | 19 | 6,07 | 5,02 |
| 1955 | 8 | 24 | 6,76 | 6,28 |

Fonte: Secretaria do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão.

Como aponta o quadro acima, a média de notas das mulheres no vestibular para o curso de Direito é superior, em todos os anos analisados, às notas dos homens, em contraponto o quantitativo dessas mulheres é significativamente inferior, com exceção do ano de 1952, onde o número de mulheres se eleva chegando a quase metade dos homens. Sobre a relação do desempenho de alunas e alunos no ensino superior em São Luís, dos cursos de Farmácia e Odontologia, os registros de diários e notas da própria Universidade Federal do Maranhão apresentam a seguinte comparação:

Quadro 11 – Comparativo de Desempenho de Alunos e Alunas do Curso de Farmácia e Odontologia

| Curso | Ano | Número de alunos/as | | Média de notas (valor de referência é a nota 10,0) | | Notas acima de 7,0 | |
|--------|--------|---------------------|------|--|------|--------------------|------|
| | | FEM | MASC | FEM | MASC | FEM | MASC |
| Odonto | 1º /58 | 14 | 21 | 4,75 | 5,14 | 01 | 05 |
| Odonto | 1º /58 | 07 | 09 | 5,00 | 3,75 | 01 | 00 |
| Odonto | 1º /59 | 07 | 13 | 7,3 | 7,8 | 03 | 05 |
| Odonto | 1º /59 | 07 | 13 | 5,1 | 4,1 | 00 | 00 |
| Odonto | 2º /59 | 08 | 20 | 7,4 | 6,6 | 04 | 10 |
| Odonto | 2º /59 | 08 | 20 | 9,1 | 7,3 | 07 | 15 |
| Farmác | 1º /59 | 05 | 09 | 7,5 | 5,5 | 03 | 02 |
| Farmác | 1º /59 | 05 | 09 | 6,5 | 4,5 | 02 | 03 |
| Farmác | 2º /59 | 06 | 07 | 4,8 | 4,3 | 03 | 01 |
| Farmác | 2º /59 | 06 | 07 | 5,7 | 5,8 | 02 | 01 |
| Farmác | 2º /59 | 06 | 07 | 3,5 | 2,5 | 00 | 00 |
| Odonto | 1º /61 | 16 | 16 | 3,6 | 4,1 | 00 | 00 |
| Odonto | 1º /61 | 16 | 16 | 4,6 | 4,5 | 03 | 01 |
| Odonto | 3º /61 | 04 | 10 | 7,6 | 8,6 | 04 | 07 |
| Odonto | 3º /61 | 04 | 10 | 8,6 | 8,1 | 04 | 08 |
| Odonto | 3º /61 | 04 | 10 | 5,0 | 5,2 | 01 | 04 |
| Odonto | 3º /61 | 04 | 10 | 8,1 | 7,1 | 04 | 06 |

Fonte: Acervos de Notas e Diários da Universidade Federal do Maranhão (1958-61).

Primeiramente, observa-se que a média de notas³⁷ entre homens e mulheres é muito próxima, porém, em quase todos os períodos dos anos mostrados há uma superação do desempenho acadêmico das moças, no entanto, quando busca-se nas duas últimas colunas do

³⁷ A média de notas apresentadas no quadro foi organizada a partir dos dados brutos presentes nos Diários de Registro constando nome de cada aluno(a), curso, disciplina, período e notas.

quadro quantas notas acima de sete aquela turma alcançou, percebe-se que a média masculina ainda é maior. Nestes dados a diferença de desempenho é tímida e reflete, em termos de notas, relativa paridade entre os sexos quanto às cadernetas nas disciplinas dos cursos de Farmácia e Odontologia, com isso não queremos afirmar que se tratavam de relações iguais entre homens e mulheres, mas que a presença das mulheres no meio acadêmico foi marcada por práticas atuantes e expressivo desempenho.

Em São Luís, na ausência do tradicional curso de Medicina, o mais prestigiado na área da saúde era Odontologia, pois, traria mais status, era considerado mais difícil (desde o exame de admissão), custava mais caro para a manutenção (por conta dos instrumentos que cada aluno(a) deveria ter para participar das aulas práticas e também da deficiência dos consultórios da Faculdade) e ainda promoveria maior renda após a formação. Deste modo, enquanto o curso de Farmácia era considerado mais adequado às mulheres, Odontologia atraía um público masculino expressivo, no entanto, mesmo assim as mulheres marcavam presença.

Ao mapear o grau de concorrência para os cursos superiores de universidades em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Maranhão, em 1975, Carmen Lúcia Barroso e Guiomar Mello mostram que o Maranhão é o único estado em que aparece expressiva presença de mulheres entre os/as candidatos/as, para as autoras uma possível explicação se dá porque os rapazes iam em busca de outros cursos ainda não ofertados na capital maranhense.

A elevada porcentagem do Maranhão pode surpreender à primeira vista, mas é facilmente compreensível se levarmos em conta a inexistência, naquele estado, das escolas de Engenharia, Agronomia, Administração e Veterinária, justamente aquelas nas quais a participação masculina costuma ser maior. É provável que muitos dos rapazes que desejam seguir essas carreiras dirijam-se para outras cidades, diminuindo a representação masculina no total de candidatos da Fundação Universidade do Maranhão (BARROSO, 1975, p. 60-61).

Como as mulheres não podiam viajar, para ficar longe das famílias, cursavam em seu estado de origem.

Vaitsman aponta em sua pesquisa que o ‘modelo’ de escolha de cursos superiores teve uma alteração entre as mulheres, onde o interesse se estendeu para áreas antes consideradas masculinizadas. Segundo a autora:

Apesar da tipificação de áreas femininas no ensino superior, que conduziam ainda grande parte das vezes ao magistério, agora não mais primário, mas secundário, o qual se ‘feminizou’, a participação universitária das mulheres ia se equiparando à masculina. [...] Ao aumento da participação feminina na educação seguiu-se o da força de trabalho, que praticamente dobrou em 30 anos. As mulheres foram invadindo as profissões da área técnica, até então tipicamente masculina, com maior prestígio e/ou

renda, como nas áreas de engenharia, arquitetura, medicina, economia, ensino superior, odontologia e direito, etc. (VAITSMAN, 1994, p. 67).

No Maranhão, a análise dos vários anos de matrícula, a partir desses relatórios, nos permite concluir que, a despeito das mulheres serem maioria no cancelamento das matrículas e estarem em menor número que os homens nos cursos, via de regra, a presença feminina em todos os níveis educacionais crescia ao longo do século XX, particularmente em cursos específicos como Farmácia.

Podemos utilizar alguns dados para demonstrar o desempenho de frequência e notas entre homens e mulheres nos cursos de Farmácia e Odontologia. Durante a década de 1950, o número de mulheres matriculadas no curso de Farmácia foi quase o dobro em relação aos homens e, na década de 1960, a diferença entre os sexos diminuiu, porém, a presença feminina foi de 122 para 97 masculina. Em 1958, na turma de 1º ano, a média de presença feminina foi sensivelmente superior à masculina, com cerca de 2% a mais, levando em conta a proporção de homens e mulheres matriculados, pois haviam 21 para 13, respectivamente. Neste mesmo período 03 matrículas foram canceladas, destas 01 era de mulher.

No curso de Odontologia a frequência feminina foi de 95%, enquanto a masculina foi de 78% e a média de notas das mulheres em seus desempenhos acadêmicos foi superior à masculina, embora ainda se tenha um quadro onde os homens são maioria neste curso.

Figura 18: Formandas da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão



Valdelice Consolação – graduou-se em Farmácia em 1952 e Maria Lúcia Duailibe – graduou-se em 1961.

Havia um movimento ativo de mulheres no ensino superior em São Luís e pode-se ter um exemplo disso ao observar que as mulheres eram maioria na conclusão do curso de Farmácia, sendo também maioria desde as matrículas.

Quadro 12 – Concludentes do Curso de Farmácia

| ANO | FEM | MASC | TOTAL |
|--------------------|-----|------|-------|
| 1953 | 12 | 03 | 15 |
| 1954 | 08 | 03 | 11 |
| 1952 | 08 | 04 | 12 |
| 1956 | 09 | 03 | 12 |
| 1957 | 03 | 01 | 04 |
| 1958 | 05 | 02 | 07 |
| 1959 | 09 | 05 | 14 |
| 1960 | 05 | 02 | 07 |
| 1961 | 04 | 07 | 11 |
| 1966 | 10 | 03 | 13 |
| 1969 | 12 | 07 | 19 |
| 1971 | 15 | 06 | 21 |
| 1971 ³⁸ | 12 | 03 | 15 |

Fonte: Registro de Secretaria da Faculdade de Farmácia.

Figura 19: Formandas da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Maranhão

Maria da Conceição Dias – graduou-se em Farmácia no ano de 1952 e Maria do Socorro Nóbrega – graduou-se em Odontologia em 1962.

Quadro 13 - Concludentes do Curso de Odontologia

| ANO | FEM | MASC | TOTAL |
|------|-----|------|-------|
| 1952 | 07 | 12 | 19 |
| 1958 | 04 | 06 | 10 |
| 1959 | 11 | 07 | 18 |

³⁸ Curso de Farmácia com habilitação em Bioquímica.

| | | | |
|------|----|----|----|
| 1961 | 04 | 09 | 13 |
|------|----|----|----|

Fonte: Registro de Secretaria da Faculdade de Odontologia

A dinâmica que envolvia homens e mulheres no ambiente universitário abriu espaço para diversas atuações profissionais. Na década de 1940, as mulheres já eram professoras dos cursos existentes em São Luís e, na década de 1970, já havia mulheres compondo a direção do conselho de campus (BRASIL, 1993). No curso de Odontologia uma mulher somente chegou à chefia do curso em 1970, a professora Otildes Maria Gomes de Sousa e como subchefe a professora Alina de Sousa Araújo, no departamento de Odontologia I, e Isabel Carvalho Magalhães e Benedita Leite, no departamento de Odontologia II (MARANHÃO, 1980).

Em 1944, é possível, por exemplo, identificar na composição do quadro docente de catedráticos fundadores do Curso de Farmácia que dos 12 professores que o compunham, um era uma mulher, a professora Antonia Arruda Soares que ocupava a cadeira de Farmagnósia. E, entre os catedráticos fundadores do Curso de Odontologia, na década de 1940, dos 13 professores, todos eram homens. Ainda que timidamente, ter uma mulher professora é uma expressão de abertura da profissionalização feminina também para o magistério superior, já que, no magistério primário, as mulheres já eram maioria. Esta professora do curso de Farmácia será a primeira de um universo em que a presença feminina nos anos de 1960 e 1970 já seria bem mais comum. Seguindo o ritmo de feminização, o curso de Farmácia vai documentar maior número de mulheres auxiliares de ensino e alunas monitoras. Porém, em ocasião do I Congresso Maranhense de Farmacêuticos, 1970, tem-se o registro de palestras apenas de homens, dentre estes, alguns convidados de universidades de São Paulo, as mulheres apareceram apenas na comissão de relações públicas. Isto nos aponta algumas questões importantes: um curso que é formado por expressiva participação feminina, porém tem uma aparição pública de maior prestígio masculina. Como aborda Passos:

O nível de maior prestígio na hierarquia docente era ocupado, quase que exclusivamente, pelo sexo masculino, e que as disciplinas teóricas e com maior poder de reflexão, também. Assim, sobravam às mulheres que se propusessem enveredar pelo ensino superior, as disciplinas práticas e as ocupações de menor prestígio e menor retorno econômico (PASSOS, 1999, p. 49).

Ainda no curso de Farmácia, já na década de 1970, o curso possuía três departamentos docentes com a seguinte configuração: no primeiro, tem-se metade do corpo docente formado por homens e a outra metade por mulheres; em relação à representação estudantil, apresentava-se uma aluna como representante, mas, na diretoria dos departamentos, apenas a secretária era

mulher, sendo os diretores todos professores. No segundo departamento, dos cinco docentes, três eram mulheres sendo uma delas chefe de departamento e o mesmo se repete no terceiro departamento. No relatório anual da diretoria da faculdade de Farmácia da Universidade do Maranhão, em 1972 (MARANHÃO, 1972), o registro de atividades acadêmicas como apresentação de trabalhos, publicações, cursos promovidos, conferências e palestras, a quase totalidade das participações é masculina, ainda que o número de mulheres seja equiparado e mesmo superior ao de homens, observa-se que a atuação pública e de divulgação de produção acadêmica nestes cursos era ainda mais marcado pela atuação masculina, porém, identificar a presença destas mulheres já é um importante passo na história da educação.

Já se consagrava, desde fins do século XIX, que uma das profissões consideradas mais ‘apropriadas’ às mulheres era a do magistério, sobretudo o das séries iniciais, por diversos fatores já elencados aqui. No entanto, o magistério superior estava mais associado aos homens por envolver o regime de cátedras, pesquisa e ser considerado algo de maior prestígio, assim às mulheres que se lançavam para a docência no ensino superior havia um desafio social a ser vencido.

Tradicionalmente exercido por mulheres de classe média, condizente com a natureza feminina, o magistério primário não desafiava o desempenho dos papéis domésticos. Pelo contrário, ratificava-os, reproduzindo as funções maternas fora de casa, mas ainda num espaço de socialização de crianças. Além disso, não exigia um horário de tempo integral, proporcionando ao mesmo tempo férias que eram longas e coincidiam com as férias dos próprios filhos. Contudo, um número cada vez maior de adolescentes pós-50 recusavam este caminho, diante das possibilidades abertas pelas mudanças na estrutura educacional e ocupacional (VAITSMAN, 1994, p. 93).

No entanto, outros níveis de exercício do magistério primário já não se configuravam como os únicos às mulheres. A docência superior apareceu como uma alternativa com maior rentabilidade e, ainda, possibilidade de adequação de horários, mostrando-se como uma carreira que não levantava quaisquer suspeitas para a moral daquelas que as seguiam.

Documentos de registro de funcionários, atas e organização docentes da Faculdade de Farmácia e Odontologia evidenciam que, nas décadas de 1950-60, todos os cargos de diretor dos cursos foram ocupados por homens, nos dois cursos, a exemplo de Barcelar Portela, diretor do curso de Farmácia em fins de 1950, substituindo, temporariamente, Salomão Fiquene, que foi Diretor do Curso de Farmácia de 1948 até 1970, excetuando-se o período que teve que se afastar. O curso de Odontologia contou com Jerônimo Pinheiro, diretor ao longo da década de 1970, mas, o cargo de secretária era composto por mulher, Carmen de Moraes Rego que ficou no cargo de 1948 até fins da década de 1970, quando se aposentou.

Vários fatores levaram as mulheres a ingressarem com mais frequência no ensino superior, desde a necessidade de ampliar a renda familiar, por conta da nova estrutura econômica nacional, até a exponencial demonstração pública de que uma senhora dona de casa não poderia mais se apresentar com uma educação limitada. Houve assim, um processo de combinação entre possibilitar a educação feminina de forma a substituir-lhe o dote material pelo simbólico e, dessa forma, promover um acesso ao ensino e dando novas características para as desigualdades que já estavam estabelecidas sobre as mulheres.

Por mais que esta abertura para a educação não signifique maior autonomia ou libertação da mulher, pois, como defende Susan Besse (1999), houve uma modernização da sociedade, da educação e profissionalização sem que houvesse igualdade, o que se deve observar é o que as mulheres, em seu cotidiano, suas experiências e especificidades aproveitaram e usaram ativamente da instrução, maior circulação no meio urbano, profissionalização e outras vivências dentro do processo de modernização da sociedade, onde se tornaram protagonistas de suas próprias histórias.

Alguns dados a mais sobre as Faculdades no Maranhão apresentam que, no ano de 1948, a colação de grau das faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia teve um número de formandos muito próximo entre os sexos: na faculdade de Direito formaram-se três mulheres e quatro homens; em Farmácia eram duas mulheres e três homens; e, em Odontologia, eram três mulheres e número igual de homens formandos. É possível identificar, desta forma, a relevância da presença feminina no ensino superior (O COMBATE, 18 dez. 1948, p. 4).

Mas, também se percebe que esta educação formal não foi como um presente concedido às mulheres do século XX e sim resultado de longos processos de conquistas, lutas travadas no âmbito público e sobretudo no espaço privado. Muitas mulheres ingressaram no ensino superior e aproveitaram aquele espaço de poder e disciplina para alcançarem o maior número de experiências possíveis, ainda que com algumas limitações sociais impostas. Com isso, não afirmamos que as mulheres presentes nos cursos de ensino superior, no Maranhão, tinham um projeto emancipatório articulado, pois faltariam elementos para tal afirmação, mas expressamos que a modernização dos quadros educacionais locais, foi espaço também para projeção feminina em espaços públicos no ensino superior e a veiculação midiática (jornais, revistas, propagandas). Exemplo dessa visibilidade se deu quando as mulheres eram identificadas como graduandas e concludentes em diversas áreas dos cursos superior no estado, ou mesmo, como componentes cada vez mais expressivas na vivência acadêmica. Alguns com tom de crítica e disciplinarização dos corpos, como mostra o trecho a seguir:

Há em nossos dias uma verdadeira febre de ‘intelectualidade’ entre as mocinhas que frequentam as Universidades de todo mundo. [...] Em S. Luís, esse fato apresenta menores proporções mas já sentimos muitos casos de jovencinhas intelectualizadas, principalmente no ambiente universitário, lutando lado a lado com os rapazes pelos direitos da classe e disputando com eles os lugares de destaque no campo intelectual. Há pouco, com a realização do Congresso Universitário que culminou com as eleições para a diretoria da UME, tive ocasião de observar a participação ativa do elemento feminino na elaboração, organização, andamento do Congresso e na própria campanha política (CLÁUDIA..., 6 out. 1957, p. 3).

Apropriar-se de um ambiente de poder e vigilância como as instituições educacionais, para projeções coletivas e individuais no ensino superior foi uma das armas utilizadas por mulheres maranhenses que, diante de uma perspectiva ainda patriarcal³⁹, demonstravam suas habilidades em comissões, redações de periódicos, obtendo maior frequência nos cursos, maiores notas, exercendo atividades como monitorias, auxiliares de ensino e mesmo docência superior. Ainda que muitas dessas personagens da história educacional maranhense tenham se tornado mães e esposas após a conclusão de seu curso superior, não exercendo as profissões em que se formaram, a presença e atuação de tais mulheres não podem ser ignoradas em instituições criadas por homens e para homens, fruto de políticas educacionais que dificilmente privilegiaram as mulheres.

Apesar de serem a maioria na faculdade, as mulheres (alunas) participavam das atividades, mas não ocupavam os postos de mando e de poder de decisão; preenchiam as plateias como ouvintes e quase nunca como conferencistas ou oradoras; elaboravam artigos que eram divulgados na revista da faculdade, porém versando sobre temas artísticos ou culturais, e raramente discutindo ou colocando seu ponto de vista sobre questões sociais ou políticas (PASSOS, 1999, p. 138-139).

A dinâmica da atuação das mulheres no ensino superior foi marcada por duas perspectivas antagônicas: a primeira se dá ao analisar que alguns papéis ainda eram quase que exclusivos dos rapazes, como lideranças em centros acadêmicos, revistas estudantis, escrita universitária e representação em cargos e funções institucionais, de forma geral; por outro lado, percebe-se que a interação feminina nas faculdades aponta que grande número de mulheres eram atuantes em seus cursos onde desempenhavam atividades de extensão e de pesquisa, participavam de congressos com apresentação de trabalhos e tinham ótimo desempenho de notas, como, mostram as pessoas entrevistadas para este trabalho.

³⁹ É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade. O patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, marcados pela dominação e violência.

Capítulo 04 - “AQUELA FOTO EM QUE APAREÇO DE DOUTORA”: trajetórias de mulheres que cursaram Direito, Farmácia e Odontologia na Universidade Federal do Maranhão

O quarto capítulo destaca as entrevistas feitas com cinco mulheres que realizaram um dos três cursos de graduação desta pesquisa (Direito, Farmácia e Odontologia). Como vários trechos de suas falas foram muito relevantes, destacamos algumas frases das entrevistadas no título e subtítulos deste capítulo para destacar as percepções destas mulheres acerca de si mesmas e suas histórias, estando entre aspas a frase referente às entrevistas.

Constantemente afeiçoada ao passado, desejosa de sua permanência e disposta a resgatá-lo, a memória não reside exclusivamente nos textos. O encontro dos vestígios que permitem sua recuperação pode ocorrer em outros lugares, segundo outras matrizes que não as textuais (PINTO, 1998, p. 207).

Partindo do pressuposto de que o historiador é como um produtor de memórias, destaca-se, aqui, a importância das personagens que se mostram para o ver e ouvir detalhado de outrem. No momento de uma entrevista, têm-se duas pessoas, que, em geral, não se conhecem, fazendo um ritual de conhecimento mútuo: uma que abre sua casa (ou outro espaço de sua intimidade), sua voz, sua memória e sua vida para alguém com objetivos específicos e outra que busca respostas para anseios acerca de algum acontecimento histórico e se põe na condição não apenas de ouvinte, mas também de interlocutor.

A relação entrevistador x entrevistado contempla um processo de múltiplas trocas, olhares e risos, é a história sendo feita, falada e ouvida. Assim, a história oral, por meio de narrativas produzidas e estimuladas, compartilha mais do que histórias factuais, mas também a intimidade e o registro de depoimento sobre essa história vivida.

A memória é um importante recurso para a História, pois, evoca situações e vivências que, de outra forma, muito provavelmente, não seriam ouvidas e lidas, pessoas que nem sequer seriam registradas pela História ou só entrariam nos escritos históricos como dados estatísticos e números. Pela História Oral tais pessoas ditas ‘comuns’ puderam/podem mostrar um pouco do que vivenciaram. Porém, esta situação de o(a) entrevistado(a) desnudar uma face daquilo que se pretende mostrar para o(a) entrevistador(a), se formula numa relação complexa e dialética entre aquilo que é questionado e o desejo de lembrar e/ou falar a outrem. A memória é motivada e modificada por diversas formas e ao longo da vida.

História, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre, por exemplo, de lembranças de família, músicas, filmes, tradições, histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para a transmissão de experiência consolidadas ao longo de diferentes temporalidades (DELGADO, 2010, p. 17).

As entrevistas entrelaçam símbolos e mitos como informação e, em algumas das conversas registradas para este trabalho, foi possível identificar desde a satisfação de participar de uma entrevista/projeto, o que resultou na abertura de muitas informações por parte do interlocutor até aquela pessoa onde pôde-se notar menor interação, com participação mais tímida e resumida, com omissão de detalhes e muitas respostas mais generalizadas.

Esse movimento na História Oral em muito se dá porque, como destaca Alessandro Portelli (1997), ouvir não é um processo passivo, mas flexível em que a condução da entrevista deve estar aberta para incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer.

Na busca por compreender melhor algumas trajetórias de mulheres e homens pelo ensino superior, em São Luís/MA, lancei mão também da história oral percebendo sua contribuição acerca das experiências e processos vividos pelas entrevistadas dentro da problemática da formação acadêmica e profissionalização, destacando aspectos da infância, família, casamento, exercício profissional e relações sociais diversas. No entanto, apesar dos objetivos das entrevistas estarem claros, o ato de entrevistar levanta questões muito sutis de observação, de saber ouvir e ler as circunstâncias em que fala o(a) entrevistado(a), levando em consideração que a entrevista perpassa diretamente pelo ato de lembrar, evocando a memória que, por sua vez, também é relacional e dinâmica, pois, como define Portelli, a memória não é apenas um depósito de dados.

Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados (PORTELLI, 1997, p. 16).

A memória opera com funções psíquicas que permitem atualizar informações passadas ou tidas como passadas, isto é, ela se opera nas representações e só existe na medida em que a organização, da fala e escrita, os mantêm e os reconstitui como extensão para armazenar a história (LE GOF, 1994). Assim, a memória só retém o essencial, nunca o total, pois, como aborda Marina Maluf: “[...] a relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo

lugar social e pela imaginação daquele que lembra. Nada é esquecido ou lembrado no trabalho de recriação do passado que não diga respeito a uma necessidade presente daquele que registra” (MALUF, 1995, p. 31).

É sobre o que “se guarda na memória ou imagem lembrada do passado” que Alistair Thomson identifica a reminiscência, onde o(a) pesquisador(a) leva em consideração também as distorções da memória como uma forma de recurso, pois tais distorções fazem parte dos ajustes seletivos para atender ao presente.

As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser, afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, a medida em que o tempo passa e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes (THOMSON, 1997, p. 57).

Voltando à relação entrevistador x entrevistado, entende-se que existe uma mútua interferência, porém, não acontece exatamente um diálogo tendo em vista o poder que o entrevistador exerce sobre quem é entrevistado, é como destaca o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira:

No ato de ouvir o ‘informante’, o etnólogo exerce um poder extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível [...] Esse poder, subjacente às relações humanas –que autores como Foucault jamais se cansaram de denunciar -, já na relação pesquisador/informante desempenhará uma função profundamente empobrecedora (OLIVEIRA, 2006, p. 23).

Assim, as múltiplas relações que podem permear o campo de uma entrevista acabam culminando em mais uma relação de força que é o ato de escrever, como destaca Roberto Oliveira. Dentro de um gabinete, após a vivência da experiência do contato com o outro e das influências do meio acadêmico, o momento da escrita é marcado pelas interações que o(a) pesquisador(a) realiza com seus pares, mais uma vez o(a) autor(a) tem uma autonomia sobre a conversão dos dados observados e discursos veiculados de sua experiência com a pesquisa.

No caso do trabalho levantado aqui, o objetivo principal das entrevistas é identificar nas entrevistas, se, e como a passagem pela universidade acarretou impactos para mulheres, identificando as relações de poder existentes no universo acadêmico mas também em toda a trajetória de vida. O caminho principal das entrevistas são as experiências voltadas com a educação e instrução formal, sobretudo o ensino superior, todavia também interessam as

diversas relações sociais que tais mulheres nutriram ao longo de suas vidas e que culminaram em relações sexistas, violentas e desafiadoras. Este trabalho implica também em observar como os discursos destas mulheres foram organizados e produzidos, pois esta formulação discursiva também nos informa sobre suas vivências e o olhar sobre si.

No processo de rememoração autobiográfica opera-se uma transformação interna do indivíduo: o 'eu' do passado não é o mesmo 'eu' que se apresenta no momento da escrita. O esforço de reordenação das imagens passadas é condicionado pelo presente de quem se lembra. Isto significa a construção de uma outra unidade para o conjunto diverso das imagens passadas; em outras palavras, é a elaboração de um novo ponto de vista ou perspectiva em relação ao passado, que reconstrói a vivência primeira e todavia não coincide com ela. Dessa forma o sujeito que se mostra ao leitor é antes o sujeito do presente e não o que é contado por ele próprio (MALUF, 1995, p. 31).

Como define Maluf a operação discursiva do passado está sempre fundada no sujeito do presente, e como também já citamos acima, a memória não é total e sua seleção relaciona-se com aquilo que a pessoa consegue lidar no presente.

[...] como uma pessoa percebe ou concebe um evento varia segundo como 'ela' é culturalmente construída: a miríade de maneiras imprevisíveis em que tais construções podem se configurar no fluxo de sua psique; e, invariavelmente, em relação ao repertório político dos discursos culturais à sua disposição (BRAH, 2006, p. 362).

Para tanto, entendemos que se trata de um método qualitativo de pesquisa. Por meio da entrevista se persegue dupla estratégia: o autoconhecimento, ligado ao saber ser e o conhecimento amplo ligado ao saber, pois, a vida individual e social é uma construção em organização permanente e o ato de contar-se é fruto de olhar para si e identificar momentos de mudanças, transições e permanências.

No caso das mulheres, a importância de ouvi-las, por meio do relato oral, reflete-se no fato de que, raramente, as vozes que ecoam sobre as mulheres são delas próprias, pois estão quase sempre balizadas pela fala masculina que as qualifica por meio dos seus referenciais.

Por seu caráter interpessoal, as narrativas de história de vida também refletem a construção dinâmica do narrador com os processos sociais estruturais, sobretudo ao incluir investimento emocional do narrador, uma vez que “a experiência subjectiva nunca é exclusivamente individual: ela traduz também uma experiência comum, chamemos-lhe social ou colectiva” (BRANDÃO, 2007, p. 86). Durante uma entrevista o narrador lança mão de uma verdade subjetiva produzida no contexto social e também particular, é onde o sujeito organiza e atribui sentido à sua experiência.

Em suma, perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o habitus primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida (MONTAGNER, 2007, p. 257).

Os eventos biográficos não seguem uma linearidade que ligue e dê sentido a todos os acontecimentos narrados por uma pessoa, não se relacionam em um todo coerente e coeso. Esta construção é realizada, a posteriori, pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral, sendo que para atenuar os efeitos da violência simbólica, possível na relação entre entrevistador(a)-entrevistado(a), deve-se manter uma relação de escuta ativa com o entrevistado.

A metodologia de utilizar-se das trajetórias de vida contempla a riqueza de informações e relações que muito provavelmente não poderiam ser obtidas como em outras formas de pesquisa. Permite-nos sair exclusivamente dos números e da trajetória de formação das instituições acadêmicas e adentrar na experiência das mulheres que frequentaram esses cursos e instituições. Suas escolhas, receios, perspectivas e vivências.

A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual (DEL PRIORE, 2009, p. 9).

Neste sentido, a biografia representativa encaminha para compreender o indivíduo naquilo que tem de singular, mas, por sintetizar várias vidas, enfim, por servir de passagens para marcos mais amplos, o que leva historiadores(as) a perceber que uma história de vida não caberia mais numa escrita de perspectiva fixa, unitária e coerente. “Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos. Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade” (AVELAR, 2010, p. 162).

Para Bourdieu (1996), a contradição da biografia está justamente em supor, na escrita, que a vida é um todo coerente e orientado, quando o enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea. A própria fala do entrevistado remonta um discurso coeso ao buscar uma ideia de projeto de vida original quando, por exemplo, usa expressões como ‘desde sempre’, ‘desde então’, ‘desde pequeno’ que, para o autor, são evocados tanto por quem narra quanto por quem interroga.

Desta feita a dialética do dizível em uma entrevista já se opera desde o primeiro contato entre as partes envolvidas. Das cinco mulheres ouvidas, três foram resultados de indicações de alguém conhecido, uma foi indicação de um funcionário da Universidade Federal do Maranhão que respondeu a um apelo pessoal para auxílio na pesquisa e a última entrevistada foi resultado de uma solicitação feita em seu ambiente de trabalho. Ao contatá-las não houve empecilhos ou negações para realização das entrevistas, mas, cada uma abriu seu espaço e sua memória de forma muito específica.

O trabalho de entrevista foi realizado com cinco mulheres que contribuíram de forma vital para análise desta pesquisa, todas compreendendo suas graduações nos três cursos estudados e nos períodos entre as décadas de 1950 a 1970. Abaixo, um quadro que oferece um panorama de informações relevantes acerca de nossas entrevistas.

Quadro 14 – Relação das mulheres entrevistadas⁴⁰

| NOME | IDADE | NATURALIDADE | CURSO DE GRADUAÇÃO | PERÍODO DA GRADUAÇÃO | ONDE TRABALHA |
|-----------------|-------|--------------|--------------------|----------------------|--|
| Rubénice | 62 | Morros/MA | Odontologia | 1973-1976 | Universidade Federal do Maranhão - docente |
| Suely | 65 | São Luís/MA | Farmácia | 1969-1971 | Secretaria Estadual de Educação – docente aposentada. Hospital Materno-infantil – farmacêutica aposentada. |
| Geusa | 70 | Viana/MA | Farmácia | 1970-1974 | Universidade Federal do Maranhão - docente |
| Maria das Dores | 87 | Bacabal/MA | Odontologia | 1954-1957 | Universidade Federal do |

⁴⁰ Os nomes das entrevistadas são reais e as mesmas autorizaram, por meio de termo de autorização expressamente assinado, o uso de seus nomes no trabalho.

| | | | | | |
|---------|----|-------------|---------|-----------|--|
| | | | | | Maranhão – docente aposentada |
| Anildes | 70 | São Luís/MA | Direito | 1965-1970 | Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão - desembargadora |

A primeira entrevistada foi Rubenice Amaral, em maio de 2014, após dois contatos iniciais presenciais e outras informações veiculadas via e-mail, conseguimos conversar. Apesar da muita simpatia e suposta compreensão da importância de seu relato para a pesquisa, Rubenice não se mostrou muito aberta ao papel de interlocutora, onde nos chamou a atenção que: primeiro, ela solicitou uma leitura prévia das questões a serem feitas, isso já demonstrou cuidado tanto com o que seria perguntado, como com as possíveis formulações de respostas; quando questionada sobre o melhor local para fazer a entrevista, a mesma escolheu seu ambiente de trabalho, fechando possibilidades para uma relação mais pessoal, sendo que a segunda conversa com ela também ocorreu em seu trabalho, em um breve horário de intervalo, nas dependências do prédio de Odontologia da Universidade Federal do Maranhão, onde ainda é docente. Uma mulher de fala bem organizada e compassada, muito observadora dos meus atos e da forma com as perguntas eram conduzidas, voz firme e palavras detalhadamente escolhidas, usou muito sua referência cristã para responder as questões e ficou muito intrigada quando questionada sobre matrimônio, achou a pergunta muito íntima e se recusou a respondê-la.

A segunda entrevistada foi Suely Cantanhede, nosso contato se deu a partir de uma amiga que, sabendo da pesquisa e objetivos da mesma, lembrou que seu pai e a mãe de outra amiga, tinham cursado Farmácia em fins da década de 1960 e início de 1970. Suely aceitou a entrevista com prontidão e após o contato inicial, fui recepcionada em sua casa de forma muito cortês, mas, ainda tímida. Essa timidez foi demonstrada durante toda a conversa com expressões e voz muito baixa, ela demonstrou plena satisfação no início da entrevista, mesmo a primeira entrevista tendo durado pouco mais de uma hora e tendo sido recebida em sua própria residência. Sua filha mais velha fez aparições constantes no ambiente, demonstrando cuidado com a mãe, o que também pode ter contribuído para seu desconforto já no final da entrevista. Nosso primeiro encontro se deu em junho de 2014.

Na sequência, outra entrevistada foi Geusa Felipa, também do curso de Farmácia, que cursou no início da década de 1970 e foi indicada por uma pessoa amiga. Geusa cedeu sua entrevista, em setembro de 2014, abrindo as portas de sua residência e me recebendo num local

de grande intimidade na casa, a sala de jantar, essa informação simbólica casou bem com o tipo de entrevista cedida por ela, muito intimista e muito falante, quase não foi preciso fazer perguntas, pois ela acabou desenvolvendo uma fala muito extensa elaborando longos discursos sobre sua vida e sem dar muito espaço para questionamentos, que foram feitos posteriormente, a fim de esclarecer alguns pontos da sua fala. Mulher de fala bem meiga, tão meiga que chega a falhar em momentos de maior emoção, sua entrevista foi marcada por leves batidas que dava na mesa toda vez que se referia a alguma memória que me parecia emocioná-la. Apresentou também um álbum contendo diversas fotos de sua experiência na universidade, congressos, viagens, participação em projetos e também da formatura.

E a quarta entrevistada foi Maria das Dores Pinheiro, a mais velha de todas e um grande desafio, pois ela tem uma forma muito sutil de conduzir o assunto que desejava lembrar ou esquecer, conduzindo os assuntos de suas respostas para pontos muitas vezes distante daquilo que foi perguntado. Nosso contato inicial se deu por intermédio de uma pessoa conhecida em comum, assim que soube da possibilidade da entrevista ela prontamente aceitou, realizando-a em julho de 2015. Quando se referiu à infância e alguns temas, mesmo da vida estudantil, ela foi um pouco superficial e buscou palavras chaves para qualificar estas experiências. Seu estilo de narrativa foi mais conciso e na tentativa de que contasse mais de sua memória, muitas perguntas foram feitas para além das pertencentes ao questionário previamente levado. Também fui recebida em sua casa, mais precisamente na sala, demonstrando preocupação com a entrevista, separando uma série de materiais de sua vida acadêmica e profissional para me apresentar, inclusive uma imagem que pareceu lhe dar muito orgulho, seu único registro fotográfico com a beca de colação de grau ou “foto vestida de doutora”, como ela se referiu. Durante quase toda a entrevista fomos acompanhadas por sua neta adolescente que ouvia a tudo com picos entre curiosidade e desatenção.

A última entrevistada foi Anildes de Jesus, nascida em 14 de janeiro de 1947, natural de São Luís - MA e cursou bacharelado em Direito, entre os anos de 1965-1970. Nosso contato com a entrevistada ocorreu por meio de uma averiguação ao site do Tribunal de Justiça do Maranhão e a constatação de uma lista prévia de algumas mulheres que se enquadravam em nosso perfil. Fiz contato por meio da assessoria de comunicação da corregedoria e prontamente fui recebida em dois encontros. Ainda na ativa ela ocupa o cargo de corregedora do estado e, apesar de ter um ofício tão cercado de pessoas que buscam “protegê-la”, por conta da relevância de seu trabalho no Tribunal de Justiça do Maranhão, ela recebeu a proposta da entrevista com muito entusiasmo.

A entrevista se deu em seu gabinete e na presença de uma juíza auxiliar que estava lá para, segundo a mesma, dar “suporte à entrevistada”, esta juíza ainda fez duas inferências na fala de Anildes, a primeira provocando até uma mudança na linha de pensamento que a entrevistada estava seguindo. A presença desta juíza marca simbolicamente uma forma de controle e possibilidade de intervenção dela na fala da desembargadora Anildes, fato este que se confirmou em meio à entrevista. Assim, a entrevista transcorreu no mês de novembro de 2016 e, mesmo com compreensão de Anildes acerca da temática ela demonstrou desconforto com o equipamento de gravação, mas permitiu que a conversa fosse gravada e acredito até que não tenha lembrado do equipamento na maior parte do tempo. Esta foi a única entrevistada que cursou Direito, teve grande dificuldade em encontrar alguém no perfil temporal da pesquisa que estivesse disposta a falar.

São cinco mulheres que, por meio do testemunho oral, também interessam à história por terem vivenciado a experiência no ensino superior, entre fins da década de 1950 e início de 1970, por terem vivenciado os desafios da instrução formalizada em meio às dificuldades econômicas, local de origem e relações de gênero.

Precisa-se, ainda, de atenção para como a noção de necessidade em um grupo são construídas e representadas em variados discursos.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como ‘mulheres da classe trabalhadora’, ‘mulheres camponesas’ ou ‘mulheres imigrantes’. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (BRAH, 2006, p. 341).

Destarte, deve-se observar que apesar de estarem, aparentemente, sobre as mesmas condições de grupo não se deve impor uma homogeneidade pelo fato de se tratar de mulheres, pois, ainda assim, constituem um grupo culturalmente diverso. Não é só pelo fato de serem mulheres que elas foram submetidas às mesmas formas de relacionamento na família, educação e experiência profissional ou subjugadas às mesmas situações de poder, relações sociais e de gênero e, portanto, a leitura pública que fazem o seu universo conter importância individualizada.

4.1. “Éramos uma família grande, muito alegre e feliz”

As origens das mulheres entrevistadas dizem algo sobre suas escolhas pessoais e profissionais? Ajudam a constituir suas identidades e as formas como se veem? Carregam marcas fixas ou mutáveis do tipo de sujeitos que se apresentam em suas falas?

A primeira parte da análise das entrevistas centra-se na observação de como relataram suas famílias, as experiências nos primeiros níveis de ensino e as pessoas que influenciaram os estudos e deixaram marcas em suas lembranças. Tratou-se também das formas como elas elaboraram discursos acerca de si mesmas e seu panorama familiar na infância. Assim, ao dedicarmos atenção para esse momento inicial de instrução e de família, também dedicamos espaço para a percepção das identidades e sujeitos.

Entende-se que as formas de ler os sujeitos atravessam diversas abordagens. Desde a perspectiva iluminista ao enfatizar uma visão de unidade e centralidade, consistindo na compreensão de que este permanecia imutável com uma identidade que era individualista, até a noção do sujeito sob a perspectiva sociológica, onde houve uma compreensão de que o meio, os valores e símbolos nos quais as pessoas estavam envolvidas diziam muito sobre a composição de sua identidade, a concepção interativa e onde fatores variáveis já eram considerados. No entanto, é com a noção da pós-modernidade que o sujeito é entendido em constante movimento e fragmentos de muitas identidades.

O sujeito, que anteriormente tinha experiência de uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto, não de uma, mas de muitas identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas (HALL, 2004, p. 11).

O processo de identificação cultural, sob o prisma da pós-modernidade, se tornou mais aberto e variável, onde o sujeito, com sua identidade e história, é visto como uma colcha de retalhos que ganha coerência na composição discursiva.

Ela é histórica, não biologicamente definida. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não são unificadas em torno de um ‘self’ coerente. Dentro de nós coexistem identidades contraditórias, pressionando em direções diversas, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente mudadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada do nascimento à morte, é somente porque construímos uma história confortante ou uma ‘narrativa do self’ sobre nós mesmos (ORTNER, 2007, p. 12).

Ao elaborar uma narrativa que faça sentido, e satisfaça seus próprios anseios na composição da identidade, destaca-se as relações de poder que envolvem a agência.

Por outro lado, o agente está sempre enredado em relações de poder, de desigualdade, de competição e assim por diante. Sem ignorar as relações de solidariedade, a onipresença do poder e da desigualdade na vida social é central para a própria definição de jogos sérios (ORTNER, 2007, p. 47).

Para as mulheres que foram historicamente representadas nos escritos históricos e literários, o que se observa é que tal literatura aponta uma renúncia à agência, mas tais mulheres foram protagonistas de suas histórias, e ao desafiar suas condições sociais, seus “destinos” à uma escolarização limitada e a possivelmente não exercerem uma profissão, tem-se claros exemplos de agência.

Em uma modalidade, a agência está estreitamente relacionada com ideias de poder, incluindo tanto dominação como resistência; um outra, está estreitamente relacionada com ideias de intenção, com projetos de pessoas (culturalmente constituídas) no mundo e com sua habilidade de inicia-los e de realiza-los (ORTNER, 2007, p. 64).

Mesmo quem está na posição de, historicamente, não ser um agente existem as formas de resistência e uma delas está no ato de falar, de posicionar-se, de contar sobre e si e sobre outros por meio do ponto de vista de quem sofre a ação, e não apenas por meio das elaborações discursivas hegemônicas, embora tenhamos noção das influências existentes.

As pessoas em posições de poder ‘têm’ – legitimamente ou não - o que poderia ser considerado ‘muita agência’, mas também os dominados sempre têm certa capacidade, às vezes muito significativa, de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam. Portanto, a resistência também é uma forma de ‘agência de poder’ (ORTNER, 2007, p. 64).

Levando em consideração as múltiplas composições que caracterizam os sujeitos e as relações de poder e resistência, nas práticas e nos discursos, é que este trabalho busca ouvir, dialogar e analisar as elaborações discursivas de cinco mulheres acerca de si mesmas, de seus familiares, com ênfase para suas trajetórias estudantis e acadêmicas.

Ao serem questionadas sobre sua infância, as cinco entrevistadas seguiram um caminho de narrativas muito próximo mostrando com veemência uma imagética tranquila de suas experiências familiares e destacando a sensação de prazer, paz e segurança que sentiam em suas localidades de origem. Quatro delas se deslocaram de cidades do interior do estado para a capital, mas, descrevem que por lá é que viveram seus melhores tempos.

Essa imagem do núcleo familiar na infância esteve nas cinco falas muito associada à figuração de tranquilidade e felicidade e pode estar associada à busca de uma identidade e reforço da noção de origem, afinal a saída da terra natal para estudar, como quase todas fizeram,

promoveu uma ruptura com a experiência inicial de família, escola, socialização e talvez a distância desse passado e da cidade de vivência faça com que pareça algo mais moldado por uma imagem estanque de benevolências e positivities associadas.

Para Maluf (1995), os caminhos da narrativa são basicamente definidos por dois eixos, a narrativa centrada no 'eu', onde memória é centrada no narrador em primeira pessoa e seu ponto de vista mergulha nos acontecimentos, com a fala mais de si e menos das circunstâncias. E a segunda forma é o narrador coadjuvante em que o foco narrativo é de caráter menos confessional. Para as duas formas de posicionar-se na narrativa, destaca que a família ou núcleo doméstico é sempre um ponto de vista valioso para se constituir experiências passadas, pois “é a moldura onde se desenham as primeiras lembranças pessoais - as impressões de mais larga duração – de onde brota o sentimento de origem” (MALUF, 1995, p. 49) e denotando um tempo sem margem.

Sobre as imagens, a partir da vivência com a terra natal e todo despertar que ela proporciona, destaca-se Gaston Bachelard, ao observar o humano em sua tendência pelas ideias e pelas imagens, onde existe um caráter criativo. Na obra “A água e os sonhos”, Bachelard destaca que o indivíduo é a soma de suas impressões singulares mais do que as impressões gerais, e que o familiar proporciona símbolos raros e peculiares. Ele cita sua própria relação com sua terra natal, ao lembrar de todas as sensações que um pequeno vale e água corrente são capazes de lhe proporcionar.

Mas a terra natal é menos uma extensão que uma matéria; é um granito ou uma terra, um vento ou uma seca, uma água ou uma luz. É nela que materializamos os nossos devaneios; é por ela que nosso sonho adquire sua exata substância [...]. Sonhando perto do rio, consagrei minha imaginação à água, à água verde e clara, à água que enverdece os prados. Não posso sentar perto de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever a minha ventura...Não é preciso que seja o riacho da nossa casa, a água da nossa casa. A água anônima sabe todos os segredos. A mesma lembrança aí de todas as fontes (BACHELARD, 1997, p. 09).

Dessa forma, ele destaca o poder que a experiência do passado tem em constantes sensações quando evocadas, no caso citado por ele, pela água. As entrevistadas também despontam com toda uma formação de imagens aquilo que vivenciaram em suas infâncias.

O mesmo contexto pode produzir várias 'histórias' coletivas diferentes, diferenciando e ligando biografias através de especificidades contingentes (BRAH, 2006, p. 362).

Para Geusa, a sua infância é lembrada por uma casa cheia de irmãos/(ãs) e sobrinhos(as) (pois quando nasceu, sua irmã mais velha tinha 18 anos e já era casada) e também cercada pelas

dificuldades financeiras. Ela aponta lembranças de uma família feliz e cheia de humor, quando diz: “Éramos uma família grande, muito alegre e feliz”, não entrando em detalhes sobre a dinâmica familiar para conciliar tantos interesses divergentes em uma casa cheia e também, apesar de apenas o pai ser o mantenedor da família, ela não cita exemplos de privações financeiras severas que tenha passado na infância.

Os discursos em torno da infância são, em geral, romantizados, como fez Rubenice ao destacar o relato de uma típica vida de interior, com sítio, árvores frutíferas e frondosas e um rio, maximizando a importância desses elementos na sua experiência. Em sua fala, ela basicamente não é específica ou rica em detalhes, destacando os aspectos mais pessoais de sua vida de forma muito geral, talvez isso tenha relação com o fato de não termos qualquer pessoa em comum, foi a única entrevistada que não foi indicada por alguém conhecido.

Acerca dos aspectos gerais da infância, a entrevista de Maria das Dores teve como marca a generalização das respostas, quando questionada sobre sua infância ela resume com palavras como “maravilhosa”, “boa”, “foi aquela coisa boa” e acabou por não aprofundar aspectos peculiares de sua vivência, também usa a compreensão social dos estereótipos de ser criada por avó sem dar maiores explicações, como se a definição de ser criada pela avó fosse auto explicativa e bastasse para que entendesse que categoria de criança ela foi e a infância que teve.

Seguindo uma linha de depoimento muito próxima à das entrevistadas anteriores, Anildes descreve sua infância com a frequência de duas palavras: “feliz e tranquila”. Filha de pai oficial de justiça e mãe professora, somando uma família de dez irmãos, que moravam ainda na casa da avó em São Luís, ela também lembra dos momentos de dificuldades financeiras vivenciados em casa, sobretudo por que a mãe abandonou a profissão após o casamento e maternidade.

Sobre infância e família, disse:

Então a minha infância eu sempre diria, eu digo, foi uma infância feliz, com muito amor, com muito carinho que sempre foram dedicado tanto a nosso pai, pela minha mãe, pela minha vó, que nós morávamos junto com ela e aqueles irmãos, foram uns irmãos que foram criados com aquela união, de nosso pai quando chegava na hora do almoço ele não dispensava, queria almoçar com todos os filhos e era o momento quando ele indagava como é que eu ia na escola, como é que minha irmã ia, meu irmão, então ele procurava sempre se inteirar de tudo e, foi sempre toda noite quando nós estávamos depois do jantar, nós também conversávamos, ele gostava muito de história, nessa história ele saía perguntando tudo para saber se...(risos) (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Não estamos sugerindo que as entrevistadas estariam maquiando propositalmente suas memórias da infância apenas com aspectos positivos, no entanto, entende-se que a utilização pública do passado é usada como apoio para dar sentido às experiências pessoais, ou seja, que o ideal de felicidade e realização são muito reforçados na sociedade e, portanto, reforçam as falas nas entrevistas e da idealização sugerida por Bachelard da infância e de seus lugares e pessoas.

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico, da composição: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. [...] Construimos nossa identidade através do processo de contar história para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas no convívio social (THOMSON, 1997, p. 57).

Pois, como definem Grossi e Ferreira acerca das projeções de lembranças balizadas pelas expectativas do presente sobre o passado, e diante da impossibilidade de lembrar de tudo, somos aquilo que lembramos:

Na perspectiva dessa construção do passado no presente vivido, é possível projetá-lo no espaço do sagrado. Quem rememora tece uma relação afetiva com o passado com tendência a mitificá-lo (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 28).

Ainda ligadas às memórias de suas vivências iniciais as entrevistadas destacaram a figura paterna como peça fundamental na escolarização, porém com suas especificações, para Geusa a importância de seu pai estava na busca pela profissionalização e sensibilidade de que os estudos não poderiam ser parados, buscando arranjos para que os filhos estudassem mesmo que séries repetidas só para afastar o temor da vadiagem. Mas foi a mãe que se responsabilizou pelo ensino das primeiras letras a todos/as os/ filhos/as afim de prepara-los/as para com sete anos entrarem na escola regular já sabendo ler e escrever, o que era uma prática muito comum.

[...] aí veio uma lembrança que era uma tristeza quando eu via terminar o primário e sem perspectiva de ir pra frente, mas o que que nós vamos fazer? Aí o meu pai conversava muito: “ - Olha eu gostaria muito que vocês avançassem porque eu acredito que a única coisa que fica pra um filho é o que a gente pode passar pra vocês em valores de famílias e também a escola no ensino, na aprendizagem e a gente tá vendo que em Penalva [sua cidade natal] não tem continuação, mas eu vou falar com a sua professora que você tá muito jovem, com 11 anos”, e eu não era uma menina muito desenvolvida, eu parecia mais uma menina aos 11 anos aí ele dizia: “tá muito pequena e pra já ficar em casa sem estudar eu vou pedir pra diretora pra você ser ouvinte mais uma vez, aí eu cheguei mais um ano a fazer, repetir o 4º ano na época”. (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2014)

Para Suely o papel do pai foi mais ativo no sentido de realizar intensamente o trabalho de alfabetizador de todos os filhos em casa e acompanhar diariamente as tarefas escolares, ainda que para isso fosse utilizado a violência física e a mesma fosse vista por ela de forma normal, associando o masculino à agressão e violência.

Meu pai, ele que alfabetizou a gente, mesmo batendo, puxando a orelha, castigando, mas ele que fazia, porque ele chegava da oficina, embora tarde às vezes ele chegava nove, dez horas aí ele pegava todo mundo com a cartilha de ABC velha, levava todo mundo pra mesa, ele que alfabetizou todo mundo, quer dizer a tabuada e alfabetização foi meu pai, esse daí foi quem iniciou todo processo educativo da gente (Suely, São Luís, junho de 2014).

O pai se tornou um exemplo e influenciou de tal modo o irmão mais velho que este retomou os passos do pai e fez algo parecido, ensinando questões e matérias e voltadas para o exame vestibular e que não eram contempladas nas escolas públicas que estudavam.

Para Maria Dolores, a importância do pai já se configurava na recepção e moradia que este tinha na capital, possibilitando o estudo da jovem e autorizando que a mesma estudasse em uma escola mista, contrariando o desejo da mãe. Ela tem recordações de momentos de estudos dos dois juntos e de influência pelo gosto da matemática e palavras cruzadas. Define como um homem muito inteligente que sempre a incentivou a estudar.

Tal questão é interessante para pensar o papel do homem na formação educacional da família, pois, em geral, às mulheres de classe média e alta, na República, recaía tal responsabilidade e, por muito tempo, a educação feminina foi justificada para este fim, com objetivos claros de educar as crianças para a cidadania republicana, como bem demonstra o trabalho de Jane Soares de Almeida, onde: “[...] educar as mulheres era uma maneira de educar os homens, e a sociedade colocava as mães e as professoras sob suas bênçãos, incumbindo-as de preparar os futuros cidadãos da nação que se definia no cenário mundial” (ALMEIDA, 2007, p. 56).

No caso das famílias entrevistadas, a figura paterna é que representa essa formação e incentivo aos estudos dentro do lar, indo na contramão do reforço ideológico promovido na época e da própria literatura existente sobre o período. Mas de todas as entrevistadas a que chamou mais atenção para a importância da figura paterna foi Anildes, que ao longo de todo seu relato conseguiu destacar seu pai como tão protagonista quanto ela em sua própria vida, mesmo após sua morte, como veremos mais adiante. Na influência sobre os estudos, recorda:

A minha mãe, meu pai, ixi, eles botaram, nessa época nós éramos 6 e já 8[filhos], ne? E nós tínhamos uma mesa assim então ele botava todos os filhos ao redor dele e ia perguntando como é que tava, se tava fraco, aí brigava, cobrava muito mesmo e sempre nos aconselhava: “Olha, hoje meu filho, a gente só vale pelo fato que é o saber, esse ninguém tira”. Então recebi muitos conselhos dele (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

As mães das entrevistadas quase todas eram donas de casa, apenas a mãe de Rubenice e Anildes eram professoras. No caso de Rubenice, sua mãe era professora, leiga com formação apenas de ensino primário, tendo estudado depois que a família veio da cidade de Morros⁴¹ para São Luís e, após todos os 17 filhos estarem adultos e com formação encaminhada, ela cursou biblioteconomia.

Suas principais influências nos primeiros passos do estudo foram masculinas, sobretudo porque estes homens tinham vivências diversas ao circularem pelo espaço públicos e profissões que também possibilitavam isso, diferentemente das mães, tias e avós que ainda eram referências domésticas. O irmão de Suely, que tanto a influenciou para a entrada na Universidade, era engenheiro e, antes disso, já tinha um cargo administrativo no âmbito federal, já vivia no meio acadêmico; o pai de Maria das Dores era marítimo, teve experiência em diversos lugares do mundo, falava outras línguas, conhecia muitas realidades e vivia numa dinâmica entre os locais que passava e sua casa; o pai de Rubenice era carpinteiro e usou a facilidade de uma profissão autônoma para se mudar de cidade no momento em que a escolaridade de seus filhos exigiu. O pai de Geusa era Oficial de Justiça e possibilitou com que duas de suas filhas atuassem no meio profissional do Direito, onde a mais velha se tornou escritã e Geusa vivenciou o trabalho num cartório, a seu pedido e com apenas onze anos. O pai de Anildes também era Oficial de Justiça, que, à época, era um trabalho que não exigia formação acadêmica e com remuneração baixa, sua experiência fez com que desejasse ter um(a) filho(a) na magistratura, Anildes, na condição de filha mais velha, encabeçou este sonho do pai.

Outro entrave na vida acadêmica das entrevistadas relacionava-se aos espaços de nascimento, quase todas nasceram em cidades distantes da capital e enfrentaram os desafios de sair da casa ainda muito jovens para prosseguir além do primário. Esses desafios eram de várias ordens: financeiros, de logística, de ausência de alguém na capital para recebê-las. Para se deslocarem em busca de oportunidade de estudo era preciso, primeiramente, não estar sozinhas, essas moças precisavam de companhia na empreitada.

⁴¹ Cidade do estado do Maranhão, situada a 100 km da capital, com economia baseada principalmente no turismo e na pesca.

Para Geusa, a cidade natal só oferecia até o primário e nenhuma outra possibilidade de estudar existia em cidades próximas, depois de repetir um ano a série final do primário e trabalhar por quatro anos num cartório, apenas para não ficar desocupada, ela foi amparada por uma jovem professora habitante da cidade vizinha, Viana/MA⁴², onde o ginásio seria inaugurado, chegando lá somente pode ficar com a professora por um ano, pois, esta casou-se, engravidou e adoeceu, vindo a óbito. Mais uma vez a problemática da continuidade aos estudos se avolumou, a solução encontrada veio na credulidade da família para a maturidade da mesma, já com 16 anos, que passou a morar em um pensionato para poder cursar todo ginásio e início da Escola Normal, até que seus irmãos e sobrinhos menores também chegassem em idade escolar para o ginásio, quando saiu do pensionato para morar com estes irmãos e sobrinhos em uma casa que a família adquiriu na cidade de Viana.

Sobre as dificuldades para dar sequência aos estudos, Maria das Dores lembra como, na década de 1950, o acesso das cidades do continente para a capital eram precários, primeiro devido a ausência completa de estradas de rodagens adequadas e de veículos seguros para a viagem. Ela recorda com muita veemência como caminhões eram desconfortáveis, a viagem demorada e exigia um planejamento bem anterior para que as moças não viajassem em pau de arara, mas, na boleia do caminhão. Lembra ainda que quando as possibilidades por terra eram mais precárias as viagens eram feitas por rio, mais rápidas, porém, mais perigosas.

A dificuldade foi muito grande pra continuar os estudos aqui, por que naquela época não tinha estrada de rodagem, você pra vim tinha que falar primeiro com o dono do caminhão pra ele deixar uma vaga na buléia(sic), pra você poder vir ou então você vinha de lancha que vinha pelo rio Mearim passando por Arari, Vitória pra chegar aqui em São Luís, era muito difícil só muita boa vontade, só bom querer mesmo, porque era difícil. Muito difícil você vir. Quando você viajava de caminhão, tinha lugar que você tinha que descer do carro porque o caminhão tinha que passar sozinho, viu? Aí foi quando a estrada melhorou, eu já não tava mais nessa época de vir pra cá, já tava aqui mesmo em São Luís, mas foi muito difícil vir pra cá (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Rubenice lembra que, ao completar seis anos, seus pais decidiram mudar de cidade, saindo de Morros/MA para buscar novas oportunidades educacionais aos filhos, até então ela era a caçula de cinco filhos e a saída se deu por conta da necessidade de atender aos estudos dos mais velhos. Suely destaca os graves problemas financeiros para manutenção de todos os filhos.

Das cinco entrevistadas, Anildes foi a única que nasceu em São Luís, morando longo tempo com a família extensa na casa da avó materna, num bairro próximo ao centro da cidade.

⁴² Município da região da baixada maranhense, situado a 219 km da capital.

Apesar de não registrar problemas de mudança, pois já estava na capital, recorda da grave condição financeira da família, pois, à época, descreve que a profissão exercida pelo pai, de oficial de justiça, era mal remunerada e apenas proporcional às diligências que conseguia cobrir, estando muito presente no reflexo de suas lembranças exemplos de situações de limitação, inclusive com alimentação. Lembra que sentiam fome e passavam outras privações:

[...] com o dinheiro da arrecadação que ele fazia...fazia uma intimação, aí quando a parte do advogado pagava, aí que ele passava ainda pelo mercado pra comprar alimentação e nessa alimentação corria ali rapidinho, ele ia até pra cozinha, fazia a comida né? E dizia assim: “Minha filha, vem comer”, [eu respondia]: “Papai, não. Eu tenho que tá uma hora na escola.” Morava ali no caminho da boiada e estuda na Escola Normal, então tinha que subir a rua do passeio a pé (sic), entrar uma hora que lá fechava o portão e nós tínhamos que cantar os hinos, era o hino do Brasil, o hino maranhense e o hino na bandeira, os três hinos nós tínhamos que cantar, no pátio antes de iniciar as aulas. Aí papai dizia assim: “Mas minha filha, tu vai com fome? Come pelo menos uma banana com farinha d’água” (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Descreve também situações em que, por não ter nada para lanche na escola, ela não aproveitava o horário do intervalo, pois tinha vergonha de não poder comprar o lanche e ‘inventava’ para as colegas de turma que preferia ficar na sala revisando a matéria.

As entrevistadas têm uma visão sobre suas vidas que as faz se enxergarem como mulheres batalhadoras e que exerceram dedicação extrema à educação, viam-na como possibilidade de melhorar suas vidas. Se apontam como melhores alunas da turma, como as que conseguiam as notas mais altas, desde o primário até o ensino superior, e como mulheres admiradas por enfrentarem as dificuldades para estudar. Por exemplo, Rubenice Amaral fez muitos usos de frases do tipo: “Sempre gostei muito de estudar”, “sempre tirava as maiores notas de minhas turmas”, “fazíamos parte do mesmo grupo das melhores alunas do colégio” e associou o seu sucesso no ensino superior à persistência pessoal e à Deus. Aqui, a sua fala está associada ao crescimento pessoal por conta da sua fé.

Suely, apesar de ter trabalhado durante todo o período de graduação, diz não se considerar uma má aluna, mas, se via como prejudicada porque não tinha condições de tempo para acompanhar todas as disciplinas como gostaria. No intuito de mostrar como, mesmo com as dificuldades, era uma aluna de potencial, destaca sua experiência ao desenvolver uma medicação, a partir de um livro constante na biblioteca, a qual submeteu ao um tio que sofria com pedra no rins, vindo à cura. Orgulhosamente, ela mostra como a família foi grata e destacou sua atuação como estudante e os benefícios da escolha profissional.

Já a Geusa atualiza, em toda a entrevista, um papel de estudante determinada e solidária, sua fala sempre a coloca num lugar de destaque e mostra o quanto pôde contribuir com outros

alunos que não estavam em situação tão privilegiada. Ainda na cidade de Viana, quando fazia o ginásio e Escola Normal, ela foi destacada na turma por ter amplos conhecimentos de matemática e, na ausência de docentes, foi então promovida a auxiliar outros colegas das séries iniciais, sempre tutelada pelo docente que lhe deu este papel de destaque. Situações semelhantes ocorreram ao estudar para o vestibular, já na graduação e na busca profissional, onde ela se define como alguém curiosa, determinada e que não se conformava com o dado, pronto e acabado.

Maria das Dores já se considera muito rígida e muito firme nos seus propósitos, atribuindo a isso sua condição de estudante da escola pública desde o primário à pós-graduação. Aponta tudo que alcançou na vida como um foco de sua determinação, os filhos destacam todos os imóveis que a família possui, lembrando: “a mamãe que conseguiu tudo, sem ajuda de homem”. Para alcançar bens e conforto, ela se descreve como uma mulher que fez grandes sacrifícios, sua imagem construída e contada é de muita privação, escolhas e controle financeiro e isso ela também usa para se definir como uma mulher séria.

A construção da narrativa de Anildes também segue uma linha onde ela demonstra ter sempre valorizado os sacrifícios feitos por seu pai e, por isso, também se dedicado ao máximo aos estudos, além de ele ser uma influência e referência, ela sente que deveria oferecer um retorno adequado, inclusive por ser a filha mais velha e ter muita atenção dele para si. Em seu relato, Anildes também descreve uma vida com pouca sociabilidade e muita responsabilidade.

Das cinco entrevistas realizadas, foi possível observar que nos discursos destas mulheres havia sempre a necessidade de se colocar numa posição de destaque em todas as ações que desempenharam, tanto na vivência estudantil, acadêmica, profissional e mesmo no que tange suas qualidades pessoais. Notamos nestas formas de contar a própria história que essas mulheres precisam evidenciar suas qualidades pessoais, profissionais e intelectuais como estratégia de afirmação de suas capacidades, precisam levantar seu moral diante de uma sociedade que as colocou em observação por diversas vezes. Citam, com orgulho, o que conquistaram por via própria, de terem se tornado acadêmicas e exercido suas profissões e de terem conquistado bens. Essas formas de lembrar e narrar também são estratégias de empoderamento e protagonismo.

As marcas que iluminam as experiências ficam nos corpos, nos objetos e na memória, que, por sua vez, não é estanque ou fixa, mas está em constante movimento e se relaciona também aos objetivos da atualidade, tanto para lembrar, quanto para esquecer.

A memória lembra uma fronteira, cujas territorialidades itinerantes redefinem-se continuamente. Urde cenários que dissertam sobre o passado de uma vida cuja perda é irreparável. Ostenta campos onde se podem colher fragmentos de um mundo que se

desintegrou. Também guarda câmaras, às vezes assustadiças, que se recusam a abrir. À deriva, ruínas, resíduos e detritos são capazes de impedir o acesso a lacunas promissoras. Pode tornar-se interdito à memória lembrar histórias que nos colocam em situação de desonra, de impotência e de perda. Dessa forma, ajustes na memória, em termos de esquecimento, podem ajudar “um retorno ao passado, de forma que possamos, mais facilmente, assumir o que somos hoje”. Mas também há frestas de deleite que assanham, no gozo da experiência de lembrar, o que passa pelo coração. É como descerrar um mundo que estava perdido, onde o próprio presente, como fronteira, traça o limite da memória do percurso (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 28).

4.2 “Ela veio do interior pra estudar”

O decorrer das entrevistas foi quase que, exclusivamente, voltado para as trajetórias referentes às experiências no âmbito da escolarização, ensino superior e profissionalização, as questões tinham caráter semiestruturado e sofreram algumas alterações à medida em que as falas das entrevistadas iam tomando forma e uma das atenções era realizar poucas interferências e permitir que os enredos se avolumassem.

A primeira entrevistada é Geusa Felipa que em sua narrativa se destacou por meio de uma representação de si em que se constrói quase sempre como mediadora de alguma situação conflituosa ou posta na posição de instrutora, conciliadora, “mãezona” e outros adjetivos semelhantes; percebe-se que ela constrói sua imagem com o peso da responsabilidade, agregando-a a ‘atributos’ considerados típicos do público feminino, sobretudo pelo aspecto do cuidado.

Ao rememorar aspectos relativos à escolarização primária e os desafios de morar em uma cidade que não tinha nem o ensino secundário, chama a atenção como propõem sua persistência pelo estudo desde muito cedo, ao terminar o 4º ano do primário e repeti-lo, ela ficou mais quatro anos esperando a abertura do ginásio na cidade mais próxima, nesse tempo ela se definiu como uma criança que nunca abandonou os estudos, se dedicando à leitura constante e até mesmo ao trabalho, destaca:

Aos 12 anos já eu inventei, já tinha por necessidade, porque muito cedo eu compreendi o que é o valor do trabalho, o que é, e eu acho que já aquela mulher que queria uma liberdade desde cedo, eu via que no trabalho era nossa saída, ai aos 12 anos eu procurei um emprego, no município ai o que que eu ia fazer? não tinha perspectiva de sair de lá e eu não ficar sem fazer nada (Geusa, São Luís, setembro de 2014).

Ela se descreve como alguém que compreendia a realidade em que estava inserida, mesmo sendo muito jovem, inclusive buscando a liberdade, em seu discurso já se coloca como entendendo sobre o processo de privação x liberdade da condição feminina, isso pode estar ligado tanto à situação de sujeição que sua irmã mais velha vivenciou no casamento, situação

essa que a marcou muito. Chama a atenção o fato de iniciar uma experiência profissional por iniciativa própria e, em seu discurso, este trabalho não foi pensado exatamente em atender as necessidades financeiras da família, tinha também este objetivo, mas era voltado para satisfazer sua necessidade de sentir-se útil e desde cedo aprender uma profissão.

Seguindo um caminho de atividade profissional ainda muito cedo, Geusa se coloca como protagonista de seus desejos e escolhas, assume esse papel em diversos contextos, inclusive na experiência universitária quando relata que a turma, apesar de muito pequena, era recheada de confusões entre homens e mulheres, tinha nela uma apaziguadora dos conflitos sendo chamada por todos de “mãezona”. Cita situações em que os conflitos estavam à flor da pele e ela agia como intermediária:

[...] aí a gente acalmava, diziam eles que eu era uma pacificadora, quando tava pra se acabar eu: “Gente, nós estamos numa sala de aula, como é que nós vamos sair daqui sem saber conviver? O que nós vamos esperar lá pra frente? Se aqui que nós somos quinze a gente tá difícil, tá querendo brigar, imagina no mundo grande”. Aí eles diziam que eu era a mãezona, mas era muito engraçada a nossa turma (Geusa, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Da mesma forma, refere-se aos interesses que nutriu pela pesquisa e busca do crescimento profissional, tendo rejeitado trabalhos que não lhe acrescentariam novos conhecimentos e tendo buscado os desafios de experiências profissionais inovadoras.

Quando de sua experiência no ginásio e início de Escola Normal, na cidade de Viana, ela também assumiu um papel de destaque ao ser identificada como uma boa aluna de matemática e essa qualidade foi aproveitada com a função de monitoria em turmas das séries iniciais.

Quando eu cheguei em Viana eu tinha um padre, assim essas congregações italianas que muito contribuiu pra minha evolução também espiritual assim de olhar de uma maneira sensata pras coisas e o meu grande amigo que se chamava Padre Vitório nessa época viu que eu gostava muito da matemática e nessa época também a gente não tinha muito professor de matemática aí o que ele disse pra mim: “Geusa, eu vou te preparar, eu vou te preparar que é pra o que tu souber, o que tu sabe hoje é pra tu passar pra teus colegas e eu fico na...porque eu não dou conta de ficar em todas essas turmas.” E eu “- mas que, qual é a turma que eu posso?” Ele disse: “- primeiro e segundo ano do ginásio, fica com essa aritmética que gosta demais, mas pra isso tá aqui esse livro de aritmética, faz todos os exercícios desse livro, quando tu terminar eu vou fazer uma revisão pra saber como é que tu te saiu.” Aí eu ‘pá, pá, pá, pá’, sabia de có e salteado aí ele disse: “- tá preparada, tá bom. Agora eu vou te dar umas dicas de como se dá aula”, porque eu não tinha, eu não era professora e assim todo meu ginásio eu tava aqui na frente mas eu fazia um pouquinho pra primeiro e segundo ano com essa matemática. (Geusa, São Luís, setembro de 2014)

Com quase 20 anos, Geusa encabeça o projeto familiar de transferir os filhos/netos mais novos para completar os estudos em São Luís, na ocasião ela veio transferindo o segundo ano da Escola Normal e veio acompanhando seis outros jovens entre 13 e 17 anos, sendo a única mais velha e desenvolvendo uma espécie de tutela. Ela fala da sua responsabilidade:

[...] eu fui pra eles uma mãe, quando tinha de dar duro eu dava, quando não, mas eu não esquecia de lembrar pra eles: “- vocês sabem porque nós estamos aqui? Nós viemos pra estudar, nós não podemos decepcionar nossos pais, que vocês, se vocês não percebem mas é bom que eu lembre, tem dificuldade pra nos manter aqui (Geusa, São Luís, setembro de 2014).

Geusa, sua irmã mais nova e seus sobrinhos ficaram numa casa que a família conseguiu comprar no conjunto Iolanda Costa e Silva, bairro Ivar Saldanha, em São Luís, um conjunto habitacional recém-construído, que acabou sendo fortemente usado por jovens estudantes cujos os pais residiam em outras cidades, com esse grupo de vizinhos também estudantes foi montado um grupo de estudo para o exame de admissão na universidade, pois, muitos dos jovens não tinham condições de frequentar os cursos de preparação. Concluiu o curso Normal no colégio São Luís Gonzaga, uma escola particular, mas, não teve qualquer interesse em seguir com a profissão que já tinha nas mãos, a partir daquele momento, a sua ambição era entrar na universidade. É possível também destacar a condição social desta entrevistada, pois apesar de ela relatar indícios de dificuldades financeiras, estudava em colégio particular e residia na capital com um grupo de jovens e não tinham a necessidade de dar um retorno financeiro imediato, fato que deu certo conforto para que ela se dedicasse ao ensino superior.

Quando a profissão de professora primária deixou de satisfazer às aspirações de um número cada vez maior de mulheres oriundas das classes médias, que passaram a buscar vagas nas universidades (VAITSMAN, 1994, p. 63).

Após o término, ela se dedicou mais um ano fazendo cursinho preparatório para o vestibular, à época o mais conhecido era para a área da saúde, era o do professor Zé Maria. Quando questionada para as possíveis dificuldades de acesso ao ensino superior, Geusa destacou que algumas limitações vinham pela impossibilidade de frequentar as melhores escolas, no entanto, todos seus familiares que vieram para São Luís tiveram acesso à rede privada de ensino e eram mantidos na capital sem que precisassem trabalhar, ainda assim lembra das dificuldades financeiras para a manutenção. Sobre a importância desses cursinhos, Barroso destaca:

A forma como está organizado nosso ensino superior e o grau de concorrência nos exames vestibulares – tanto maior quanto mais ‘nobres’ as carreiras para as quais conduzem – tornam bastante limitadas as chances para os indivíduos que não fizeram cursos colegiais de orientação mais acadêmica. Embora o cursinho possa preencher lacunas de formação, isso implica em custos e esforços adicionais maiores para os que não iniciaram sua preparação desde o final do 1º grau e querem disputar uma vaga nas escolas e cursos de melhor qualidade (BARROSO, 1975, p. 49).

Como o fez em diversos momentos da entrevista, Geusa remontou sobre si um papel de maturidade que lhe pareceu muito importante:

[...] tinha vontade, orgulhosamente, de mostrar para os pais que não tava aqui pra brincar, às vezes eu conto isso aqui pra meus alunos ou pra meus filhos do que é a gente cedo reconhecer o seu espaço, porque você é responsável por isso e que precisa lutar por isso, aí nós conseguimos (Geusa, São Luís, setembro de 2014).

O entendimento de que ser mulher influenciava nos espaços de circulação perpassava mais uma vez pela experiência que via da irmã em casamento, as desigualdades daquela relação lhe marcaram profundamente, causando o desejo de fazer uma história diferente, “me dava vontade de eu não botar casamento em primeiro lugar, de eu querer ser mãe, querer ter minha casa, mas depois que eu tivesse meu trabalho”, esse desenrolar resultou numa jovem mais fechada para as possibilidades de namoro ou quaisquer ações que desviassem dos estudos. Considerava uma “bobeira” namorar e “passar de mão em mão” já que não tinha intenção real de casamento, alimentava uma visão de que o namoro era uma etapa experimental para o matrimônio, então se definiu como uma jovem muito séria chegando a se formar em farmacêutica ainda como uma moça virgem, aos 26 anos. Ao relatar esta questão, Geusa corrobora com o pensamento vigente de que a moça séria e que objetivava o casamento não deveria ter vários namorados.⁴³

Criada em uma família de 17 filhos, com pai carpinteiro e mãe professora leiga, Rubenice também formulou um discurso coeso sobre si e sua história, sendo sucinta na sua fala e, em diversas vezes, suas respostas resumiam-se a: “maravilhosa”, “boa”, “gostei muito” e, por mais que fosse questionada, acabava não sendo específica na maioria dos pontos e, por vezes, ficamos em situação delicada, no limite entre perguntar mais e responder menos.

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras

⁴³ Ao relatar este momento, seu posicionamento nas palavras era muito firme, o tom de voz que assumia na maioria da conversa era mais meigo, no final das frases sua voz chegava até mesmo a falhar, mas nos momentos em que ela relatava sua personalidade dentro das qualidades, a sua voz ganhava um tom mais marcante e mais firme, o que pode nos sugerir a importância desses fatos e a justificativa de suas escolhas.

vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida (DELGADO, 2010, p. 16).

Como Delgado descreve acerca de alguns depoimentos orais, foi sobre uma espécie de capa protetora que Rubenice construiu os relatos para este trabalho. Assim, ela destacou sua trajetória estudantil enquanto excelente aluna e filha idealizada, que tinha lazer limitado ao vôlei escolar e que vivia para os estudos. Suas lembranças foram ocultadas talvez pelo fato de eu ser uma estranha completa ou porque as questões mais pessoais de alguma forma lhe incomodem.

Rubenice mostrou uma história pessoal por meio de uma fala muito organizada, como se fosse um conto e esse arranjo comunga com a noção de que somos aquilo que lembramos, portanto, toda memória é seletiva:

Para o sujeito que narra, torna-se impossível narrar tudo, lembrando-se ele apenas de partes significativas do passado. A lembrança evoca momentos vividos, preenchendo o agora com referências construídas no contato com os outros, no qual a identidade como metamorfose constitui-se (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 32).

O ponto máximo de sua vida estudantil, antes da entrada na faculdade de Odontologia, foi quando ainda no Científico ela estudava no Liceu pela manhã, para cursar o ensino secundário clássico, que contemplava maior número de conteúdos e disciplinas, à tarde na Escola Normal, para realizar o curso de capacitação profissional mais utilizado pelas mulheres, com formato e conteúdo específicos para o magistério primário.

Esse caminho de cursar o Normal era muito traçado ainda pelas jovens, pois a perspectiva mais acertada para a época era desenvolver a busca por uma profissão considerada digna (para a mulher não correr os riscos de prostituição ou coisas do tipo), que, por não pagar bem o suficiente, acabou afastando a pretensão masculina e aproximando o interesse das mulheres que tão logo tiveram a ação docente ligada às funções de cuidados maternos. Das cinco entrevistadas, apenas Maria das Dores negou com veemência a Escola Normal, mas, as outras, por mais que não desempenhassem a função, fizeram o curso.

Além de escolas de instrução básica para as meninas, deveria também haver uma saída para a profissionalização feminina, representada por um trabalho que não atentasse contra as representações acerca de sua domesticidade e maternidade. O magistério inseria-se perfeitamente nessa categoria (ALMEIDA, 20017, p. 117).

Desde fins do século XIX, houve um processo conhecido na historiografia como ‘feminização do magistério’, onde a presença de mulheres nos cursos de formação para docentes nas séries iniciais ganhou maior força. Muitas jovens seguiam este caminho, mesmo antes de terem chance de um investimento para outra escolha profissional, pois, fazer o Curso Normal já era uma garantia mínima para a carreira. No entanto, um dos problemas com a realização do Curso Normal é que seu rol de conteúdos era específico para a função profissional que lhe cabia e contemplava minimamente disciplinas da área de exatas, por exemplo, dificultando uma preparação para o acesso ao ensino superior.

A maioria das entrevistadas, aqui destacadas, realizaram o Curso Normal, sendo que apenas uma aproveitou essa formação e trabalhou nessa área e todas tiveram que buscar alternativas para conseguir estudar os conteúdos reduzidos nesta modalidade de ensino. No caso de Rubenice, a forma de estar ciente e preparada para a continuidade dos estudos foi conciliar as duas formações, frequentando o curso científico no Liceu e o curso Normal na mesma época.

Quando questionada pela escolha profissional, sua resposta foi reportada para a infância, ainda na cidade natal de Morros e juventude já na capital maranhense.

Eu gostava de tirar meus dentinhos de leite e dos meus irmãos mais novos que eu. Quando tinha 12 anos, fui ao comércio, pra comprar algo pra minha mãe, fui pela Rua da Paz, passei em frente da Faculdade de Farmácia e Odontologia e vi algumas moças com saia cor de vinho (a pedra do nosso anel é a granada cor mais ou menos vinho), jaleco curto branco, sapatos e meias finas cor da pele (acho que meia calça), achei lindo, aí pronto, o amor pela Odontologia cresceu mais ainda. Chegando a minha casa perguntei pra minha mãe se era mesmo o Curso de Odontologia e ela confirmou. Não tive outra escolha (Rubenice, São Luís, junho de 2014).

Suely, enfrentou muitas dificuldades para estudar, pelas condições financeiras da sua família: filha de pai carpinteiro e mãe dedicada exclusivamente ao lar, ela traçou o caminho que muitas jovens em sua época, fez o curso Normal. Por conta das necessidades econômicas, assim que ela terminou o estudo na Escola Normal buscou formas de rendimento, tão logo prestou um concurso para a Instituição Roquette Pinto⁴⁴, mais conhecida como ‘TV educativa’, onde se tornou monitora do ensino mediado pela televisão.

⁴⁴ A instituição Roquette Pinto foi fundada na década de 1920, utilizando-se do rádio como forma de divulgação de uma programação educativa, fruto da iniciativa de Edgard Roquette-Pinto. Em fins da década de 1930, essa rádio Sociedade foi doada para o Ministério da Saúde e Educação e, na década de 1940, os primeiros materiais didáticos em forma de filmes, para apoio nas escolas, foram gravados. Em fins da década de 1960, tem-se a criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa sendo amplamente divulgada em todo país utilizando vídeo aulas como material didático.

Tendo conseguido este emprego e garantindo a entrada de uma renda a mais na família, Suely foi então estimulada a alcançar novos espaços com a educação. Porém, na condição de normalista Suely descreve, assim como outras protagonistas desta história, as dificuldades de enfrentar o exame vestibular diante das deficiências de algumas disciplinas na Escola Normal. Ela, assim como outras, realizou o cursinho preparatório para o vestibular.

A partir de 1970, os vestibulares tornaram-se eventos massivos e de grande repercussão pública. As novidades no sistema e o aumento do número de candidatos chamavam bastante atenção da sociedade, principalmente dos estratos médios e superiores, embora segmentos das classes populares tenham começado também a ingressar na universidade (MOTTA, 2014, p. 254).

Seu irmão mais velho desempenhou papel muito importante, no que tange a promover estímulos constantes à família destacando como o estudo em nível superior poderia ser muito interessante social, moral e economicamente. Recorda que seus pais viam nessa possibilidade de estudos algo muito distante, pois não consideravam a universidade como espaço para pessoas pobres.

Eu saí do curso normal e não tinha muitas condições, porque o curso normal eles direcionam mais os alunos para seguir o magistério não é? Então, matemática a gente não via quase nada era só metodologia da matemática, metodologia das ciências, metodologia não sei de que, aí quer dizer que dificultou um pouco, eu tive que estudar muito e graças a Deus meu irmão ele me ajudou muito, mais muito porque senão não dava pra eu ficar em Farmácia não. E eu não sabia nem o que eu queria na verdade, eu não sabia, eu não tinha... eu não tinha nenhuma... vocação pra professora eu sei que eu dava pra ser professora, mas pra área médica eu acho, eu acho que eu não tinha vocação. Meu irmão devido trabalhar na faculdade de Farmácia foi que começou a me incentivar e me motivar e eu acabei gostando do curso de Farmácia (Suely, São Luís, julho de 2014).

Em sua narrativa, Suely também aponta a figura do irmão como um importante suporte para que ela e todos os seus outros irmãos chegassem a conquistar o ensino superior, comumente associado como algo de pessoas ricas. É possível perceber uma sensação de dívida, mas também de muita comoção ao citar todo apoio que recebeu. A chegada até a universidade marcou tanto sua parentela e, até hoje, esse é um marco para a sua família, onde todos os onze filhos conquistaram o diploma universitário.

A gente não cansa de falar que a gente só teve acesso, porque naquele tempo era difícil, devido a visão que meu irmão teve, meu irmão teve de futuro, ele dizia pra gente que se a gente não estudar a gente não vai ser nada, nada, nada, e ele sabia muita matemática, muita física, muita química, menino bem dotado, graças a Deus, que até hoje ele é um ótimo engenheiro, ele foi aposentado pela UFMA, então graças a Deus de tanto ele ajudar a gente, hoje ele é uma pessoa muito abençoada, mas se não fosse

ele a gente também não tinha saído do segundo grau não, não tinha mesmo (Suely, São Luís, entrevista cedida em junho de 2014).

Dentre as entrevistadas, ela foi a única que desempenhou a função profissional de normalista e acumulou esta atividade com o curso de graduação, o que, segundo ela, lhe garantiu estabilidade financeira para se lançar num projeto de ser acadêmica, mas, por outro lado, isso significou muitos sacrifícios para conciliar estudo e trabalho.

Aos 85 anos, Maria das Dores tem uma memória muito interessante, consegue lembrar de nomes e sobrenomes de todas as pessoas citadas na sua entrevista. Ao chegar em sua casa para a entrevista fui recebida por uma senhora que estava muito arrumada à minha espera, segurava um currículo que foi usado para dar suporte, principalmente, nas datas.

No que se refere a lembrar detalhadamente de alguns fatos, nomes e coisas e não lembrar de outras, como datas relativas às suas vivências pessoais, está muito relacionado à constituição da memória, que é uma composição mista com o presente, com o que tem relevância pessoal e acaba por se formar naquilo que Júlio Pinto identifica como os muitos tempos de memória ao se assemelhar a um caleidoscópio.

Paradoxal na aparência, caleidoscópica, permite, num giro, lento ou súbito, uma nova combinação dos cristais da lembrança; receptáculo, garante que de tudo fica um pouco, que de tudo fica tudo, mesmo que o acesso seja incerto. Passado materializado numa espécie de atmosfera coletiva de que todos podem usufruir quando desejarem revisar os tempos idos (PINTO, 1998, p. 207).

Nascida na cidade maranhense de Bacabal/MA⁴⁵, Maria das Dores ou Dorinha, como é carinhosamente conhecida e fez questão que eu a chamasse assim, descreve sua infância e alguns outros aspectos de sua vida pessoal com economia de palavras, apontando que praticamente foi filha única e criada por sua avó, tendo contato com o meio rural e, após algumas breves descrições de seu local de nascimento, reforça visão saudosista de sua infância. Apesar de ela descrever uma série de vantagens de morar no interior, fazendo até algumas comparações da violência x tranquilidade de hoje e ontem, ela lembra que era acompanhada constantemente por uma babá e, mesmo na adolescência, nunca saía sozinha.

Esta prática de levar as moças a serem acompanhadas constantemente por outras pessoas, seja irmãos, tias ou damas de companhia estavam muito ligadas à concepção de não deixar uma moça sozinha à rua, exposta a serem mal faladas, aos cortejos dos rapazes e outras formas de ‘perigo’, prática muito comum até início do século XX. Pois “Havia uma grande preocupação com a educação moral das meninas, por isso uma constante vigilância sobre elas

⁴⁵ Município do Maranhão distante a 246 km de São Luís.

[...] a ênfase na educação para o autocontrole tornou-se ainda mais uma preocupação social” (BARBOSA, 2015, p. 161).

Os pais de Maria das Dores se separaram quando ela ainda era muito pequena e constituíram novas famílias, porém, seu pai fixou moradia na capital São Luís após a separação. Em uma visita de férias ao pai recorda que ficou encantada com um grupo de meninas que via sair da Escola Normal Rosa Castro⁴⁶ e também do Liceu Maranhense⁴⁷, foi então que ela pediu pra estudar, já que na cidade de Bacabal o ensino ia apenas até o primário. Por sua narrativa, percebe-se que não havia projeto de estender seus estudos por parte de sua família, mas, foi uma busca muito pessoal, desde o processo de seleção, informações sobre matrículas até sua efetiva entrada. Os pais acabaram por apoiar esta decisão, em 1943.

Quando eu vim pra cá [São Luís] eu vim passear, eu vim passar umas férias, aí me animei quando eu vi aquelas meninas fardadas da [escola] Rosa Castro, do Liceu, aí me animei pra estudar, aí eu pedi pra estudar, aí tudo bem minha mãe concordou, mas pra eu ir pra Rosa Castro, que era escola de mulheres (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em julho de 2015).

Parece muito viva em sua memória a situação de desafio que lhe foi imposto pelo primo e também pela mãe, aquele a desafiou quanto à entrada no Liceu, pois, para ele, esta instituição era para meninos e apenas para quem provaria, na seleção, que realmente estava apto a entrar. Ela tomou isto como um desafio pessoal e silencioso, não assumindo claramente para seu primo, apenas para si mesma, que seria aprovada. O outro desafio foi com sua mãe:

Aí eu fui fazer o exame no Liceu, quando eu passei (que eu passei da primeira vez logo) a minha soube que o colégio era misto aí ela não quis, aí queria que eu voltasse, eu não queria que ela me desse nada, só queria que ela me desse os livros, que eu ia estudar e ficava por aqui (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em julho de 2015).

⁴⁶ A Escola Normal Rosa Castro foi instalada em 1916, na cidade de São Luís e fundada pela professora homônima. Escola exclusiva para meninas e de cunho particular.

⁴⁷ O Liceu Maranhense foi fundado em 1838, na capital do estado, representou um marco significativo para a educação local, pois foi o primeiro curso em nível secundário e buscava um padrão de ensino inspirado no Colégio Pedro II, na capital da província. Por um longo período, esta instituição foi reduto exclusivo de homens da elite maranhense, ficando dessa forma o ensino secundário público, quase inacessível à grande parte da população, por ser analfabeta e não ter condições financeiras para pagamentos de taxas e de algumas disciplinas. Apenas no início do século XX, esta escola adota o sistema misto de ensino, aceitando mulheres também e se mantém ao logo desse século como uma escola pública, porém elitizada e que era conhecida por ter um alto rigor em seu exame de admissão.

Lembra que entrar no Liceu era um desafio para uma moça, porque a maioria lá era composta de alunos, professores e funcionários homens, era um espaço muito mais masculino onde a presença das poucas moças chamava a atenção. Quando se deslocava para fazer a inscrição e prestar o exame de admissão, Maria das Dores recorda que viu uma outra moça indo na mesma direção e, ao perceber que estava insegura e preocupada, resolveu se aproximar, as duas entraram juntas para efetuar a inscrição usando uma à outra para enfrentarem os temores deste novo ambiente. Entraram juntas no Liceu porque ainda tinham muita vergonha dos rapazes que por lá circulavam e também do tipo de piadas lançadas às mulheres, como, por exemplo: ‘morena bonita’, ‘perna grossa’ e etc. No entanto, ela não considerava as investidas dos estudantes como algo que representasse uma agressão, para ela essas atitudes são típicas de homem, definindo entre risos que “homem sempre foi homem”. Este fato chama atenção porque, apesar de elas se sentirem coibidas a entrar no espaço, por conta dos rapazes e de suas investidas, ela não considerou isso uma forma de violência.

Fazia uma piadinha, uma coisinha, porque homem sempre foi homem, sempre gostou disso, uma piadinha: ‘morena bonita!’, ‘perna grossa’, aquela coisa, né? Mas a gente não tava nem aí, ela [a amiga Maria Lúcia] veio do interior pra estudar e eu também queria estudar (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em julho de 2015).

Bourdieu analisa relações sociais compostas em formas de violências simbólicas e suaves que são exercidas de tal forma que se tornam até invisíveis ou insensíveis às suas próprias vítimas. A violência simbólica se expressa numa imposição legítima e dissimulada, onde o dominado não se opõe ao opressor já que não se enxerga como vítima desse processo, ao contrário o oprimido considera a situação como natural, ela pode ser exercida em várias instituições na sociedade, inclusive nas instituições escolares.

Assim, “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 2010, p. 46).

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos (BOURDIEU, 2010, p. 50).

Ao destacar sua condição de estudante ela lembra que era considerada uma mulher muito corajosa por um colega de turma que enfatizava a vinda do interior para estudar e a entrada no Colégio Liceu.

Pela preocupação que tinha com os gastos que seus estudos provocavam para sua mãe ela teve muito cedo a preocupação em conseguir um emprego e para isso buscou, assim que chegou a São Luís e antes de fazer escola Normal e Ginásio, fazer o curso de datilografia, pois acreditava ser uma maneira de se empregar com facilidade, mas isso não ocorreu, porque a prioridade foi dada para os exames de ingresso no ginásio. Ainda no Liceu, conseguiu um trabalho de meio expediente no Fomento Agrícola⁴⁸ e por lá ficou até a entrada na Universidade, quando não foi mais possível conciliar as duas atividades.

Como preparatório para o vestibular, Maria das Dores fez parceria de estudo com uma amiga e não entrou cursinho por achar que sua estadia em São Luís rendia gastos demais à mãe, pois, apesar de morar com pai e a madrasta, a referência dela de sustento financeiro vinha sempre da mãe. Quando questionada sobre a escolha para o curso de Odontologia ela se define com um discurso da paixão pela profissão, desde a infância quando sua mãe frequentava o consultório, muito embora tenha pensado em fazer Agronomia, por conta dos negócios que a família de sua mãe mantinha no interior, considerava não sendo possível por que teria que viajar para outra cidade e sua mãe não aceitaria que morasse sozinha sem a supervisão de alguém da família. Não cursou agronomia também por uma questão de gênero, pois para a sua família ainda era muito complicado que uma moça viajasse para estudar em outro estado, mesmo que fosse para benefícios dos negócios.

A entrevistada Anildes, apesar de registrar a agravante dificuldade financeira da família, pois o pai tinha que administrar a divisão do rendimento para dez filhos, atribui grande importância em sua atividade estudantil e profissional ao pai, figura que servia como agregador da família e controlador dos filhos, realizando sabatina sobre conteúdos escolares, apresentando livros para a leitura dos filhos e acompanhando de perto o rendimento escolar dos mesmos. Garantiu escola particular para as filhas enquanto no ensino primário, estudavam no colégio São Luiz Gonzaga⁴⁹ e, mesmo atrasando os pagamentos, insistia para que os filhos permanecessem e, ainda de acordo com ela, não permitiu que nenhum dos filhos trabalhassem e, assim, atrapalhasse os estudos, usando frases do tipo: “Olha, hoje meu filho, a gente só vale pelo saber, esse ninguém tira” (Anildes, entrevista realizada em 04 de novembro de 2016).

⁴⁸ Em 1889, o prédio no centro de São Luís, largo do Diamante, passou a sediar a Seção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, funcionando a Superintendência Federal de agricultura do Maranhão. Em 1841, o local foi a sede da Escola de Educandos Artífices em São Luís, instituição que recolhia meninos de baixa renda para ensinar ofícios mecânicos.

⁴⁹ O Colégio São Luiz Gonzaga foi fundado em 1920, por Zuleide Bogéa, de cunho particular, oferecia curso primário.

Ao término do ensino primário, o pai não teve mais condições de manter o pagamento de escola particular e decidiram prestar dois exames de admissão para o ginásio, um na escola pública estadual, Instituto de Educação⁵⁰ e outro como bolsista em uma escola particular da capital, colégio Rosa Castro. Interessante notar que ela apresenta a si mesma como muito determinada nos estudos e na figura de acalmar o pai quanto à incerteza de seu futuro, refletindo tranquilidade e certeza na aprovação dos exames, sendo efetivamente aprovada nos dois e decidindo ficar na escola que oferecia conteúdo mais completo quanto à formação estudantil, o Instituto de Educação. cursou o ensino secundário no Liceu Maranhense onde obteve vaga diretamente do ginásio por conta do desempenho no mesmo, optando por fazer o curso clássico para área de humanidades.

Ao concluir o ensino secundário clássico no Liceu, Anildes já estava decidida a fazer o curso de Direito, destaca que ela e o pai viveram um impasse acerca do cursinho preparatório, pois o mesmo não tinha condições para pagar e as opiniões, em geral, eram de que esse era um curso para pessoas ricas e, portanto, de difícil acesso. Muito motivada em seguir a carreira profissional que o pai desejava, Anildes não desistiu do vestibular pelo fato de não fazer preparatório, mas, buscou alternativas. Assim, como forma de se preparar para o exame vestibular, Anildes usava a biblioteca pública Benedito Leite como espaço privilegiado de saber, além do apoio do pai, ela contou também com a ajuda do então namorado que a acompanhava nos estudos diários.

Anildes descreve o vestibular como um desafio, pois todas as disciplinas envolvidas eram eliminatórias, a cada aprovação o(a) candidato(a) se habilitava para nova prova. Outra parte do desafio também se dava porque a cada dia, ao anúncio dos aprovados e eliminados, havia um grupo de alunos veteranos que vaiavam quem era reprovado, causando medo e incômodo a quem prestava o exame, marcando as lembranças de quem viveu esse período.

Alguns alunos, os veteranos da Faculdade iam pra lá e aqueles que não passavam eles davam vaia, eu dizia: “Ah papai, eu não vou.”, por que chamava aí: “passou, foi aprovado, sobre pra sala tal...”, aí fazia a próxima prova ne? Eu dizia: “Ah papai eu não vou não, por que se eu não passar eles vão me dar vaia”. Aí então eu ficava, ia meu pai e minha irmã, ficava a secretária no pé da escada e nessa hora ia chamando os nomes dos que tinham sido aprovados, aí quando chamava “Anildes”, [o pai e a irmã] diziam: “vem corre, corre, foste aprovada!” (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

⁵⁰ O Instituto de Educação do Maranhão foi criado em 1939, como centro de referência para formação de professor primário, funcionando até início da década de 1970. Este instituto compreendia duas escolas: a escola primária com curso primário e pré-primário, a escola secundária com dois cursos, o fundamental e complementar, ministrados no Liceu Maranhense, ainda a escola de professor primário e escola de professor secundário. Ao longo da década de 1940, o Instituto sofre algumas alterações e passa a oferecer, além do ensino normal, o curso ginásial clássico e o científico.

Ela traça sobre sua trajetória estudantil uma visão complexa acerca de si mesma, pois ao passo que reforça palavras como “Não se preocupe, papai” ou “eu consigo!”, ela demonstra um posicionamento tímido quanto à espera dos resultados de suas empreitadas estudantis, quase sempre à margem e esperando pouco de si mesma, ao passo que também se descreve como muito esforçada e atribui esse esforço como forma de responder aos sacrifícios feito pelo pai.

[...] muito focada no estudo, eu tinha que vencer, achava que...eu via aquela situação do meu pai, aquela preocupação dele com dez filhos e ele batalhando como oficial de justiça, fazendo aquelas diligências, porque oficial de justiça na época ganhava salário de acordo com as intimações, com os mandados cumpridos. Então aquilo eu achava que ele se dedicava tanto à gente, assim...trabalhava, nunca deixou nós trabalharmos, ele dizia: “enquanto eu tiver condições, ou pouquinho ou não”, então aquilo (estudar) era uma maneira de nós retribuirmos a ele, muitos até parentes dele diziam assim: “Emprega essas meninas, não sei o que...no comércio”, ele dizia: “Não, enquanto eu sou vivo e tiver um pouco, os meus filhos não vão trabalhar, meus filhos estão aqui só pra estudar”, por que papai só tinha assim, acho que mal, nem terminou o ginásio completo, então aquilo ficou ne? (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Assim, é possível identificar que as mulheres analisadas enfrentaram muitos desafios para estudarem até o secundário, encarando tanto o estímulo e apoio de pessoas próximas, quanto as dificuldades econômicas, regionais e o machismo. Muitos dos problemas que envolviam tais mulheres eram reflexo das diversas formas discursivas produzidas no intuito de emoldurar o ideal feminino, reforçado nos suportes midiáticos, no discurso religioso e educacional, acerca da forma de comportamento cobrado às mulheres. As entrevistadas analisadas neste trabalho sofreram/sofrem e foram/são agentes na composição de discursos e práticas, ao mesmo tempo em que há um movimento de arbitrariedade do discurso sobre o sujeito, há também resistências e possibilidades de mudança, pois a formação discursiva é um lugar de poder.

As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança (BRAH, 2006, p. 371).

4.3 “Uma coisa que me emocionou muito foi o juramento, quando eu disse: “prometo! E eu prometi e cumpri”

Este trabalho observa e analisa as vivências de cinco mulheres no ensino superior em São Luís. Vimos, acima, as histórias de vida delas, lembranças da infância e os desafios e conquistas da escolarização formal. A partir deste ponto, vamos observar suas falas sobre a

experiência no ambiente universitário, atentando para a forma como elas entendiam/entendem e discursam sobre os conflitos, dilemas e abordagens envolvendo o fato de serem mulheres num espaço de poder tradicionalmente ocupado por homens.

4.3.1 “Nós, as mulheres, tínhamos as melhores notas”: análise das relações sociais e de gênero nos cursos de graduação

Geusa entrou para o curso de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão com 23 anos, em fins da década de 1960, antes de fechar sua opção por este curso cogitou fazer Direito, Medicina ou Química. A primeira opção veio por conta da experiência no cartório da cidade natal. Buscava uma profissão que envolvesse o trato com outras pessoas e fosse desafiadora no seu cotidiano, aborda uma opção racional pela escolha profissional, saindo do discurso mais comum que é a escolha pelo amor, como foi definido por outras entrevistadas.

Na condição de aluna universitária, Geusa destacou sua participação em eventos e seminários em várias regiões do país, era comum grupos de alunos e alunas se deslocarem para estas participações que se davam tanto na condição de ouvintes, mas também apresentando resultados de pesquisa, ela lembra dos congressos pela oportunidade de conhecer o novo, novas pesquisas dentro de sua área.

Presente em uma turma em que a maioria era composta por mulheres, inclusive vindas de outras cidades, Geusa aponta que ter maioria feminina gerou muitos conflitos entre os quatro rapazes da turma, pois, mesmo os homens em desvantagem numérica, havia disputa intelectual bem acentuada, onde os homens queriam ter o controle sobre a apresentação dos trabalhos, as exposições públicas e a obtenção das melhores notas.

É...a gente percebia ainda muito que os meninos, não só eu, mas a gente era umas mulheres fortes, todas as meninas na minha época [questionavam]: “por que só vocês? Não, quem vai apresentar é fulana”. E como nós éramos maioria, a maioria das nossas coisas eram apresentadas por mulheres (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2014).

Em seu discurso, ela também demonstra consciência própria e das mulheres da turma que estavam em disputa por uma hegemonia intelectual, havia uma disputa assumida para se estabelecer naquele território de poder que era a academia. Geusa recorda que havia necessidade de as mulheres da turma criarem uma imposição, caso contrário seriam suprimidas pelos rapazes. Lembra: “Tinham uns alunos de gênio muito forte, acho que acostumado a mandar e achar que ia mandar sempre e quando começou a encontrar as primeiras barreiras (conosco como colegas)” (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2014).

Por seu depoimento, observa-se as violências veladas e imbricadas no cotidiano, sobretudo de instituições, onde havia destaque para os rendimentos pessoais, como as de ensino. Apesar de as mulheres serem maioria na sala eram, constantemente, desafiadas pelos homens que buscavam controle intelectual, desta forma tinham que provar com frequência que eram boas alunas, buscavam as melhores notas e posições de destaque. O nível de disputa era tão grande que ela chega a relatar que as moças que desejavam ardentemente a nota máxima se sentiam humilhadas quando não conseguiam e os rapazes causavam tumulto quando as notas eram inferiores às das moças.

Ao ser questionada sobre o que mais lhe marcou na condição de estudante universitária, observa que foram as lutas dos anos de 1970 contra a ditadura militar, embora destaque que ela não sofreu e nem participou de atividades relacionadas diretamente a tais lutas, mas que tinha noção das muitas formas de resistência ao modelo ditatorial. Não fez política estudantil enquanto universitária, deixou esta experiência apenas no ginásio quando exerceu o cargo de tesoureira e secretária, cargos que tradicionalmente eram ocupados por mulheres.

Não...tinha, participava. Aqui quando nós chegamos em São Luís, ficamos longe disso, mas lá em Viana a gente tinha os grêmios estudantis e essa coisa, eu era secretária e tesoureira, essas coisas, arrumar os papéis a administração da coisa, eu gostava. Aqui já não entramos nessa (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2014).

Seus docentes, por sua vez, eram, em sua maioria, homens e para Geusa era muito claro como os professores eram melhores em sala de aula, ela os considera mais seguros nos conteúdos ministrados e até sugere que eles sabiam mais. Recorda que os cargos nunca eram chefiados por mulheres e define:

[As professoras] sempre tinham um chefe que era um homem e que fazia as coisas [elas diziam]: “Ah, o nosso departamento...nosso chefe quer que faça assim, nós vamos fazendo...não sei o que”. Mas eram boas professoras, mas era bem claro que quem mandava era os homens (Geusa, São Luís, entrevista cedida em julho de 2015).

Geusa demonstrou a compreensão de que as disputas de espaço se davam de forma múltipla entre os(as) alunos(as), porém, sua memória também reforça o caráter da unidade quando define que apesar dos desentendimentos a turma era muito unida e tinha na figura dela o ponto de coesão.

Rubenice, por sua vez, coloca-se como atraída pela profissão por conta do encantamento. Apesar de ela não dar destaque à figura feminina em sua fala e as retratar no

espaço público como algo trivial, percebe-se que foram as moças acadêmicas de Odontologia que chamaram sua atenção, moças que exerciam um papel de influência e, portanto, de estética e performance corporal em meio à sociedade que observava os(as) estudantes de ensino superior.

Quando tinha 12 anos, fui ao comércio (Rua Grande), pra comprar algo pra minha mãe, fui pela Rua da Paz, passei em frente da Faculdade de Farmácia e Odontologia e vi algumas moças com saia cor de vinho (a pedra do nosso anel é a granada (cor mais ou menos vinho), jaleco curto branco, sapatos e meias finas cor da pele (acho que meia calça), achei lindo, aí pronto, o amor pela Odontologia cresceu mais ainda. Chegando a minha casa perguntei pra minha mãe se era mesmo o Curso de Odontologia e ela confirmou. Não tive outra escolha (Rubenice, São Luís, entrevista cedida em junho de 2014).

Vinda de uma família com forte base cristã-evangélica, ela define muito as etapas da sua vida destacando que o seu acesso ao ensino superior foi resultado de uma política familiar onde se entendia que “querer é poder”.

Levando para o lado Bíblico é muito mais verdadeiro ainda, o apóstolo Paulo disse: “Posso todas as coisas Naquele que me fortalece”. Portanto, pra ter acesso ao curso superior nenhuma dificuldade, pois minha obrigação era só estudar e confiar no meu Deus. Nasci num lar Evangélico, sou evangélica e sempre dependi do meu Deus, por isso posso tudo, faço minha parte e Deus me abençoa. Tudo é possível àquele que crê em Deus, através de Seu filho, Jesus Cristo (Rubenice, São Luís, entrevista cedida em junho de 2014).

Com o lema de que a “obrigação bem feita leva à felicidade” ela acaba encobrindo detalhes das suas experiências, quando, por exemplo, ao rememorar seu período de estudante universitária sua frase chave define: “nada de ruim aconteceu, tenho boas lembranças de bons professores”, destacando apenas que as moças de sua turma disputavam as melhores notas e posições na academia, que, por sua vez, se dava com ela que era considerada a melhor aluna na turma.

Entre os(as) 16 alunos(as) a sala era composta igualmente por homens e mulheres. Lembra de pessoas de outros estados em sua turma, sobretudo o Ceará, inclusive moças que se deslocaram para São Luís e completaram a graduação na universidade maranhense retornando aos seus espaços de origem apenas após o término do curso. Essa prática era muito comum, tem-se registros de inscrições no vestibular e matrículas em que a presença de pessoas de outros estados era absolutamente frequente e isso em várias épocas.

O perfil de jovens de sua turma era composto por pessoas sem muitas condições financeiras e de origem familiar humilde, o que era um problema pois, neste momento, a

universidade mantinha taxas anuais e afora isto os(as) alunos(as) ainda tinham que comprar seus materiais das aulas práticas. Para sanar este problema e também pela estrutura mínima que a universidade disponibilizava, de equipamentos odontológicos na sua clínica-escola, a turma de 16 pessoas era separada em dois grupos, onde os mesmos eram divididos entre turma masculina e feminina, assim a compra dos materiais era dividida também e compartilhada. Ela lembra da dificuldade que a mãe teve em manter as primeiras taxas da universidade, mas, tão logo conseguiu uma bolsa de estudo e depois uma bolsa trabalho, com a qual passou a comprar seus instrumentos e materiais.

Desconsidera qualquer diferenciação de gênero, não faz qualquer observação de minimização da mulher no ambiente universitário, porém, sua visão sobre a mulher ainda leva em consideração que o homem exerce papel de cabeça e a mulher, na sua paráfrase, seria o pescoço. Mais uma vez evoca o discurso bíblico e justifica assim a submissão feminina o que nos faz refletir sobre algumas questões: Se ela percebe a mulher na sociedade como um ser ainda inferior ao homem e que deve a este obediência, como seria possível para ela identificar as micro relações de poder no cotidiano? Como perceber as violências veladas, se para ela as atitudes masculinas eram legítimas? Desta feita, balizada pela noção de que homens e mulheres tinham papéis específicos na sociedade, onde a cada um cabia uma função social diferenciada, não questionava, nem questiona, as imposições e limitações vivenciadas ao longo da vida.

Segundo Bourdieu (2010, p. 15), o poder simbólico se configura justamente por não ser facilmente identificado nas esferas de exercício: “O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força”. Dessa forma, as relações de poder existentes no cotidiano, sobretudo das questões de gênero, são acometidas de forma tão repetida e legitimada que parecem não existir.

Como seu olhar para as relações na universidade entre os gêneros se deu de forma a perceber apenas a harmonia, talvez seja uma indicação de que os processos de imposição do poder aconteciam, podendo até cogitar um possível papel secundário no meio acadêmico.

A mulher tem valor quando ela mesma se digna em valorizar-se, sendo ou não formada, dona ou não de casa. Costumo dizer: se o homem diz que ele é cabeça da mulher, eu digo: Se o homem é a cabeça, a mulher é o pescoço dele. Toda Mulher sábia edifica sua casa, mas a tola, derriba-a com as suas mãos. Essa sabedoria, não é a secular, mas sim a sabedoria divina, vinda lá do alto, ela terá que buscar em Deus, para poder dirigir sua casa. Toda mulher cristã deveria ler a Bíblia para saber o valor que ela tem (Rubenice, São Luís, entrevista cedida em junho de 2014).

A terceira entrevistada a relatar suas vivências no espaço acadêmico foi Suely e em uma das primeiras histórias que ela fez questão de contar, ao começarmos a entrevista, foi a retaliação que sofreu de uma professora na faculdade, pois teria que sair sempre antes da aula terminar para cumprir sua jornada profissional no expediente noturno. Lembra que a referida professora também tinha um cargo na mesma instituição, sabia dos critérios de horários, mas, não se sensibilizou com a causa da colega de trabalho e aluna. Ela se refere a este fato como falta de solidariedade entre colegas de profissão e entre mulheres, fato este que já demonstra que parte do empoderamento feminino perpassa pela questão de identidade coletiva.

O trabalho como educadora na Fundação Roquette Pinto é apontado no discurso de Suely por duas perspectivas: uma medida salvadora para a economia doméstica, isso também muito porque o salário era considerado o mais alto entre os de professores(as) da época; e uma medida que também a atrapalhou de vivenciar experiências na condição de estudante universitária, ela demonstra que sentiu muito por não acompanhar a sua turma em todos os projetos, mas que foi em busca de alternativas para uma experiência mais prática em Farmácia, quando cursou entre 1972-75.

O pessoal de Farmácia eles viajavam muito tinha o CRUTAQUE, tinha o RONDON⁵¹ até pra ter as experiências na em outros lugares, eles viajavam muito e eu como dependia desses empregos, até porque minha família não tinha lá essas condições, aí eu deixei de participar de muita coisa, muitos eventos, de muitas viagens que eles foram, mas isso também não diminuía nada assim rendimento, era mais prática, social, agora final de semana a gente ia pra Raposa eu mais uma turma, uma equipe médica, tudo em prol do dinheiro né? Aí a gente ia pra Raposa, mas foi uma coisa que a gente se deu bem, a Raposa era bem pobre, mas muito pobre, muito problema de saúde aí ia geralmente uma equipe, ia dois médicos, dois farmacêuticos, dessa minha equipe, aí a gente ia pra lá dava assistência, não sei se era uma, uma alguma coisa do Rondon, não sei bem como era esse projeto, eu sei que eles pagavam um salário carteira profissional, mas era só domingo mesmo aí a gente ia pra lá (Suely, São Luís, entrevista cedida em julho de 2014).

Mas, ainda assim, buscou medidas alternativas para as suas experiências acadêmicas e aumentar os rendimentos, pois, como relatou, foi também interessada no dinheiro de bolsista do projeto também passando a sacrificar o domingo para atividades extracurriculares. Define

⁵¹ O objetivo principal do Projeto Rondon era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. A intenção era oferecer ao Estado outra alternativa, além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e ao patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares. Secundariamente, no entanto, a Operação Rondon estava integrada aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas. Uma das atividades enfatizadas pelo projeto era a realização de práticas assistenciais voltadas para as populações carentes e, com isso, muitas pessoas viram pela primeira vez um médico ou um dentista

que sua maior dificuldade para se manter no ensino superior foi o tempo para estudar e cita o desempenho negativo por conta de sua atividade profissional, mostra que seu rendimento estudantil não era pior que o de sua turma e conta os sacrifícios para manter o nível de estudos, tendo em vista que seus(as) colegas de turma eram todos(as) estudantes profissionais.

Aluna do curso de Farmácia em uma turma composta, inicialmente, por muitos alunos(as) vindos de outros estados, como Rio de Janeiro, Piauí, Ceará e Minas Gerais que no segundo período conseguiram remover suas matrículas para seus estados de origem ou ainda mudaram de opção nos estudos para voltar à terra natal. Com as saídas, a turma ficou com 12 alunos, sendo 8 mulheres e 4 homens.

Ao ser questionada sobre as relações entre homens e mulheres, no cotidiano da Universidade, ela pensa alguns instantes e responde com voz meio arrastada (de quem tenta lembrar de alguma história) que não percebia qualquer diferença na condição de alunos para homens e mulheres. No entanto, com o surgimento de outras perguntas ainda permeando esta temática, ela apresenta um posicionamento sobre os desempenhos acadêmicos que leva em conta a questão de gênero e os estereótipos existentes.

Inclusive parecia assim que as mulheres eram até mais poderosas, eram estudiosas, mais estudiosas, os homens eram mais relaxados, agora só que os homens pareciam ser mais inteligentes, alguns, um ou dois, eram mais inteligentes, assim...principalmente nas aulas de estatística, de economia, aí sempre a gente achava que o homem, os homens absorviam com mais facilidade essas duas disciplinas, mas as outras botânica, fisioterapia, as outras disciplinas que tem mais teoria, elas não tem muito raciocínio aí as mulheres dominavam, mas as que tinham cálculos, estatística, economia aí a gente tinha que pedir explicação pra eles, a gente se reunia pra estudar, aí eles nunca rejeitaram assim...ajuda pra gente nunca fizeram isso sempre contribuía querendo que a gente também, é, todo mundo passasse de ano, ninguém ficasse de recuperação, eles falavam, então sempre teve essa ajuda na turma pra seguir todo mundo junto, todo mundo se formou e foi muito bom (Suely, São Luís, cedida em junho de 2014).

Numa fala de tolerância e igualdade Suely cita, por diversas vezes, que nunca houve conflitos entre as pessoas de sua turma, que era baseada na solidariedade, na irmandade e atribui isso também ao fato de ser uma turma pequena. No entanto, ao mesmo tempo que ela lança esse patamar de igualdade entre homens e mulheres, na condição de estudantes, ela reforça um estereótipo de gênero muito difundido ao longo da história, o de que aos homens caberiam mais ensinamentos da área de raciocínio lógico e às mulheres da área de leitura, esse discurso se fortaleceu muito para coibir o acesso em áreas tidas como mais difíceis e limitar o rol de possibilidades para o estudo feminino, também devido as percepções de assimetria entre os sexos.

Por uma perspectiva mais sutil, a noção dessa divisão ainda era propagada nas universidades brasileiras, podendo observar como a presença feminina aumentou assim que os cursos da área de humanas foram criados. Elizete Passos descreve que “Na Bahia, dificilmente encontrava-se mulheres nos cursos de Engenharia; no de Medicina, basicamente na especialidade de puericultura; e dentro da Faculdade de Filosofia, nos cursos chamados de área científica (Matemática, Física e Química). Concentrava-se nos cursos denominados de humanidades (Pedagogia, Letras, Psicologia)” (PASSOS, 1999, p. 34).

Maria das Dores, por sua vez, narra que é vista por sua família como sendo a pioneira a realizar um curso superior, vindo de família com tradição no campo, ela destaca que a figura paterna foi um dos motores para a busca de uma profissão especializada, inclusive sugerindo uma carreira profissional.

Ele (pai) era inteligentíssimo, ele era marítimo, muito inteligente, por sinal muita coisa que eu sei foi ele quem me ensinou, se eu sei ...é...adoro fazer fração, foi meu pai que me ensinou, eu aprendi com ele fazer palavras cruzadas, eu aprendi com ele, ele era muito inteligente, dos meus ancestrais do lado dele a avó dele era índia e o avô holandês, a gente vem de holandeses e índios, pelo contrário ele sempre incentivou, sempre incentivou, sempre, nunca questionou porque que eu faço isso, porque eu faço aquilo, ele dizia o seguinte: “tu devia fazer era Direito, porque tu és muito rigorosa nas tuas coisas”, eu sempre fui assim, é pra fazer, é pra fazer, negócio de ah...deixa pra depois, não, cheguei até, parece incrível, cheguei até a tentar pensar em fazer Direito, mas não dá, não deu não (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

No curso de Odontologia na Universidade Federal do Maranhão, em 1953, Maria das Dores destacou que tinham 24 alunos(as) sendo a maioria proveniente do Piauí e composta por homens, recorda que as turmas de Farmácia e Filosofia tinham maior presença feminina. Apesar de grande parte dos docentes também ser de homens, ela lembra de duas professoras e se torna muito categórica ao responder sobre a diferença entre homens e mulheres afirmando com rapidez que não percebeu qualquer trato, relação diferente ou desafios maiores para as mulheres dentro do ambiente universitário.

Ela interpretou as perguntas sobre mulheres no âmbito universitário muito no sentido do respeito em relação ao namoro ou questões do tipo, sempre associando a existência de respeito entre colegas e professores, bem como comparando com os dias atuais em que esta relação já não era visível, segundo ela.

Destaca que era muito admirada por estar na universidade, em meio à realidade na qual a maioria das jovens encerrava os estudos na escola normal.

A gente era é admirada ne? Por tá fazendo uma profissão, a minha família eu fui a primeira mulher da minha família a fazer curso superior, porque todos faziam curso Normal, a mulher era fazer curso Normal e não curso superior, daí quando meu primo falou que no Liceu só passava quem sabia é que era pra fazer a Escola Normal na Rosa Castro que as minhas primas, são três, e todas as três eram normalistas, da minha época, e eu fiz curso superior em odontologia (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Toda vez que foi questionada sobre a relação entre homens e mulheres no cotidiano e ambiente estudantil, ela assume um discurso bem firme e categórico sobre a plena igualdade de sexos nos espaços públicos, muito embora seu discurso seja contrariado com frequência por dados da sua experiência e violências vividas no cotidiano, como por exemplo: não ter feito o curso de agronomia, pois teria que se deslocar do Maranhão para outro estado; ter sofrido piadinha dos rapazes por ser uma mulher num ambiente quase que, absolutamente, masculino; ter sido desafiada por seu primo ao afirmar que o Liceu era um local só para quem estudava, considerando que ela não estava em nível adequado para ser aprovada; e ainda o fato de sua mãe desejar que seguisse o caminho da família parando os estudos no curso normal, pois garantia profissão. Ou seja, ao longo de sua expectativa em relação à educação, Maria das Dores sofreu várias formas de imposições e violências pelo fato de ser mulher, mas ela não as associava enquanto tal.

O curso de Odontologia é conhecido por altos gastos na manutenção, mas Dorinha lembra que em seu período universitário não havia taxa de matrícula e a maioria dos instrumentos era oferecido, o material comprado por cada aluno(/a) era muito pouco, o que facilitou sua manutenção na universidade em termos financeiros. Também fez muito uso da biblioteca, pois o dinheiro que sua mãe mandava quase não dava para adquirir livros.

Aqui também é possível observar outra questão de poder de gênero que a envolvia, pois, a sua mãe é sempre citada como sua mantenedora quase que exclusiva, mesmo quando mudou-se para a capital, morando com pai e madrasta. Esse poder econômico da mulher/mãe de Maria das Dores é citado ao longo da fala, em vários momentos, mas sem ser destacado.

Sempre tem uma dificuldade, você quer aquele caderno e não tem o caderno tinha que esperar mamãe mandar o dinheiro, aí o meu pai trabalhava numa firma chamada Aracati Campos, era justamente marítima, essa firma faliu, nesse tempo o INSS como é hoje, e aí então ele teve que se afastar aí começou dificuldade (Maria das Dores, São Luís, junho de 2015).

Lembra da universidade como um momento de muita dedicação e professores muito rígidos tendo como constante o medo de uma reprovação. Também desempenhou na universidade atividades de extensão, e tendo compreendido a importância do contato com a

comunidade, solicitou a participação em um estágio próximo à estrada de ferro e que atendia um bairro carente da cidade, esta foi uma das alternativas também para sanar algumas das dificuldades financeiras para concluir o curso. Destaca muita atenção para o que chama de odontologia social fato que a levou a fazer um curso interdisciplinar em Saúde Coletiva.

Quando pensa na sua trajetória estudantil ressalta que de todos(as) os(as) colegas que saíram da cidade natal para estudar na capital, ela foi a única que conseguiu entrar num curso universitário, sendo também a primeira mulher da sua família a conseguir.

A última entrevistada foi Anildes de Jesus que cursou a Faculdade de Direito, no período entre 1965 a 1970, à época a turma tinha uma única entrada com 70 alunos(as) e funcionando, inicialmente, apenas no turno matutino. Passou no vestibular com 17 anos e lembra que era uma das mais jovens da turma, composta por muitas pessoas já casadas e algumas que até trabalhavam. A maior questão apresentada por ela, no ensino superior, não foi de gênero nem racial, mas de classe.

E no tempo da faculdade assim eu nunca sofri nenhuma discriminação racial, eu sabia que tinha, lá na faculdade nós tínhamos um grupinho que era de gente mesmo pobre, nós tínhamos esse grupinho que era cinco ou seis colegas meus, minha família era assim não tinha condições, a maior parte das faculdades mesmo os outros eram filhos de secretário, era só gente que tinham posses, condições financeiras, mas aquilo foi algo que acho que me incentivou muito mais, tinha colegas que cada dia, que era filho de secretário, que cada dia ia com um tipo de roupa, era maquiada e aquilo e tal, então aquilo nunca que sentia assim...inveja, tinha até assim, mas uma inveja sadia, meus colegas diziam assim...(não completa), eu digo: “Não, se ela troca hoje vários vestidos, etc...eu tenho certeza que Deus vai me ajudar e eu vou realizar todos os meus sonhos (Anildes de Jesus, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Por mais que não houvesse articulado em sua fala, Anildes demonstra ter noção da diferenciação no interior da categoria ‘mulheres’ e na percepção sobretudo de classe, mas também de raça. As estruturas sociais, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constituída dela (BRAH, 2006).

Isso significa que a ‘posição privilegiada’ das mulheres brancas em discursos racializados (mesmo quando elas compartilham uma posição de classe com mulheres negras) deixa de ser adequadamente teorizada, e os processos de dominação permanecem invisíveis (BRAH, 2006, p. 351).

As questões de conflitos e imposições de gênero foram invisíveis para ela, destaca apenas que havia número significativo de alunas em sua turma, mas, que a maioria delas só falava de futilidades, de festas e vestidos novos, então mesmo que indiretamente, ela aponta

uma posição de que as moças, filhas de família com maior condição financeira, não tinham o curso superior como prioridade. No entanto, como mostram as histórias de vida das entrevistadas, as mulheres das camadas não privilegiadas também entraram na universidade, não limitando sua formação em cursos profissionalizantes, embora os tenham feito a exemplo do curso normal e de datilografia. Destacou muito que se aproximou de um grupo composto por pessoas que tinha sua mesma condição social.

Nós ficávamos aqui e minha meta ali era só estudar, enquanto elas falavam de futilidades, de festa tal de troca e não sei o que, e eu só na preocupação, nós não tínhamos livros, não tínhamos esses livros de Direito, que eram livros caríssimos, meu pai não tinha condições de comprar, que eu fazia: eu não perdia uma aula, enquanto o professor tava lá, eu tava aqui copiando, e depois eu ia fazer minhas pesquisas na biblioteca pra poder crescer aquele, fazer o caderno, então eu estudava pelo meu caderno, o professor dizia e eu completava com os livros da biblioteca. (Anildes de Jesus, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016)

No entanto, ainda assim, descreve que não ter percebido qualquer forma de discriminação de gênero e raça:

Não, diretamente não, sabia que tinha, tinha...mesmo que eu sempre fui assim um tipo de pessoa muito tímida, eu chegava e eu não me dava com todo mundo, com todos os colegas não, eu tinha o meu grupinho (Anildes de Jesus, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

O seu isolamento durante a graduação pode ter corroborado para que Anildes não pudesse identificar, com maior clareza, situações de discriminação e diferenciação do cotidiano.

Eu nunca sofri assim, até por que eu nunca gostei assim de...ah, tinha festa, eu não iria, não gosto e não ia na festa por que minha mãe me ensinou: “ou você ia bem vestida, ou não ia”, esse negócio de fazer feio e de se sentir inferior, então eu não iria, eu não ia nas festas, tinha as baladas lá (Anildes de Jesus, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Reserva esta registrado ao longo de toda sua vida social, pois não compartilhava das mesmas condições sociais que as pessoas de sua vivência e isso provocava nela um interesse em se afastar. Quando cita, por exemplo, o caso do ensino primário que, por não ter dinheiro para o lanche, se isolava na sala de aula; ao fazer o exame vestibular, ao se distanciar das pessoas por conta do receio de não ser aprovada e medo da retaliação dos veteranos da faculdade e ainda ao longo dos cinco anos de faculdade de Direito. Além de ser um reflexo de uma condição social aquém à da maioria das pessoas de seu convívio, também se deve ao protecionismo do pai, que tentava cercar a filha de cuidados ao longo de várias etapas da vida,

até mesmo na fase de exercício profissional. Ao mesmo tempo que o pai exercia sobre ela um papel muito protecionista, ele também indicava a ela apoio e empoderamento, sobretudo ao que se referia à perspectiva racial.

Anildes cita duas situações que lhe marcaram no ensino superior: a primeira refere-se à falta de condições para se alimentar na faculdade, tanto ela quanto os colegas de grupo, seu namorado, ao saber disso, passou a comprar um único lanche e levar todas as noites na faculdade, o mesmo era dividido por cinco pessoas. A segunda situação refere-se ao fato de que quase ao final do curso seu pai estava muito preocupado por não poder lhe comprar um anel, então ela conseguiu um emprego provisório como professora de português no Centro Caixeiral⁵², porém, para que pudesse assumir esse emprego ela deveria mudar o turno de seu estudo. Foi então que solicitou a troca de turno diretamente ao diretor da faculdade de Direito, e o mesmo negou o pedido.

Aí quando fui falar com o Diretor (da Faculdade), por que como eu consegui pela manhã e eu estudava pela manhã e era pra passar pra noite, que era pra me transferir, [...] aí meu pai contou da nossa situação, que ele tinha tantos filhos, aí o diretor olhou, não mandou nem nós sentarmos, aí ele olhou e disse: “olha, se tu não tem condições de tua filha, condições de manter tua filha numa faculdade, então tira”, aí aquilo me chocou ne? Aquilo da situação financeira não é? [o diretor da Faculdade ainda disse assim:] “Então tira, tira tua filha, mas tá indeferido o pedido dela, tá indeferido por eu não posso, se ela acha que deve trabalhar então tira ela da faculdade.”, e aquilo, aquilo me doeu muito, foi que eu disse: “Papai, papai não se preocupe, se não tiver condição de eu ter um anel, eu não faço questão. (Anildes de Jesus, entrevista cedida em novembro de 2016)

A percepção dela sobre a relação de gênero da faculdade, parece ser projetada de duas formas: na primeira ela tem como base o abismo social entre seu pequeno grupo de cinco amigos, que viviam uma realidade à parte da turma, eram pobres e, portanto, não tinham o convívio social ampliado, sendo que os outros sessenta e cinco da turma aparecem no discurso dela apenas como pessoas filhas de famílias influentes, que viviam em “baladas” e em futilidades. Já na sua segunda abordagem, ela se refere à turma como muito entrosada e não contabiliza nenhuma distinção entre homens, mulheres, questão racial ou de classe, usa afirmações como:

Mas também nunca vi, porque lá na faculdade de Direito era todo mundo tão entrosado, eram os homens, as mulheres, nós brincávamos muito, nunca tive assim a distinção (Anildes de Jesus, São Luís, entrevista realizada em novembro de 2016).

⁵² Escola Técnica de Comércio do Centro Caixeiral, fundada em 1890, na cidade de São Luís, funcionava como uma instituição beneficente e mantida por um grupo de associados para promover a instrução de jovens carentes. Anteriormente, no mesmo prédio funcionava a casa de recolhimento Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.

Se ela destaca que a maior parte do tempo vivia isolada da turma, esse entrosamento e respeito entre homens e mulheres não seria uma projeção de sua experiência do pequeno grupo para um corpo maior? A não identificação de qualquer vivência envolvendo a turma no período da faculdade, uma vez que ela não conseguiu relatar nenhuma experiência coletiva com a turma, parece muito mais um reflexo de que seu afastamento social não permitiu que ela percebesse as questões que estavam ao seu redor.

Destaca também que não participava de congressos e seminários porque não tinha condições financeiras para tal, lembra ainda que mesmo os projetos na faculdade que ofereciam um retorno financeiro ela era impedida pelo pai de participar, por seu caráter protecionista:

Eu nunca tinha ido, por que meu pai, era aquele tipo de pai assim muito protecionista, tinha aquele negócio de Projeto Rondon de viagem, pra viajar e papai nunca deixava, ele tinha muito medo, papai era muito nervoso com medo da gente sair e acontecer alguma coisa, a gente nunca participou assim (Anildes de Jesus, São Luís, entrevista realizada em novembro de 2016).

Observa-se então, com as falas registradas nas entrevistas, as marcas das influências do poder, evidentemente masculino, sobre seus corpos, suas escolhas e comportamentos, pois, como define Foucault (1988), o poder é socialmente ubíquo, espalhando-se por todos os aspectos do sistema social e psicologicamente muito invasivo, o poder é e não há fora do poder, sobretudo em instituições e relações em que ele não está marcado, como no caso professor(a) x aluno(a), pai x filho(a), marido x esposa, Diretor/alunos. Ainda assim, essas hegemonias de grupos dominantes não são absolutas e o processo de resistência acontece, seja de forma assumida ou mais silenciada.

Dessa forma, das cinco entrevistadas, a que mais demonstrou ter clareza dos conflitos de gênero no espaço acadêmico foi Geusa, dentre outros aspectos, isso também se deu porque as disputas e imposições da questão de gênero foram postas de forma mais aberta em suas experiências.

Para as cinco mulheres entrevistadas, chegar até a formação em nível superior era um passo muito importante, visto que foram as primeiras de suas famílias a cursarem uma faculdade. No entanto, para três delas que decidiram traçar o caminho do magistério superior, houve a necessidade de também realizar cursos de pós-graduação e, por consequência, de sair do estado do Maranhão para realizá-los.

Geusa, após a conclusão dos três primeiros anos em Farmácia, realizou habilitação em bioquímica e, nessa ocasião, conseguiu uma bolsa de pesquisa para acompanhar uma docente

no recém-criado curso de Biologia. Essa experiência fez com que se interessasse pela carreira na pesquisa e docência superior, mas, esse objetivo teve que ser adiado em virtude de sua mudança de cidade para acompanhar o marido em um novo trabalho. Fez mestrado e doutorado também na UFMA, mas já na condição de professora efetiva da Universidade e isso após sua aposentadoria num primeiro emprego federal no Ministério da Saúde.

Maria das Dores, após sua graduação e já estar trabalhando como cirurgiã-dentista, se encontrou enquanto professora temporária da Universidade Federal do Maranhão, despertando para a continuação dos estudos, buscou então realizar o curso de especialização em São Paulo, mas teve que sair fugida, abandonando o marido e deixando os filhos temporariamente, afirma com voz muito categórica que se não fosse fugida ele não a teria deixado ir. Num clima de incertezas ela foi a São Paulo e descreve os muitos sacrifícios que fez deixando todo seu salário, que já tinha como professora auxiliar na Universidade Federal do Maranhão, com uma amiga que administrava o dinheiro e os cuidados com as duas crianças. Somente depois de conseguir alugar um apartamento próximo da Universidade, em São Paulo, e encontrar escolas consideradas boas para os dois filhos é que os mesmos a acompanharam encerrando definitivamente o casamento.

Sua trajetória estudantil se deu com especialização, mestrado e doutorado em São Paulo, lembra dos múltiplos desafios desta empreitada pois já era casada e tinha dois filhos em idade escolar. Os benefícios se deram porque já era professora auxiliar na Universidade e ganhou bolsa Capes para continuação dos estudos, ficando por seis anos e realizando especialização e mestrado, entrou no doutorado, mas não concluiu devido à cobrança de retorno ao trabalho.

Foi possível perceber uma série de discursos com tendência a negar qualquer forma de discriminação à mulher dentro do âmbito educacional, mas, ao mesmo tempo, apresentando as contradições dessa negação ao citar exemplos em que as mulheres ficavam em papéis secundários. Na organização das falas, o que se mostra mais claramente é que esse recurso da memória sobre as relações entre os sexos estaria balizada na paridade masculina e feminina.

Em todas as entrevistadas, a concepção de igualdade dentro da academia era uma constante, apenas uma percebeu claramente a distinção entre os sexos e fez a leitura de que mulheres e homens disputavam espaços intelectuais e que, muitas vezes, a mulher ficava uma atividade secundária.

Em seu trabalho sobre acadêmicas da Faculdade de Filosofia da USP, nas décadas de 1950-60, Blay (2004) também entrevista algumas mulheres e estas não identificaram discriminações para as mulheres dentro da Universidade, mas, ao mesmo tempo que diziam isso, elas identificaram dificuldades como: concursos para as cátedras e não apenas as mulheres

como professoras assistentes e a pouca presença de mulheres em cursos mais tradicionais, como Direito e Medicina, acreditava-se que era desperdício de dinheiro público ter mulheres em cursos que abandonariam ou não exerceriam a profissão.

Acredita-se que parte desse processo discriminatório envolvendo mulheres na educação tenha forte discursão curricular, pois nos mais diversos níveis de ensino, refletem os conflitos de interesse e poder sobre aquilo que é “válido” ser reproduzido, onde levantam-se questões como: “Tem mais valor o conhecimento de quem?”, “Fala-se sobre quem?”, “Tal conhecimento serve a quem?” Nos currículos escolares, normalmente, são ausentes as vozes, as práticas culturais e o significado do estilo de sujeito concretos.

A distribuição desigual do poder político, econômico e cultural caracteriza os currículos nos quais se concentram disputas entre grupos. Para entender um pouco mais essa questão, vale observar um pouco da história do elaboração do currículo e de como ele foi constituído ao longo dos tempos.

4.4 “Não quero me casar cedo”

A tríade de que a mulher deveria ser uma boa filha, esposa e mãe permeia o ideal de mulher por longos séculos, a despeito dos diversos significados que se encerram nas representações desses papéis e na forma de vivê-los por pessoas com diferentes marcadores sociais e ao longo do tempo. De toda forma, muito se exigiu da moral feminina, dos comportamentos públicos e de sua educação. Até fins do século XIX, o dote ainda representava forte relação entre casamento e distribuição de riqueza, quando por força da própria mudança econômica, no início do século XX, o dote material vai sendo substituído pelo dote intelectual, de forma que ainda reforçava muito o papel do que a educação feminina deveria atender às exigências de suas funções baseadas na tríade: filha-esposa-mãe.

Repetia-se insistentemente que a mulher precisava ser educada para poder exercer seu papel de mãe. Uma das principais justificativas aventadas era a complexidade dessa função, em nome da qual as mães eram estimuladas a cuidar pessoalmente de seus filhos e desaconselhadas a delegar essa tarefa a qualquer pessoa (FREIRE, 2009, p. 136).

Apesar de considerar que o século XX representou um marco significativo para mulheres, no que tange à instrução formal e concepção higiênica de namoro e casamento, afastando um pouco a ideia de que as moças deveriam casar ainda muito jovens, ainda parecia que a finalidade principal de uma jovem culminaria no casamento e na maternidade, principalmente nas veiculações da comunicação e religião. Ainda assim, dentre as

entrevistadas, pudemos perceber que a importância do matrimônio estava em segundo plano e mesmo o namoro era algo que tentavam evitar, sobretudo pelo receio de terem vários namorados e ficarem mal faladas, fato este que demonstra a extensão das tradicionais cobranças sociais acerca do comportamento da mulher.

Assim, as entrevistadas demonstravam uma certa resistência ao namoro e casamento muito adiantados, por que consideravam que poderia atrapalhar estudos e qualificação profissional. Por exemplo, Geusa considerava que, se namorasse cedo, não conseguiria estudar, que era seu principal objetivo ao se mudar de cidade.

Não quero me casar cedo e como eu já comecei um pouco tarde esses quatro anos que eu já deveria tá lá, fiquei um pouco com minha turma, sempre a mais velha daquele grupo [...]. Não quero ter muitas histórias de muito namoro, talvez por isso tenha me casado com esse meu marido, por que eu não dei essa bobeira de chegar aqui [São Luís] e querer e ir pra essa abertura que já tinha, mas de mim eu dizia se eu for por esse caminho eu esqueço esse outro, eu não sei fazer duas coisas assim tão bem, não, não (Geusa, São Luís, Entrevista cedida em junho de 2014).

Outra preocupação era não ter muitas histórias de namoro, mesmo que fosse um pouco mais velha e até atribui o seu desinteresse ao fato de ter se casado com um rapaz que conheceu na adolescência, em Viana.

Concepção semelhante teve Maria das Dores, que buscou no trabalho e estudos seu desejo de conquistar independência. No entanto, antes mesmo de entrar para a Universidade ela fez um acordo, não mediado pelos pais, de casamento com um primo seu, os dois prometeram se casar após a conclusão dos respectivos cursos de graduação e, assim, ele foi estudar no Rio de Janeiro e ela continuou em São Luís. Por conta dessa promessa, ela se sentia realmente comprometida com ele, mantendo contato por meio de cartas, define que esta relação à distância fez com que se fechasse totalmente para outras experiências que poderia ter vivido.

Porém, após o término de seu curso universitário, o rapaz se estabeleceu no estado do Rio de Janeiro e por lá mesmo já casou, encerrando um ciclo de compromisso que ela acreditava que tinha. Só posteriormente à essa relação foi que veio o namoro e casamento, já na condição de cirurgiã-dentista.

Quando se casou já estava formada e com seu primeiro consultório montado. Durante a entrevista definiu que sua escolha matrimonial não foi a mais acertada, qualificou o ex-marido como “preguiçoso”, pois fez curso técnico em contador, mas não desempenhou a função, ficando muito ligado à profissão e rendimentos dela, destacou ainda que o interesse dele pela bebida e desinteresse por crescimento profissional fez com o casamento acabasse. Apesar de

ele ter sobrevivido de seus rendimentos, ela o mostra como alguém que limitou suas atividades profissionais.

Eu era muito presa assim dentro da minha profissão, e eu com esse casamento, com essa maneira de querer crescer, de querer chegar lá, era muito ruim. Ele não queria crescer, era só bebendo, arranhou um emprego...ele é...quando eu conheci trabalhava como representante da Gaiva do Brasil, é uma firma de medicamento afamada no Brasil, mas ele se estragou com isso (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Observa-se que ela vivenciou uma das inúmeras formas de violência no matrimônio, no sentido de dominação sentimental, econômica e psicológica, e onde o fim do casamento também simbolizou um processo de libertação e continuidade nos estudos, ao realizar a pós-graduação.

Já Suely começou a namorar quando estava cursando a Escola Normal e conheceu o namorado ao fazer um curso de datilografia, vindo a se casar oito anos depois. Apesar de iniciar o namoro ainda bem jovem, ela foi orientada pelo irmão mais velho e pela mãe a buscar primeiro a formação profissional para depois concretizar o casamento, vindo a se casar anos depois de formada. Assim que se casou teve que abrir mão de uma experiência profissional vivida na cidade de Grajaú, distante 564km da capital, sendo esta uma condição para se casar. Numa relação conflituosa de sobrevivência financeira do casal é decidido abrir uma farmácia na cidade de Itapecuru (cidade natal do marido – distante 80km de São Luís), mas a experiência não logrou sucesso, pois logo descobriu que seu marido constituía nova família e diante disso a separação aconteceu, ficando ela com os três filhos do casamento ainda bem pequenos.

De todas as suas colegas de turma apenas uma não chegou ao matrimônio, mas esta tornou-se professora universitária chegando a cursar mestrado e doutorado, apesar de não indicar claramente que esta colega teve a chance de se profissionalizar com extensão dos estudos, pelo fato de não ter matrimônio constituído. Ela sugere, nas entrelinhas, ao dizer que foi a única da turma, chegando a publicar livros como resultados de suas pesquisas. Para ela o casamento pode ter efeito negativo na autonomia da mulher, atrapalhando seus estudos e profissionalização, mas afirma também que a mulher pode desempenhar os dois papéis, desde que tenha consentimento e apoio do parceiro. Relata esta situação com a experiência de uma amiga.

Tem gente que fez medicina que eu conheço que preferiu ficar em casa porque acha que em casa, cuidar dos filhos era melhor, o que a gente não perdeu com um profissional desse, uma senhora dessa preparada para ajudar 'n' pessoas aí ficou só na sua casa, eu já tive, eu falei com ela e eu não gostei dessa atitude dela porque uma

pessoa que fez medicina, deveria é... é trabalhar, demonstrar todo aquele conhecimento que ela obteve, mas não preferiu ficar em casa, se anular, aí também eu não sei se rolou problema do marido porque às vezes: “ah, vai dar plantão, vai trair, não sei o que”, porque tem homem com a cabeça muito fechada, aí eu não sei o que realmente rolou na situação dela, só sei que ela fez o curso e pronto, se dedicou ao lar e acabou com o curso, acabou com a vida (Suely, São Luís, entrevista cedida em junho de 2014).

Anildes de Jesus relata que o pai era semianalfabeto e desempenhava trabalho de oficial de justiça carregando consigo o sonho de ter sido juiz, na sua impossibilidade transpôs essa vontade para os filhos, sobretudo para ela, por ser a mais velha, assim ela cresceu muito envolvida por esse desejo adquirido:

era o sonho dele e o meu sonho, claro que ele influenciou, influenciou bastante e foi uma coisa desde o meu teste de aptidão, então eu já tinha essa tendência a seguir essa carreira humanística, como chamava na época, chamava área humanística, já tinha essa tendência, e quando eu vim fazer o meu estágio então eu me identifiquei muito assim com o ser humano, em ajudar, [eu pensava:] não “essa aqui é...”, minha mãe queria que fizesse medicina, eu digo: “Não mamãe, não gosto nem de olhar um sangue, não mamãe, minha área é essa”. Então eu digo para muitos colegas meus: “eu me realizei na minha profissão, eu amo a minha profissão” (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016)

Isso fez com que ela, mesmo namorando desde o ensino secundário com o mesmo rapaz, adiasse a possibilidade do matrimônio e lembra que, na juventude, a mãe sempre alertava sobre “as provas de amor” que os namorados pediam às jovens, referindo-se à permissão de intimidades e relação sexual. Tem na representação do então namorado, um rapaz dez anos mais velho que, já formado em administração, sempre a estimulou a estudar e dentre outros aspectos, descreve seu marido como um homem muito paciente que esperou por mais de dez anos para o casamento.

Casei. Foi depois de formada, eu já era juíza por que o meu medo assim...meu marido eu namorei com ele dez anos (risos), [...] eu não sei se eu tinha tendência para casar, por que a minha meta era só o que? Me formar. (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016)

Ao longo de toda sua narrativa o marido foi descrito como uma figura importante, mas com forte expressão do protecionismo exercido sobre ela, sobretudo após a morte do pai:

Mas eu sempre digo é aquele tipo de marido, é um amigo, é um companheiro, é um irmão, é um pai, depois que meu pai morreu [...] é de sentar, de conversar, aquele companheiro mesmo que eu sei, aquele amigo, aquele irmão. Então, graças a Deus, meu Deus, eu digo pra ele, eu encontrei um marido que me realiza, que me completa, não tenho nada [a reclamar] até agora (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Registra presença muito forte do marido em todos os momentos de sua vida, desde adolescente ainda no Liceu, o que, ao longo dos anos, foi gerando cobranças na família para efetivar o casamento:

Aí namorei e tal, aí eu passo no concurso de juíza, eu disse: “não, agora eu vou ver ... sabe o que, eu não estudei tanto pra me ficar dentro de casa”, aí eu ia pra comarca, aí nós casamos já era juíza, aí minha irmã disse assim pra ele: “Olha, se tu não obrigar a minha irmã, não vai casar nunca.”, aí papai: “Minha filha casa, o homem já tá ficando velho”, eu digo: “Ah papai não, agora eu vou trabalhar”. Aí também ele sempre esperou né? Eu dizia: “É Walter, se tu não tiver mais condição de esperar...”, mas agora eu estudei tanto, fiz concurso e eu vou largar, deixar minha profissão agora...que era uma profissão, aí eu fui pra Vargem Grande, aí passei o ano todinho (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Dentre outras medidas, a cobrança pelo casamento também era uma forma de atender às expectativas públicas de um namoro longo. Outro entrave para realização do matrimônio estava no fato de ela desejar exercer a profissão e o namorado não concordar com o trabalho feminino, pois parecia que não tinha lógica que ela se deslocasse para outra cidade a fim de trabalhar enquanto ele tinha condições financeiras de mantê-la. Ou seja, o trabalho feminino visto como apenas algo complementar à renda familiar e não, necessariamente, uma valorização pessoal da mulher.

Chama atenção o fato de ela não descrever esse posicionamento dele como algo negativo, pelo contrário, como tinha condições financeiras para mantê-la, parecia um processo “natural” que ela não trabalhasse mais após casada. Ela vivenciou um conflito interno sobre continuar trabalhando ou não, negociando com o marido o primeiro ano de experiência na magistratura. E após isso, descreve:

Eu pensei muito: “Não, eu não vou largar minha profissão, onde eu me realizo, por até um pão tem que pedir pra comprar, comprar uma coisa, um shampoo eu tenho que pedir dinheiro pra marido, pra homem, não...eu tendo meu dinheiro? Eu vou sentar e conversar com ele e ele vai ter que entender, se ele não entender [...]ele ainda me disse assim: “Então quer dizer que teu amor é superior à carreira que teu marido?”, eu disse: “É, por essa minha profissão, esse meu emprego, esse é o meu homem, por que se não der certo, eu tenho da onde tirar, vai me sustentar (Anildes, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Para conseguir dar conta da demanda de assumir uma posição de emprego no interior do estado e ser uma mulher casada, ela fez uso de uma corrente feminina de poder, atribuindo às quatro empregadas domésticas o seu papel de controle do lar. Ainda assim, qualquer problema que ocorresse, Anildes era responsabilizada pelo marido que a cobrava com frequência por cada situação que ele considerava errada em casa.

Após o casamento, Anildes e Walter tiveram dois filhos, engravidando a primeira vez já após os 40 anos por conta de um problema de saúde. Ao falar sobre a maternidade ela destaca alguns pontos: a necessidade de a mulher ser mãe e a cobrança da família para que ela engravidasse.

Das quatro entrevistadas que casaram, apenas Anildes se casou com alguém de formação superior. Duas se separaram, inclusive segundo suas narrativas, por questões ligadas ao fato de seus cônjuges não terem profissão definida e as utilizarem como suporte financeiro. Apenas uma não se casou e também não expôs qualquer motivo para esta escolha, não explicitando nem mesmo se teve experiências com namoros. Das quatro que casaram, todas tiveram filhos e lutaram para conciliar suas jornadas duplas ou triplas, algumas enfrentaram o divórcio e buscaram capacitação profissional já enquanto mães. Em termos técnicos, a maioria delas pode ser considerada chefes de seus lares, pois tinham os maiores rendimentos.

Se descrevem como mulheres que lutaram e lutam por sobrevivência melhores, não vêm de classes mais altas, ariginam-se de cidade do interior do estado e a maioria teve a experiência profissional ainda bem jovem, embora apenas uma tenha trabalhado enquanto fazia faculdade, as outras conseguiram ser mantidas pela família e também ter bolsas para desempenho de atividades na universidade.

[...] as mulheres que estavam investindo no ensino superior, entre as décadas de 1950 e 1970, vinham ampliando a presença no espaço público e que esta mudança desacomodava o território existencial feminino construído com base no casamento e na maternidade, na medida em que essas mulheres passavam a desenvolver projetos pessoais voltados para a esfera pública (CARDOSO, 2003, p. 42-43).

Como destaca Elisângela Cardoso, as mulheres dedicavam-se cada vez mais à projetos na esfera pública com maior grau de escolarização e profissionalização também, as entrevistadas observadas aqui corroboram com a visão de mulheres mais atuantes, pois foram boas alunas em toda a trajetória estudantil, tiveram atividade profissional atuante e o binômio casamento/maternidade ficou para depois da faculdade e com atividades profissionais já iniciadas. Ainda para a autora, como a escolarização, para algumas mulheres, estava se estendendo ao nível superior as jovens deixavam para namorar mais tarde e observar os melhores pretendentes para casar na própria universidade, embora isso não tenha acontecido com nenhuma das quatro entrevistadas que se casaram, pois escolheram rapazes fora do ambiente universitário, duas namorando antes mesmo de entrar na universidade, mas casando-se somente depois e duas iniciando o namoro já com a universidade concluída. Desta feita, a

universidade não foi “curso espera marido” e nem local de arranjos para casamento, no caso das entrevistadas.

É possível definir uma ressignificação para a concepção de “curso espera marido”, porque elas se formavam e exerciam a profissão, mas também usavam a universidade como um patamar para o casamento que só poderia ser pensado depois da formatura, até para quem já tinha namorado. Como mostra este trecho da entrevista de Maria das Dores:

Casei já tava formada, porque o meu objetivo era me formar, eu me casei depois de formada, eu já tava três anos formada, já tava trabalhando, eu comprei uma casa que continua, aqui na avenida João Pessoa, pra botar o consultório, com meu dinheirinho que eu trabalhava nessas firmas que te falei, eu ia economizando (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Assim, as entrevistadas não cursaram a universidade para encontrar marido, mas tinham na formação acadêmica uma condição para concretizar o casamento.

4.5 Caminhos do exercício profissional

Por mais que os registros estatísticos não apontem com clareza a presença das mulheres nos mais diversos ramos de trabalho ao longo da história, o fato é que as mulheres nunca estiveram alheias ao trabalho, principalmente as de classes mais baixas que sempre necessitaram de atividades remuneradas para garantir sobrevivência.

Inicialmente, o ramo de atividade econômica que teve maior presença feminina foram os relacionados às atividades domésticas, muito vinculado às ditas funções tradicionais das mulheres como empregadas domésticas, babás, lavadeiras, passadeiras, doceiras, floristas, etc. No campo também, as mulheres realizavam atividades que, na maioria das vezes, estavam ligadas à subsistência. Ao longo dos séculos XVIII, XIX e início do XX, a indústria têxtil, de vestuário e de alimentos empregou grande quantidade de mão de obra feminina.

Quando o Brasil realizou o seu primeiro censo, em 1872, quase toda a totalidade dos trabalhadores industriais eram mulheres. Cabe focalizar a indústria têxtil que, no momento, era a mais importante do país. Dos 137.033 trabalhadores das indústrias têxteis nada menos que 131.886, ou seja, 96,2% eram mulheres. Tomando-se todas as atividades industriais da época, as mulheres continuam 28% dos trabalhadores no setor (SAFIOTTI, 1982, p. 188).

À medida em que as tecnologias foram inseridas na indústria têxtil, as mulheres perderam espaço, em 1920 eram cerca de 70% da mão de obra neste setor. A transformação das

empresas artesanais em empresas modernas constituiu expulsão de parte significativa da mão de obra feminina, como aponta o Censo Industrial de 1960:

Embora a representação feminina nesse ramo [têxtil] continuasse majoritária, em 1960, caiu para 53%. A nível de mestres e contramestres as mulheres não chegavam a atingir 1% do pessoal ocupado nessas tarefas (MADEIRA, 1973, p. 119).

A perda de espaço no mercado de trabalho mais especializado era reflexo da intolerância com a presença feminina em trabalhos que exigiam melhor qualificação, onde a expressa maioria ainda estava concentrada, em 1970, em serviço doméstico em casa de terceiros (cerca de 30% das mulheres economicamente ativas).

Concomitantemente à atividade têxtil, havia outra forma de trabalho que se tornou muito difundida na profissionalização feminina, o magistério primário associado à figura da mulher, por reforçar o ideal de trabalho com as funções que se acreditam ser as apropriadas para o sexo feminino. Inicialmente, a escola normal foi amplamente difundida no país e majoritariamente ocupada por mulheres por representar emprego para as jovens de baixa renda e maior instrução para as moças das camadas mais privilegiadas. Posteriormente, com mudanças significativas na recente economia urbana nacional, muitas jovens e mulheres casadas de classe média também se utilizaram desta formação para o desempenho de uma atividade profissional, que aliava a praticidade de trabalhar em meio expediente e ainda cuidar da casa.

[...] enquanto os rapazes cursavam o ensino secundário, que possibilitava o acesso aos cursos superiores, as moças que prosseguiam os estudos encaminhavam-se para as escolas normais, destinadas ao exercício do magistério elementar (além de serem vistas como uma forma de preparar as mulheres para melhor cuidarem de seus lares). Algumas poucas, levando em conta a possibilidade de cursarem instituições de ensino superior (SOIHET, 2012, p. 221-222).

Assim, o magistério voltado para o ensino secundário e superior tinha, inicialmente, status de profissão privilegiada e, portanto, relacionada quase que com exclusividade aos homens. Nas primeiras experiências das faculdades em São Luís, por exemplo, alguns professores ministravam aulas gratuitamente, apenas para ter o privilégio as condições de professores universitários. Uma das formas de perceber isso deve-se ao quantitativo da presença feminina nos quadros docentes, onde o curso de Farmácia, em 1948, tinha 02 professoras, de 13 homens e enquanto, na referida época, o curso de Odontologia não registrava mulheres em seu quadro docente. Em 1969, o curso de Farmácia contava com 08 professoras, sendo 05 docentes titulares, num universo de 23 professores.

Assim, a docência universitária já era encarada como uma profissão mais masculina, tanto por seu prestígio social, quanto pelo tempo de dedicação que exigia, diminuindo as possibilidades de compatibilidade com as tarefas domésticas.

Já tradicionalmente era uso, no Brasil, enviar as moças à escola, até pelo menos o curso médio. Certos cursos, como o Normal (que forma professores do ensino primário) e o de Letras (que forma professores de línguas do ensino médio), são há muito, essencialmente femininos, o mesmo podendo ser dito de outros mais recentes, como os de Enfermagem, Serviço Social, Biblioteconomia, Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais, Nutrição, etc. Dados, porém, os muitos obstáculos ao desempenho de atividades produtivas, por parte das mulheres, desde os preconceitos contra o trabalho feminino até as exigências de tempo e esforço para as tarefas domésticas, era muito grande o número que, embora formadas, dedicavam-se apenas às atividades tradicionalmente femininas de dona de casa e mãe de família (MADEIRA, 1973, p. 37).

No que se refere às experiências de nossas entrevistadas em relação ao exercício profissional, vale destacar que todas as cinco citam limitações financeiras da família, dificuldades para manutenção dos estudos e número expressivo de irmãos. Porém, elas também lembram o quanto a instrução formalizada lhes era apresentada como alternativa para alcançarem uma vida mais digna. Pois:

Já na década de 1960, as mulheres brasileiras dos setores médios levantavam a bandeira em prol de seu ingresso no mercado de trabalho qualificado. Assim, a conclusão do ensino secundário e a posterior entrada na universidade tornou-se o objetivo de uma grande quantidade de meninas. Além disso, essas jovens, diferentemente das décadas anteriores, passariam a almejar também carreiras profissionais até então consideradas masculinas: engenharia, administração de empresas, economia, jornalismo, agronomia, informática, entre outras (AREND, 2012, p. 77).

Geusa descreve uma infância humilde ao lado de vários irmãos mais velhos, numa cidade afastada dos centros urbanos mais desenvolvidos, tendo dificuldade para seguir com os estudos, ela propõe ao pai que trabalhasse, ainda com 12 anos, tanto para ajudar no rendimento da família, quanto para que não ficasse sem fazer nada no período que esperava abertura do ginásio em outra cidade.

Porque muito cedo eu compreendi o que é o valor do trabalho, o que é, e eu acho que já aquela mulher que queria uma liberdade desde cedo, eu via que no trabalho era nossa saída, aí aos 12 anos eu procurei um emprego, no município aí o que que eu ia fazer? não tinha perspectiva de sair de lá e pra eu não ficar sem fazer nada, eu fui, meu pai também eu conversei com ele “- papai, porque o senhor não arranja com esse seu amigo dono do cartório pra eu trabalhar lá, eu sei escrever bem, eu faço os registros e não sei o que” e assim ele disse: “- e tu vai minha filha? Tu tá pequena demais.” “- não, eu vou!” Aí fui, aí me aceitou, porque era todo mundo conhecido, e aí então eu comecei e fiquei esses 4 anos trabalhando neste cartório e deste cartório

quando eu um dia eu recebo a carta da minha amada professora dizendo: Olha, o ginásio começou, vem! Ai já eu fui pra fazer o ginásio em Viana com 15 anos (Geusa, São Luís, entrevista cedida em junho de 2014).

Essa sua experiência no cartório a liga a um processo de repulsa à área do Direito por que relata que não conseguia lidar com as injustiças do meio judiciário. Em Viana, experimentou outra vivência de trabalho, dessa vez como monitora de matemática por observação e intermédio de um padre amigo seu.

Durante a graduação Geusa não trabalhou, foi um período em que a família estava com certa estabilidade financeira e conseguiu manter na capital um grupo de jovens (Geusa com seus irmãos e sobrinhos) na capital para estudar, sendo os primeiros da família a realizar formação superior. Após a graduação, teve a primeira experiência com trabalho na sua área de atuação em uma farmácia da cidade, mas, descreve-a como algo negativo, pois o proprietário sugeriu que trabalhasse de forma ilícita.

Não gostei desse tipo de Farmácia não, primeiro a gente via que o que se aprendia não se aplicava, não era assim, quando a gente chegava e queria os livros, pra anotar direitinho tudo o que é o medicamento, como é que controla, como é que atende, aí o dono dizia: “- ô mas você vem todo dia aqui, não precisa! Você não precisa vir todo dia”, aquilo eu fiquei: “- mas eu não sou a Farmacêutica deste empreendimento?” [e ele respondeu:] “- é, mas ninguém vem, porque você vai ter que vir?” aquilo eu já fiquei desconfiada. Aí na outra semana ele disse: “- olha, não precisa você vir, mas pra isso o que tá escrito na sua carteira vale porque tem uma norma, você tem que tá ganhando isto, mas você pode não vir aí você recebe a metade e aí você é a responsável por este estabelecimento, mas o seu salário não vai ficar e aí você pode fazer outra coisa, você pode não sei o quê”. Ou! aquilo me deu uma tristeza tão grande (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2015).

Diante da insatisfação com a não execução do trabalho, Geusa pediu demissão, mesmo precisando do dinheiro e fazendo já planos com ele, pois não achava justo estar como farmacêutica só de fachada e ainda considerava a proposta do empregador uma violação a seus direitos.

O curso de Farmácia era composto, à época, por três anos podendo fazer mais um ano de habilitação em bioquímica. Quando trabalhou na Farmácia Geusa tinha concluído a primeira etapa do curso e estava iniciando a habilitação, foi o momento no qual teve acesso a outra experiência que lhe abriu oportunidades: o trabalho de bolsista do CNPq, no curso de Biologia, na área de algas e crustáceos. Lembra que a professora regente da turma buscava recrutar jovens alunos(as) para a carreira universitária.

E como bolsista eu sempre desenvolvia muito, gostei sempre, cumpria as minhas coisas, os meus direitos e muito disposta a trabalhar, a professora que nos deu a bolsa

ficava de olho pra nos querer (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2015).

Assim, ao término do quarto ano, Geusa fez o seletivo para professora contratada ficando por um ano e meio no curso de biologia. Quase que concomitantemente trabalhou também em laboratório com análise clínica, desejo que ela já nutria há algum tempo. Ainda no começo de suas primeiras experiências profissionais, Geusa casou-se com um rapaz que conheceu na época em que morou em Viana, se vendo na iminência de mudar-se para o Rio de Janeiro e acompanhá-lo em seu trabalho.

Ir pro Rio de Janeiro, deixar todas as coisas porque ele morava lá, aí eu ‘pammm’, demito daqui, demito daqui. “-Ah menina, tu não sabe se vai te dar certo, como é que tu vai pra Rio de Janeiro assim?” Mas eu não fui também porque eu queria ir pro Rio, a princípio eu não queria ir, eu dizia: “- Vem pra cá!” [ele respondia] “não, mas aqui que eu tô bem, não sei o que”. Aí é sempre mais fácil, lá eu fui, quando eu cheguei lá sem emprego, mas casada...[risos] aí o que que eu fiz, ele tinha umas parentas que trabalhavam como assistente social numa clínica e disse: “olha, eu tô vendo que tu tá muito triste de tu tá aqui.” Ele saía de manhã e eu: “o que que eu vim fazer aqui, meu Deus? Deixar as minhas coisas e vim pra esse lugar”. Lá de cima tinha dois andares eu olhava. [...] Aí eu olhava também, quando disse que eu ia pra lá, a oportunidade de eu aprender coisas que eu via limitadas aqui, eu disse: “Ah, é uma chance que eu tenho!” (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2015).

A imposição de que a mulher deveria abandonar seus trabalhos em virtude de acompanhar o trabalho do marido, se refletia em machismo conjuntural numa sociedade que acreditava que o trabalho do homem tinha mais valor que o da mulher, ainda que, no caso de Geusa, ela tivesse formação superior e, pelo menos em tese, tinha melhores condições de ter emprego mais rentável economicamente. No entanto, o que se observa é que ela abandonou, mesmo que contrariada, sua inicialização profissional em detrimento do trabalho do marido e que a importância de estar casada, mesmo desempregada, também teve peso em sua decisão.

Depois de um tempo parada, ela buscou um primeiro estágio em laboratório numa clínica particular, onde conheceu outra profissional que observava o seu desejo por aprendizado em áreas novas e sugeriu que ela pleiteasse uma vaga no Hospital dos Servidores do Rio de Janeiro.

- Geusa, essa clínica é boa, mas ela é limitada, ela só trabalha com essas mães que vem pra cá pra ganhar neném, não tem esses casos interessantes, tu que gosta de casos interessantes de aventura, porque eu tô vendo que tu vem é de longe [risos], por que tu não vai para o hospital dos servidores? Hospital dos servidores é um local que hoje no Brasil é referência, é tido como um hospital tipo ‘A’, vem gente de todo lugar e aí feliz de quem encontra um lugarzinho lá”, eu disse: “- Como que eu vou entrar nesse lugar?”, ela disse: “- Eu tô lá, vai abrir agora, receber currículo pra avaliar quem tem condição pra fazer estágio, ele esse estágio não é remunerado, mas é uma chance de tu chegar lá, não é isso que tu quer conhecer? As experiências novas aqui do Rio de

Janeiro?” Eu disse: “É”, [ela respondeu] “Prepara teu currículo”, eu disse: “eu já tenho”, eu andava com currículo na bolsa, ela disse: “Então deixa lá!” (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2015).

Após entregar currículo na portaria, ela fez várias investidas no prédio do hospital dos servidores. Diante do desejo de conhecimentos novos, ela insiste em encontrar o diretor da instituição para lhe pedir uma chance, até que consegue uma reunião com o mesmo.

Eu tô vindo do Maranhão, quero muito e vou morar nesta cidade, mas eu não vou ficar nesta cidade pra sempre, quero me preparar pra eu voltar pra minha cidade levando conhecimento das coisas boas que eu sei que eu vou aprender neste hospital, me ajude, deixe eu ficar aqui.” Ele bateu no meu ombro: “Venha amanhã! Você já está aqui. Já deixou seu currículo?”, eu disse: “Já”, aí ele pediu para a secretária: “Pegue o currículo desta moça”, aí ela veio e ele olhou: “Não, mas você já tem experiência, você já foi até professora da Universidade. E por que tá aqui a pedir currículo?” [eu respondi]: “Porque eu escolhi me casar e tô aqui começando tudo de novo.”, [ele respondeu:], “Pois você fica, e você vai começar tudo que você quiser, no laboratório.”. Aí já me enviou pro laboratório, aí eu fiquei nesse [hospital dos] servidores, passei um ano de estágio, fazendo tudo que eu tinha vontade (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2015).

Sobre essa experiência ela fala de forma muito feliz e a classifica como algo enriquecedor. Ao passar por todos os setores daquela instituição, finalmente encontra a área que lhe chamou atenção, a microbiologia. No entanto, também se refere ao preconceito que sentiu por ser nordestina, uma vez que ouvia comentários do tipo: “Eu não sei o que esses nordestinos acham? Todo mundo vem pra Rio de Janeiro, chegam aqui não sabem nada!”, conta que ouvia e ficava calada.

Apareceu um concurso público para farmacêutico bioquímico para análises clínicas, porque até então só se fazia Farmácia pra trabalhar em farmácia, aí lá eu me inscrevi, pra minha surpresa fui aprovada, no Rio de Janeiro, fui aprovada como farmacêutica bioquímica para o Ministério da Saúde e os meus chefões daqui me trouxeram para eu ficar aonde eu já estava, aí fiquei lá, aí depois nasceram meus dois filhos, ainda lá (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2015).

A aprovação no concurso público federal veio como uma consagração ao seu esforço e trabalho, pois garantiu uma melhor qualidade de vida para a família que estava aumentando com a chegada dos filhos, inclusive quando foi convocada para assumir esse cargo ela ainda estava no puerpério, mas teve que abrir mão da licença maternidade, pois assumir o cargo exigia urgência.

Eu lembro que na hora que eu passei no concurso meu filho tinha um mês de nascido, aí foi a hora que o meu chefe disse: “- Geusa, eu tô dizendo da urgência que eu te quero e eu não posso dizer que tu vais ficar seis meses, eu vou te fazer uma proposta,

tu vai (ninguém tá olhando na tua cara que tu é mãe, que tu tá com bebê) tu não tem que dizer que tu tá com filho pequeno, se tu quiser agora regularizar a tua vida”. E eu vi que aquilo era uma coisa assim um palheiro, uma agulha perdida naquela multidão de gente, mil mais de cinco mil candidatos, selecionar cem e eu tá no meio e dizer que eu não quero? Eu não ia dizer (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2015).

Essa forma de ‘esconder’ o filho para poder assumir o concurso representava mais uma forma de opressão sobre as mulheres e das tantas adversidades para se chegar a assumir um trabalho público. A condição de esconder o filho para ser nomeada poderia parecer agressiva, tendo em vista que também foi configurada em tom ameaçador: “Tu não tem que dizer que tu tá com filho pequeno, se tu quiser agora regularizar a tua vida”, porém, Geusa só conseguia projetar nesta situação a felicidade da estabilidade no emprego.

Atribui ao fato de conseguir conciliar o trabalho e filho recém-nascido ao marido, que “sempre me deu apoio de ir e sempre gostou de ser pai”, mas também cita que tinha uma mulher de confiança que ficou por muitos anos com seus filhos, tem-se a propagação de algo muito comum, quando uma mulher assume a “função” de outra dentro do lar para que esta pudesse trabalhar. Ainda assim, por conta das atribuições associadas ao feminino, muitas mulheres buscavam atrativos em empregos que possibilitassem trabalhar apenas meio expediente.

Era bom também esse trabalho com eles assim porque eu só trabalhava um expediente, o outro ainda tinha o privilégio de ficar o tempo todo. Depois que crescerem aí eu já tava aqui, depois de eles grandes. Agora hoje eu trabalho muito mais do que eu trabalhei na época deles, por o trabalho como mãe eu reservei metade do meu tempo, depois que eles não tiveram mais essa necessidade aí eu fiz dois horários, essa necessidade sempre tem, mas já tavam grande, ne? (Geusa, São Luís, entrevista cedida em setembro de 2015)

Demonstra consciência das múltiplas jornadas femininas e fala como adiou alguns projetos profissionais para depois que seus filhos crescessem. Em fins dos anos 1980, Geusa e toda sua família retornam para São Luís e, anos depois, já aposentada, Geusa vê-se sobre novo desafio, sendo aprovada no concurso para docência na Universidade Federal do Maranhão, cursando mestrado e doutorado na condição de professora universitária por meio de parcerias institucionais.

Pode-se destacar, na trajetória profissional de Geusa, momentos em que ela adiou seus objetivos profissionais para garantir o casamento e, em outras situações, mostra ousadia em buscar estágio, novas experiências e aprovação em concurso público.

Maria das Dores, por sua vez, ao decidir morar em São Luís, não tinha, inicialmente, o objetivo de levar a formação acadêmica mais adiante, se mudou de sua terra natal ainda sem

estudar o ginásio quando foi fazer um curso de datilografia, muito comum à época para as jovens das camadas mais baixas. Define:

Que quando eu cheguei aqui eu não tinha essa visão de fazer o ginásio e tal, eu fiz curso de datilografia, então eu fiz curso de datilografia Hamilton na rua de São Pantaleão, eu já tava então com um...um...de qualquer maneira, um caminho pra eu poder me empregar em datilógrafo em alguma repartição, em alguma coisa, mas isso não aconteceu, não aconteceu, eu fui foi mesmo fazer o exame de admissão (para o Liceu) (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Foi, então, que fez a prova para o ensino secundário no Liceu e teve formação em nível médio que possibilitava mais chances de encaminhamento para o ensino superior, por meio da área clássica do ensino, para quem tinha interesse na área de humanas e científico para quem tinha interesse pela carreira na área da saúde.

Ainda cursando o científico no Liceu, Maria das Dores teve a primeira experiência profissional.

Ah...queria trabalhar porque eu queria a independência, queria ter a minha independência, então a gente vai falar com esses políticos e eles sempre tem uma proposta indecorosa pra você, eu disse que seu não conseguir nenhum emprego antes de me formar eu vou trabalhar na minha profissão, aí eu consegui trabalhar no Fomento Agrícola, eu tinha uma colega que era vizinha que trabalhava no fomento (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Essa aceleração em buscar um trabalho se dava muito por preocupar-se com sua mãe, que financiava seus estudos na capital e na conquista do que ela qualificava como independência. Concluiu o nível secundário ainda trabalhando na instituição estadual que tratava de questões agrícolas somando jornada dupla entre trabalho e estudo. Durante a Faculdade de Odontologia, Maria das Dores não conseguiu conciliar o trabalho à nova rotina, pois o curso era de turno integral, vindo a participar de um estágio em odontologia social, na disciplina Saúde Pública, quase ao término da faculdade. Lembra que teve muita dificuldade para manter estudo e trabalho:

Foi uma maratona, saía da faculdade ia pra estrada de ferro, saía da estrada de ferro (REFESA) e vinha pra faculdade aí tinha uma gratificação, eu já tava terminando, tava quase concluindo, tava concluindo o curso (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Já com o consultório montado na casa que era de seu pai, no bairro do João Paulo, ela começou a buscar outras formas de rendimentos também, mas tudo que sabia era que não havia vagas. Nessa ocasião, observou a construção de um posto de saúde no bairro do Anil e buscou

contato com pessoas junto à prefeitura. Após várias tentativas frustradas, finalmente conseguiu falar com o Secretário de Saúde do município e, por fim, com o prefeito:

Eu entrei e disse: “Ô Saraiva, vai inaugurar um posto lá no Anil, tem odontologia e eu gostaria de me candidatar a uma das vagas, ele disse: “Dorinha, tem tanto do dentista se candidatando a essas vagas lá, mas de qualquer maneira eu vou marcar uma audiência...tu tem coragem de falar com o prefeito?”, eu disse: “tenho!”, [ele respondeu]: “Então eu vou marcar uma audiência com o prefeito pra ti”. Marcou. Aí eu fui. Quando eu cheguei lá, no dia que ele marcou, tou sentada aí o cara disse: “Ó doutor - excelência, nem lembro mais como ele chamou - tem uma doutora aqui que quer falar com o senhor”, ele: “Pois não!”, [eu disse:] “Doutor, senhor prefeito eu não vim lhe pedir emprego eu só quero que o senhor diga: “prometo!” (por que o slogan dele era esse: ‘prometeu, cumpriu!’) eu só quero que o senhor prometa”, ele me olhou, riu e disse: “um cafezinho pra doutora” aí mandou buscar o café, quando o café voltou já veio com uma autorização pra eu me apresentar no posto de saúde do anil, assim foi que eu comecei a trabalhar no Anil (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Após algum tempo de formada, já com seu consultório particular e trabalhando no posto de saúde, Maria das Dores assumiu a vaga de professora auxiliar pela Universidade Federal, passando dois anos como contratada e submetendo-se ao concurso para efetiva, foi quando abriu concurso para assistente.

Sobre o concurso:

Eu estava em São Paulo quando eu fiz esse concurso, eu fiquei ensinando como auxiliar de ensino, aí eu tinha que vir, porque se eu não viesse perdia a vaga, eu vim fazer o concurso, tinha uns quatro candidatos, [eu pensei]: “Eita, seja o que Deus quiser”, tinha a filha do diretor como candidata, viu? Eu lembro tão bem ...ô Tatiane, tá aí uma discriminação, eu fiz a prova escrita, um professor, que era muito amigo do diretor, estava a favor da filha dele que era candidata disse: “A senhora passou na prova escrita, vamos ver é a didática”, quer dizer, como é que a pessoa vai fazer isso com um colega? Mas não adiantou porque eu passei, fiz a prova de didática e tirei o primeiro lugar e fiquei com a vaga (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Se tornou professora da Universidade Federal do Maranhão concursada e manteve o consultório até que se tornou chefe de departamento.

Eu me envolvi na política universitária quando eu já era professora da universidade, aí eu me envolvi pra valer, fui chefe de departamento dez anos, sabe que pra ser chefe de departamento não é escolha, é eleição, ne? Aí eu me envolvi mesmo, me envolvi a ponto de abandonar o consultório, que meu consultório era ali na rua grande, não tem coisa mais desagradável do que você chegar num consultório e: “doutor não vem! Ele mandou avisar que não pode vir”, às vezes eu tava prontinha pra sair pro consultório. Chegava o secretário, ou ... “Professora Dorinha, vai ter reunião no CCS, vai ter uma reunião na PROEXAE”, quer dizer eu tinha que deixar o consultório pra participar daquela reunião e o paciente ficava esperando (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Já como professora universitária contratada da Universidade Federal do Maranhão, Maria das Dores vai para São Paulo realizar curso de pós-graduação, com especialização em Saúde Pública, como já dito em outro momento, ela foi num estado que já estava casada e com dois filhos, deixando-os sobre os cuidados de alguém em São Luís e fugindo da relação matrimonial que mantinha.

Em São Paulo, ela teve várias experiências profissionais mesmo sendo estudante e tendo salário e bolsa da Capes, pois, sobretudo, após levar os filhos para lá, ela teve um aumento de gastos e buscou alternativas para superar o baixo salário. Sua situação melhorou quando conseguiu uma casa emprestada para morar, deixando, assim, de pagar aluguel, somando à renda extra em um consultório.

Sobre as dificuldades enfrentadas ao ter dois filhos adolescentes e ter que estudar numa cidade diferente da que residia, lembra:

Não foi fácil. Primeiro eu fui só e eles ficaram com o pai, nessa época a gente tava junto ainda, ficaram com o pai e eu fui morar na maior dificuldade, a minha preocupação era arranjar um local perto da faculdade, pra não ter que tá pegando ônibus, porque eu não tinha carro lá, antes de eu sair prá lá eu saí na verdade, praticamente escondida do meu marido, eu vendi carro, deixei casa, deixei tudo, deixei tudo, mas meu filho mais velho, Fernando, sabia de tudo, que eu ia fazer pós-graduação, que eu ia pra São Paulo, não sabia se eu ia mandar buscá-los ou não. Cheguei lá pra fazer primeiro, porque é como eu te falei, pra fazer mestrado em Saúde Pública tinha que antes fazer o curso de especialização, aí eu fui, fui e morei, antes de me radicar mesmo eu morei em sete locais, ficava num local não dava certo e tal, porque morar junto não é fácil e tal e a minha preocupação era ficar perto das faculdades que foi quando que eu aluguei esse apartamento (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015).

Ao ficar a primeira parte do curso de especialização em São Paulo e na incerteza de levar os filhos, deixou o salário de auxiliar de ensino da Universidade Federal do Maranhão para os filhos, sob os cuidados de uma procuradora não identificada e viveu, inicialmente, apenas com a bolsa e depois, com plantões numa clínica particular especializada em odontopediatria.

Morou em São Paulo por seis anos, fez especialização e mestrado em Saúde Pública na cidade escolhendo a área de educação e saúde, pois define:

Eu fui uma das dentistas que fiz educação e saúde, só tinha eu de dentista como aluna, o pessoal todinho era da filosofia, pedagogia e eu quis fazer educação, porque como eu gostava de trabalhar com a comunidade, eu achei que tinha que fazer educação pra trabalhar com povo, como é que eu ia trabalhar com o povo sem fazer educação? (Maria das Dores, São Luís, entrevista cedida em junho de 2015)

Iniciou o curso de doutorado, mas não pôde concluir, pois teve que retornar ao trabalho em São Luís por conta de determinação da reitoria, do contrário, teria o encargo de reembolso aos cofres públicos dos salários recebidos.

A elaboração textual em torno de sua trajetória é carregada de frases de autoafirmação e valorização pelas escolhas que fez. Relata-as com orgulho e se apresenta como uma mulher que teve muita coragem ao lutar por seus empregos, desde o Liceu até falar com o prefeito após formada, de se expor na condição de morar em outra cidade, ao deixar os filhos, ao se separar e encarar um concurso público onde não era preterida para ocupar a vaga. Mais uma vez reiteramos a importância dessa narrativa encorajadora acerca de si mesma, como forma também de evidenciar os papéis significativos das mulheres enquanto protagonistas de suas escolhas.

[...] tal resgate pede distanciamento dos estereótipos que emolduram essas mulheres e, ao mesmo tempo, exige não o olhar reto e direto, mas o caminho que se desenrola por desvios, aquele que permite ‘capturar peculiaridades próprias de sua atuação cotidiana e improvisadora’. Longe de ser uma história de ‘clausura e passividade’, é uma história que guarda mulheres desempenhando atividades e ocupando posições de efetiva significação social (MALUF, 1995, p. 16).

Seguindo a cultura muito forte de que as moças deveriam realizar o curso de normalista, Suely formou-se em professora normalista, que, à época, funcionava como anexo ao Liceu Maranhense e fez, concomitantemente, o curso de datilografia, pois sua vontade inicial era trabalhar, buscou fazer faculdade um pouco mais tardiamente e acreditando na formação superior impulsionada por seu irmão. O ensino normal, com especificidades para formação docente primária, não oferecia suporte para preparação no vestibular e esse fator também contribuía para que muitas das jovens ficassem de certa forma à margem do processo de entrada no ensino superior, pois, como discute Rosemberg (2012, p. 334):

[...] a educação brasileira só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. A partir de então, o curso normal secundário, ramo intensamente frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX, não mais foi discriminado por ser ‘apenas’ um curso profissionalizante, mas passou a possibilitar, também, o acesso ao ensino superior. A partir de então, as inúmeras normalistas poderiam ingressar na academia. E foi o que fizeram.

Logo após a conclusão do curso normal, Suely prestou o concurso federal para ministrar e acompanhar aulas na Fundação Roquette Pinto, por meio da televisão educativa, foi aprovada e teve, nesse trabalho, sua primeira experiência profissional desempenhada no turno noturno e que deu sequência até a aposentadoria. Em sua fala, enfatiza muito as dificuldades em conciliar esse trabalho com as aulas da faculdade, mas não poderia abrir mão dessa fonte de renda, pois

lhe deu um conforto financeiro diante das dificuldades que enfrentava economicamente na família, destaca que sua válvula de escape profissional sempre foi a educação, tanto que, mesmo tendo apenas a formação de normalista e graduação em farmácia, ela conseguiu novo emprego como professora de biologia.

Aí depois eles necessitaram de professor de biologia eu só dei entrada no meu currículo, antigamente não tinha concurso, assim no Estado né? Porque essa televisão educativa ela é federal, essa aí teve concurso, mas no estado não teve concurso não a gente era só entregar o currículo aí já estava nomeado, e nomeado não era nem contratado aí financeiramente eu não estava ruim não (Suely, São Luís, entrevista cedida em agosto de 2015).

Buscou a primeira experiência de trabalho em laboratório após sua formação, sacrificando o único turno que tinha disponível em busca conhecimento dessa área. No entanto, a fim de aumentar a rentabilidade assumiu emprego em duas farmácias na cidade de Grajaú, onde passava um dia da semana.

Na época era mais longe, era mais difícil a gente saía cinco horas da manhã aí eu chegava lá quase seis horas da tarde o carro toda vez pregava, aí o dono das duas farmácias lá era seu Arruda, ele era dono das duas farmácias, ele não sabia ler, não sabia escrever mas bota gente de boa cabeça? Ninguém enrolava ele não. Ele era tão bom de raciocínio e muito esforçado também, muito esforçado, gente muito fina, pena que já morreu. Aí eu ainda fiquei lá na farmácia um tempão aí eu só larguei essa farmácia quando me casei, em 79 (Suely, São Luís, entrevista cedida em agosto de 2015).

Viu-se entre o casamento e a escolha profissional, optando pelo primeiro por exigência do marido. Após o casamento, tendo em vista que o marido não tinha formação profissional e nem emprego fixo, Suely estabeleceu empreendimento em uma farmácia.

Aí a gente montou uma farmácia mas só que não deu certo porque meu ex-marido ele num se motiva muito não sabe? Que farmácia de interior a gente ganha dinheiro mas a gente tem que se esforçar, ele não abria oito horas, doze horas fechava, abria duas horas, seis horas fechava, aí fechava pra passear, aí ele não tinha muita motivação assim pra ganhar dinheiro, aí eu fiquei com os meninos aqui em São Luís, ele ficou lá no interior acabou com a gente se separando por que sabe como é arranja logo outra pessoa no interior né? Que a pessoa no interior pensa que o dono da farmácia é muito rico, tem muito dinheiro, arranja logo essa pessoa. E a gente ficou aqui, quando eu soube [falei:] “bora acabar logo com essa história, tu fica lá e eu fico aqui que não dá pra dividir mais nada”. Aí eu entrei numa boa, ele amava muito ela né? Eu respeito muito o amor, taí uma coisa que eu respeito, ele veio pra cá extremamente apaixonado pela moça, a moça nova parece que treze anos, quatorze, sabe como é gente nova assim né? Fazer que nem a mulher do “Rei do Gado”, eu não posso competir, não é uma pessoa nova assim né? É uma concorrência desleal aí ele ficou no interior, até hoje ele mora no interior (Suely, São Luís, entrevista cedida em agosto de 2015).

Suely destacou o investimento financeiro na empresa que abriu e a traição do marido, representando perda econômica e sentimental, no entanto, ela narrou a história sem evidenciar emoções de raiva, dor ou alívio. Como mais um fato de sua vida, o que podemos inferir que a separação para ela não foi uma disruptiva, não a fez se sentir culpada em função do discurso moral cristão da família, mesmo ela sendo católica.

Já com dois filhos e separada do marido, ela desempenhou mais atividades profissionais com esses ramos da educação, fruto de seu curso na escola normal. Teve também aprovação em concurso para sua área de formação acadêmica, trabalhando no laboratório do Hospital Materno-Infantil⁵³.

Após a minha formação eu já tinha, eu já trabalhava na televisão educativa, eu trabalhava pela manhã, continuei trabalhando, comecei a trabalhar lá desde o ano de 1972, aí eu trabalhava de noite aí depois que eu fui graduada eu passei pra de manhã e de noite eu comecei a ensinar biologia no Segundo Grau da escola Gonçalves Dias, do colégio Gonçalves Dias, e de tarde eu ia para o laboratório Moraes fazer a prática de laboratório, aí depois que eu passei no concurso do hospital Materno-Infantil, em 1986, aí foi que, não eu fiz o concurso em 83, aí fui chamada só em 86 aí que eu larguei o segundo grau de ensinar biologia aí fiquei só na televisão educativa e fiquei no hospital Materno-Infantil, aí eu me aposentei tanto pela televisão educativa, quanto pelo hospital Materno-Infantil. (Suely, São Luís, entrevista cedida em agosto de 2015)

Apesar de ter desempenhado papel de chefe da família, mesmo quando casada, pois, ela era quem tinha o maior rendimento e sustentava a casa e os filhos, sua fala enfatiza que o trabalho da mulher depende do consentimento do marido.

Vai depender muito do parceiro dela, não é? Eu acho que que...só se ele for muito ciumento, aí também ficar pensando coisas que não acontecem, porque tem muitos maridos que são muito ciumentos (Suely, São Luís, entrevista cedida em agosto de 2015).

Rubénice apesar de fazer menção à baixa escolaridade dos pais, ele carpinteiro e ela professora primária leiga e de ter 16 irmãos, não faz referência à dificuldade financeira, destaca que a família se mudou do interior para a capital visando, sobretudo, o estudos dos filhos e registra que, ao chegarem em São Luís, ela foi para uma escola particular da capital. Porém, ainda assim, a sua condição de estudante sempre estava associada a conseguir bolsas para realizar os estudos, desde a graduação onde ficou isenta das taxas cobradas à época, até no curso

⁵³ Hospital Universitário Materno-Infantil, ligado ao Hospital Universitário Presidente Dutra, é um órgão administrativo da Universidade Federal do Maranhão, com intuito de possibilitar assistência, ensino, pesquisa e extensão na área da saúde.

de mestrado associada à condição de realizar um trabalho, economizar para prestar a prova de admissão em outra cidade.

Após minha graduação em 1976, achei que não sabia nada, queria estudar mais ainda, exerci a profissão por curto período de tempo, junto com uma colega de curso, em horários diferentes, éramos recém-formadas, logo a seguir fui substituir outra colega no interior do Maranhão por motivos de saúde do pai dela na Capital, só por 3 meses, guardei o que ganhei e fui pra São Paulo prestar exame na USP pra cursar Mestrado. Com o resultado positivo, liguei pra minha mãe e ela como minha procuradora, providenciou a Bolsa do PICD, via UFMA (Rubenice, São Luís, entrevista cedida em junho de 2014).

Ainda na graduação, ela destaca que se interessou pela área da odontopediatria e, assim que se formou, não teve a necessidade de buscar logo emprego, mas fez um seletivo para a Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, onde obteve uma bolsa para cursar o Mestrado em Odontologia, com concentração em Odontopediatria. Ao concluir o mestrado, realizou o concurso para docência na UFMA em 1981, que por ter sido realizada na sequência da sua vida acadêmica, ela não desempenhou por muito tempo a atividade de dentista em um consultório convencional, não acumulando as funções de professora e cirurgiã-dentista, se dedicando apenas ao magistério.

Após receber o título de Mestre em Odontopediatria, em julho de 1980 (apesar da bolsa), eu não tinha vínculo nenhum com a UFMA. Em outubro do mesmo ano saiu o Edital de Concurso para a Carreira do Magistério Superior em Odontologia na área de concentração em Estomatologia, minha mãe me inscreveu com o meu consentimento, voltei pra São Luís, estudei em casa, em julho de 1981 prestei concurso e fui aprovada em primeiro lugar. Assumi o cargo em 22 de outubro de 1981 como professora da disciplina de Ortodontia, outra especialidade da odontologia, a seguir fui removida para as disciplinas do coração Odontopediatria e Clínica Integrada Infantil e até hoje sou professora dessas duas disciplinas. Fui chefe de Departamento de 1998 a 2005 (Departamento compostos de professores e professoras, ou seja, homens e mulheres). Em 2007, cursei o Doutorado, obtendo o título de Doutora em janeiro de 2012. (Rubenice, São Luís, entrevista cedida em junho de 2014).

Durante a experiência estudantil, Anildes não trabalhou, lembra que um dos sacrifícios do seu pai era que nenhum filho trabalhasse para que tivessem a chance de estudar e destaca que, dos oito filhos vivos apenas um não fez curso superior. Assim, a primeira necessidade de trabalhar surgiu quando já estava próximo do término da faculdade para poder comprar o anel de formatura e poder participar das solenidades de encerramento do curso, porém, não concretizou por que não conseguiu mudar o turno de estudo, como já assinalado anteriormente.

Após formada, fez estágio no Cartório da Segunda Vara da Família quando se preparava para futuros concursos. Antes do término do estágio, fez dois concursos: um para o INSS e outro para o Tribunal de Justiça, sendo chamada, inicialmente, para este último; no entanto, a

vaga disponível era para a cidade de Imperatriz, distante 628 km da capital, começava então a primeira experiência de Anildes fora de seu domicílio. Quando perguntada sobre a reação do pai acerca da mudança para outra cidade, diz que, mesmo o pai muito assustado com a ideia, ele a apoiou, alegou que a cidade era distante, violenta e que ela não tinha experiência. Enfim, o pai concedeu aval para que ela, aos 22 anos, fosse morar em outra cidade, juntamente com uma amiga que também fora nomeada. No entanto, lembra que:

Aí eu fui pra lá, eu e essa minha colega, ele foi me deixar, ele e meu atual marido ne? foram lá, alugaram, procuraram casa, eu era aquele tipo assim de xodó (risos) e meu pai que tinha um xodó por mim e aquela preocupação, por que ele achava que eu era muito fraca, também eu dava muita vertigem (Anildes de Jesus, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016).

Em sua própria fala, Anildes se apresenta como fraca e demonstra que esse zelo do pai e namorado para com ela representava algo que não incomodava, pelo contrário, era importante e sinônimo de ser mimada e cuidada.

Depois de um tempo, trabalhando na cidade de Imperatriz, foi aprovada em outro concurso para a vaga que mais almejava, a magistratura e sendo convocada, concomitantemente, para assumir a vaga de juíza e para analista do INSS, foi quando então que ela teve que administrar mais um conflito: entre ficar com o cargo do INSS, que era em São Luís e pagava bem mais ou assumir a magistratura, mas ganhar menos e ter que trabalhar em alguma cidade do interior. Após sofrer certa pressão do namorado, do pai e de um ex-chefe seu, ela decide assumir o cargo de juíza e lembra como isso foi um marco simbólico de vitória para a família.

Ao assumir este cargo, ela também lembra que o pai fez uma reunião para alertar sobre as dificuldades da função e que, pelo fato de ser mulher, poderia ser vista pelos outros como fraca e fácil de manipulação.

Então aí quando eu já exercia que eu fui ser juíza, sentamos assim e ele disse: “Minha filha, você esteja preparada, por que a função que você vai exercer, você vai sofrer muitas tentações e nessas tentações você tem que saber, como saber dizer não, por que vão lhe oferecer dinheiro, vão lhe oferecer pra poder facilitar, então não faça isso e por que moral...que ainda dizem assim: - Não, pelo fato de ser negra e tal...e é mulher, vai dizer: - Não, mulher é fácil de ser...mulher é fácil. Então não faça!”. Então, sempre eu procurei, as partes por onde eu passei, eu sempre procurei honrar aquela confiança e aquela fé que ele tinha em mim e na minha reputação. Sempre até hoje, sempre eu digo: “Olha, são mais de 36 anos de magistrada, eu digo assim – aí vem eu nunca fui representada, pelas comarcas onde eu passei, nunca peguei nenhum processo por má conduta, nunca, nunca aconteceu isso. (Anildes de Jesus, São Luís, entrevista cedida em novembro de 2016)

Esse posicionamento também fez com que ela, mais uma vez, se fechasse para as possibilidades de convivência social nas comarcas por onde passou. Atualmente ela é corregedora geral do estado compondo a cúpula administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, prestes a completar 70 anos ela não falou em aposentadoria. Ainda hoje, o marido cobra que ela não se desgaste tanto no trabalho e dita uma série de cuidados a mesma, reforçando a ideia de fraqueza e necessidade de cuidados.

No entanto, a partir destes históricos de vida, desta trajetória marcada pela inconformidade com a situação econômica da família, desejo por realização pessoal e profissional, é possível questionar a fraqueza dessa mulher, a mais velha de 10 irmãos, que superou a pobreza e a fome e se tornou juíza.

Desta forma, pode-se fazer algumas observações acerca destas cinco mulheres entrevistadas: Possuem um discurso com forte presença da linguagem cristã, com atribuições a graças e milagres divinos, perdão e mesmo associação do papel feminino nos moldes do cristianismo. Todas foram aprovadas em concurso público, seguindo carreira profissional em suas áreas de formação acadêmica e rompendo com a lógica de que as mulheres estudavam e não exerciam a profissão ou esperavam apenas para se casarem, embora a maioria tenha se casado e tido filhos.

Apesar de veicularem alguma forma de discurso em relação aos papéis tradicionais da mulher na sociedade e aos seus relacionamentos, principalmente afetivos, todas elaboram sobre si, discursos de uma autoimagem poderosa, confiante e inteligente. Valorizam suas trajetórias e se consideram vencedoras e batalhadoras, o que configura também uma narrativa de poder, autoconfiança construindo sobre si referenciais positivos. De algum modo, esta é uma das formas de resistência aos inúmeros discursos de opressão a que estavam sujeitas, tanto pelas relações familiares e sociais, quanto pelos ideais e discursos da mídia, religiosos e educacionais.

Em torno de suas falas, espontâneas ou motivadas por algum questionamento, nenhuma delas viu a reprodução de desigualdade entre homens e mulheres nos espaços que circulavam, principalmente no meio acadêmico dos cursos de Odontologia, Farmácia e Direito, pelo contrário, lembram do período universitário, na maioria das vezes, como um período tranquilo, sem conflitos e sem desigualdades de gênero, somente Geusa conseguiu identificar e citar conflitos dentre homens e mulheres de sua turma por disputa intelectual da mesma, onde as mulheres tinham que se impor, física e ideologicamente, para serem respeitadas enquanto acadêmicas e futuras profissionais. Ainda assim, como pudemos observar, todas citam exemplos das diferenciações de gênero na universidade, na vida social, pessoal e profissional mesmo sem perceberem.

Assim, essas mulheres entrevistadas permitem-nos perceber que, de forma diversa, elas tiveram que lidar com as assimetrias de gênero nos espaços de poder marcadamente masculinos, tanto como alunas quanto profissionais ou mesmo em suas relações familiares.

No entanto, elas construíram suas trajetórias profissionais e acadêmicas a despeito dessas assimetrias, adotando e, ao mesmo tempo, resistindo às imagens e prática associadas ao ideal de mulher ligada à casa, à família e à reprodução. É interessante observar que as interlocutoras não leem necessariamente o processo de suas trajetórias tensionado pelas discrepâncias de gênero, até mesmo porque esse processo é, muitas vezes, velado, silencioso ou faz poucos ruídos. Pela intensidade da reprodução de comportamentos misóginos na sociedade acaba que se traveste de algo ‘normal’ entre homens e mulheres, quando na verdade são formas de controle, vigilância e cerceamento das liberdades femininas. Mesmo não construindo um discurso de si pontuado por possíveis tensões vividas em função do gênero, ao narrarem suas trajetórias, fica clara a forma como elas dialogam e estão marcadas por seu lugar de gênero, assim como de classe, de raça e de origem. Muitas vezes, o dito pode subsumir, minimizar ou invisibilizar as dificuldades atravessadas pelo lugar de pertença, mas, as práticas e comportamentos vividos, nos permitem perceber que estas dialogam frequentemente com o lugar em que elas nasceram, a condição social em que viviam com seus familiares, o fato de serem meninas e, depois, mulheres. A formação em escola normal, o ginásio que não tem na cidade, o curso de datilografia, o curso escolhido no ensino superior, a fuga para fazer um curso de pós-graduação, a não continuidade de estudo e/ou trabalho para acompanhar o cônjuge, todas essas são práticas que não dizem respeito apenas às mulheres aqui entrevistadas como nos mostra a literatura acadêmica. De algum modo, por diversos caminhos, as mulheres dialogam com ideais, comportamentos, controles e desafios muito próximos àqueles narrados pelas interlocutoras acima.

Essas experiências permitirão talvez um dia analisar mais precisamente o funcionamento da memória das mulheres. Existe, no fundo, uma especificidade? Não, sem dúvida, se se trata de ancorá-la numa inencontrável natureza e no biológico. Sim, provavelmente, na medida em que as práticas sócio-culturais presentes na tripla operação que constitui a memória – acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa – está imbricada nas relações masculinas/femininas reais, e como elas, é produto de uma história. Forma de relação com o tempo e com o espaço, a memória, como existência da qual ela é prolongamento, é profundamente sexuada (PERROT, 1989, p. 18).

Essas mulheres foram corajosas para encarar pobreza, estudos, empregos, homens poderosos, concursos, mesmo enfrentando inúmeras opressões sobre o feminino.

Dessa forma, defendemos a concepção de que a história de vida dessas mulheres foi influenciada positivamente pela formação acadêmica, fazendo com que o protagonismo que elas assumiram em suas vidas refletisse também na melhoria socioeconômica, no discurso sobre si pautado na valorização pessoal e profissional. Mostra ainda que, apesar de não identificarem o ambiente acadêmico como marcadamente masculino, com discursos voltados quase que exclusivamente para esse público e que apesar de afirmarem não ter vivenciado nenhuma situação de violência de gênero, elas a sofreram ao longo de suas falas, várias dessas múltiplas formas de violência e imposição de poder/saber puderam ser percebidas. Eram colocadas quase sempre na condição de minoria, inferiores e que tinham que ter um nível de excelência muito maior que os homens para conseguirem provar, a si mesmas e aos outros, que eram capazes.

CONCLUSÃO

O conhecimento, como sinônimo de poder, foi setorizado e desautorizado às mulheres à medida em que a sociedade, ocidental moderna, foi se organizando em torno da ciência e do saber. Mulheres que demonstravam ter muito conhecimento foram constantemente vigiadas e controladas, quando não podiam ser controladas eram taxadas, ridicularizadas e associadas a aspectos negativos, um claro exemplo disso foi a disseminação da imagem da bruxa e as perseguições sofridas por número significativo de mulheres ao longo dos séculos XV a XVI na Europa e nos locais de sua influência política. Às mulheres, o saber deveria ser limitado e mediado pelos homens e os conhecimentos rurais e populares femininos fugiam a isto.

A mudança drástica ocorrida a partir do fim do século XV comportava a demonização da mulher, principalmente da mulher sábia. Aqueles conhecimentos empíricos, que as mulheres dominavam e praticavam desde épocas ancestrais, foram considerados suspeitos. Afirmava que dada sua fraqueza física e moral, sua limitada inteligência, sua carência de raciocínio, sua sexualidade incontrolável e sua lubricidade, a mulher era vítima privilegiada de satã (TOSI, 1998, p. 375).

Esse processo culminou com a Revolução Científica impondo negatividade às formas de conhecimento fora do eixo legalizado pela ciência, que, em sua maioria, eram mediados por mulheres pobres dos meios rurais e sendo duramente combatido, fazendo com que houvesse concepção negativa na relação mulher e conhecimento. Tal visão se estendeu por séculos corroborando para um ideal de incapacidade intelectual feminina e conseqüente inferiorização das mesmas no âmbito escolar, científico e profissional, onde se acreditava que as mulheres deveriam saber apenas o indispensável.

Somente à medida em que as justificativas sociais das funções femininas na sociedade foram mudando, é que a instrução ofertada também foi sendo ampliada, no entanto, deve-se destacar que a educação feminina também foi, sobretudo, resultado de lutas de mulheres diversas, ao longo dos séculos, em movimentos organizados ou ações isoladas de mulheres que defendiam um processo educacional mais inclusivo e acabaram contribuindo para ressignificações da condição feminina na sociedade.

No caso do Brasil, pode-se citar como exemplo de vozes que discutiram educação e condição social feminina os escritos de Nísia Floresta Brasileira Augusta (DUARTE, 2008), professora e fundadora de colégios, que, ao longo do século XIX, escreveu vários títulos discutindo a educação feminina e promoveu uma discussão sobre educação para além das prendas domésticas e conhecimento superficial da língua materna e estrangeira. Ao mesmo tempo, Nísia Floresta reforçou ainda valores cristãos de moral sobre os papéis de filha, esposa,

mãe e educadora, onde elegeu determinadas virtudes como adequadas para o comportamento feminino. Outra mulher que se pode destacar é Júlia Lopes de Almeida (MENDONÇA, 2003), romancista brasileira que participou, dentre outras atividades, de reuniões para a Formação da Academia Brasileira de Letras, e defendia, em seus escritos, uma educação feminina que promovesse o sustento econômico da mulher, enfatizando o protagonismo feminino em suas obras, ainda assim reforçava os papéis tradicionais associados às mulheres.

Já no início do século XX, destacou-se a “Federação Brasileira para o Progresso Feminino”, associação formada em 1922, por mulheres de classe média e alta, este agrupamento discutia sobre como a instrução feminina poderia ser o caminho para a conquista de direitos sociais e políticos das mulheres e contou com atuações de intelectuais como Bertha Lutz (BONATO, 2005), considerada uma das pioneiras nas lutas feministas do Brasil.

Os exemplos citados acima são apenas uma sucinta demonstração de que, apesar de ter uma predominância masculina sobre o saber, a economia e o espaço público, vozes femininas e dissonantes ecoavam, mesmo diante de diversas políticas que promoveram o afastamento das mulheres das escolas, faculdades e dos empregos formais. No Brasil, a partir da Proclamação da República e das mudanças significativas no sistema econômico, houve o fortalecimento das cidades, indústria e comércio, resultando em novas exigências sociais e de comportamento.

Houve também a ressignificação do papel feminino no espaço privado e, com isso, novos padrões de casamento e maternidade, fato este que promoveu ampla discussão entre educadores, políticos e intelectuais acerca dos níveis de instrução e qualidade do que deveria ser ofertado às mulheres nos bancos escolares. A concepção mais amplamente aceita seria de que tal educação deveria atender aos anseios domésticos, mas, sobretudo, aos anseios de ideal de nação, onde a mulher contribuiria com aspectos relativos à saúde, higiene, alimentação e instrução da prole, para formação da cidadania republicana. Desta forma, disseminou-se a participação das mulheres nos cursos normalistas do país.

Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, por que ‘a mulher é a rainha do lar’. Criticou-se a escola mista, por ser ‘promíscua’. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, ‘verdadeiras mães’, têm ‘vocação para o sacerdócio’ que é o magistério. Combateu-se a educação diferenciada, com o argumento de que servia para relegar a mão de obra das mulheres ao ‘exército de reserva’, fazendo com que ocupassem postos com menor remuneração que os ocupados pelos homens no mercado de trabalho (ROSEMBERG, 2012, p. 338-339).

A consequência mais imediata de todo este processo foi a maior presença das mulheres nos espaços públicos e instituições de ensino, como alunas e professoras, nas fábricas, no

comércio e etc., ou seja, era cada vez mais notório que as mulheres estavam fora do eixo doméstico, tanto as de classe mais baixa (que, por necessidades econômicas, já circulavam nos espaços públicos), quanto as de classe média e alta. Tal dinâmica feminina nas cidades não passou despercebida e causou diversas reações, em sua maioria de crítica e ironia, exemplo disso foram os diversos registros feitos em jornais que, desde os fins do século XIX até metade do século XX, veiculavam posicionamentos contrários à instrução e trabalho feminino sob alegações de que a sociedade se veria prejudicada. Abaixo uma dessas abordagens feita no jornal **Novidades**, que circulou em São Luís nas décadas de 1950.

A voragem da vida moderna, a crise econômica da atualidade, trazem, como triste consequência, o afastamento da mulher do lar. E isso se constitui num dos maiores ou no maior dos males da hora presente. Durante horas e horas a fio, às vezes durante um dia inteiro, permanece a Mãe fora do lar. [...] E se sentimos tristeza em constatar que a mãe proletária é forçada por deficiências econômicas a afastar-se de seus deveres dentro de casa, causa revolta verificar o abandono dos lares abastados por motivos mais fúteis. A mãe de classe média, tentando aumentar um orçamento, mais ou menos suficiente, comete o erro de dedicar-se a ocupações fóra de casa. [...] Não há dinheiro algum capaz de recompensar os prejuízos morais sofridos pela criança à qual falta a carinhosa vigilância materna. O lugar da mulher foi, é e será sempre o lar, pois a mulher de hoje, como a de ontem e a de amanhã, tem, na terra, sempre a mesma missão - a sublime missão de 'Ser Mãe' (MARTINS, 14 jul. 1952, p. 3).

Sob a égide de uma “missão” das mulheres na sociedade, a **Página Feminina** do jornal **Novidades**, escrita por Reinaldo Martins, abordava temas mais voltados para mulheres casadas e mães, reforçando que toda mulher, mesmo as solteiras, exercia um pouco da maternidade, a exemplo da imagética da professora, pois combinava profissão com o cuidado das crianças.

No entanto, tais justificativas, que limitavam a educação das moças, eram cada vez mais confrontadas pelo registro crescente nos cursos secundários e de nível superior, tendo no século XX um marco deste processo, registrando, inicialmente, números tímidos⁵⁴ e crescendo para valores mais significativos, como apresenta o quadro abaixo:

⁵⁴ Em 1907, as mulheres constituíam apenas 0,24% dos cursos superiores jurídicos, 8,63% do ensino médico e farmacêutico e 0,47% do ensino politécnico. In: BRASIL. **Diretório Geral de Estatística**. Anuário estatístico do Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e comércio, Rio de Janeiro, 1916.

Quadro 15 - Porcentagem de Mulheres entre Alunas Matriculadas no Início do Ano – Ensino Superior - Brasil

| Curso | Ano | | | |
|--|------|------|------|------|
| | 1956 | 1961 | 1966 | 1971 |
| Engenharia | 2 | 2 | 2 | 3 |
| Agronomia | 3 | 4 | 5 | 7 |
| Veterinária | 3 | 6 | 10 | 13 |
| Economia | 6 | 7 | 11 | 15 |
| Direito | 12 | 15 | 21 | 25 |
| Odontologia | 17 | 19 | 29 | 35 |
| Medicina | 20 | 12 | 16 | 24 |
| Farmácia | 34 | 28 | 42 | 50 |
| Física, Química, Matemática e Biologia | 38 | 38 | 42 | 49 |
| Letras, Ciências Humanas e Filosofia | 67 | 69 | 73 | 77 |
| Serviço Social | 77 | 83 | 90 | 95 |
| Enfermagem | 99 | 99 | 95 | 94 |

Fonte: BRASIL, MEC, Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Sinopse Estatística do Ensino Superior (1956, 1961, 1966, 1971) apud BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó. O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, 15, Fundação Carlos Chagas, 1976, p. 51.

Do crescimento global do ensino superior, o aumento da participação da mulher foi marcante: de 26%, em 1956, a 40%, 15 anos depois. No entanto, a expansão de matrículas não se deu de maneira uniforme, de tal modo que, na Engenharia, há ainda apenas 3% de mulheres. De fato, verifica-se até um aumento da concentração das alunas em algumas poucas carreiras ‘femininas’ que, definidas culturalmente como mais apropriadas à mulher, têm tido tradicionalmente uma predominância de mulheres entre seus alunos (BARROSO, 1976, p. 52).

A entrada das mulheres no ensino superior representou novas possibilidades de inserção nos espaços públicos, pois a formação acadêmica ampliou os ramos de exercício profissional, ainda que, para isso, as mulheres tivessem que enfrentar desafios constantes para provar competência ou buscar algum ramo que lhe aproximasse das características consideradas próximas da essência feminina, por exemplo, o trabalhando com outras mulheres, idosos ou crianças.

As mulheres experimentaram grandes dificuldades para se inserir nessa instituição elitista e estratificada. Tiveram que enfrentar novos problemas, novas formas de exclusão e adotar, em consequência, novas estratégias (TOSI, 1998, p. 397).

Destaca-se, em mais um exemplo dos escritos em jornais, o incômodo com a linguagem marcadamente sexista dos discursos levantados por ocasião das comemorações de 1º de maio, em que uma colaboradora do **Jornal do Maranhão**, assinada apenas por Natasha, evidenciava o equívoco da linguagem ao caracterizar trabalhadores apenas como homens.

Todos falavam em trabalhadores, a praça estava repleta de homens, os oradores dirigiam-se aos operários. Tudo era trabalho em sentido ‘masculino’. E nós, as mulheres, não temos também o nosso papel no mundo do trabalho? Claro que temos. Hoje em dia encontramos milhões de mulheres nas fábricas, nos armazéns, nas lojas, nos escritórios, sem falar daquilo que é mais peculiar do trabalho feminino: as enfermarias, as creches, os jardins, as escolas. Portanto constatamos que a mulher entrou em pleno mundo de trabalho, e ainda deseja conquistar novas posições. Já podemos ver mulheres no exercício da advocacia, do juizado, da medicina, mulheres embaixadoras, deputadas... (NATASHA..., 6 mai. 1962, p. 3).

No entanto, após essa mesma autora fazer constatação das conquistas das mulheres no mercado de trabalho, encerra o texto observando que as mulheres têm capacidade para ocupar qualquer cargo público, mas, seu maior papel se desenvolveria no lar, ou seja, um reforço para as atribuições historicamente atribuídas às mulheres. Aponta:

E concluí que as mulheres podem conquistar qualquer campo, o mais elevado que seja com seu trabalho, mas o lugar natural, onde a sua atividade pode expressar-se melhor e proporcionar-lhe as maiores satisfações, é um lar: seu próprio lar... (NATASHA..., 6 mai. 1962, p. 3).

Ter um maior número de mulheres no ensino secundário, cursos profissionalizantes, nas faculdades e no mercado de trabalho não representou por si só a emancipação feminina no concernente aos papéis de esposa e mãe, mas ainda assim foi reflexo da luta de muitas mulheres intelectuais brasileiras que buscaram maior igualdades por meio da educação e vivência profissional.

Para compreender melhor a relação entre educação e mulher, no Brasil do século XX e com atenção para a realidade maranhense, este trabalho enfatizou um olhar sobre o contexto histórico da sociedade e educação formal de ensino superior, bem como a propagação de comportamentos envolvendo as mulheres, com as críticas, novas exigências e até o rompimento dos padrões sociais sobre o feminino. Com isso, pode-se observar que o país estava cada vez mais urbanizado, com ampliação da educação e geração de novos postos de trabalho, resultando também em maior capacitação e participação feminina nos cursos profissionalizantes, de ensino superior e mercado de trabalho.

Ainda objetivando identificar a influência da formação em nível superior para as mulheres, principalmente no Maranhão, esta pesquisa foi feita com base em aportes documentais locais, em fontes que contaram a história do ensino superior no estado e também por meio da entrevista com cinco mulheres que cursaram o ensino superior na capital entre o período de 1950-1970.

A educação, desde o processo de alfabetização até o nível superior, foi o fio condutor que mobilizou entrevistas feitas com as ex-alunas dos cursos de Direito, Farmácia e Odontologia em São Luís, tais mulheres mostraram em seus relatos como a instrução formal foi importante para que suas histórias pessoais fossem marcadas pela superação das dificuldades financeiras.

Apesar de a educação ser uma marco positivo em suas histórias de vida, estas mulheres relataram, em graus diferenciados, percalços no processo de formação acadêmica como, por exemplo: se deslocar de sua cidade natal para dar continuidade aos estudos; assumir a responsabilidade de concluir o ensino secundário e superior tornando-se as primeiras pessoas de suas famílias a terem esse diploma (com exceção de uma entrevistada que foi a segunda da família a se formar em nível superior); enfrentar dificuldades financeiras para compra de livros, participação em eventos acadêmicos e até mesmo alimentação; algumas conciliando trabalho ou estágio remunerado para concluírem com êxito. Assim, a história dessas mulheres, no que se refere à educação e capacitação profissional, foi atravessada por situações, muitas vezes, desafiadoras e violentas.

Desta feita, todas as cinco entrevistadas relataram dificuldades para acesso e manutenção ao ensino superior, um espaço onde, mesmo indiretamente, foram registrados múltiplos casos de violência, tendo em vista que a Universidade era um ambiente com presença majoritariamente masculina e frequentado por pessoas de condição social mais elevada, sobretudo nos cursos de bacharelado.

Então, quais formas de violências foram registradas nesta pesquisa?

Nas fontes escritas, pode-se observar o registro constante de mulheres na Universidade, mesmo que em menor número, como nos cursos de Direito e Odontologia, no entanto, o que chamou a atenção foi a ausência de tais mulheres nos diversos veículos de informação usados pelos estudantes, como folders, jornais ou revistas. Não há registro de mulheres autoras de artigos científicos ou emitindo opiniões nestes espaços estudantis, nestes mesmos jornais a veiculação da imagem feminina estava muito associada à beleza (com concursos entre as alunas) ou a serem pacientes de homens em imagens de propagandas; nas seções de Diretório Acadêmico também nota-se a participação feminina, porém em funções consideradas secundárias como secretárias e tesoureiras.

Nas entrevistas pode-se notar várias formas de intimidação a que as mulheres foram submetidas e que, muitas vezes, foram relatadas como algo “normal”. Primeiramente, chama atenção o fato de que todas as entrevistadas afirmaram não se interessar por política enquanto

alunas universitárias, havendo associação de concepção de política com questões partidárias, na qual elas demonstraram não ter interesse.

Assumiram ainda um discurso sexista de saber, ao atribuírem aos homens alguns conhecimentos, como os de lógica e matemática e às mulheres outros, como os de humanas. Relataram, durante graduação, pós-graduação e trabalho, diversos conflitos no cotidiano, inclusive situações de inferiorização por serem mulheres, pobres, negras ou nordestinas. Na faculdade tinham que, a todo tempo, demonstrar sua competência por meio de disputa de notas, disputas sobre quem representaria a turma em trabalhos acadêmicos e demonstração de competência intelectual quando tinham suas capacidades questionadas.

Seus discursos foram, em geral, baseados nos tradicionais papéis femininos de esposa, cuidadora e mãe, mesmo para a única entrevistada que não teve filhos. Apesar desse reforço de uma visão sobre o feminino, que já se avolumava no imaginário das pessoas, as entrevistadas construíram discursos acerca de suas experiências onde puderam ressignificar o papel feminino com as categorias de estudante e profissional como adicionadas às exigências da mulher moderna.

Assim, pelas fontes escritas e relatos nas entrevistas, pode-se ressaltar que a instrução representou um enorme passo para as mulheres, mas, trouxe consigo alguns fardos também pois foram inseridas em espaços historicamente masculinos e, com isso, tiveram que desenvolver algumas estratégias de proteção como seriedade e sobriedade nos ambientes de instrução, não deixando margens para associarem suas imagens a situações levianas ou descomprometidas com os estudos. Mesmo quando adultas e realizando mestrado, doutorado ou assumindo concursos públicos, elas tiveram que provar que podiam ser boas alunas ou profissionais, ainda que já fossem mães ou casadas e viveram situações diversas em que os maridos ou pais colocaram em xeque suas escolhas profissionais e representaram alguma barreira para o desempenho dos seus trabalhos, mais uma vez tais entrevistadas lançaram mão de estratégias, às vezes, de enfrentamento aberto e outras vezes mais veladas, para darem continuidade aos seus objetivos.

Enfim, o aumento numérico dessas mulheres no ensino superior guarda, no interior de cada número, diversas histórias de lutas, de superação, pessoal e familiar, que foram vividas em ambientes algumas vezes hostis às mulheres e impedindo a igualdade de condições na formação acadêmica e exercício da profissão. Percebe-se que as entrevistadas, longe de romperem com alguma concepção tradicional sobre o feminino, fizeram uma soma de responsabilidades do meio doméstico com as atribuições do espaço público, aumentando suas múltiplas jornadas de trabalho. No entanto, ainda assim conquistaram, por meio da realização

de um curso superior, melhorias na condição socioeconômica e prestígio, tornaram-se mulheres inspiradoras em seus círculos de relações sociais e com a formação universitária mudaram, não apenas suas histórias de vida, como também de suas famílias.

FONTES

AVANTE (Jornal), São Luís, ago. 1950, ano 5, n. I.

BIDO, Sá. Agarre seu Homem. **Satélite** (Jornal), São Luís, ano III, n. 7, p. 53, out. 1950.

BRASIL. **Diretório Geral de Estatística**. Anuário estatístico do Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e comércio, Rio de Janeiro, 1916.

BRASIL. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Maranhão. **IX Recenseamento Geral do Brasil** – 1980, v. 1, tomo 1, n. 6, Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

BRASIL. Universidade Federal do Maranhão. SEPLAN, Divisão de Informações Básicas, 1981.

BRASIL. Universidade Federal do Maranhão. **Documento de Construção do Campus**. São Luís, 1993.

CLÁUDIA. Página Feminina – o tipo intelectual. **Resistência** (jornal), ano 19, n.1219, p. 36, out. 1957.

COLUNA FEMININA. **Jornal do Maranhão**, ano XXXI, n. 3668, p. 730 set. 1966.

COMO SE deverá vestir a mulher que trabalha. **O Imparcial** (Jornal), ano XXIV, n. 9912, p. 6, 12 fev. 1950.

CONVERSANDO ... com um casal de namorados... **Jornal do Maranhão**, ano XXXII, n. 3695, p. 5, 14 mai. 1967.

CRUZ, Arias. Senhoritas por favor. **Jornal do Maranhão**, ano XIX, n. 4, p. 04, 03 jul. 1960.

DECLARAÇÕES do deputado Neiva Moreira. **O Imparcial** (Jornal), São Luís, 16 abr. 1951. Suplemento Extra, p. 38.

DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO, 16 mar. 1941.

DIÁRIO DO NORTE, p. 02, 07 fev. 1941.

DIÁRIO DO NORTE (jornal), p. 02, 04 jul. 1940.

JORNAL A PACOTILHA (jornal). 6 mar. 1923.

JORNAL DO POVO (jornal). p. 05, 23 abr. 1963.

_____. Grileiros humilham e perseguem lavradores em Imperatriz: BR – 14, 24 abr. 1963, p. 04.

JORNAL DO MARANHÃO (jornal). 13 mar. 1960, ano XIX, n.1981, p. 03-04.

_____. 27 jul. 1961, ano XX, n. 3014, p. 06.

LOPES, Wilson Ribeiro. A Invencibilidade da Mulher. **O Brazil Novo** (Jornal), ano III, n. 6, p. 1, 07 set. 1950.

MARANHÃO. **Fala e Mensagem do Governo Estadual do Maranhão à Assembleia Legislativa**. 1918.

_____. **Escola de Pharmácia e Odontologia do Maranhão**. Memorial apresentado ao sr. Interventor Federal Pe. Astolfo Serra pelo Dr. Cesário Vêras, diretor em 1931. São Luís: Typ. M. Silva, 1931.

_____. Faculdade de Farmácia. Universidade Federal do Maranhão. **Relatório Anual da Diretoria da Faculdade de Farmácia**. São Luís, 1972.

MARANHÃO. **Farmacodonto** – Revista da Faculdade de Farmácia e Odontologia. São Luís, out-dez., p. 13-17, 1954.

_____. Farmácia de Odontologia da Universidade do Maranhão. **Histórico**. São Luís, 1980.

MARQUES, Rosarine. Etiquetas Sociais ou Bôas Maneiras. **Novidades** (jornal), São Luís, ano II, n. 129, p. 03, 18 set. 1952.

MARTINS, Reinaldo. Página Feminina. **Novidades** (Jornal), São Luís, ano I, n. 121, p. 3, 14 jul. 1952.

MULHERES formam a maioria. **O Jornal**, ano I, n. 217, p. 1, 6 jan. 1978.

NÃO Há Greve e sim Coação. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 14 abr. 1951. Suplemento extra, p. 39.

NATASHA. A mulher e o trabalho. **Jornal do Maranhão**, ano XXVII, n. 3053, p. 3, 06 mai. 1962.

NOVIDADES (Jornal). São Luís, ano 1, n. 46, p. 1, 26 set. 1951.

_____. São Luís, ano I, n. 77, p. 3, 6 nov. 1951.

_____. São Luís, ano I, n. 83, p. 3, 14 nov. 1951.

_____. São Luís, ano I, n. 94, p. 1, 17 dez. 1951.

_____. São Luís, ano I, n. 95, p. 2, 24 dez. 1951.

_____. São Luís, ano I, n. 100, p.2, 28 jan. 1952.

_____. São Luís, 4 fev. 1952, ano I, n. 101, p. 1.

_____. São Luís, ano I, n. 110, p. 2, 21 abr. 1952.

_____. São Luís, ano II, n. 127, p. 4, 26 ago. 1952.

NOVIDADES (Jornal). São Luís, ano II, n. 132, p. 4, 15 out. 1952.

O 'CASO' das professoras. **O Combate** (Jornal), ano XXIV, n. 4695, p. 4, 12 nov. 1948.

O COMBATE (Jornal). São Luís, ano XXIV, n. 47, p. 4, 16 dez. 1945.

_____. São Luís, ano XXIV, n. 4642, p. 5, 4 out. 1948.

_____. São Luís, ano XXIV, p. 04, 18 dez. 1948.

O INTELLECTUAL e a mulher. **Resistência** (Jornal), ano 19, n. 1219, p. 3, 6 out. 1957.

O JORNAL. ano I, n. 212, p. 7, 2 jan. 1977.

_____. ano I, n. 214, p. 2, 3 jan. 1978.

POLIANA, Isnaia. Secção Feminina - Instantâneos da Vida Real: matar o tempo. Jornal **Novidades**, São Luís, 01 jan. 1952, ano 1, n. 96, p.07.

_____. Instantâneos da vida real: assim são os homens. Jornal **Novidades**, São Luís, 07 jan. 1952, ano 1, n. 97, p.03.

POLIANA, Isnaia. Secção Feminina - Instantâneos da Vida Real: o modernismo não tem malícia? **Novidades**(Jornal), São Luís, ano I, n. 102, p. 03, 11 fev. 1952.

RESISTÊNCIA (Jornal), ano I, n. 4, p. 5, 30 mai. 1952.

REVISTA FARMACODONTO, jul-set. 1961.

SATÉLITE (Jornal). São Luís, ano III, n. 7, p. 5, 3 out. 1950.

_____. São Luís, ano III, n. 8, p. 2, 4 nov. 1950.

SECCÃO Feminina – Elegância Feminina. **Novidades** (Jornal), São Luís, 07 nov. 1952, ano II, n. 134, p. 2.

SÉRIA e Perigosa, tentativa de implantação do divórcio! **Novidades**(Jornal), São Luís, ano 1, n. 94, p. 01, 17 dez. 1951.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Decreto nº 67048, de 13 de agosto de 1970. São Luiz.

UNIVERSITÁRIO EM MARCHA (Jornal), ano II, n. 11, p.1, 24 mar. 1958.

REFERÊNCIAS

A MULHER e a Profissão. **Jornal do Maranhão**, ano XX, n. 3039, p. 03-04, 28 jan. 1962.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O Dote é a Moça Educada**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. São Luís: EDUEMA, 2012.

_____. (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

_____. (Org.) **Mulher e República no Maranhão**. São Luís: EDUEMA, 2015.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Fontes Orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. **Ler as Letras**: por que educar meninas e mulheres. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares; SOARES, Marisa. Mudaram os tempos, mudaram as mulheres? Memórias de professoras do ensino superior. **Rev. Avaliação**, Campinas, Sorocaba, São Paulo, v. 17, n. 02, jul. 2012, p. 557-580.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. **Rompendo os Vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil**: 1951 – 1977. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís: UFMA/Secretaria de Educação, 1984.

APPLE, Michel. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 65-83.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Anderson Carlos Elias. **O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a Morigerância dos Meninos Desvalidos na Belém da Belle Époque**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

BARBOSA, Juliana Carneiro. “A Deusa do Lar”: o ideal feminino em São Luís republicana (1930-1950). In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Mulher e República no Maranhão**. São Luís: EDUEMA, 2015, p. 159-190.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Trabalho, conflitos e identidades numa terra do babaçu. **Revista História Social**, Campinas, n. 14-15, p. 255-275, 2008.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Artemis - Periódicos UFPB**, v. 01, p. 64-74, dez. 2004.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al. (Org.) **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma, Judiaí, Paco, 2015.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó de. O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, n. 15, Fundação Carlos Chagas, p. 47-77, 1975.

..... O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, 15, Fundação Carlos Chagas, 1976, p. 52. BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 607-639.

BASSANEZZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BEZERRA NETO, José Maia. O “Asylo lindo e protetor”: práticas e representações sociais sobre educação feminina – Belém (1870- 1888). In: ALVARES, Maria Luíza Miranda; D’INCAO, Maria Ângela (Org.). **A Mulher Existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

_____. O Recolhimento das educandas: uma breve notícia documental (1840). **Cadernos Pagu**, p. 407-413, 1997.

BICCAS, Maurilane de Souza; FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Educação no Brasil** (1926 – 1996). São Paulo: Cortez, 2009.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP**: horizontes que se abrem. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, USP, 2004.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1-2, p. 131-146, jan/dez. 2005.

BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao Novo** – política e educação no Maranhão. São Luís: UFMA, 1985.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 159-182.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, jan-jun. 2006, p. 329-376.

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. In: **Revista Configurações**, n. 3, p. 83-106, 2007,.

BRASIL, MEC. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Sinopse Estatística do Ensino Superior (1956, 1961, 1966, 1971), apud BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó. O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, 15, Fundação Carlos Chagas, 1976, p. 51.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas perspectivas**, São Paulo, Unesp, p. 07-38, 1992.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUZAR, Benedito. **A Greve de 1951: os trinta e quatro dias que abalaram São Luís**. São Luís: Editora Alcântara, 1983.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves; REIS, José Ribamar Sousa dos. **Aspectos históricos da formação econômica do Maranhão**. São Luís: IPEI, 1978.

CAMARGO, Aspásia. Apresentação da Primeira Edição: quinze anos de História Oral: documentação e metodologia. In: ALBERTI, Varena. **Manual da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 11-15.

CAMPOS, Ipojuca Dias. **Para Além da Tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940)**. (Tese de doutorado em História Social da PUC), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2009.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Luís, Café e Lápis, FAPEMA, 2011.

CANCELA, Cristina Donza. Destinos cor de rosa, tensões e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870 - 1920). **Cadernos Pagu**, n. 30, p. 301-328, jan-jul. 2008.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo, Conhecimento e Cultura**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória; MORAIS, Adenilda Bertodo Alves. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: uma breve introdução. In: **Espaço do Currículo**, v. 6, n. 2, p. 317 – 327, mai-ago. 2013.

CORDEIRO, Juliana Carneiro Barbosa. “Pela Hora da Morte”: custo de vida em São Luís no contexto Segunda Guerra Mundial. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina dos (Org.) **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: UEMA, 2012, p. 179-212.

CORREA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, Angela (Org.). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 13-34.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís: EDUFMA, 2006.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA, Cléria Botêlho da. Uma História Sonhada. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, Wagner Cabral. A Raposa e o Canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). In: COSTA, Wagner Cabral (Org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004, p. 265-296.

COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARSOSA, Viviane de Oliveira et al. (Orgs.) **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma; Jundiá: Paco Editorial: 2015, p. 189-286.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v.10, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CUNHA, Maria de Fátima da. **A Face Feminina da Militância Clandestina de Esquerda – Brasil anos 1960/70**. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, São Paulo, 2002.

DAVES, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. In: **Revista Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 07-16.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder**: em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918 - 1941)**. São Luís: EDUFMA, 1996.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In: FARIA, Lia; LÔBO, Yolanda (Orgs.). **Vozes femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2008, p. 105-144.

DURHAM, Eunice R. **O Ensino Superior no Brasil**: público e privado. Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasiliense, 1991.

FARGE, Arlete. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Regina; MONTENEGRO, Antonio (Orgs.). **Memória de Professores: Histórias da UFMA e outras histórias**. São Luís: Fundação Sôsândrade, UFMA/CNPQ, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, São Paulo, n. 1, 1998, p. 19-30.

FONSECA, Cláudia. Solteironas de Fino Trato: reflexões em torno do (não) casamento entre pequeno-burguesas do início do século. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n. 18, ago –set. 1989, p. 90-120.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade (1): a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de Grance, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. São Paulo: Alínea, 2001.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

GOMES, Antonio Marcos. Notas sobre o Processo de Formação do Mercado de Trabalho no Maranhão: da grande lavoura aos grandes empreendimentos. In: BARROS, Antonio Evaldo

Almeida et al. (Orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma, Judiaí, Paco, 2015.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana Diz Não**: história de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GROSSI, Yonni de Souza; FERREIRA, Amauri Carlos. A razão narrativa: significado e memória. **Revista História Oral**, v. 4, 2001, p. 25-38.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132, jun. 2008.

HAHNER, June. **A Mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI editores, 2002.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Campanha da Produção (1948-1958)**. São Luís: 2004.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

LEITE, Miriam Moreira. **A Condição Feminina no Rio de Janeiro**: século XIX. São Paulo: Editora Hucitec Inl, 1984.

LIMA FILHO, J. Maria dos Prazeres. **Jornal do Maranhão**, ano XXXIV, n. 3777, p. 7, 08 de dez, 1968.

LOBATO, Maria José. **Educação Feminina no Maranhão**: o redefinir de uma instituição. São Luís, FAPEMA, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Género e Sexualidade**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

_____. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, Editora Unesp, 2008, p. 443-481.

MACEDO, Iole Vanin. **As Damas de Branco na Biomedicina Baiana (1878-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas**. (Tese) Doutorado em História, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008.

MADEIRA, Felícia; SINGER, Paulo. Estrutura do emprego e do trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. **Cadernos CEBRAP**, 13, São Paulo, CEBRAP, 1973, p. 07-123.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MATOS, Maria Izilda S. de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890 - 1930). **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 95-115, 1995.

_____. Género e História: percursos e possibilidades. In: Mônica Raisa Schpun (Org.). **Gênero sem Fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, p. 73-92.

_____. Estudos de Género: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 67-75, 1998.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 126-147.

MATIAS, Moisés. **A Revolta da meia passagem**. A história da greve estudantil de 1979. São Luís: Estações Produções, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, n. 155, p. 191-203, 2006.

MEIRELES, Mário Martins. **Dez Estudos Históricos**. São Luís: Alumar, 1994.

_____. **O ensino superior no Maranhão: esboço histórico.** São Luís: Editora da UFMA, 1981.

_____. **Apontamentos para a História da Farmácia no Maranhão.** São Luís: UFMA, 1981.

MELO, Allana Bielly Carvalhal de. “Mulheres Perdidas”: sistema prisional e perfil das mulheres encarceradas no Maranhão nas décadas de 1950 a 1970. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.) **Mulher e República no Maranhão.** São Luís: EDUEMA, 2015, p. 191-220.

MENDONÇA, Cátia Toledo. Júlia Lopes de Almeida: a busca da libertação feminina pela palavra. In: **Revista Letras**, Curitiba, Editora UFPR, n. 60, p. 275-296, jul-dez. 2003.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan-jun. 2007, p. 240-264.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 99-105, 1998.

MORAIS, Natércia Crystina Freitas. A Cidade de Símbolos e Projetos: ‘a ponte da esperança’ e o nascimento da ‘cidade nova’. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina dos (Orgs.). **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade.** São Luís: UEMA, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, Diferença Cultural e Diálogo. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 05-20, ago. 2002.

MORENO, Amparo. El arquetipo viril protagonista de la história. Ejercicios de lectura no androcéntrica. **Cuadernos Inacabados**, Barcelona, La Sal, p. 17-52, 1987.

MOTT, Maria Lúcia; MALUF, Marina. Recônditos do Mundo Feminino. In: NOVAIS, Fernando (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: República – da Belle Époque à Era do Rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 368-422.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão.** Niterói: Editora da Niterói, 2003.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: mulheres, família e mudança social em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NERIS, Cidinalva Silva Câmara. **Estigma e Isolamento Social**: lepra, saber médico e políticas públicas no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, Edufma, 2014.

NILCHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 8, 2000, p. 09-41.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 07-28, 1993.

OLIVEIRA, Antônio Almeida. **O Ensino Público**. 2. ed., Brasília: Edições Senado, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: editora Unesp, 2006.

ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: Reunião Brasileira de Antropologia. (2ª, Goiânia: 2006). **Conferências e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 17-80.

PASSERON, Jean-Claude; BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

PASSOS, Elizete. **Palcos e Platéias**: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27, n. 54, p. 281-300, 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas, mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Luta por Moradia e Condicionantes necessários: história, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. In: BARSOSA, Viviane de Oliveira et al. (Orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma; Jundiaí: Paco Editorial: 2015.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os Silêncios da História**. Bauro: Edusc, 2005.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n. 18, p. 09-18, ago-set. 1989.

_____. Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4^o ed, 1988.

PIMENTEL, Glaybe Antonio Souza. **Processos de Subjetivação, Poder Disciplinar e Trabalho Docente no Grupo Escolar Professor Manoel Antonio de Castro (1940 - 1970)**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Apresentação. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 07-09

PINSKY, Carla Bassanezi. A Era dos Modelos Rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 469-544.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muito tempos da memória. **Revista Projeto História**, Trabalhos da Memória, n. 17, São Paulo, nov. 1998, p. 203-211.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHIMIDT, Somine Pereira (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2004, p. 43-66.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Revista Projeto História**, n. 14, São Paulo, Revista do Programa de História da PUC, p. 25-39, abr. 1997.

_____. Tentando Aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Revista Projeto História**, n. 15, São Paulo, abr. 1997, p. 13-49.

_____. Histórias das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo, Contexto, 2014, p.217-236.

PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

_____. **Gênero e História**. Editorial CNT – Compostela, 2012.

_____. Descobrir historicamente o gênero. In: **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, p. 89-98, 1998.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; MIRIAM, Pillar Grossi (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Santa Catarina, Editora Mulheres, 2006, p. 21-41.

REGO, Artur Nunes do. **Revista Farmacodonto**. Diretório Acadêmico Osvaldo Cruz, nº 1, novembro, p. 11, 1958.

REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos: mulher e educação**. São Paulo 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993.

RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. **A Tradução da Tradição em Práticas Curriculares no Colégio Estadual Paes de Carvalho**. (Tese) Doutorado, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013.

RIVERA, Maria Milagros. Uma aproximación a la metodologia de las mujeres. In: OZIEBLO, Bárbara (Org.). **Conceptos y metolodogía en los estudios sobre la mujer**. Málaga: Universidad de Málaga, 1993.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

RODRIGUES, Maria José Lobato. **Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma Instituição**. São Luís: Café e Lápis, EDUFMA, FAPEMA, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação das Mulheres. In: PISNKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SABINO, Elianne Barreto. **A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1890)**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. O Trabalho da Mulher no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo, v. 5, p. 115-135, 1982.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALDANHA, Lilian Leda. **A Instrução Pública Maranhense na Primeira Década Republicana**. Imperatriz/MA: Ética Serviços Editoriais, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres, O Poder e A Família: São Paulo – século XIX**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1980.

_____. Conferência: A Família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 07-21, jul-dez. 1997.

SANTOS, Sandra Regina dos. Cidade das Letras: o ensino superior em São Luís. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina dos (Org.) **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: UEMA, 2012.

SARDENBERG, Cecília. O gênero da memória: lembranças de operários e operárias. In: PASSOS, Elizete; MACEDO, Ivia. **Metamorfoses Gênero na Perspectiva Interdisciplinar**. Coleção Bahiana, v. 3, Salvador, NEIM/UFBA, 2000, p. 147-164.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. Enredos de Fé, Lazer e Obrigação na Cultura do Maranhão. In: BARSOSA, Viviane de Oliveira et al. (Org.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís, Edufma; Jundiá, Paco Editorial: 2015, p. 147-166.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil. **Rev. Politeia: história e sociedade**, Vitória da Conquista, v. 8, p. 223-231, n. 1, 2008.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 63-96.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SOARES, Glória Regina Graçano. Currículo e Cultura: algumas interlocuções teóricas. **Revista Contemporânea de Educação**, n. 12, ago-dez. 2011, p. 149.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a Conquista do Espaço Público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-237.

SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Forense Universitária, 1989.

SOUSA, Fábio Henrique Gonçalves. **Nas fronteiras da normalidade: do cotidiano das ruas à criação da Colônia de Psicopatas Nina Rodrigues**. São Luís: Editora UEMA, 2015, p. 155.

SOUSA, Vera Lúcia Puga de. **Entre o bem e o mal: educação e sexualidade nos anos 60 (triângulo mineiro)**. (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo, História, 1991.

SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 20, p.101-119, 1991.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1989.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Revista Projeto História**, n.15, São Paulo, p. 51-84, 1997.

_____. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TOSI, Lúcia. Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 369 – 397, 1998.

TOURINHO, Mary Angélica. **As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão**: entre o discurso da ordem e subversão nas práticas. (Dissertação) Mestrado em Educação – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

WOLF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**: uma história – Alto Juruá – Acre (1890 - 1945). São Paulo: Huicitec, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e Historiografia brasileira. **Revista História: questões e debates**, Curitiba, n.50, jan/jun. 2009, Editora UFPR, p. 175-216.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VIAZZO, Pier Paolo & LYNCH, Katherine. **Antropology, Family History, and the Concept of Strategy**. International Instituut voor Sociale Geschiedenis, n. 47, 2002.

VOSNE, Ana Paula. **Um Lar em Terra Estranha**: a casa da estudante universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

ANEXO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

GRADUANDAS NA ILHA: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940 - 1979)

1. Nome Completo.
2. Data de nascimento.
3. Curso de graduação.
4. Em que período cursou a graduação?
5. Sobre sua infância: Descreva as lembranças gerais de sua infância. Sobre seus pais ou pessoas que lhe criaram, seus irmãos...
6. Qual a profissão de seu pai e sua mãe?
7. Quantos irmãos você tem/teve?
8. Como foi sua vida escolar no primário, ginásio e no científico? Quais as lembranças mais destacadas dessa época?
9. A escola que você estudava era pública ou particular?
10. Quais lembranças que tem de sua juventude? O que mais lhe marcou nesse período?
11. Como se deu a escolha do curso universitário que você seguiu?
12. Que tipo de dificuldades você enfrentou para ter acesso ao ensino superior?
13. Que tipo de apoio você recebeu para ter acesso ao ensino superior?
14. Você teve algum tipo de dificuldade para permanência no ensino superior?
15. Que acontecimentos mais lhe marcaram no período de estudante universitário?
16. Você fez política estudantil na universidade? Caso tenha feito ou acompanhado de perto, descreva esta vivência.
17. Costumava de participar de congressos e seminários? Como se dava sua participação neste tipo de atividade?
18. Quais dificuldades você enfrentou para a sua manutenção no ensino superior e para o seu término?
19. Havia outras mulheres no seu curso? Na sua turma?
20. Você teve professoras no ensino superior?
21. Você acha que havia diferença no tratamento, nas oportunidades oferecidas aos estudantes, por conta do gênero, no seu curso?

22. Como era o relacionamento entre os alunos/as, no cotidiano?
23. As pessoas comentavam a sua escolha profissional? Caso positivo diga de que forma. Você lembra de algum comentário?
24. As suas colegas mulheres daquela época exerceram a profissão? Você sabe como elas ficaram? Elas casaram? Era fácil casar mesmo com diploma e profissão?
 1. Você casou? Como o seu marido soube de sua profissão? Ele lhe conheceu como? A profissão influenciou em algo no relacionamento com a família? Os filhos?
 2. Você acha que atrapalha a mulher ter uma profissão e/ou exercê-la, em relação ao namoro, ao casamento?
 3. Após sua graduação, descreva como seu deu o início das atividades profissionais.
 4. Você desenvolveu alguma outra atividade profissional que não esteja relacionada com sua formação?
 5. A senhora considera que a mulher tenha que ter algum valor específico? Qual seria?

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____,
CPF _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Tatiane da Silva Sales do projeto de pesquisa intitulado “Graduandas na Ilha: Estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís (1940-1979)” a colher meu depoimento e usá-lo em sua escrita de tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, de fotos do meu arquivo pessoal e depoimentos para fins científicos e de estudos (tese de doutorado, livro, artigos e slides), em favor da pesquisadora, acima especificada.

São Luís, ___/___/___

Pesquisadora responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa